



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

EMANUELA RÚTILA MONTEIRO CHAVES

**CRISE ESTRUTURAL, IMPERIALISMO E DESTRUTIVIDADE DO SISTEMA:
PROJETO EDUCATIVO DE (IN)SUSTENTABILIDADE DO CAPITAL NA AGENDA
2015-2030**

FORTALEZA

2019

EMANUELA RÚTILA MONTEIRO CHAVES

CRISE ESTRUTURAL, IMPERIALISMO E DESTRUTIVIDADE DO SISTEMA:
PROJETO EDUCATIVO DE (IN)SUSTENTABILIDADE DO CAPITAL NA AGENDA
2015-2030

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação. Área de Concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr^a. Maria das Dores Mendes Segundo.

Coorientador: Prof. Dr^a. Josefa Jackline Rabelo.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Chaves, Emanuela Rútila Monteiro.

Crise estrutural, imperialismo e destrutividade do sistema: projeto educativo de (in)sustentabilidade do capital na agenda 2015-2030 / Emanuela Rútila Monteiro Chaves. – 2019.
217 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Maria das Dores Mendes Segundo..

Coorientação: Prof. Dr. Josefa Jackline Rabelo..

1. Insustentabilidade destrutiva do capital. 2. Crise estrutural. 3. Terceira fase imperialista. 4. Agenda global de educação 2015-2030. I. Título.

CDD 370

EMANUELA RÚTILA MONTEIRO CHAVES

CRISE ESTRUTURAL, IMPERIALISMO E DESTRUTIVIDADE DO SISTEMA:
PROJETO EDUCATIVO DE (IN)SUSTENTABILIDADE DO CAPITAL NA AGENDA
2015-2030

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Josefa Jackline Rabelo (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Helena de Araújo Freres
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico este trabalho à classe que a tudo produz, acreditando em um devir humanamente livre, materialmente sustentável e socialmente justo.

AGRADECIMENTOS

Esses quatro anos marcaram o nascer, crescer e desabrochar dessa pesquisa. Nesse processo, longo, árduo e angustiante eu também floresci. Para fazer pesquisa é preciso coragem no enfrentamento de tempos adversos e circunstâncias não previsíveis. Também é necessário o colo amigo e o amparo nos momentos de incertezas. Reafirmo aqui o caráter social e coletivo do conhecimento. Eu não teria possibilidade de chegar até aqui sozinha. Agradeço com afeto as pessoas que o tempo me trouxe e que fazem parte da objetivação desse trabalho.

Agradeço a Deus, Jesus e Maria de Nazaré que me sustentaram do início ao fim dessa jornada que me pareceu em muitos momentos quase impossível de ser concluída.

Aos meus pais, Alcides e Ludmila, aos meus irmãos Arley e Raissinha e a minha avó Iolanda pelo apoio incondicional desde o início dessa jornada. Agradeço pelo amparo, carinho e ajuda com o nosso João Miguel. Obrigada por serem amor e presença constante nas minhas escolhas.

Ao meu filho João Miguel pela compreensão sempre permeada por amor e sensibilidade. Você é a luz da minha vida, o amor infinito e o maior motivo de todas as lutas travadas até agora.

A Roginho, meu companheiro na vida e no amor. Obrigada por ser porto seguro em meio a tantos vendavais e por me consolar, me dizendo que sempre fui presente na vida de João da forma que pude.

A seu De Assis e a Mundinha, a minha família pelos laços de amor, pelas vibrações positivas e pelos incontáveis auxílios.

A Dayane, minha Dadá, e a Yuri por terem dividido o lar, o tempo e a vida comigo.

A minha avó Alzira, a tia Nádia e a tio Sena pelo acolhimento durante a doença da minha mãe, que me possibilitou dar continuidade aos meus estudos do doutorado mesmo dando a assistência que ela necessitava.

A minha avó Julieta por insistir ao longo de anos de processos educativos que o caminho do conhecimento era o melhor a seguir.

A minha tia Juliana, mulher exemplo de determinação, de quebra de padrões e de coragem.

Ao meu avô Alcides, a primeira pessoa que me ensinou com ações e sabedoria que somos partícipes do mesmo gênero e que por isso toda forma de exclusão do ser humano deve ser combatida.

A minha Lenha e a dona Terezinha que foram o meu lar em Fortaleza, o abraço fraterno e reconfortante em meio a saudade de casa.

A Mariana, minha Maricota, amiga-irmã que sempre esteve ao meu lado em todas as situações desde que a vida promoveu o nosso encontro.

A Ceixa, minha nega, por me encorajar a tentar a seleção do doutorado e pelas caronas tão gentilmente concedidas, regadas a conversas e risos leves. Obrigada por ser possibilidade, força que impulsiona ao mesmo tempo que acolhe com carinho e lealdade.

Aos amigos que fiz ao longo do doutorado e aos amigos da Linha Educação, Estética e Sociedade que tornaram essa jornada mais leve.

Aos meus queridos amigos do grupo *Eu não renego Marx*, nas pessoas de Cléa, Osmar, Thaissa, César, Raquel, Aninha e Lenha pelo ano maravilhoso que passamos juntos e pela amizade que o tempo e a distância só fortalecem.

A minha Iasmin pelo companheirismo e por me inspirar a superar os meus limites.

A minha Juju pelas boas energias e vibrações que me ajudaram a continuar nos momentos de pouca esperança.

A Sérgio pelos incontáveis auxílios tão gentilmente prestados.

A Francisca Cabral, Meyre Ester e a Sirleyde pela compreensão e gestos de humanidade que me possibilitaram o tempo necessário para concluir esse trabalho.

A querida Carla Michele pelo esforço gigantesco em me ajudar quando precisei.

A minha querida orientadora, Maria das Dores, pela formação ao longo de mais de onze anos de parceria na pesquisa e na vida. Obrigada pela confiança, pela verdade dita sem rodeios e pela empatia. Com você aprendi que fazer ciência do ponto de vista dos historicamente marginalizados também é um ato de militância. Levo comigo os valores humanistas que você me ensinou.

A Professora Susana pela gentileza e paciência em partilhar todo o seu arcabouço de conhecimentos sobre a ontologia marxiana e por ter participação direta no recorte do objeto dessa pesquisa.

A professora Jackline Rabelo, nossa Jack, por sempre ter sido sensibilidade, sustentáculo e paciência ao longo da minha formação, trabalhando em conjunto comigo e a professora Das Dores desde o mestrado.

A banca examinadora nas pessoas da professora Helena Freres, Osterne Maia e Derivaldo Santos pelas contribuições valiosas a essa pesquisa e por aceitarem tão prontamente em participar do processo final de construção desse trabalho.

A Funcap pela bolsa de estudos que forneceu o suporte material para a concretização dessa pesquisa.

“Mas é bastante difícil vislumbrar uma solução factível para nossa crise global se não se assume a *total responsabilidade* pelos desdobramentos dessa crise, especialmente num *sistema globalmente interconectado e em interação*. As personificações do capital, seguindo os imperativos da lógica perversa do seu sistema, jamais poderiam fazer isso no interesse da sociedade como um todo. Somente uma alternativa hegemônica dos trabalhadores, com um modo planejado e historicamente sustentável de reprodução societária, é capaz de responder a tão urgente necessidade na atual conjuntura de crise sistêmica em agravamento”

(MÉSZÁROS, 2011, p. 150. Grifos do autor)

RESUMO

Esta tese tem o propósito de estabelecer a devida relação entre o complexo da economia e o complexo da educação, a partir da ontologia materialista de Marx. Assim sendo, analisaremos, as significativas transformações e a insustentabilidade com viés destrutivo que caracterizam, conforme Mészáros (2003), a fase mais fatal do imperialismo, como produto da crise estrutural do capital mediante a sua articulação com o projeto educativo voltado à sustentabilidade do capital expresso na Declaração de Incheon para a Educação 2030. Na busca de apreender a essência desse objeto e as suas múltiplas determinações a partir da sua constituição histórico-genética, centraremos nossas análises na ontologia marxiana. A pesquisa possui uma natureza bibliográfica e documental, e se fundamentará principalmente, nas formulações teóricas mézáríanas. Considerando a relação ontológica entre os complexos da economia e da educação, investigaremos o ser precisamente assim do capital, a partir do legado marxiano e da tese mézáríana que diferencia capital e capitalismo, indo desde as suas formas primitivas e transitórias até a sua transformação em um sistema orgânico com partes fortemente articuladas. Em seguida, examinaremos, de forma breve, a trajetória histórica do imperialismo na modernidade. Para cumprir tal finalidade, utilizaremos os escritos de Marx (1985), Magdoff (1979), Hobsbawm (1985; 1995; 2012; 2013; 2015; 2017), Gennari e Oliveira (2009), Coggiola (2009) e as elaborações teóricas de Lênin (2011). O momento predominante no exame das três fases imperialistas (colonialismo, imperialismo moderno e terceira fase imperialista) será, respectivamente, a sua interrelação dialética com a fase de ascensão histórica do capital e o esgotamento dessa ascendência que desemboca na crise estrutural do capital. Em seguida, trataremos das elaborações de Mészáros sobre a crise estrutural, a produção destrutiva enquanto motor da reprodução do capital e a terceira fase imperialista. Feito esse movimento, que dá substância ao tratado de Mészáros acerca do imperialismo, examinaremos a agenda educativa vinculada aos Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS). No exame desse compromisso global resgataremos brevemente a concepção de sustentabilidade defendida pela ONU desde o início da década de 1970. Para tal, examinamos os documentos resultantes das Cúpulas de Desenvolvimento Sustentável e da Cimeira do Milênio, a saber: Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972); *Nosso Futuro Comum* (1987); Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e Agenda 21; Declaração do Milênio (2000); Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) e Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012).

Posteriormente, nos debruçaremos sobre as Declarações de Jomtien (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000), fazendo um recorte da categoria sustentabilidade, a fim de compreender os elos de continuidade e descontinuidade da EPT e do Compromisso de Educação 2030. Por fim, analisaremos a Declaração de Incheon e o Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, destacando o papel atribuído a educação no rol dos projetos de sustentabilidade do capital diante da aproximação dos seus limites sistêmicos.

Palavras- chave: insustentabilidade destrutiva do capital, crise estrutural, terceira fase imperialista, agenda global de educação 2015-2030.

ABSTRACT

This thesis has the purpose of making the relation between the complexes of the economy and the education, from the materialist ontology that bases the method of Marx. Thus, we will analyze the important destructive transformations and unsustainability that characterize, according to Mészáros (2003), the most crucial phase of imperialism as a product of the structural crisis of capital through its articulation with the educational project focused on the sustainability of capital incorporated in Incheon Declaration for Education 2030. In order to understand the essence of this object and its multiple determinations from its historical-genetic constitution, we will focus the analyses on the Marxian method. The research has a bibliographical and documentary nature, and will be based mainly on the mészárian theoretical formulations. In this way and considering the ontological relation between the complexes of the economy and the education, we will investigate, with precision, the capital, from the points of view Marxian and Mészárian that differentiates capital and capitalism, going from its primitive and transitional forms until its transformation in an organic system with strongly articulated parts. After that, we will briefly examine the historical course of imperialism in modernity. To achieve this goal, we will use the writings of Marx (1985), Magdoff (1979), Hobsbawm (1985, 1995, 2012, 2013, 2015, 2017), Gennari and Oliveira (2009), and Coggiola (2009) Lenin (2011). The predominant moment in the examination of the three imperialist phases (colonialism, modern imperialism and third imperialist phase) will be, respectively, its dialectical interrelationship with the historical ascension phase of capital and the exhaustion of that ascendancy that leads to the structural crisis of capital. Then we will deal with Mészáros's elaborations on the structural crisis, the destructive production as the motor of the reproduction of capital and the third imperialist phase. This movement, which gives substance to the treaty of Mészáros on imperialism, will examine the educational agenda linked to the Sustainable Development Goals (SDG) for the peripheral countries of capital. In examining this global commitment, we will briefly review the conception of sustainability defended by the United Nations since the beginning of the 1970. In the meantime, we have examined the documents produced by the Summits for Sustainable Development and the Millennium Summit, as well as: Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment (1972); Our Common Future (1987); Rio Declaration on Environment and Development (1992) and Agenda 21; Millennium Declaration (2000); Johannesburg Declaration on Sustainable Development (2002) and Final Declaration of the

United Nations Conference on Sustainable Development (2012). Subsequently, we will focus on the Declarations of Jomtien (1990) and the Dakar Framework for Action (2000), highlighting the sustainability category in order to understand the continuity and discontinuity links of EFA and the Education Commitment 2030. Finally, we will analyze the Incheon Declaration and the Framework for Action for the implementation of the Sustainable Development Objective 4, highlighting the role of education in the role of sustainability projects in the face of the approximation of their systemic limits.

Keywords: destructive unsustainability of capital, structural crisis, third imperialist phase, global agenda of education 2015-2030.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|------------|
| Tabela 1 – Síntese das Metas de Desenvolvimento Sustentável apresentadas em declarações ou documentos nos principais eventos mundiais de desenvolvimento e/ou meio ambiente de 1980 a 2012)..... | 166 |
| Tabela 2 – Síntese das Metas de Educação para Todos articuladas a sustentabilidade | 180 |
| Gráfico 1 – Objetivo geral do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e as metas de Educação para 2030..... | 197 |
| Gráfico 2 – Meios de implantação do Marco de Ação Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e a Educação para a Cidadania Global (ECG)..... | 202 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados |
| AID | Associação Internacional de Desenvolvimento |
| AMGI | Agência Multilateral de Garantia de Investimentos |
| AOD | Assistência Oficial para o Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Corporação Financeira |
| CFI | Internacional |
| CICDI | Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos |
| ECG | Educação para a Cidadania Global |
| EDS | Educação para o Desenvolvimento Sustentável |
| EPT | Educação para Todos |
| ECCE | Early Childhood Care and Education |
| GATT | Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio |
| IUCN | União Internacional para Conservação da Natureza |
| IBM | Instituto do Banco Mundial |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| ODM | Objetivos do Desenvolvimento do Milênio |
| ODS | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| ONU | Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UNFPA | Fundo de População das Nações Unidas |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| WWF | Fundo Mundial para a Vida Selvagem |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO: ABORDAGEM ONTOLÓGICA MARXIANA E DELINEAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E EDUCAÇÃO . | 17 |
| 2 | O SISTEMA SOCIOMETABÓLICO DO CAPITAL E SUA ESSÊNCIA EXPANSIONISTA, DESTRUTIVA E INSUSTENTÁVEL..... | 38 |
| 2.1 | Das formas primitivas e transitórias de capital a conformação de um sistema orgânico..... | 38 |
| 2.2 | O ser precisamente assim do capital: modo de controle totalizante, incontrolável, e tendencialmente destrutivo..... | 56 |
| 3 | SISTEMA DO CAPITAL E ELEMENTOS ONTO-HISTÓRICOS DO IMPERIALISMO MODERNO..... | 67 |
| 3.1 | A gênese histórica do imperialismo moderno..... | 68 |
| 3.1.1 | <i>Os primórdios do imperialismo colonial: a ascensão histórica do capital.....</i> | 71 |
| 3.1.2 | <i>O imperialismo moderno: uma nova etapa da ascendência histórica do capital.</i> | 91 |
| 4 | CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E IMPERIALISMO HEGEMÔNICO GLOBAL: A INSUSTENTABILIDADE DESTRUTIVA DO SISTEMA..... | 113 |
| 4.1 | Crise estrutural e tendência à ativação dos limites absolutos à reprodução do capital | 113 |
| 4.2 | Produção destrutiva e guerra enquanto momento predominante da reprodução do capital em tempos de crise sistêmica..... | 128 |
| 4.3 | Imperialismo hegemônico global: globalização destrutiva e necessidade de uma estrutura política nos moldes de um Estado do capital global..... | 140 |
| 5 | DIRETRIZES EDUCATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE DO CAPITAL E A AGENDA IMPERIALISTA DE EDUCAÇÃO 2015-2030..... | 153 |
| 5.1 | Breves considerações acerca da concepção internacional da categoria desenvolvimento sustentável..... | 154 |
| 5.2 | O Banco Mundial e os primórdios do projeto imperialista para a educação dos países em condição de subdesenvolvimento forçado..... | 167 |
| 5.3 | A insustentabilidade predominantemente destrutiva do capital e os objetivos do desenvolvimento sustentável..... | 181 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 5.4 | A agenda imperialista de educação 2030 e o projeto educativo de (in)sustentabilidade do capital..... | 187 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 205 |
| | REFERÊNCIAS | 211 |

1 INTRODUÇÃO: ABORDAGEM ONTOLÓGICA MARXIANA E DELINEAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E EDUCAÇÃO

Esta tese tem o propósito de dar continuidade aos estudos desenvolvidos no mestrado acadêmico em educação¹, enfatizando no contexto de crise estrutural o capital, as significativas transformações que caracterizam, conforme Mészáros (2003), a fase mais fatal do imperialismo e a sua articulação com o projeto educativo voltado à sustentabilidade do capital consubstanciado na Declaração de Incheon para a Educação 2030. Aliadas à necessidade de ir à raiz do fenômeno e especificar a tradição marxista na qual filiamos a nossa pesquisa, iniciaremos a apresentação desse estudo com as elaborações sobre o método onto-marxiano advindos das discussões e dos Círculos Temáticos sobre os “Prolegômenos para Uma ontologia do Ser Social” de Lukács, realizados na disciplina “Seminário Temático III- Introdução à Ontologia de Lukács: Revisitando os prolegômenos”².

Na busca de apreender a essência desse objeto e as suas múltiplas determinações a partir da sua constituição histórico-genética, centraremos nossas análises na “[...] ontologia que fundamenta o método de Marx [...]” (LUKÁCS, 2010, p. 39), na medida em que o método não pode ser descolado da concepção filosófica que orienta a leitura da realidade. A ontologia materialista de Marx, concebe a realidade histórico- concreta enquanto síntese dialética da imediatividade cotidiana e da essência. O ser é um processo sempre de natureza histórica, historicidade esta síntese de múltiplas posições teleológicas, concretamente situadas, e da ordem causal. A história, produto das ações humanas, apresenta saltos, rupturas e continuidades. Nessa perspectiva, o cotidiano é apenas um momento do ser, fundamental para o desvelamento da sua gênese. Do todo caótico chega-se ao concreto pensado, expresso sob a forma de síntese.

Usamos a bela palavra “ontologia”, à qual eu mesmo me estou habituando, mas dever-se-ia dizer: o enigma se desvenda no exato momento em que descobrimos a forma de ser que produz este novo movimento do complexo. O fato de que novos fenômenos se deixem deduzir geneticamente sobre o fundamento de sua existência cotidiana é apenas um momento de uma conexão geral, isto é, significa que o ser é um processo de tipo histórico. Um

¹ Dissertação intitulada: ‘A crise estrutural do capital e o complexo industrial militar: elementos da destrutividade do capital no complexo da educação’, em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Ceará, sob a orientação da Profa. Maria das Dores Mendes Segundo.

² Disciplina ministrada pelas professoras Susana Jimenez, Maurilene do Carmo e Jackline Rabelo no PPGEB-UFC, em 2015. É oportuno situar o intercâmbio interinstitucional entre as linhas, grupos e diretórios de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação de Educação da UFC e UECE, articulados com o Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO/UECE.

ser em sentido estrito não existe e, por isso mesmo, o ser a que estamos habituados a chamar de cotidiano é uma determinada fixação bastante relativa de determinados complexos no âmbito de um processo histórico. Marx disse, em *A ideologia Alemã*, que a única ciência é a ciência da história[...]. (LUKÁCS, 2014, P. 31)

A ontologia materialista de Marx inaugura os fundamentos de uma nova forma de fazer ciência e filosofia que permite uma maior aproximação da realidade histórico- social (TONET, 2013). Essencialmente diferente da ontologia metafísica, por ser produto de uma forma de organização societal puramente social³ e fundada na categoria da possibilidade que reúne as condições materiais necessárias a instauração de outra forma de trabalho e de intercâmbio humano, o momento predominante da ontologia marxiana repousa na realidade construída pelas ações humanas através da atividade conscientemente orientada de produção da existência material. Nesse sentido, o ser social, guiado por uma necessidade, estabelece finalidades, busca os meios de realização do objetivo previamente estabelecido e escolhe entre as alternativas possíveis. Desse ato resulta um novo objeto, de caráter histórico-social, externo e distinto da consciência que o idealizou, um novo homem, com novas necessidades e capacidades e novas situações sociais.

A defesa e explicitação da distinção ontológica entre sujeito e objeto simboliza o rompimento de Lukács com os dois extremos clássicos da filosofia. Na realidade, ele propõe uma *terceira alternativa* entre esses dois extremos, representado de um lado, pelo idealismo hegeliano e do outro, pelo materialismo estruturalista. Para Hegel haveria uma identidade entre sujeito e o objeto, pois este seria a exteriorização do espírito. Já para o materialismo estruturalista, a consciência seria um simples epifenômeno da materialidade ou do mundo material, descartando o importante papel da consciência (prévia – ideação) na constituição do objeto. Lukács rompe definitivamente com essas concepções extremadas ao defender que através do trabalho a consciência se objetiva em objetos, distintos ontologicamente dela própria. (LESSA, 2012)

Não obstante a retórica corrente em torno de uma pretensa neutralidade científica, a ciência moderna, cuja base filosófica se assenta na teoria do conhecimento kantiana, enfatiza

³ Tonet (2013), assevera, a partir de um ponto de vista ontológico da problemática do conhecimento, que “A **razão** do mundo é a razão do **mundo** [...]” (p. 21. Grifos do autor), entendida como a forma de pensar o mundo em uma época específica, é produto de determinada sociedade. Como sabemos, Marx desvela que o momento predominante das diferentes formas de organização societais é exercido por formas de trabalho específicas, da qual derivam determinadas formas de consciência social. Em síntese, de acordo com o citado autor “A **razão** do mundo greco-medieval é a razão do **mundo** greco-medieval. Assim como a **razão** do mundo primitivo é a razão do **mundo** primitivo e a **razão** do mundo moderno é a razão do **mundo** moderno” (TONET, 2013, p.21. Grifos do autor).

o primado gnosiológico e rejeita como não científica qualquer colocação ontológica sobre o ser por “[...] fundamentar a realidade partindo da capacidade do conhecimento, e não fundar o conhecimento partindo do ser[...]”. (LUKÁCS,2010, p. 53). Esse paradigma, que pressupõe que o objeto não pode ser conhecido na sua totalidade, nasce das necessidades postas pela reprodução do capital. Lukács (2010) sempre deixa claro nos seus escritos que o peso maior, embora não absoluto, é executado pela economia, ou pela produção material da existência na necessidade do surgimento de atividades ou complexos parciais, como a ciência moderna e o fundamento filosófico da sua cientificidade até a constituição de ideologias⁴. Ainda sobre os limites da investigação da realidade que não se apoia em um arcabouço científico e filosófico que rompe com a especialização da ciência advinda da divisão do trabalho e não considera a “ciência unitária da história”, Lukács afirma que

Teoria do conhecimento e lógica, em determinadas condições – e se tratadas criticamente- podem ser bons instrumentos. Tomadas em si e por si e coaguladas em método principal, como no kantismo, no positivismo e no neopositivismo, as questões da teoria do conhecimento tornam-se um obstáculo a um conhecimento real. Este é também um dos limites da filosofia hegeliana, que cava um abismo entre filosofia e ciência, enquanto o marxismo impulsiona continuamente a ciência na direção da solução das questões ontológicas [...] (2014, p. 34 e 35)

Por sua vez, o método de Marx ressalta o primado do ser sobre o conhecer e apreende o movimento da realidade no qual essência e aparência são momentos distintos de um mesmo processo, ou, em outros termos, compreende o real histórico- concreto enquanto síntese entre essência e aparência. A relação dialética entre esses dois momentos, a incorporação por superação da imediaticidade do cotidiano, é um caminho indispensável para a aproximação do ser em si do objeto. O ponto de partida de qualquer análise ontológica deve residir nos acontecimentos mais simples do cotidiano, realmente existente, sem, contudo, limitar-se a aparência do imediato que na maioria das vezes não coincide com os elementos essenciais e se apresenta de forma grosseira e caótica. A imediaticidade da aparência também pode vir a dificultar a aproximação dos elementos que constituem a essência do objeto, além dos equívocos de imputar ao objeto características atribuídas a ele por nossa subjetividade. No sentido gnosiológico, ou seja, em termos da relação sujeito e objeto, afirmar que para Marx há uma primazia da objetividade, significa que o sujeito deve exercer uma atitude de tentar

⁴ Categoria compreendida como “formas nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito”, conflito este derivado de interesses opostos de classes antagonicas. (MARX citado por LUKÁCS, 2010, p. 38).

captar o que o objeto (compósito de essência e aparência) é em si, relacionando esses dois momentos da realidade.

De um lado, uma consideração ontológica do ser social é impossível sem procurarmos seu primeiro ponto de partida nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens. Para expor esse fato nos seus estados mais rudimentares, é preciso lembrar uma trivialidade, muitas vezes esquecida, de que só uma lebre que exista pode ser caçada, só uma amora que exista pode ser colhida etc. Todo pensamento, cujas pressuposições e conclusões perderem esse fundamento último, tem de dissolver-se subjetivamente, em sua totalidade e em seus resultados. Mas, por outro lado- devido igualmente ao fato básico, próprio do ser humano, de que nunca somos capazes de ter um conhecimento total de todos os componentes de nossas decisões e suas consequências -, também na vida cotidiana o ser real muitas vezes se revela de maneira altamente distorcida. Em parte, os modos de manifestação imediata encobrem o realmente essencial no plano ontológico, em parte, nós mesmos projetamos no ser, com silogismos analógicos precipitados, determinações que são totalmente estranhas a ele, apenas imaginadas por nós; além disso, confundimos com o próprio ser os meios com que tomamos consciência de momentos determinados do ser etc. **Portanto, é preciso partir da imediaticidade da vida cotidiana, e ao mesmo tempo ir além dela, para poder apreender o ser como autêntico ser em-si.** Mas, simultaneamente, também é preciso que os mais indispensáveis meios de domínio intelectual do ser sejam submetidos a uma permanente consideração crítica, tendo por base sua constituição ontológica mais simples. **As inter-relações desses dois pontos de vista aparentemente opostos é que possibilitam uma aproximação daquilo que o ser, como ente, verdadeiramente é.** (LUKÁCS, 2010 p. 37, grifos nossos)

Marx, desde o princípio da sua obra, já nos Manuscritos de Paris, dá início a uma elaboração ontológica, a análise do ser em sua totalidade, em sua gênese e desenvolvimento, apontando como elemento central para compreender a vida e o desenvolvimento do mundo humano, a categoria do trabalho, o intercâmbio transformador do homem com a natureza. O surgimento do trabalho corresponde ao

[...] fato ontológico fundante do ser social, [...]. Este, como Marx demonstrou, é um pôr teleológico conscientemente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, de modificar processos, objetos etc. do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho. [...] (LUKÁCS, 2010, p. 44)

Para Lukács o que diferencia a esfera do ser social das esferas naturais é o trabalho, complexo que detém a raiz ontológica dos demais complexos. O trabalho é simultaneamente,

a posição teleológica do sujeito que trabalha e a colocação em movimento de séries causais. O pôr teleológico, ou a faculdade da consciência de estabelecer finalidades, só desempenha um papel ontológico efetivo no ser social. Nos animais a consciência aparece somente como mero epifenômeno. A consciência é um órgão social que permite que os homens construam a sua própria história, embora não de forma arbitrária. Com o desenvolvimento da sociabilidade, ela tende a alcançar patamares mais genéricos ou seu ser para- si.

[...] o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade; antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais. Em termos realmente ontológicos, tais complexos duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. **O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é humana. Na natureza, em contrapartida, só existem conexões, processos etc. causais, nenhum de tipo teleológico.** (p. 44 e 45, grifos nossos)

A estrutura ou a totalidade do ser do cosmos apresenta três formas: a inorgânica, a orgânica e a social cuja processualidade se dá, respectivamente, no constante tornar-se outro, no repor o mesmo e na criação do novo. A coexistência dos três tipos de ser (esfera inorgânica, orgânica e social) é condição necessária para a existência do ser social. A dependência do ser social das esferas ontológicas inferiores remete a concepção do ser como uma unidade formada por bases múltiplas que se inter- relacionam entre si, mas que não estabelecem elo de continuidade por conta do salto ontológico que exige que o momento predominante de uma determinada esfera do ser seja, desde o início, o seu movimento processual, ou, em síntese, para Lukács (2010) o ser é a unidade na diversidade. Para ele, embora Marx tivesse reconhecido a importância da filosofia materialista de Feuerbach e da categoria da objetividade como elemento central para a análise ontológica da realidade ou do ser, criticou duramente a tradicional separação da natureza e da sociedade, considerando o meio natural em sua inter-relação com o meio social. A necessidade dessa inter-relação e a dependência da esfera do ser social no tocante as esferas ontológicas de base natural, faz com que a base múltipla do ser atue também como fundamento das práxis.

A constituição ontológica do ser humano se assenta na dupla base do ser social (base natural e social), sendo a primeira a base necessária para o surgimento e o desenvolvimento de categorias sociais.

Os três tipos do ser existem simultaneamente, entrelaçados um no outro, e exercem **também efeitos muitas vezes simultâneos sobre o ser do homem, sobre sua práxis**. É preciso ter sempre em mente que uma **fundamentação ontológica correta de nossa imagem de mundo pressupõe as duas coisas, tanto o conhecimento da propriedade específica de cada modo do ser como o de suas interações, inter- relações etc. com os outros**. Nas duas direções, o desconhecimento da verdadeira relação (unidade na diversidade, por meio dela a separação entre e a oposição nas interações homogêneas etc.) **pode conduzir às maiores distorções do conhecimento daquilo que é o ser**. O ser humano pertence ao mesmo tempo (e de maneira difícil de separar, mesmo no pensamento) à natureza e a sociedade*. Esse ser simultâneo foi mais claramente reconhecido por Marx como processo, na medida em que diz, repetidas vezes, que o processo do devir humano traz consigo um recuo das barreiras naturais. É importante enfatizar: fala-se de um recuo, não de um desaparecimento das barreiras naturais, jamais sua supressão total.” (LUKÁCS, 2010, p. 42, grifos nossos)

Lukács faz uma análise sobre as tentativas de conhecimento da realidade, não fundadas ou que desconsideram totalmente o primado do ser, tecendo severas críticas ao neopositivismo, à teoria do conhecimento e às ontologias de base existencialista⁵ que concebem o indivíduo isolado, sem relação com a sociedade e sua base natural. A partir dessa crítica, ele analisa a problemática do conhecimento da realidade em seu viés ontológico, afirmando ser necessário a superação de obstáculos sociais e o estabelecimento de uma colaboração correta entre experiência (cotidiano) e o avanço da ciência (teoria) para ser possível a aproximação legítima daquilo que o ser é. Contudo, é preciso perceber que a base objetiva na qual essa colaboração deve ocorrer pode conduzir esses componentes a impedir a aproximação do conhecimento do ser, e os elementos ideológicos advindos da esfera social cindida em classes antagônicas, podem atuar como estímulo ou obstáculo a esse conhecimento. Ainda sobre o conhecimento dos objetos explica que

[...] o limite entre verdadeiro e falso é fluido, social e historicamente condicionado, cheio de transições. Isto quer dizer que noções que se mostram falsas num desenvolvimento mais elevado da práxis social e das ciências podem oferecer por longos períodos uma base, à primeira vista, segura para a práxis, uma base que pretensamente funcione bem⁶. (LUKÁCS, 2010, p. 41)

⁵ Conforme os pressupostos do embate filosófico entre essência e existência, a investigação ontológica se subdividiu, de um lado, na ontologia existencialista e de outro, na ontologia de base metafísica. A ontologia existencialista é representada pelas teorias de Husserl, Scheler e Heidegger que compõem o existencialismo alemão e por Sartre representante do existencialismo francês com o existencialismo fenomenológico.

⁶ Ao abordar esse transpassamento dialético entre o conhecimento verdadeiro ou falso dos objetos Lukács cita o exemplo da teoria Ptolomaica sobre a astronomia, considerada como verdadeira até a idade média. De caráter geocêntrico, esta foi superada pela teoria Heliocêntrica de Copérnico no século XVI.

Na explicação do objeto de estudo da ontologia Lukács ressalta que “o objeto é o que existe realmente; a tarefa é investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e diversas conexões no seu interior.” (LUKÁCS, 2014, p. 27). Assim, o caminho da investigação de caráter ontológico pressupõe a correta compreensão dos momentos que compõem o processo, a gênese e o desenvolvimento, e está situado além da especificidade, as vezes linear, das ciências particulares. O momento predominante na consideração ontológica do ser reside no tratamento da conexão como conexão real, existente⁷.

[...] *se quisermos compreender os fenômenos em sentido genético, o caminho da ontologia é inevitável*, e que se deve chegar a extrair das várias circunstâncias que acompanham a gênese de um fato qualquer os momentos típicos necessários para o próprio processo. Esta é então, por assim dizer, a justificação de por que eu considero essencial colocar-me a questão ontológica; e do ponto de vista ontológico as fronteiras entre ciências têm um significado secundário. [...] Há pois, uma prioridade da *realidade* do real, se assim se pode dizer; e, segundo penso, devemos tentar voltar a estes fatos primitivos da vida e compreender os fenômenos complexos a partir dos fenômenos originários. (IDEM, p. 26 e 27, grifos do autor)

Lukács destaca que o complexo é algo primário que existe desde a existência da esfera inorgânica. Para ele “O complexo deve ser investigado como complexo e, do complexo, chegamos aos seus elementos e aos processos elementares” (IDEM, p. 27). O homem é um complexo no sentido biológico e como tal não pode ser esfacelado em várias partes. O trabalho, considerado um átomo da sociedade, e que não guarda nenhuma relação de identidade com a esfera orgânica, é um complexo social extremamente complicado. Nessa perspectiva, para esse filósofo, a compreensão dos fenômenos sociais exige que se considere a sociedade “[...] como *um complexo de complexos*[...]” (IDEM, p. 28. Grifos do autor). O problema central se refere a constituição genética desses complexos, a apreensão da sua natureza essencial e da sua função. Lukács destaca que o ser, em sua totalidade, se apresenta como um complexo de complexos. Os diferentes processos que perfazem as

⁷ No debate contra os neopositivistas Lukács afirma a prioridade da realidade ao explicar que “[...] a montanha tem de existir como ser, para que possa ser medida. Assim como na era da coleta só se podiam colher amoras existentes, também no tempo do mais alto desenvolvimento da manipulação técnica só se podem medir montanhas efetivamente existentes. Essa situação não muda, em essência, se considerarmos esse ser meramente empírico e, portanto, sem importância para a teoria do conhecimento. Os automóveis na rua podem, na teoria do conhecimento, ser facilmente considerados meras impressões dos sentidos, fantasias etc. Apesar disso, se eu for atropelado por um carro, embora não haja uma colisão entre minha representação de um carro e minha representação de mim mesmo, meu ser como homem vivo é ameaçado em seu ser por um automóvel existente.” (LUKÁCS, 2010, p. 36)

particularidades essenciais de cada esfera ontológica (o torna-se outro do ser inorgânico, o repor o mesmo do ser biológico e a criação do novo do ser social) se relacionam como complexos parciais que fazem parte de um complexo maior, que é o ser em sua universalidade (LESSA, 2012).

O trabalho é uma posição teleológica que põe em movimento séries causais. Para que o trabalho tenha êxito é necessário que a posição teleológica seja concretizada muito embora não seja possível prever todas as condições derivadas da ordem causal colocada em movimento pelo próprio trabalho. De modo geral, a atividade de transformação conscientemente orientada da materialidade natural também produz algo diferente do objetivo inicial do trabalhador através da interferência da categoria do acaso. O desenvolvimento da humanidade está intimamente ligado ao não conhecimento dos fatores que condicionam essa atividade e acarretam um resultado diverso do pretendido inicialmente. Lukács (2014) se contrapõe a ideia predominante na ciência de que a ampliação das experiências reduz o terreno do desconhecido. Ao contrário, ele postula que quanto mais se conhece a natureza maior o desconhecido produtor de consequências importantes para o desenvolvimento da humanidade.

Por conta dessa complexidade que envolve a dinâmica social, que tende a aumentar com o desenvolvimento da humanidade, além claro, da forte interferência da categoria do acaso, o homem jamais terá conhecimento de todos os elementos das práxis e das suas consequências.

[...] quanto mais uma coisa é complexa, tanto mais ilimitado - seja extensivamente, seja intensivamente- é o objeto diante do qual se encontra a consciência do homem, de modo que *mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo.* [...]

O processo de complexificação social desencadeado pelo trabalho trouxe a exigência de complexos sociais diferenciados e cada vez mais especializados, que se relacionam com a categoria fundante do ser social e juntamente com ela conformam a totalidade social. A educação, assim como os outros complexos, mantém uma relação de influência mútua com o trabalho, que detém a reprodução da base material da sociabilidade, o qual apresenta prioridade ontológica sobre os demais complexos. A relação do trabalho com os outros complexos se dá sob o primado da totalidade social.

Lukács aponta que ao contrário do que se pode chamar de processo educativo dos animais, a educação do ser social, que tem como fundamento ontológico a produção

incessante do novo via trabalho, traz como elemento essencial o objetivo de prepará-lo para reagir a novas situações com as quais venha a se deparar no decorrer de sua existência. Por sua vez, o ambiente social no qual o homem se encontra inserido está sujeito a constantes transformações que disseminam novas necessidades as quais ele é obrigado a atender sob pena de perecer. Entretanto, ao mesmo tempo que a sociedade coloca exigências de novas habilidades, de novos comportamentos aos indivíduos, oferece a eles novas formas concretas de realizá-los. (LIMA E JIMENEZ, 2011; TONET, 2005)

As novas e imprevisíveis situações que se colocam aos indivíduos exigem que eles estejam aptos a reagir e assim possam dar continuidade a sua existência. Contudo, essa reação não deve ser de maneira individual e sim social, de modo que possibilite a continuidade da forma de organização prevalecente. A conservação dos conhecimentos elaborados e acumulados pelo conjunto dos homens é ressaltada, segundo Tonet (2005), pela importância da assimilação no processo educativo, sendo essa apropriação do patrimônio existente o traço mais essencial da educação, que fornece as bases para a construção das individualidades e para a continuidade da criação de novos objetos. Esse ajuste do comportamento dos indivíduos as necessidades de manutenção de dada sociabilidade executada pela educação demonstram, de acordo com o citado autor, a dimensão conservadora da educação no plano ontológico, uma vez que a transmissão do legado pertencente ao gênero humano é imprescindível à continuidade desse gênero.

Esse papel fundamental na reprodução do mundo dos homens vai ficar a cargo da educação em sentido lato, que é um complexo universal necessário em todas as formas de sociabilidade, por articular a singularidade dos indivíduos a dimensão genérica do ser social, por meio do repasse das objetivações produzidas pelo conjunto dos homens em sua atividade humano-social. Na execução do seu papel no desenvolvimento do ser social, a educação se relaciona com os outros complexos parciais fundamentais a continuidade do gênero humano, e dialeticamente, precisa destes para se desenvolver e concretizar a sua função. (LIMA E JIMENEZ, 2011)

A particularidade do complexo da educação que consiste em se apropriar dos resultados obtidos pelo trabalho explicita claramente a distinção entre educação e o ato de transformação conscientemente orientada da natureza. É bem verdade que o trabalho por ser a categoria fundante do ser social se coloca como modelo de toda práxis social, dentre elas a educação, que também concretiza a sua especificidade através da relação entre teleologia e causalidade. Todavia, o trabalho tem como matéria-prima a natureza bruta, ou a causalidade

dada, e objetiva a produção de valores de uso, por meio da objetivação de posições teleológicas primárias. Com o conhecimento adequado das propriedades da matéria que se quer transformar, se não houver a interferência do acaso, é possível alcançar a finalidade inicialmente fixada. Já o ato educativo põe em movimento posições teleológicas secundárias que incidem sobre consciências livres, que podem escolher, interferindo completamente no resultado final do processo, ou em outras palavras, aqui o objeto também é sujeito da ação educativa. Além disso, considerar a educação idêntica ao trabalho rompe com a fronteira ontológica que separa esses dois complexos, uma vez que a educação é fundada e o trabalho é fundante e por isso se constitui na categoria central na conformação da esfera do ser social.

De acordo com Tonet (2005), a natureza essencial dessa práxis humana, que se refere àqueles traços de continuidade em meio às contínuas transformações, está completamente ligada à educação enquanto complexo universal, imprescindível em todas as formas de organização social, independente do seu caráter classista e exploratório ou da sua dimensão emancipatória. Claro que a atividade educativa vai apresentar contornos diferenciados e funções específicas dependendo da sociedade na qual esteja inserida e das exigências colocadas pelo trabalho.

A crescente divisão social do trabalho e a especialização das funções demandaram mudanças significativas na educação. Nessa conjuntura se fez necessário uma formação específica que não poderia ser concretizada pela educação em sentido lato. Entretanto, “A educação em sentido estrito surge como uma diferenciação no interior da educação em sentido *lato*, mas não a substitui. O que se estabelece efetivamente é uma relação de mútua influência entre ambas.” (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 88).

A escola enquanto “lugar do ócio” criativo para a classe que não produz, mas vive da produção da riqueza efetuada por outra classe, surge na história como necessidade posta pelo interesse de uma classe particular e não como necessidade universal do gênero. Com o advento do capitalismo e a complexificação do processo de trabalho, introduzido pela grande indústria, a educação institucionalizada se tornou cada vez mais necessária a produção. A partir desse momento, a educação adquirida no e pelo trabalho não respondia mais as exigências do trabalho a ser executado, agora sob a configuração de uma sociedade industrial, que colocava a necessidade de novos conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos fora do âmbito da atividade produtiva. Foi nesse contexto que a educação escolar, que antes era restrita a classe dominante, passou a ser direito da classe dominada, produtora da riqueza. Como não poderia deixar de ser sob o domínio do capital, a educação em sentido estrito

continua servindo aos interesses da classe burguesa, porém com algumas especificidades derivadas do presente estágio de desenvolvimento capitalista.

Antes de tratarmos especificamente do recorte do objeto dessa pesquisa, cabe ressaltar que a influência do trabalho sobre a educação ocorre por que essa atividade humana tem prioridade ontológica sobre os demais complexos, o que pode ser evidenciado pela dependência ontológica dos complexos parciais em relação ao trabalho. O trabalho se relaciona com os demais complexos parciais e exerce uma relação de influência mútua com cada um deles. Embora a categoria do trabalho seja ontologicamente determinante, ou seja, se configure como a matriz ontológica das diversas dimensões sociais, há um grau de liberdade de escolha, o que faz com que a determinação não se dê de modo algum de maneira absoluta e linear. Contudo, os complexos parciais, dentre eles a educação, não estão completamente descolados das exigências e do desenvolvimento da economia. Isso se dá por conta da relação de dependência ontológica e autonomia relativa entre o trabalho e os complexos parciais. A influência do trabalho, que opera a reprodução da base material da sociabilidade, sobre os complexos sociais se dá sob a mediação da totalidade social⁸ que tem no seu movimento e na sua dinâmica impressa em cada período histórico o momento predominante na gênese e evolução de cada complexo particular.

Atualmente a totalidade social regida pelo capital encontra-se em um momento de crise sistêmica, que tem a sua raiz na economia e atinge de forma crescente todas as esferas da vida humana. No contexto do predomínio da força destrutiva do capital, expresso na terceira fase imperialista, as políticas de educação serão subordinadas aos ditames homogeneizadores de instituições econômicas internacionais, pautadas em uma concepção de desenvolvimento econômico denominado de sustentável. A instituição multilateral que vai mediar a relação do mercado e das personificações do capital com a definição dos rumos educacionais dos países do globo, em especial das nações de periferia do capital, é o Banco Mundial. Enquanto organismo internacional detentor de grande influência e poder, o Banco atua representando e impondo, por meio de empréstimos a duras condicionalidades, assessoria técnica e formulação de políticas, os interesses e a legalidade do imperialismo norte-americano, que busca a todo custo se tornar a formação estatal do capital global.

Dando a devida centralidade à realidade histórico-concreta, objeto por excelência da ontologia materialista fundada por Marx e, na tentativa de apreender os nexos categoriais

⁸Lessa (2012) sintetiza em poucas palavras o que seria a categoria da totalidade social para Lukács, pontuando que ela é “[...] a forma historicamente concreta por meio da qual o trabalho, em cada instante, opera enquanto momento predominante do desenvolvimento do mundo dos homens.” (p. 103)

do objeto, recorreremos a autores marxistas, pertencentes ou não a tradição da ontologia marxiana, que fornecem importantes subsídios para compreender, a raiz e as múltiplas determinações da natureza desumanizadora do capital, mais particularmente na terceira fase imperialista, que agrava sobremaneira essa desumanidade, a ponto de pôr em risco a própria existência humana. Fundamentaremos nosso estudo, principalmente, nas formulações teóricas mészárianas. Mészáros, filósofo húngaro, discípulo de Lukács⁹, se debruça sobre os novos e problemáticos, para não dizer destrutivos, condicionantes históricos da essência expansionista insustentável e irreformável do capital. Contudo, esse autor não possui uma teoria específica sobre o imperialismo e as suas elaborações só podem ser compreendidas como um dos braços da análise da crise estrutural do capital, que executa o momento predominante da sua breve, embora densa, investigação do estágio potencialmente fatal do imperialismo. Dito isto, e considerando a relação ontológica entre trabalho e educação, ressaltamos a necessidade posta pelo objeto de analisarmos a peculiaridade desse sistema metabólico desde a sua constituição mais inicial. Em seguida, investigaremos os aspectos principais da gênese histórica do imperialismo. O momento predominante no exame das três fases imperialistas (colonialismo, imperialismo moderno e terceira fase imperialista) será, respectivamente, a sua interrelação dialética com a fase de ascensão histórica do capital e o esgotamento dessa ascendência que desemboca na crise estrutural do capital. Em seguida, trataremos das elaborações de Mészáros sobre a crise estrutural, a produção destrutiva e a terceira fase imperialista que dela emana. Feito esse movimento, que dá substância ao tratado de Mészáros sobre o imperialismo, que por sua vez só pode ser compreendido em interrelação com o arcabouço categorial das principais teses que ele desenvolveu ao longo da sua intensa militância intelectual, adentraremos no exame do projeto global de educação. Após analisar o ser precisamente assim insustentável do sistema do capital que em tempos de crise sistêmica, resulta na fase mais letal do imperialismo demonstrando a insustentabilidade destrutiva desse modo de controle, examinaremos a concepção de desenvolvimento sustentável e a agenda imperialista de educação vinculada aos Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS). Esse compromisso eleva a educação a condição *sine qua non* para a concretização da sustentabilidade no mundo, e como projeto do capital, em vinculação com a dominação

⁹ Na apresentação de *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*, Ricardo Antunes expôs o desejo de Lukács de escrever o capital dos dias atuais, projeto que não pôde ser levado adiante. Mészáros, colaborador de Lukács, depois de mais de vinte anos de intensos estudos concretizou o desejo de seu mestre e amigo e elaborou uma obra monumental, com teses originais fundadas no arcabouço categorial marxiano.

imperialista, executa um importante papel na homogeneização das políticas de educação e no suporte ideológico dado ao sistema.

Autor de extensa obra e considerado um dos pensadores marxistas mais original e denso por sua crítica radical ao sistema sociometabólico do capital, Mészáros nasceu em Budapeste na Hungria, no ano de 1930. Filho de uma família de poucas posses, foi criado pela mãe operária. Terminou os estudos em escola pública e durante a adolescência trabalhou em uma indústria de aviões de carga em Budapeste. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, pôde se dedicar aos estudos e graças a uma bolsa em 1949 deu início ao curso de Filosofia na Universidade de Budapeste, onde graduou-se em 1954. Em 1951 recebeu o prêmio Áttila József por um estudo minucioso sobre um clássico da literatura húngara e Lukács o nomeia assistente no Instituto de Estética da Universidade de Budapeste. Tem início uma forte e estreita amizade entre os dois. Após o levante de outubro e a entrada das tropas soviéticas, abandona a Hungria e exila-se na Itália sendo admitido para lecionar na universidade de Turim. Posteriormente, lecionou na Universidade de Londres (1959), na Universidade de Saint Andrews na Escócia (1961) e na Universidade Nacional Autônoma do México (1972). Também em 1972 foi nomeado professor de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de York, no Canadá. Em 1961 dá início aos seus trabalhos na Universidade de Sussex na Inglaterra, retornando em 1977 onde recebeu o título de professor Emérito em 1991. Em 1995 se afasta das atividades docentes e publica nesse mesmo ano sua obra de maior envergadura *Para Além do Capital: em busca de uma teoria da transição*. Da vasta obra de Mészáros vários livros foram publicados em várias partes do mundo, com inúmeras reedições. Antes de nos deixar em primeiro de outubro de 2017, aos 87 anos, preparava ansiosamente um tratado sobre o Estado, *Para Além do Leviatã*, que seria publicado pela Boitempo.

Como possível saída para um futuro sombrio que já começa a se delinear no horizonte, Mészáros faz duras críticas a soluções reformistas e a postura defensiva do movimento socialista, apontando para um movimento da massa proletária, de caráter extraparlamentar e a nível internacional. O fundamento de uma nova sociabilidade, historicamente e objetivamente sustentável, repousa no controle radical da reprodução material pela classe produtora da riqueza social. Nessa direção, qualquer medida superficial voltada para corrigir um sistema de controle sociometabólico incontrolável e com uma tendência inerente a universalização que desemboca em uma globalização destrutiva, corrobora com a perpetuação e disseminação da força destrutiva do capital sobre o conjunto

da humanidade. Não por acaso, o discurso em torno de uma pretensa sustentabilidade tem adentrado a partir da década de 1970 (período definido por Mészáros como marco cronológico da crise estrutural do capital) o campo da educação e no atual momento se sobressai como centro da agenda internacional econômica, social e ambiental.

A crise crônica e aguda que se faz presente desde meados da década de 1970 e vem se desenrolando ao longo das últimas décadas, com consequências crescentemente perigosas, traz o ultimato ao modo de controle sóciometabólico do capital que não consegue mais administrar as contradições insolúveis da sua lógica de acumulação. As disfunções internas que se tornaram acumulativas, ou seja, estruturais, das suas três dimensões fundamentais e o encontro com limites intransponíveis, agrava as práticas efetuadas pelo sistema que precisa adotar a destruição da abundância como prática produtiva.

Como se sabe, o capital nunca solucionou qualquer das suas contradições na medida em que, contraditoriamente, nelas prosperava. Contudo, a era dessa prosperidade¹⁰, revezada com crises advindas do ciclo reprodutivo do capital, teve fim e diante disso foi aberto um período com duas possibilidades. Uma das possibilidades seria a construção histórico-social da única forma de universalidade significativa alicerçada na inter-relação harmônica entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos indivíduos através do trabalho associado (MÉSZÁROS, 2003; 2007)¹¹. Em um outro extremo, a outra possibilidade repousa na tentativa de forçar a viabilidade da destruição, de protelar a “crise de dominação em geral” ora vivenciada (MÉSZÁROS, 2006, p. 6). Optar por essa possibilidade, inclusive mediante a defesa de reformas e de discursos mistificadores, condiz com a continuidade de todas as práticas produtivas insustentáveis e destrutivas, o que pode vir a desembocar fatalmente no fim da humanidade. As evidências da necessidade urgente de uma transformação estrutural podem ser encontradas nos dados que apontam a destruição colossal do meio ambiente constituído pelas esferas ontológicas de base natural, que configuram o alicerce natural da existência do ser social.

¹⁰É claro que a maior parte da produção e dos avanços decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas é apropriado privadamente o que se contrapõe à socialização da produção decorrente do estágio capitalista.

¹¹Quando nos referimos a categoria da possibilidade queremos ressaltar a existência das condições materiais para que isso ocorra. Mészáros de modo algum afirma que a ruptura com o capital irá ocorrer inevitavelmente, ou que estamos no caminho. Infelizmente muito ainda precisa ser feito nessa direção a começar pela organização da massa proletária a nível internacional e a mudança de postura do movimento socialista que desde o século XX vem atuando de forma defensiva, inclusive se limitando a lutas parlamentares. A revolução tem que ser universal enquanto movimento extraparlamentar. Em síntese, ela pode ocorrer ou não.

A piora das condições de vida em todas as nações desenvolvidas, a concentração de riqueza a um patamar jamais visto em detrimento de muitas mortes por inanição, a elevação e aprofundamento do desemprego a um nível estrutural, a crise política acompanhada da crise institucional enquanto reflexo da profunda crise da sociedade civil, para não citar a crise dos valores burgueses arraigados, são efeitos diretos do forte abalo irreversível na estrutura do capital, dado o caráter circular da sua reprodução expansiva. Para compreender todo esse complexo de mediações, relacionando-os intimamente com a crise estrutural do capital, é preciso clareza quanto à ligação destes fatos com o agravamento das contradições subjacentes a esse modo de controle do metabolismo social. Uma das contradições e limitações mais importantes à operabilidade do capital se refere a sua tendência globalizante e à continuidade da dominação exercida pelos Estados nacionais. Assim, Mézáros (2003; 2007) afirma que diante da potencialidade explosiva dessa contradição e de todas as suas implicações já testemunhadas pela trágica história de duas guerras mundiais é mister analisar os desdobramentos contemporâneos do imperialismo e o seu viés profundamente destrutivo. Em inter-relação orgânica com a crise sistêmica do capital, a etapa imperialista ora vivenciada vem acompanhada do despertar da sombra da incontornabilidade total, da necessidade cada vez maior da interferência do Estado moderno e de práticas econômicas extremamente perdulárias e fictícias.

A prática imperial também se desdobra em agendas impositivas, principalmente para os países pobres, mediante a atuação direta de organismos multilaterais que passam a intervir nos rumos da educação dessas nações a partir da articulação entre educação e alívio da pobreza. O marco inicial dessa interferência foi o Programa de Educação para Todos (EPT), que influenciou fortemente o pacote de reformas neoliberais no âmbito das políticas de educação das nações mantidas em condição de subdesenvolvimento forçado. Passados os dez anos das metas estabelecidas em Jomtien, e os quinze anos para a concretização das metas de Dakar, a Unesco, sob a tutela do Banco Mundial, lança uma agenda global vinculada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, cuja data limite para a realização das metas seria 2030. O consenso internacional em torno do significado da categoria desenvolvimento sustentável, consolidado por meio de várias Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), desde a década de 1970, coloca que esta se assenta em um tripé: econômico, social e ambiental, dos quais se sobressaem a articulação com a erradicação da pobreza, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento equitativo e inclusivo e a preservação do meio ambiente.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento sustentável só seria possível se fosse concretizada a articulação entre essas três dimensões, principalmente nos países pobres.

Objetivamos nesta tese aprofundar os estudos anteriormente desenvolvidos na dissertação de mestrado e contemplar aspectos ainda não devidamente analisados. Assim sendo, examinaremos o presente estágio imperialista e as tendências qualitativamente diferentes e destrutivamente insustentáveis da reprodução do capital relacionando-as ao Compromisso Global de Educação 2015-2030, tido como continuidade, em larga medida, do Movimento de Educação para Todos expresso em Jomtien (1990) e Dakar (2000).

Na elaboração do trabalho dissertativo, vimos a necessidade de abordar a categoria imperialismo associado à hegemonia estadunidense e à produção militarista. Entretanto, estudos e debates conduzidos nos levaram à constatação de que a complexidade desta categoria e a sua não restrição à produção militarista exigiria um estudo mais depurado sobre as suas particularidades econômicas e políticas e as suas consequências sociais.

O estudo do imperialismo foi objeto de elaborações teóricas de muitos pensadores marxistas desde o final do século XIX e início do século XX¹². Conferindo a devida relevância às teorias clássicas revolucionárias do imperialismo, recorreremos a riqueza e a atualidade da obra de Lênin a fim de fornecer um suporte teórico para iluminar a raiz genética de algumas tendências de desenvolvimento imperialista atuais.

Conforme a breve fundamentação ontológica do método marxiano já apresentada, é indispensável um estudo da categoria imperialismo em sua vinculação com as diretrizes internacionais em prol de uma pretensa sustentabilidade sob a ótica do marxismo enquanto ontologia. Ainda mais se levarmos em conta o fracasso das tentativas de revolução socialista, o desvio da revolução pelo reformismo e o revisionismo (de esquerda e de direita) e o abandono descarado da luta e da organização revolucionária e de uma postura combativa norteada pelos reais interesses de ruptura com a dominação do capital sobre o trabalho.

¹²Com a expansão e disputa imperialista e a possibilidade latente de uma guerra verdadeiramente mundial surgiram teorias críticas à dinâmica imperial. Estas apresentavam profundas diferenças quanto a solução buscada para a já agressiva ofensiva do capital. Del Royo (2007) explica que havia duas formulações sobre o imperialismo no interior da vertente crítica: a crítica reformista, representada por Hobson e Hilferding e a crítica revolucionária, representada por Lênin, Luxemburgo e Bukharin que ilustravam o surgimento de uma nova esquerda primeiramente no movimento socialista alemão e logo em seguida, na Rússia com a cisão dos bolcheviques com o reformismo menchevique. Os autores da vertente crítica revolucionária elaboraram contribuições teóricas que responderam muitas indagações acerca do que seria o imperialismo vislumbrando o horizonte da ruptura com o poderio do capital mediado pela luta revolucionária.

Dessa forma, a urgência do tempo não nos deixa espaço para certezas ou para esperar a falsa possibilidade do fim de mais um ciclo¹³ longo de depressão a ser substituído por um período de crescimento que não dá sequer o mínimo sinal de existência objetiva. Muito pelo contrário. As perspectivas não são nada animadoras se a saída do reformismo continuar a ser adotada como a única viável. A humanidade clama por uma mudança estrutural de caráter universal.

Como consequência, o ‘momento da verdade’ que atingimos nestes tempos difíceis quer dizer precisamente que já não é possível falar de mudanças significativas sem enfrentar as determinações fundamentais do sistema de reprodução social no seu conjunto, como Marx entendia, para encontrar **respostas sustentáveis para a crise estrutural** da ordem do capital em todo o mundo e não apenas neste ou naquele ‘pequeno recanto’ específico do ‘capitalismo subdesenvolvido ou avançado’ (MÉSZÁROS, 2004, p. 2. Grifos nossos).

Com o propósito de apreender a gênese, o desenvolvimento e os nexos categoriais do imperialismo, Mézáros (2007) defende que uma apreensão consistente da gravidade do desenvolvimento imperialista exige uma investigação da sua raiz histórica. Além disso, na nossa análise, esse caminho se justificaria também por dois motivos específicos. Primeiro, para situar que no processo de desenvolvimento do imperialismo¹⁴ a disputa entre as nações por supremacia econômica e a dominação política correspondente passou por um processo em que se sobressaiu uma única potência econômica e militar, claro que apoiada sob os ombros de outros países, tanto desenvolvidos como pertencentes a periferia do capital.

¹³A “teoria das ondas longas” da economia foi elaborada nos anos 1920 pelo economista soviético Nicolai Kondratiev. Segundo esse economista e seus seguidores, a economia capitalista mundial é composta por ondas longas de auge e depressão que se sucedem e oscilam entre 47 e 60 anos. Para Coggiola (2009), “Marx tinha estudado os ciclos da produção capitalista, concluindo que as crises produzidas a cada período de sete a onze anos deviam-se às contradições próprias desse modo de produção, que geravam sobreacumulação de capitais. A esses ciclos médios, Kondratiev sobrepôs as ondas longas, vinculadas a inovações tecnológicas em grande escala dependentes, por sua vez, do período de vida dos bens de capital duradouros (aproximadamente 50 anos). O capitalismo conheceria, assim, ciclos longos de expansão e contração em longo prazo, com a duração apontada” (p. 162 e 163). Dentre os herdeiros dessa tradição, ressaltando as diferenças de marco cronológico e a ênfase que caracteriza a etapa de expansão e de depressão de cada ciclo, podemos citar Ernest Mandel que ganhou notoriedade por antecipar a fase depressiva do “quarto Kondratiev” a partir de 1973. Assim como Coggiola (2009), acreditamos que exista uma teoria marxista das crises econômicas e que estas (resguardando a devida distinção entre crise real - concreta e crise potencial/ genérica) resultam das leis da acumulação do capital e não uma teoria dos ciclos que se sucedem mecanicamente com uma regularidade tal que elimina a historicidade da crise e eterniza a própria capacidade do capital de lidar com as suas contradições antagônicas.

¹⁴O desenvolvimento do imperialismo moderno tem o seu germe na expansão além mar das metrópoles, processo de saque e extermínio dos povos que forneceu a “acumulação primitiva” necessária para a revolução industrial na Inglaterra. A supremacia incontestada da Grã-Bretanha no plano econômico, político e militar foi mantida até a segunda revolução industrial que originou a indústria de bens de capital e tornou possível a industrialização de outros países. O declínio da hegemonia dessa sociedade multinacional que tem na sua raiz também outros fatores, inclusive culturais, foi marcado pela ascensão de algumas nações imperialistas que se lançaram na disputa pela divisão do mundo. (HOBSBAWM, 2013; 2015)

O capitalismo maduro em seu estágio monopolista tornou ainda mais evidente a contradição entre os interesses nacionais e os do capital global. Enquanto os Estados nacionais e seus governos desejavam proteger os interesses da sua nação, essa defesa esbarrava no desenvolvimento do capital transnacional. Na época de Lênin é isso que se vê. Depois de uma paz duradoura na Europa que durante um tempo bastante significativo não havia se envolvido em qualquer conflito no interior do continente, somente fora com as colônias, os principais países adentraram no primeiro confronto de ordem mundial disputando, em essência, o centro do domínio da estrutura política do capital. O mesmo ocorreu na Segunda Guerra Mundial que ao seu final trouxe um rearranjo das relações internacionais com a divisão do mundo em dois blocos hegemônicos. É por esse motivo, ou seja, da impossibilidade de superar a contradição fundamental e lidar com a limitação estrutural, que a Terceira Guerra Mundial aparece desde então como possibilidade latente. Ao citar a contradição fundamental e a limitação estrutural, Mészáros (2003; 2007) se refere, respectivamente, a contradição explosiva entre a “[...] tendência do capital a globalização imperialista/ monopolista[...]” (MÉSZÁROS, 2003, p.13) e a não existência de uma estrutura de comando político global, apesar de todo o discurso de globalização, e a limitação histórica do Estado Moderno em ter se configurado na forma de Estados nacionais antagonicamente opostos. Em síntese, a atual tendência econômica do capital não pode ser assegurada no plano político, no âmbito da sua estrutura política totalizadora que tem a função de complementar a operabilidade da sua base material.

Em segundo lugar, para delimitar a distinção dos elementos estruturais e conjunturais do imperialismo e os rumos que ele toma em meio às disfunções cada vez maiores da tripla dimensão interna do capital que emperra o processo de acumulação e antecipa a quebra dos mecanismos de deslocamento das contradições sem a qual esse sistema metabólico não pode operar. Esse processo é gradual e tende a aumentar progressivamente de pequenos abalos a grandes convulsões.

Mészáros (2007, p. 114) divide a história do imperialismo em três fases distintas. A primeira fase seria o “[...] *imperialismo colonial moderno construtor de impérios*[...]” produto da expansão de alguns países europeus em partes do mundo que não ofereceram grande resistência a penetração. A segunda é descrita como o “*imperialismo ‘redistributivista’ antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas semimonopolistas*”, chamado por Lênin de ‘estágio supremo do capitalismo [...]’”. Essa fase contou com a participação de algumas nações imperiais do passado colonial, tendo a

derrocada dos seus impérios, ou o fim da “Era dos impérios”¹⁵ logo após a Segunda Guerra Mundial. E, por fim, o “*imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante [...]”, ou seja, o centro do império, “[...] ao contrário das fantasias em voga sobre o ‘imperialismo desterritorializado’, que deveria prescindir da ocupação do território de outras nações [...] (p. 10¹⁶) tese esta defendida a partir do olhar pós- moderno de Hardt e Negri.

É oportuno situar que todo o estudo será perpassado pela concepção de que o marco diferencial que move a atual fase imperialista é a sua forte relação com a crise estrutural do capital. De tal modo, não seria possível compreender a raiz de todos os acontecimentos da década de 1970 até agora e a peculiaridade destrutiva do fim do período civilizatório do capital (o papel do complexo industrial militar como modalidade extrema de destruição, a degradação do meio ambiente, as guerras contemporâneas e a supremacia incontestada do capital parasitário) sem recorrer a essa categoria. Outrossim, a emergência do discurso em torno de uma pretensa sustentabilidade a nível internacional demonstra a severidade das consequências econômicas, sociais, ambientais e políticas da crise atual, colocando à educação um papel central na conformação do desenvolvimento sustentável, como demonstra a meta 4 dos ODS.

Pode se dizer que, em suas formulações, Mészáros contribui, em larga medida, para o debate contemporâneo sobre o imperialismo, levando em consideração a sua análise sobre a crise estrutural e a liberação das tendências destrutivas do sistema a partir da raiz da incontornabilidade ontológica do capital. A partir dessa formulação, e considerando o papel ontológico da educação, pode-se afirmar que qualquer medida que não vise acabar com o tripé que sustenta o sistema metabólico do capital (capital, Estado, trabalho abstrato), atribuindo a responsabilidade de mudanças estruturais à educação está diretamente vinculado com o projeto imperialista de sustentabilidade do capital. Dessa forma, amparados nas teses mézárarianas defendemos a hipótese que vivenciamos uma fase peculiar do imperialismo, profundamente destrutivo que demonstra a insustentabilidade destrutiva desse modo de controle, cujo um dos desdobramentos seria a agenda educativa internacional 2015-2030 e o seu projeto de sustentabilidade do capital.

Buscando associar de maneira coerente a análise do real e as interferências do centro do império na educação, levantamos os seguintes questionamentos: Qual a

¹⁵Como veremos adiante essa nomenclatura é utilizada por Hobsbawm (2015) para dar título ao seu livro que contempla o período de 1875- 1914 antes da Primeira Guerra Mundial.

¹⁶ Citação retirada do prefácio à edição brasileira publicado pela Boitempo em 2003.

peculiaridade do imperialismo produto da libertação das tendências destrutivas do capital? Quais as implicações sociais da crise estrutural do capital, cenário em que se desdobra a terceira fase imperialista, que demonstram a insustentabilidade destrutiva do capital? Qual a concepção de sustentabilidade que dão fundamento a concepção de desenvolvimento sustentável presente nas diretrizes imperialistas do Banco Mundial e que dão suporte a proposta de homogeneização das políticas de educação nos países em condição de subdesenvolvimento forçado? Quais os fundamentos do Compromisso Global de Educação 2015-2030 e sua relação de continuidade e descontinuidade com o Movimento de Educação para Todos?

Para responder aos problemas de pesquisa explicitados acima e diante do aprofundamento das implicações nefastas do movimento circular do capital que aciona e reproduz cotidianamente toda a destrutividade desse modo de controle sóciometabólico, definimos como objetivo geral dessa investigação analisar a insustentabilidade destrutiva da terceira fase imperialista cujo momento predominante seria a crise estrutural do capital, e a sua relação com a agenda imperialista de educação 2015-2030 voltada para a sustentabilidade do capital.

Enquanto desdobramentos da finalidade geral do estudo, definimos, primeiramente, a investigação do ser precisamente assim do capital, a partir do legado marxiano e da tese mézszárianiana que diferencia capital e capitalismo, indo desde as suas formas primitivas e transitórias até a sua transformação em um sistema orgânico com partes fortemente articuladas, se configurando em um sistema sociometabólico expansionista, incontrolável e destrutivo. Em seguida, examinaremos, de forma breve, a trajetória histórica do imperialismo na modernidade, que demarca ascendência histórica do capital. Para cumprir tal finalidade, utilizaremos os escritos de Marx (1985), Magdoff (1979), Hobsbawm (1985; 1995; 2012; 2013; 2015; 2017), Gennari e Oliveira (2009), Coggiola (2009) e as elaborações teóricas de Lênin (2011). Posteriormente, analisaremos a fase imperialista hegemônica atual recorrendo aos escritos mézszárianos sobre a crise estrutural do capital, a produção destrutiva concretizada via complexo industrial- militar e a globalização destrutiva diante da contradição explosiva da busca incessante pela instauração do Estado do capital global. Por fim, investigaremos os princípios, diretrizes e a funcionalidade da agenda educativa voltada para a sustentabilidade do capital. Para tal, faremos um recorte da categoria sustentabilidade de acordo com a concepção internacional de desenvolvimento sustentável presente nas principais declarações e documentos da ONU que tratam da temática desde a década de 1970. Em

seguida, faremos um breve resgate do papel do Banco Mundial na definição da agenda imperialista de Educação para Todos, para adentrar no exame da Declaração de Incheon (2015) e do projeto educativo responsável pela concretização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para finalizar, teceremos nossas considerações finais sobre o objeto de pesquisa.

2 O SISTEMA SOCIOMETABÓLICO DO CAPITAL E SUA ESSÊNCIA EXPANSIONISTA, DESTRUTIVA E INSUSTENTÁVEL

Antes de darmos início a qualquer consideração sobre o imperialismo é necessário situar, mesmo que em linhas gerais, os determinantes internos que conformam o modo de controle totalizante do capital. A partir da tese mézáríana de diferenciação entre capital e capitalismo, alicerçada no arcabouço categorial de Marx, nos debruçaremos sobre o desenvolvimento onto-histórico do capital, desde as suas formas primitivas e transitórias, passando pela acumulação primitiva, até a conformação de um modo de controle sóciometabólico incontrolável.

Tentaremos, na medida do possível, elaborar uma síntese introdutória acerca do caráter expansionista e totalizante do capital para estabelecermos as devidas relações com a gênese histórica do imperialismo moderno. Tal análise servirá de subsídio teórico e histórico para o exame da peculiaridade da dinâmica imperialista contemporânea, fundamentada na teoria de Mézáros, e sua relação com o projeto educativo internacional voltado para a sustentabilidade do capital.

2.1 Das formas primitivas e transitórias de capital a conformação de um sistema orgânico.

Conforme a direção apontada pelos formuladores do materialismo dialético, alicerce no qual se ergue uma ontologia cujo primado repousa na realidade concreta, a reprodução material ou a produção social da existência atua enquanto momento predominante da história. Para Marx e Engels (2007) o primeiro pressuposto da vida humana e de toda a história é

[...] o de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (p. 32-33).

Marx destaca que a realidade presente é gestada pelas ações dos sujeitos sociais que atuam sob as circunstâncias herdadas e escolhem entre as alternativas concretamente existentes, muito embora, a interferência da categoria do acaso e a impossibilidade do conhecimento de todas as consequências de suas escolhas não habilite a previsão do resultado exato das ações humanas. Além disso, as posições teleológicas, por serem diferentes, se chocam ou não encontram as condições necessárias para se realizar. Assim, apesar da história ser fruto de diferentes ações conscientemente orientadas, o momento predominante na determinação da dinâmica histórica é executado pela causalidade e, portanto, não há qualquer possibilidade de uma linearidade no desenvolvimento histórico.

Embora a história seja feita pelos homens e os indivíduos sempre atuem de maneira consciente, quer dizer, segundo um preceito teleológico, a história enquanto tal é dominada pela causalidade, porque os diferentes preceitos teleológicos postos pelos indivíduos se entrecrocavam uns com os outros ou não encontram os meios adequados para poder se realizar. A história tem como base de sustentação os conflitos entre inúmeras posições teleológicas e as inúmeras ações individuais (SANTOS NETO, 2011, p. 122).

Um período histórico surge e se sobrepõe a outro por uma determinação ontológica, e não por uma sequência lógica, ou em outros termos, uma determinação gnosiológica. Nesse sentido, é fundamental o exame minucioso da relação existente entre o movimento geral da tendência histórica e o seu movimento particular a fim de não reduzi-la a uma imposição absoluta. Na ontologia marxiana, a teleologia está relacionada à categoria do trabalho e aparece como critério de toda práxis social, não pertencendo nem a sociedade, nem a natureza o que elimina a falsa ideia da determinação teleológica da história tal como ocorre no idealismo e no marxismo dogmático. Em síntese, a ciência unitária da história, enquanto a única ciência existente para Marx, em seus fundamentos se contrapõe à filosofia da história hegeliana, de natureza idealista. Igualmente se contrapõe às tradições marxistas que tomam a sua forma e a sua semelhança conferem centralidade a teleologia na determinação do movimento histórico. Dessa forma,

A noção de continuidade e linearidade, que perpassa a filosofia da história, conduz ao velamento das contradições e dos traços heterogêneos do desenvolvimento histórico. A história não é o desdobrar de um movimento progressivo e crescente na perspectiva da realização do ideal da liberdade burguesa (Hegel) ou do socialismo (marxismo dogmático), mas é o desenrolar de uma trama marcada de saltos, rupturas, choques e incertezas. A perspectiva linear da história desconsidera o caráter de incerteza e

desigualdade no desenvolvimento dos diferentes complexos sociais e nas diferentes manifestações do ser social. Ao transformar a categoria da teleologia na categoria nodal para compreender o desenvolvimento histórico das forças produtivas e dos diferentes modos de produção, o marxismo dogmático acaba mimetizando a perspectiva idealista na compreensão do mundo. O propósito fundamental da ontologia lukacsiana é romper com a perspectiva teórica que interpreta o pensamento de Marx como uma variante da filosofia hegeliana da história (SANTOS NETO, 2011, p.125).

No materialismo histórico dialético, não há um movimento linear no curso da história uma vez que esta se caracteriza “[...] por uma tensão dialética entre progressão e regressão” (SANTOS NETO, 2007, p. 116). Isso significa que o desenvolvimento das forças produtivas não conduz direta e irremediavelmente ao desenvolvimento das subjetividades, podendo ocorrer uma sem a outra, a exemplo do capitalismo no qual o trabalhador a medida que produz a riqueza na forma de valor, tem aprofundada a degradação da sua subjetividade. Essa relação é sempre permeada pela possibilidade do desenvolvimento desigual.

A inédita produção da abundância¹⁷ sob a égide das relações sociais capitalistas desemboca em crises periódicas que culminam hoje em uma crise final¹⁸, expressa em abalos de variada intensidade com intervalos cada vez mais curtos. Nesse cenário, a atividade especificamente humana, mergulhada na alienação e no estranhamento, assiste o definhamento do seu portador, diante da negação das condições mínimas de manutenção da sua existência, enquanto o capital se auto- mutila, destruindo o suporte da produção de valor e a base material da sua operabilidade, o meio natural.

Ao longo do desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital, a sua natureza e determinações essenciais permaneceram as mesmas desde sua gênese até a fase pós-capitalista, muito embora apresentassem diferentes formas históricas de existência e de

¹⁷A carência foi uma realidade existente entre a revolução neolítica (descoberta da agricultura) e a revolução industrial inglesa do século XVII e XVIII. A escolha entre alternativas desembocou na propriedade privada e na sociedade de classes, e esta se mostrou a forma mais eficiente de desenvolver as forças produtivas em um período em que o trabalho excedente não era suficiente para satisfazer as necessidades de todos os indivíduos. A concentração da riqueza social nas mãos de poucos indivíduos pertencentes a classe dominante, juntamente com a negação das necessidades da maioria, possibilitou o surgimento de uma sobreprodução a ser investida no desenvolvimento das forças produtivas. É evidente que grande parte da população produtora da riqueza social não teve acesso aos resultados desse desenvolvimento humano-genérico, que contraditoriamente, só foi possível graças a exploração e a negação do desenvolvimento material à esmagadora maioria de seres humanos (LESSA, 2009).

¹⁸Nos referimos aqui a crise final não no sentido determinista de que o fim do sistema do capital ocorreria independentemente da ação dos sujeitos sociais e seria algo inevitável, determinado mecanicamente. Apenas estamos ressaltando que o agravamento das contradições sistêmicas inviabiliza uma saída para a crise no interior desta de maneira similar às crises cíclicas. De qualquer modo, o presente jogo das forças sociais pressupõe que a alternativa ao colapso que só se aprofunda será alguma ruptura que pode ser tanto a do ponto de vista do capital como a do trabalho. A esse respeito, a continuidade da história do mundo humano ou seu fim serão testemunhas da alternativa escolhida pelo conjunto da humanidade.

extração do sobretrabalho. Amparado no legado marxiano, principalmente no estudo minucioso dos Grundrisse, Mészáros (1995; 1998; 2011) defende uma tese polêmica que diferencia capital e capitalismo¹⁹. Segundo as suas análises, a gênese do capital é anterior ao seu estágio de dominação global no qual subjuga as atividades humanas e as formas de consciência à produção e reprodução ampliada do valor²⁰. O capital só pôde subjugar o conjunto das práticas produtivas e se tornar o todo poderoso modo de controle do metabolismo social quando submeteu completamente o trabalho e subjugou toda a produção social e as relações dos homens entre si e com a natureza à produção de mercadorias e às relações de mercado.

Confirmando a solidez da análise mézáríana acerca da sua teoria, ao tratar da determinação universal do capital, Marx (2011), discorre sobre o desenvolvimento histórico do valor, destacando que as determinações singulares do valor existiram em modos de produção anteriores ao capitalismo, e estavam subordinadas as formas dominantes de reprodução do metabolismo social, sendo delas resultantes. Desse modo, ele salienta o desenvolvimento processual, ressaltando que “na história, ocorrem outros sistemas que constituem o fundamento material do desenvolvimento incompleto do valor” (MARX, 2011, p. 308).

Marx (2011; 1985) ressalta que no passado, nas formas de produção anteriores, o valor de troca ainda não condicionava a produção enquanto seu elemento essencial. O capital tem o seu marco inicial na circulação, ou seja, no dinheiro, que é a primeira forma em que ele aparece. A troca de dinheiro por mercadoria e de mercadoria por dinheiro, ou a transação de comércio constitui o capital comercial. Esse é o movimento inicial em que o valor de troca não aparece apenas como forma, mas também como conteúdo. Essa troca comercial estava presente em formas anteriores e pouco desenvolvidas de sociabilidade nas quais o valor de troca e o próprio capital não representava o fundamento da produção. O desenvolvimento do valor de troca foi auxiliado pelo dinheiro advindo de uma sociedade de mercadores. Essa evolução sepultou uma produção voltada para o consumo imediato e as suas formas de

¹⁹ Ele ressalta que essa diferenciação foi efetuada pelo próprio Marx que intitulou a sua maior obra de “O capital”. O subtítulo do livro I, de acordo com Mészáros, teria sido traduzido incorretamente por Engels e, portanto, o correto seria “o processo de produção do capital” e não “o processo de produção capitalista” (MÉSZÁROS, 1995).

²⁰ Não temos nenhuma intenção de restringir o capital apenas à produção e reprodução do valor. Em total concordância com Marx e Mészáros, compreendemos o capital como um modo de controle específico, que desconhece qualquer tipo de limite a sua expansão que ocorre sempre em escala ampliada e que tem como condição *sine qua non* da sua existência a relação social de compra e venda da força de trabalho, a partir do fundamento histórico da quebra da unidade entre o trabalho vivo e as necessidades dos produtores.

propriedade em que o trabalho se relacionava com as suas condições materiais, impulsionando o surgimento de um mercado de trabalho.

Na circulação simples a mercadoria se destina unicamente ao consumo. Nesta forma de circulação, o processo tem fim quando a mercadoria singular chega nas mãos do indivíduo. Ela sai da circulação, perdendo, assim, o seu valor de troca. Quando isso ocorre, o dinheiro volta a circulação e se dissipa em vários processos de troca em que a mercadoria é orientada para o consumo direto, desaparecendo assim que acaba o seu poder de compra. Aqui a troca de excedente (uma forma de intercâmbio que contém a troca e o valor de troca) ocorre à margem da produção social. A circulação aparece como condição de uma produção que põe valores de troca somente como excedente e não uma produção que cria valor de troca como conteúdo exclusivo e só existe relacionada a circulação.

A primeira forma de capital é o capital comercial ou circulante (capital de comércio de mercadorias), que é dependente dessa forma de circulação voltada apenas ao consumo e tem nela o pressuposto da sua gênese. A segunda forma, já mais evoluída, é o capital dinheiro, juros do dinheiro e a usura²¹. Todas essas formas de capital aparecem autonomamente em uma fase anterior ao desenvolvimento da sociedade burguesa madura, em modos de produção precedentes, a exemplo da produção mercantil que remonta ao escravismo, e em um estágio mais avançado, ao feudalismo. Nas duas fórmulas (M-D-D-M) e (D-M-M-D) correspondentes, respectivamente, a primeira e a segunda forma de capital, a troca era determinada pelo valor de uso e este ainda não se encontrava subjugado ao valor de troca. A produção social ainda estava circunscrita aos limites da subsistência. (MARX, 2011)

A produção mercantil simples, que supõe o trabalho pessoal de artesãos e camponeses e a propriedade dos meios de trabalho e de subsistência não traz consigo, originalmente, relações de exploração. Mesmo já contendo a divisão social do trabalho, os camponeses produziam conjuntamente com os membros da família e os artesãos compartilhavam as mesmas condições de trabalho dos aprendizes e jornaleiros nas corporações e repassava a estes o seu ofício. Essa produção, restrita basicamente a um mercado local, movimentava uma circulação de mercadorias limitada em que a mercadoria passava quase diretamente do produtor ao consumidor. Os produtores vendiam as suas mercadorias e com o dinheiro compravam outras para o seu uso pessoal ou adquiriam meios de trabalho (matérias-primas e instrumentos). A circulação da produção mercantil simples

²¹ A junção do capital do comércio de mercadorias (capital comercial) com o capital do comércio do dinheiro (capital usurário, juros do dinheiro) conforma o capital mercantil.

expressa na fórmula M-D-M (mercadoria- dinheiro- mercadoria) evidencia que o produtor não tinha como objetivo central a posse do dinheiro que exercia apenas a função de meio de troca entre mercadorias diferentes²².

Essa forma de produção mercantil foi aos poucos alterada pelo desenvolvimento do comércio que levou a perda da relevância dos mercados locais e conduziu a sua diversificação e ampliação. Os antigos mercados também foram substituídos diante do aumento da extensão das rotas comerciais, favorecendo o crescimento da demanda de mercadorias e a expansão da utilização do dinheiro que acarretaram a expansão das atividades comerciais e o nascimento de mercados maiores. A circulação das mercadorias se complexifica, pois o comerciante, que não participava do processo produtivo, se insere entre o produtor e o consumidor. Ela, agora, se apresenta de forma distinta sob o esquema D-M- D+ (dinheiro-mercadoria- dinheiro acrescido de lucro). Contudo, o lucro da atividade comercial consistia na diferença entre o que foi pago na mercadoria e a quantidade de dinheiro recebida pela venda da mesma. Os lucros oriundos dessa atividade, muitas vezes acrescentados da riqueza proveniente de roubos e pirataria, são a base do capital comercial (NETO E BRAZ, 2007).

A ampliação do comércio enquanto agente que mediou a troca e o surgimento de um agrupamento humano baseado no intercâmbio de valores de troca resultou na dissolução das relações de propriedade em que predominavam o valor de uso, a produção destinada ao consumo imediato e a comunidade real. O desenvolvimento do valor de troca pressupõe e gera a separação do trabalho das suas condições objetivas de produção, condição fundamental para a subjugação do trabalhador ao trabalho assalariado e a aparente relação de troca de equivalentes entre capital e trabalho.

O comércio foi, por toda a parte, o intermédio do valor de troca ou, alternativamente, a transferência de valores de troca pode ser descrita como comércio – pois, assim como a circulação tem existência independente do comércio, também o dinheiro a tem na camada social de mercados. Podemos ver que o desenvolvimento da troca e do valor de troca causa tanto a dissolução das *relações de propriedade do trabalho quanto a suas condições de existência* como a dissolução *do próprio trabalho que é, em si, parte das condições objetivas de produção*. Todas estas são relações que

²² No capítulo de “O capital” sobre a mercadoria Marx (2009), destaca que mercadorias diferentes só podem ser trocadas porque possuem uma substância em comum: o trabalho. A mercadoria possui um duplo caráter: valor de uso que satisfaz as necessidades humanas e valor de troca depositário de valor criado pela força de trabalho posta em movimento. O valor de uso está circunscrito as qualidades materiais, as características físicas da mercadoria, a sua utilidade. O valor de troca, por sua vez, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. O trabalho agrega valor à mercadoria e este é expresso em termos monetários. Na troca, a mercadoria dinheiro, que é uma mercadoria especial, atua enquanto equivalente universal de troca.

expressam, simultaneamente, a predominância do valor de uso e da produção orientada no sentido do consumo imediato e, também, a predominância de uma comunidade real, ainda presente como um pré-requisito imediato da produção. A produção baseada no valor de troca e uma comunidade baseada no intercâmbio destes valores de troca, e o trabalho como condição geral da riqueza, tudo pressupõe e produz a separação do trabalho de suas condições objetivas. [...] A troca de equivalentes ocorre (mas é apenas) a camada superficial de uma produção que se fundamenta na apropriação do trabalho alheio *sem troca*, mas *sob a aparência de troca*. Este sistema de troca tem o *capital* como base (MARX, 1985, p. 106. Itálicos do autor).

O valor de troca em sua determinação mais simples só se transforma em valor de troca em sua configuração mais desenvolvida (valor) quando se valoriza na produção e tem sua existência condicionada ao constante pôr e repor da circulação. A produção de mercadorias no capitalismo submete o trabalho ao assalariamento e tem a fonte do seu lucro na produção (mais-valia) e não mais na circulação. A circulação capitalista demonstrada na fórmula D- M- D' (dinheiro- mercadoria- dinheiro acrescido de mais-valia) difere essencialmente da circulação mercantil simples.

A existência do valor em sua pureza e universalidade pressupõe um modo de produção em que o produto singular em geral deixou de ser produto enquanto tal para o produtor e mais ainda para o trabalhador individual, e não é nada sem a realização pela circulação. [...] Essa própria determinação de valor tem como seu pressuposto, portanto, um estágio histórico dado do modo de produção social, sendo ela própria uma relação dada com o modo de produção, logo, uma relação histórica (MARX, 2011, p. 307).

Da mesma forma, o dinheiro se torna autônomo perante a produção e se flexibiliza, entra na circulação e retorna a si. O valor de troca passa ter o trabalho vivo como meio de sua reprodução, enquanto na forma anterior o valor de troca era tão somente um produto do trabalho. Nessa relação “O valor de uso que confronta o capital como o valor de troca posto é o trabalho. O capital se troca ou está nessa determinabilidade só em relação com [...] a negação do capital, e só é capital relativamente a esta última; o não capital efetivo é o trabalho (Idem, 2011, p. 337).

A subjugação da produção a produção de valor de troca supõe a circulação desenvolvida que por sua vez pressupõe mercadorias, tanto em seu formato universal, (dinheiro) como no formato particular (valor de troca objetivado, ou seja, objeto produzido pelo trabalho assalariado). Portanto, a produção e reprodução do valor põe a circulação e a ela retorna continuamente para novamente se iniciar dando continuidade à reprodução

ampliada do capital. Marx (2011) resume a diferença fundamental entre a troca simples e a circulação do capital, conforme observamos na passagem abaixo:

A transição do simples valor de troca e de sua circulação no capital também pode ser expressa da seguinte maneira: na circulação, o valor de troca aparece duplamente, ora como mercadoria, ora como dinheiro. Quando está em uma determinação, não está na outra. Isso vale para cada mercadoria particular. Mas a totalidade da circulação considerada em si mesma consiste em que o mesmo valor de troca, o valor de troca como sujeito, põe-se uma vez como mercadoria, outra vez como dinheiro, e é justamente esse movimento de se pôr nessa dupla determinação e de se conservar em cada uma delas como seu contrário, como dinheiro na mercadoria e como mercadoria no dinheiro. No entanto, isso que, em si, está presente na circulação simples, não está posto nela. **O valor de troca posto como unidade de mercadoria e dinheiro é o capital, e esse próprio pôr aparece como a circulação do capital. (Circulação que, contudo, é uma espiral, uma curva que se amplia, não um simples círculo)** (p. 327. Grifos nossos).

Ao tratar do ser do capital Marx (2009), o define como "[...] processo, nos diferentes momentos do qual é sempre capital²³" (p. 317). Mészáros (2011) explica que com essa afirmação Marx faz referência ao movimento processual da história de desenvolvimento das formas iniciais e primitivas de capital (capital comercial e usurário) até a sua transformação qualitativa em um sistema orgânico e abrangente, com partes fortemente articuladas que se mantêm reciprocamente. Desse modo, é possível afirmar que os elementos que compõem o sistema do capital em sua forma plenamente desenvolvida, capitalista, incluindo a compra e a venda da força de trabalho, tida como a condição fundamental para a subjugação das práticas produtivas ao domínio do capital, existem de maneira autônoma há milhares de anos.

²³Marx (2011), chama a atenção para as afirmações limitadas que só consideram uma das dimensões desse modo de controle. Em primeiro lugar, o capital não pode ser restringido a trabalho objetivado que serve de meio para um novo processo de produção. Essa afirmação só leva em consideração a matéria do capital e acaba igualando o capital a instrumento de produção. Ao desconsiderar as suas determinações específicas, abstrai a substância dos produtos do trabalho e a finalidade da produção em que esse produto será utilizado como meio. Ao fazê-lo eterniza o capital retirando a sua dimensão histórica de uma fase particular de desenvolvimento da produção material e despreza a relação social que existe por detrás da sua constituição. Dessa forma, nem todo trabalho objetivado utilizado como meio de uma nova produção é capital. Entretanto, todo capital é trabalho objetivado que serve de meio para um novo trabalho. Em segundo lugar, explica-se que o capital é apenas valor que reproduz a si mesmo, o que também ocorre formalmente na circulação simples. Contudo, sob o domínio do capital a troca não se detém a simples formalidade de pôr valores de troca, mas subjuga toda a produção a esse objetivo, o que deixa claro a necessidade da completa dominação da atividade fundante da humanidade do homem.

No decorrer desse processo histórico - concreto cada forma de existência do capital se apresenta de modo e em formato diferenciado a depender das características predominantes nas suas fases de constituição. Entretanto, a natureza mais íntima e essencial desse modo de controle permanece a mesma desde a origem até a sua fase como complexo social universal plenamente desenvolvido, estando esta última marcada pelo alto desenvolvimento das forças produtivas (PANIAGO, 2001).

A tese de diferenciação entre capital e capitalismo e o caminho metodológico de análise desse sistema metabólico a partir do seu desenvolvimento histórico- genético é a espinha dorsal da formulação teórica mészárian e tem implicações de largo alcance para a luta socialista, a organização estratégica dos trabalhadores e para a transição. Nas suas reflexões, ele destaca que não basta superar o capitalismo, o que pode ocorrer através de um processo revolucionário e de medidas de intervenção política como a expropriação dos expropriadores, mas é imprescindível a retomada do controle do metabolismo social na medida em que o capital é um “[...] sistema metabólico sócio-econômico de controle” que a tudo subordina (MÉSZÁROS, 1995, p. 131). O capitalismo é uma das formas sociais possíveis de expressão do capital, podendo este continuar a exercer o seu domínio mesmo com a superação desse modo de produção, a exemplo das experiências pós- capitalistas da URSS e demais países do Leste Europeu.

Nas sociedades pós- capitalistas, as funções metabólicas do capital (a divisão social do trabalho, a estrutura hierárquica²⁴ de comando do capital e a consequente exploração sobre essa atividade) continuaram a existir. A ausência de uma personificação capaz de assumir essas formas de controle dá origem a uma nova personificação do capital: a burocracia estatal²⁵. Esse sistema de comando se move orientado pela acumulação que pode ser assegurada pela extração econômica ou política de sobretrabalho e de valor excedente. Na

²⁴ No rol da estrutura de comando do capital a divisão do trabalho se daria em duas dimensões: na horizontal e na vertical. A horizontal comporta a divisão funcional do trabalho que é inseparável e subordinada a divisão vertical/hierárquica do trabalho. Esta tem a função de assegurar os interesses vitais de reprodução do capital, promovendo a expansão contínua da exploração e da extração de sobretrabalho. (MÉSZÁROS, 2007)

²⁵ Os antagonistas capital e trabalho que travam uma batalha de vida ou de morte pelo controle da reprodução material da sociedade possuem suas respectivas personificações que incorporam as demandas de cada lado como advindas da sua vontade, uma vez que “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.” (MARX, 2008, p. 47). Isso é completamente compreensível quando se refere a classe trabalhadora subjugada e alienada. Mas chega a ser no mínimo irracional quando nos referimos aos capitalistas, já que o sistema do capital, em última instância, opera um modo de controle sem sujeito o que significa que ele é conduzido pelos seus imperativos cegos e, nessa direção, as suas personificações incorporam as suas necessidades insustentáveis de reprodução ampliada como advindas de sua própria vontade, independente das consequências devastadoras que isso possa acarretar. Se assim não o fizerem, para irmos direto ao cerne da questão, decretam falência.

URSS a extração do trabalho excedente se deu de forma política. Esse formato de acumulação politicamente imposto, não muito viável do ponto de vista da produtividade já que não assegurava o controle exigido sobre o trabalho, por essas e outras razões, entrou em crise e acabou travando o processo de acumulação ocasionando o colapso do sistema soviético (MÉSZÁROS, 1995; 2011).

Ao longo do seu desenvolvimento histórico, o capital se transformou de formas primitivas e transitórias (capital comercial, capital usurário), em um sistema global e abrangente que subjuga tudo e a todos aos critérios de sua viabilidade. É um modo singular de comando do metabolismo social, que inaugura na história um caráter totalizante e irresistível, impossível de ser controlado até mesmo pelas suas personificações, sejam eles capitalistas ou burocratas de partido (MÉSZÁROS, 2011).

Os elementos que compõem a operacionalidade do capital, como a produção inicial e esporádica de mercadorias e o capital monetário e mercantil, remontam a modos anteriores de organização societal, contudo não eram práticas dominantes por estarem subordinadas aos modos de controle do metabolismo social e as respectivas relações de propriedade. A esse respeito Marx (1985), explica que a dissolução das antigas formas de propriedade em Roma, por exemplo, não desembocou na constituição do trabalho livre e do capital porque três condições históricas específicas tiveram que ser satisfeitas para que o capital, baseado no trabalho vivo expropriado da matéria-prima, dos instrumentos e dos meios de subsistência, pudesse ter sua existência objetivamente possível. Em Roma, o resultado dessa dissolução não foi a indústria, mas um sistema escravagista e o domínio do campo sobre a cidade²⁶.

Portanto, eventos de chocante analogia, mas se passando em Milieu [meios] históricos diferentes, levaram a resultados bem diferentes. Estudando à parte cada uma dessas evoluções, encontrar-se-á facilmente a chave desse fenômeno, mas nunca se chegará aí com a chave-mestra de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica (MARX, 1989, p. 450).²⁷

²⁶“A história antiga clássica é a história das cidades, porém das cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento dos príncipes, superposto à verdadeira estrutura econômica); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo; a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade” (MARX, 1985, p. 74 e 75).

²⁷ Na carta à Redação da *Otetschestwennyje Sapiski* (importante revista político-literária russa fundada por volta de 1820 em São Petersburgo e fechada pela censura czarista em 1884) Marx enfatiza que, no capítulo da acumulação primitiva, ele examina o surgimento do capitalismo por dentro da sociedade feudal na Europa Ocidental (utilizando o exemplo da Inglaterra) e todo o processo de expropriação da massa de trabalhadores que culminou no nascimento das duas classes fundamentais do modo de produção de mercadorias. Esse esboço

Segundo Marx (1985), a primeira destas condições é a não propriedade da terra, ou seja, o trabalhador tem a terra como sendo de sua propriedade e não a cultiva como proprietário. A propriedade da terra inclui como possibilidade a propriedade das matérias-primas, do instrumento “natural” do trabalho que é a terra e também de seus frutos que nascem espontaneamente e fornecem os meios de subsistência que poderão suprir as necessidades alimentícias do trabalhador durante a produção. Na relação em que o indivíduo tem a terra como sendo de sua propriedade, ele encontra matéria – prima, instrumentos de trabalho e meios de subsistência criados pela terra, para só posteriormente, produzi-los através do trabalho.

A segunda condição a ser abolida é a propriedade do instrumento o que pressupõe que o indivíduo o utilize no seu trabalho individual. Isso só ocorre com um limitado desenvolvimento das forças produtivas (a constituição dos sistemas de corporação e de guildas e dos mestres artesãos e o desenvolvimento urbano do trabalho). Essa condição se dá separada e de forma distinta da primeira pelo fato de ter estabelecido a existência do trabalhador independente. “Neste estado histórico N° 2 a propriedade é, pois, constituída pela relação do sujeito que trabalha com este elemento único das condições de produção, que faz dele um proprietário que trabalha; e este estado somente pode existir como uma contradição do estado N° 1 [...]” (MARX, 1985, p. 95).

A terceira condição a ser dissolvida é a existência do proprietário apenas dos meios de subsistência (nem mais como proprietário da terra e nem do instrumento) tida como qualidade natural do sujeito que trabalha, cuja fórmula remonta à escravidão e à servidão. Condição que também é negada na relação do indivíduo com as condições de produção como capital. Em síntese, o alto desenvolvimento das forças produtivas materiais torna possível uma desagregação de todas as relações de produção pautadas na produção de valores de uso para o consumo, seja dos produtores diretos seja daqueles que trocam para atender uma necessidade imediata.

histórico da gênese do capitalismo situado nessa parte do continente europeu explicita uma tendência histórica e não “[...] uma teoria histórico- filosófica da marcha geral, fatalmente imposta a todos os povos, quaisquer que sejam as condições históricas em que estejam localizadas, para chegar por último a essa formação econômica que assegura, com o maior progresso das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral do homem” (MARX, p 449, 1989).

[...] são pressupostos processos históricos que transformem a massa de indivíduos de uma nação, se não em trabalhadores genuinamente livres, imediatamente, em trabalhadores potencialmente livres, cuja única propriedade seja sua força de trabalho e a possibilidade de trocá-la pelos valores existentes. Tais indivíduos confrontam todas as condições objetivas de produção como *propriedade alheia*, como sua *não-propriedade* mas, ao mesmo tempo, como algo intercambiável como valor e, portanto, até certo ponto apropriada pelo trabalho vivo. Tais processos históricos de dissolução são os seguintes: a dissolução do relacionamento servil que liga o trabalhador ao solo e ao senhor do solo, mas, de fato, presume sua propriedade dos meios de subsistência [...]; a dissolução das relações de propriedade que fazem dele um “yeoman”, pequeno proprietário de terras ou arrendatário (colonus) livre e que trabalha, ou um camponês livre; a dissolução das relações corporativas que pressupõem a propriedade do trabalhador quanto aos instrumentos de produção e ao trabalho em si, como uma certa forma de capacidade artesanal não apenas como fonte de propriedade, mas como a própria propriedade; também, a dissolução das relações de clientela em seus diversos tipos [...]. Análise mais acurada mostrará que **são dissolvidas, em todos estes processos de dissolução, as relações de produção em que domina o valor de uso, a produção para uso imediato. O valor de troca e sua produção pressupõem a predominância da outra forma.** [...] Novamente, um exame mais cuidadoso revelará que todas as relações dissolvidas só se tornaram possíveis, por um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (e, portanto, também mentais) (MARX, 1985, p. 97 e 98. Grifos nossos).

O processo histórico que resultou na metamorfose dos produtores diretos em trabalhadores assalariados só pôde ser concretizado após a libertação do vínculo com a gleba, a servidão e as corporações. A venda da atividade que conforma a expressão da humanidade do homem teve lugar após o violento saque dos meios de produção e a privação das garantias ofertadas pelas instituições feudais. A expropriação dos camponeses dos seus meios de subsistência, de suas terras conduziu a subjugação destes ao mercado de trabalho como proletários destituídos de qualquer direito. A propriedade privada capitalista exigiu a expropriação do trabalhador por meio do aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio. Mészáros (2011), pontua que com essa modificação, o conceito de propriedade e de riqueza foram brutalmente alterados. A primeira, que anteriormente sustentava-se na propriedade dos meios de produção e de subsistência passou a se identificar com a produção e a troca de mercadorias, além de atuar fortemente na garantia da legitimação das práticas de exploração e expropriação, próprias desse modo de controle do metabolismo social. A segunda, antes circunscrita ao desenvolvimento de habilidades e potencialidades através do trabalho, sob o alicerce do fetiche da mercadoria e da inversão da relação entre sujeito e objeto no âmbito da dependência do capital para com o trabalho, foi ressignificada e

subordinada a alienação do trabalho vivo e a reprodução ampliada do capital. Nas palavras de Marx (2013, p.157), "A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma 'enorme coleção de mercadorias', e a mercadoria individual como sua forma elementar."

Os primeiros aspectos da produção capitalista apareceram nos séculos XIV e XV, mas a era desse modo de produção data do século XVI. Vale recordar que "a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela" (MARX, 2009, p. 828). Todo esse processo histórico de expropriação do produtor rural e do camponês que resultou no desenvolvimento da propriedade privada capitalista e no trabalho assalariado constituiu a base e advém dos primórdios da acumulação primitiva.

No final do século XIV, praticamente não havia mais servidão na Inglaterra, país da Europa Ocidental que Marx utiliza como exemplo clássico da pré-história do capitalismo, resguardando as devidas diferenças, peculiaridades e contradições do desenvolvimento histórico de cada país. No século XV, grande parte da população era composta de camponeses proprietários (coexistindo com este os arrendatários livres e os assalariados da agricultura também lavradores independentes²⁸), donos da terra em que produziam, além de disporem, junto com os demais, do uso das terras comuns²⁹. O poder feudal dos senhores dos feudos e dos reis estava ligado ao número de camponeses que viviam em suas grandes extensões de terra. O primeiro passo para a instauração da mudança substancial que consolidou a base da forma societal capitalista se deu no final do século XV e início do século XVI com o fim da vassalagem. Por detrás dessa desagregação das vassalagens estão alguns fatores importantes: a busca de imposição do poder soberano por parte dos reis, impondo mediante a força o seu fim; a usurpação das terras comuns e a expulsão dos camponeses das terras pelo senhor do feudo, rompendo o pacto que em sua raiz se fundamentava nos mesmos pressupostos feudais de sua existência; o crescimento da manufatura de lã que se traduziu na transformação das terras de lavoura em pastagens de ovelhas, retirando o meio de vida dos pequenos

²⁸Essa é a relação de propriedade no sentido genérico, independente dos títulos feudais associados ao direito sobre a propriedade da terra que eles cultivavam. A figura do arrendatário livre substituiu o bailiff (primeira forma de arrendatário) ainda inserido em uma relação de produção servil. Os camponeses livres que, no tempo de lazer, cultivavam as terras dos grandes proprietários se enquadravam como assalariados da agricultura e lavradores independentes, porque além do salário recebiam uma habitação e um pedaço de terra para o cultivo, havendo nesse período um número pequeno de assalariados no sentido restrito da palavra (MARX, 2009).

²⁹"A propriedade comunal (isto é, as terras comuns), absolutamente diversa da propriedade da Coroa ou do Estado [...] era uma velha instituição germânica que continuou a existir sobre cobertura feudal" (MARX, 2009, p. 838).

arrendatários. Resulta desse cenário uma imensa leva de proletários destituídos de qualquer direito, cuja propriedade repousava apenas no próprio corpo e nas capacidades físicas e mentais histórico- concretas necessárias à reprodução da sua existência.

Em meio a esse estágio de transição, no século XVI, a expropriação da massa foi aprofundada com a Reforma Protestante e dela resultou o roubo dos bens da Igreja até então proprietária de grandes extensões das terras inglesas. A expulsão dos habitantes das terras da igreja aumentou ainda mais o contingente do proletariado nascente e a pobreza foi agravada com o confisco da parte do dízimo que cabia legalmente aos lavradores pobres. A Reforma também produziu abalos mais profundos haja vista que a propriedade da igreja representava o sustentáculo religioso das antigas relações de propriedade. O seu desmoronamento destruiu a possibilidade de manutenção destas relações.

No século XVII os camponeses independentes (yeomanry) existiam em maior quantidade do que os arrendatários. Em torno dos anos de 1750, essa classe de camponeses desaparece e é substituída por estes pequenos arrendatários. Nas décadas finais do século XVIII, define o que havia restado da propriedade comunal.

O saque das terras comuns, que teve início no final do século XV e perdurou no século XVI, foi conduzido através de ações individuais de transformação das terras de lavoura em pastagens para a produção de lã. A legislação lutou contra essas ações durante mais de um século, embora sem sucesso. O século XVIII trouxe um progresso nessa direção. A legislação, ou seja, o direito tornou legítima a violência do saque das terras pertencentes ao povo instituindo leis de cerceamento destas terras para transformá-las na moderna propriedade privada.

As terras do Estado, da Coroa e os bens da igreja tiveram destino semelhante. Também foram roubadas em níveis nada modestos e, assim como o furto sistemático e, posteriormente, legal das terras comuns, favoreceram os grandes proprietários de terra. A burguesia nascente apadrinhou a usurpação para atender direta ou indiretamente aos seus interesses. Vislumbrava, entre outras razões, transformar a terra em bem comerciável, ampliar a extensão da exploração agrícola, expandir a quantidade de trabalhadores despossuídos, dentre outros. Outrossim, a nova aristocracia, dona das terras, era aliada do setor das finanças nascente e da burguesia manufatureira. A fase final da expropriação dos camponeses é a retirada de todos os seres humanos das propriedades. Todos os métodos acima indicados resultaram nessa retirada, restando apenas a destruição de choupanas a fim de impossibilitar

que as terras de cultivo fossem o local da residência dos trabalhadores agrícolas. O resumo de todo esse longo processo é exposto por Marx (2009), na passagem seguinte:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos (p. 847).

O movimento desencadeado pela espoliação e a expulsão que instituiu uma massa de trabalhadores assalariados e os elementos materiais do capital também acarretou o fim da indústria doméstica rural e a criação do mercado interno e a dissociação gradual entre manufatura e agricultura. A produção camponesa de matérias-primas e de meios de subsistência, antes voltada em maior parte para o consumo próprio, dá lugar a uma produção para o mercado criado pela manufatura. Todos os produtos anteriormente produzidos pelos camponeses e de acesso destes torna-se produto manufaturado. O fim da indústria doméstica rural, ou seja, o fim da produção camponesa para o consumo próprio, cria as bases do nascimento e da ampliação do mercado interno exigidas pelo modo capitalista de produção.

A rapidez e a imensa quantidade de trabalhadores expulsos das terras se deu em uma proporção muito maior que a capacidade de absorção da recém surgida manufatura. O resultado foi um contingente de desvalidos e mendigos, duramente reprimidos por uma legislação cruel e sangrenta que os responsabilizava pela situação em que viviam e o emprego da força pelo Estado para regular salários, aumentar a exploração e a dependência do trabalhador com o objetivo de acelerar o movimento da acumulação do capital. A atuação direta do direito e do Estado e a promoção de ações de terror e violência foi uma característica fundamental da acumulação primitiva.

Outros métodos levados a cabo para a constituição das duas classes fundamentais do capitalismo e para pôr fim a forma de propriedade privada baseada no trabalho próprio também marcaram com sangue essa etapa de acumulação primária. O sistema colonial e a guerra comercial entre as principais nações pela disputa do mercado mundial foi concretizada através da conquista das Índias Orientais e das Américas, do saque das suas riquezas, do massacre, do extermínio e da escravidão de populações indígenas e africanas. Essas ações evidenciam a marca histórica da crueldade em que “A força é o parteiro de toda a sociedade

velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2009, p. 864).

Além dos métodos de violência direta, foram utilizados outros sistemas³⁰, também organizados e conduzidos sob a tutela do Estado. Estes tinham o objetivo de conduzir de forma artificial a transformação do modo de produção feudal no modo de produção capitalista e com isso abreviar o período de transição. A dívida pública, que em um passe de mágica transforma o dinheiro em capital, dando a este o dom de reproduzir a si mesmo sem expor os seus donos a investimentos de risco na indústria e na usura produz uma leva de capitalistas que tem a sua riqueza separada do âmbito estrito da produção. Os títulos da dívida pública, mais um papel que vale dinheiro, de fácil transferência, funciona nas mãos dos credores do Estado como dinheiro. Esse sistema acarreta o desenvolvimento das sociedades anônimas, a bolsa de títulos negociáveis e a moderna bancocracia³¹. Ele também originou um sistema internacional de crédito passível de esconder as raízes da acumulação primitiva em alguns países, com empréstimos cuja fonte de origem remontava aos perversos meios de extração da riqueza praticados pelo país credor. Esse sistema de empréstimos desencadeou como seu complemento o moderno sistema tributário. Ambos, incluído aqui o sistema protecionista parte integrante deste último, executaram um papel relevante na transformação da riqueza em capital e na expropriação das massas (camponeses, artesãos, etc).

Todo esse processo, fundamental para a constituição do sistema orgânico do capital em sua forma capitalista, tem como ponto alto a expropriação e a separação dos indivíduos das relações com suas condições objetivas de trabalho, transformando-os em trabalhadores livres e despossuídos. O outro lado da mesma moeda é a liberação dessas condições objetivas (terra, matérias-primas, meios de subsistência, instrumentos de trabalho e dinheiro) de sua relação com os sujeitos que trabalham. De meios de existência, essas condições materiais se transformam em parte do capital constante e exercem um comando externo sobre o trabalho que conforma o capital variável, produtor de mais-valor. Todos os meios de realização do trabalho continuam a existir materialmente como antes, mas sob a regência de novas relações políticas e confrontam os despossuídos agora sob a forma de capital.

³⁰Como dito anteriormente, Marx (2009), utiliza o exemplo da Inglaterra. A respeito dos meios impulsionadores da acumulação primitiva, ele destaca que estes se dividem em ordem cronológica principalmente na França, Portugal, Espanha e Inglaterra e que neste país essa acumulação originária foi organizada através de todos esses sistemas.

³¹ Faz referência a nascente influência dos banqueiros na política e na economia. Com a supremacia do capital financeiro esse poderio cresce imensamente, como veremos adiante.

O processo histórico consistiu na separação dos elementos até então combinados; seu resultado [...] é, [...] uma situação em que cada um deles surja negativamente relacionado com o outro: o trabalhador, (potencialmente) livre por um lado, o capital (potencial) do outro (MARX, 1985, p. 99).

Marx (2009), explica que da mesma forma que meios de subsistência e de produção, dinheiro e mercadoria a princípio não são capital. É preciso que dois tipos de possuidores de mercadorias se defrontem e mantenham relação: os proprietários de dinheiro, meios de produção e de meios de subsistência, interessados em aumentar a sua soma de valores por meio da compra da força de trabalho; e os possuidores de força de trabalho (trabalhadores livres não mais parte das condições de produção como ocorreu no escravismo e feudalismo e expropriados das suas condições de trabalho). Com a existência dessas duas classes fundamentais que configuram os dois polos do mercado está dada as condições básicas para a produção de mercadorias.

A completa expropriação do trabalhador das condições objetivas de produção da existência torna possível a compra de trabalho livre e destas condições por comerciantes e usurários. “[...] o conceito de capital- a origem- implica *dinheiro* como ponto de partida e, portanto, implica a existência de riqueza em forma de dinheiro. Está igualmente implícita sua procedência na circulação” (MARX, 1985, p. 101, grifos do autor). A formação do capital não tem a sua origem ligada à propriedade da terra, nem as corporações. Ela se origina da riqueza mercantil e usurária. A acumulação advinda da usura, especialmente a ligada à renda terra, e à acumulação resultante dos lucros mercantis são formas de riqueza anteriores que atuam enquanto seus pressupostos. Essas duas formas de acumulação, em sentido mais específico, são o ponto de partida do capital industrial. Antes do capital dinheiro, constituído pelo comércio e a usura, se transformar em capital industrial, esbarrou nos entraves postos pelo sistema feudal e pela organização corporativa das cidades. A dissolução das vassalagens, a expropriação e a expulsão dos camponeses, destruíram essas barreiras e logo foram alocadas manufaturas em portos marítimos ou em pontos no interior da Inglaterra.

A riqueza monetária já havia alcançado um relativo grau de desenvolvimento no período de dissolução dos modos de produção precedentes e das relações do trabalhador com os seus meios de produção e à medida que essa desagregação se aprofundava a riqueza, em forma de dinheiro, se expandia rapidamente. Ela atua como operador dessa dissolução e ao mesmo tempo essa desagregação é um pré-requisito para a sua transformação em capital. O que torna possível a transformação da riqueza monetária em capital é, por um lado, a

existência de trabalhadores livres e, por outro, das condições objetivas de realização do trabalho, antes propriedade das massas agora sem qualquer destino e disponíveis para a venda.

A formação original do capital [...] ocorre, simplesmente, porque o processo de dissolução de um velho modo de produção permite que o valor, existente como riqueza monetária, adquira de um lado, as condições objetivas do trabalho para, do outro lado, trocar o trabalho vivo dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro. Todos estes elementos já existem. O que os separa é um processo histórico, um processo de dissolução e é este que possibilita ao dinheiro transformar-se em capital. O dinheiro, em si, embora participe do processo histórico, fá-lo, apenas, na medida em que é, ele próprio, um agente extremamente poderoso de dissolução que intervém no mesmo e, por isto, contribui para a criação de trabalhadores livres, despojados, sem objetivo; mas, certamente, não porque crie para elas as condições objetivas de sua existência mas, antes, por acelerar sua separação das mesmas, isto é, apressar sua perda da propriedade” (MARX, 1985, p. 103. Itálicos do autor).

Em síntese, o capital, em suas formas primitivas e transitórias esteve presente em formas de organização sociais anteriores ao capitalismo, mas para se tornar um sistema orgânico com partes fortemente articuladas que se mantém reciprocamente a partir da junção e transformação qualitativa desses elementos constituintes, condições históricas específicas tiveram que ser satisfeitas. A condição essencial, dentre outras, foi a expropriação do trabalhador e a sua completa subordinação ao jugo do capital, sendo essa a raiz das contradições em que se assenta esse modo de controle. Somente a partir da forma social capitalista burguesa o capital pôde se firmar como sistema orgânico que a tudo absorve ou nas palavras de Mézáros (2007, p. 55) “[...] sistema orgânico oniabrangente”.

Desse modo, libertando seus antiquíssimos componentes orgânicos das algemas dos sistemas orgânicos anteriores e demolindo as barreiras que impediam o desenvolvimento de novos componentes vitais, o capital como um sistema orgânico oniabrangente pôde afirmar a sua vigência nos últimos três séculos como produção generalizada de mercadorias. Reduzindo e degradando os seres humanos à condição de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pôde tratar até mesmo o trabalho vivo como nada mais que “mercadoria comercializável”, igual a qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da coerção econômica. (MÉSZÁROS, 2007, p. 56)

Ao romper com todos os limites postos pelas necessidades humanas e com a produção de valores de uso, subordinando-os a valores de troca quantitativos e sempre em expansão, tornou possível a existência de sua forma capitalista burguesa mediante a adoção da forma econômica e incomparavelmente mais dinâmica de extração do trabalho excedente.

2.2 O ser precisamente assim do capital: modo de controle totalizante, incontrolável, e tendencialmente destrutivo

O “círculo vicioso” de autoreprodução ampliada do capital reúne os antagonismos estruturais desse modo de controle sociometabólico. Uma das características fundamentais derivadas do domínio do capital foi a completa disjunção entre necessidade e produção que acabou por subordinar valor de uso a valor de troca, possibilitando a retirada dos obstáculos que limitavam o dinamismo da produção. Dessa forma, o capital transformou a produção no objetivo da humanidade e a geração de riqueza no objetivo da produção. Além do rompimento entre a existência humana e as condições inorgânicas de sua existência, naturalizada como advinda da própria natureza humana, o significado de propriedade foi brutalmente alterado. Nesse processo, afastou-se da sua significação original pautada na relação do trabalhador com as suas condições de produção e reprodução como sendo de sua posse. Com essa modificação, o conceito de propriedade passou a se identificar com a produção e a troca de mercadorias, além de atuar fortemente na garantia da legitimação das práticas de exploração e expropriação, próprias desse modo de controle do metabolismo social.

Durante o curso histórico de desenvolvimento do capital, a concepção de riqueza, baseada na construção de novos conhecimentos e habilidades através do trabalho como atividade potencializadora, desapareceu completamente, sendo subordinada a uma concepção material, ligada a relações alienadas. O fato do objetivo da produção ter se tornado a geração de riqueza, pela necessidade proveniente da natureza do próprio capital de se autovalorizar incessantemente, trouxe o domínio do aspecto quantitativo sobre o qualitativo. Apesar da possibilidade da emancipação humana, como defende Marx, está intimamente ligada ao alto desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente expansão da produção, este desenvolvimento possuiria não só uma dimensão quantitativa, mas também, e principalmente, um viés qualitativo, expresso na expansão das necessidades e no crescimento das condições de sua satisfação. Como o domínio do capital rompe com a relação entre necessidade e produtividade, desconsiderando qualquer medida humana como norte do processo produtivo, acaba por transformar suas potencialidades produtivas em destruição, como veremos mais detalhadamente no terceiro capítulo, impossibilitando qualquer controle sobre as tendências destrutivas derivadas da dominação da quantidade pela expansão quantitativa.

Paniago (2001) reitera, a partir dos escritos mézárianos, que a acumulação primária e a transformação de dinheiro em capital propiciaram que o capital obtivesse um

poder autoconstituente e irreprimível no tocante ao seu movimento de expansão. Esse poder trouxe o germe da incontabilidade do sistema, uma vez que, para que o processo sociometabólico se adaptasse às necessidades e finalidades da sua auto-reprodução foi necessário a submissão tanto das subjetividades como das potencialidades materiais à produção de riqueza alienada. Essa produção ou reprodução ampliada do capital enquanto sua própria causa, essencialmente oposta a riqueza de produção, rompe definitivamente com os limites postos pelas necessidades humanas. A quebra da autosuficiência na relação entre produção e controle, presente nas formas anteriores de controle sociometabólico, e a sua substituição por processos reprodutivos materiais mais amplos já evidenciam o avanço do modo de controle do capital. Extingue-se a ênfase anterior no tocante a satisfação das necessidades humanas e na correspondente produção de valores de uso. Estes são completamente subjugados ao valor de troca e têm a sua existência subsumida a função de ser seu mero veículo material. Assim, esse modo de controle do metabolismo social apresenta um dinamismo inédito quando comparado as outras formas de organização societal, mas em contrapartida, abocanha a capacidade produtiva e toda a riqueza social dela derivada para atender aos seus imperativos irrestringíveis e tendencialmente destrutivos (MÉSZÁROS, 2011). Essa natureza expansionista e incontável das práticas produtivas sob o domínio desse modo de controle faz do capital um sistema insustentável. As consequências dessa insustentabilidade só apareçam de forma potencializada quando a crise estrutural desnuda a lógica destrutiva do sistema ao mesmo tempo que pode-se afirmar que a crise é, em última instância, produto dessa insustentabilidade.

Para realizar o valor, historicamente específico, que simultaneamente será reproduzido em escala ampliada, o capital precisou, além de subjugar a produção, penetrar na esfera da circulação. Nesses termos, Mézáros (2011) destaca que o relacionamento entre produção e consumo teve que ser radicalmente alterado em toda a sua extensão, ocasionando o rompimento da unidade existente em outras formas de organização social voltadas para a produção e o consumo de valores-de-uso. Ao se livrar das restrições e entraves da autosuficiência, o capital se tornou o mais poderoso modo de controle extrator de trabalho excedente.

Não se pode negar o aumento da produtividade derivado da liberação das limitações da autosuficiência e os benefícios sociais dela decorrentes. Essa perda de controle ao mesmo tempo que favoreceu a expansão do capital tornou possível o controle sobre as contradições subjacentes e os antagonismos estruturais. Entretanto, o lado socialmente

negativo dessa vitória do capital se expressa na conseqüente perda de controle sobre o conjunto do processo reprodutivo social. Os efeitos potencialmente catastróficos dessa perda não são percebidos em uma longa fase de desenvolvimento, pois foram postergados na fase de ascendência histórica do sistema. A atuação eficiente do maquinário de deslocamento dos antagonismos internos durante esse período ocultou esses efeitos, e mesmo escondidos debaixo da aparência de uma expansão pretensamente infinita, atualmente ameaçam toda a sociedade com uma explosão desastrosa. Ao separar radicalmente as funções de produção e controle e impor um agente separado para exercer o comando sobre o trabalho, o capital consolidou a base dos seus defeitos estruturais, com os quais tem que conviver sem qualquer perspectiva de solução efetiva.

Para operar o seu dinamismo e se tornar um modo de controle totalizante, de longe o mais poderoso da história, seguindo a sua tendência a universalização, o sistema metabólico do capital precisou operar fraturas entre unidades que constituíam o processo produtivo (produção e controle, produção e consumo, produção e circulação) naturalizando essas separações artificiais que são a base antagonista do seu sistema de controle. O principal defeito estrutural do capital é a ruptura entre produção e controle que, por sua vez, se metamorfoseia nas fraturas entre produção e consumo e produção e circulação.

Os defeitos ou fraturas estruturais de controle do sistema são perceptíveis através da fragmentação dos microcosmos internos (unidades produtivas) que o compõem. Essas fraturas se expressam através da oposição entre produção e controle, que assumem dimensões opostas, sendo as suas funções exercidas por classes sociais antagônicas; a separação entre produção e consumo que se baseia no consumo exagerado e manipulado de alguns poucos e se apoia na negação das necessidades básicas da maioria que atua como agente produtor da riqueza; a contradição entre produção e circulação, que é o resultado da tentativa de unir os novos microcosmos fragmentados em um tipo de conjunto que seja capaz de criar a circulação como uma estratégia derivada das suas unidades internamente fragmentadas. Essas separações são fraturas estruturais e não podem encontrar a unidade perdida nas mesmas bases fundamentais que promoveram a oposição entre elas como condição imprescindível para a autorreprodução do capital.

O domínio do capital promove além dessa subordinação do valor de uso ao valor de troca, a separação dos produtores de qualquer processo decisório. A condição fundamental de existência desse metabolismo social está na subjugação do trabalho aos seus imperativos, e ele só pôde se desenvolver e posteriormente chegar a maturidade quando submeteu o trabalho,

gerador de mais-valia, ao assalariamento. Todavia, para o capital obter o controle efetivo sobre a reprodução social teve que, além de submeter o trabalho, garantir o total e completo controle dessa atividade humana, transformando o processo original de produção em auto-reprodução ampliada do capital.

Mészáros (1995) apud Lessa (1998) aponta quatro condições fundamentais para a existência de todas as formas desenvolvidas da relação capital. A primeira, já analisada nas linhas acima, se refere a separação forçada dos trabalhadores dos meios de trabalho e de subsistência. A segunda, um desdobramento da primeira, diz respeito a imposição das condições materiais alienadas de realização do trabalho sobre o próprio trabalho enquanto um poder alheio que exerce comando sobre essa atividade. Essas duas condições, exaustivamente analisadas por Marx, tratam da transformação dos meios de trabalho e de subsistência em capital, da conseqüente subjugação do trabalho vivo ao trabalho morto e da alienação do trabalho expressa na produção de uma riqueza alheia ao produtor, a ser produzida conforme as definições emanadas por esse comando externo ao trabalho.

A terceira condição consiste na produção de personificações do capital que assumem as demandas de sua reprodução sóciometabólica como advindas da sua própria vontade, valores que guiam a sua forma de ser e os rumos das suas vidas. A forma clássica dessa personificação é representada pelo proprietário privado, embora não seja a única. O burocrata dirigente, que exercia a tutela do poder do Estado, conduzindo a extração política de sobretrabalho, foi a personificação resultante das sociedades pós-revolucionárias dominadas pelo jugo do capital. A quarta condição, conseqüência necessária da terceira, é a necessidade de uma personificação que incorpore as demandas de reprodução ampliada do capital sob a ótica do trabalho. Ao ser completamente expropriado, restando-lhe apenas a força do seu trabalho, o trabalhador, no mais alto nível da alienação, internaliza e defende os imperativos de extração da mais-valia já que precisa vender a atividade expressão da sua humanidade. Assim, concebe o trabalho apenas enquanto trabalho abstrato e nessa perspectiva, internaliza a defesa do capital pois supõe que ambos têm objetivos em comum, quando na verdade, as finalidades são diametralmente opostas.

Para que o capital pudesse atuar como um sistema de controle totalizador, ao longo da sua constituição teve que superar todas as restrições políticas, econômicas e sociais que se colocaram ao seu impulso expansivo e dispor de uma estrutura de controle singular e apropriada as suas funções. Ao se livrar das restrições, o capital não pôde colocar novos limites aos seus imperativos, perdendo, assim, o controle das partes que o compõem, que são

centrifugamente estruturadas em uma totalidade profundamente instável. Todas as funções produtivas e redistributivas levadas a cabo na sociedade foram ajustadas e subjugadas às exigências postas por esse modo de controle. A divisão da sociedade nas classes antagônicas acima citadas, que correspondem à personificação do capital e do trabalho, impõe a necessidade de uma divisão hierárquica do trabalho a qual é submetida a divisão funcional, uma vez que as funções de produção e controle foram radicalmente separadas, sendo atribuídas a classes sociais diferentes.

Outro aspecto dessa submissão foi a criação de uma estrutura de comando político por meio do Estado Moderno. Enquanto estrutura que pratica a única ação corretiva aceitável pelos parâmetros irrestingíveis do capital, o Estado Moderno surge para assegurar e proteger a produtividade material desse modo de controle sociometabólico. Para tal, complementa com seu comando político as suas estruturas econômicas, estando diretamente ligado à reprodução interna do sistema. Essa estrutura totalizadora de comando político contém a sua própria superestrutura jurídica e política, e carrega consigo a função de corrigir, dentro dos limites aceitáveis pelos imperativos do sistema, os antagonismos emanados pela falta de unidade das partes que compõem o processo produtivo, que, por sua vez, constituem as partes vitais desse metabolismo social (MÉSZÁROS, 2011).

O Estado mantém uma dependência ontológica em relação à estrutura social e econômica. No entanto, ao longo da consolidação do capital como sistema sociometabólico, essa relação assumiu a forma de uma reciprocidade dialética³², em que o Estado torna-se um elemento integrante da base material do capital da mesma forma e com o mesmo grau de importância das suas unidades reprodutivas. O capital conquistou o seu poder na esfera da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas que deram corpo ao Estado moderno. Dessa forma, essa estrutura política vai se afirmar como um elemento essencial para o funcionamento permanente do capital em seu microcosmo e nas relações das unidades produtivas entre si. Por esse motivo Mézáros (2011) a define como um órgão metabólico dessa “[...] forma incontrolável de controle sociometabólico” (p.96).

³²Mészáros (2011) afirma que por conta dessa determinação recíproca há uma ligação estreita entre a base sociometabólica do capital e o Estado moderno. Isso significa que qualquer ação no campo político, mesmo que tenha o objetivo de extinguir o Estado, tem pouca influência no estabelecimento de uma sociedade socialista. Por outro lado, justamente porque é necessário enfrentar essa complementaridade entre capital e sua estrutura de comando político é que os socialistas não podem esquecer que não há possibilidade de acabar com o domínio do capital sobre a totalidade social sem seguir o que Marx já preceituava sobre o progressivo fim do Estado. Em suma, Mézáros conclui que para pôr fim ao controle do capital sobre a totalidade social é imprescindível acabar com o tripé capital- Estado- trabalho (abstrato).

É indispensável deixar claro que o Estado não é, de modo algum, igual ao sistema de comando do capital. Esse modo de controle sociotamebólico é historicamente particular e possui uma estrutura de comando que deve ser adequada aos diversos níveis e esferas, justamente por ter que subjugar tudo ao seu poderio, não tolerando nada acima do seu controle. O capital é o seu próprio sistema de comando no qual está contida a dimensão política, embora isso não signifique que essa estrutura seja uma parte subordinada do sistema, o que deixa explícita a manifestação prática da relação de reciprocidade dialética estabelecida entre capital e Estado. Nessa relação de complementaridade

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital- é ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido, fundamental, o Estado- em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador- deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto.

No entanto, este inter-relacionamento íntimo também se mantém quando visto pelo outro lado, pois o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica (MÉSZÁROS, 2011, p. 124 e 125, grifos do autor).

Como parte complementar da base material do capital, a estrutura política do sistema assume o papel de estabelecer uma coesão entre as suas fraturas internas (produção e controle, produção e consumo e produção e circulação) e o controle sobre as suas forças centrífugas derivadas das unidades produtivas do capital, que configura um sistema antagonicamente estruturado. Sem a existência do Estado essa coesão não poderia ser concretizada, e os microcosmos produtivos não poderiam ser organizados em um sistema orgânico e abrangente, tornando impossível a realização do seu potencial produtivo incontrolável.

No que se refere à correção do antagonismo gerado pela oposição entre produção e controle, o aparato legal do Estado moderno é uma condição indispensável para o exercício do autoritarismo e controle nos locais de trabalho. Sem essa base jurídica unificadora até os menores microcosmos seriam destruídos pela falta de um consenso, o que anularia a eficiência econômica do sistema reprodutivo social.

A separação entre produção e consumo foi possibilitada pela subordinação do valor-de-uso a valor-de-troca associado ao abandono da autossuficiência, o que trouxe a

perspectiva de uma expansão sem precedentes, destinada, pela natureza contraditória do capital, a encontrar seus limites em um dado momento de saturação. Nessa conjuntura, na qual o consumo foi alavancado com necessidades reais e outras puramente manipuladas, o capitalista, dono dos meios de realização do trabalho, aparece como produtor da riqueza e o trabalhador alienado, verdadeiro produtor da riqueza social, como consumidor³³.

Diante dessa fragmentação e das contradições geradas por ela, o papel totalizador e político do Estado moderno é fundamental. Essa estrutura deve adaptar as suas funções reguladoras de acordo com as variações na dinâmica da reprodução ampliada do sistema, atuando na complementação política e no fortalecimento do domínio do capital contra qualquer obstáculo que possa vir a bloquear o andamento das desigualdades expressas também na distribuição e no consumo. Além disso, o Estado deve assumir - e assume de forma cada vez mais crescente - a função de comprador-consumidor direto. No exercício dessa função, atende algumas necessidades básicas do conjunto da sociedade, mas atua, também, devido ao seu papel de agente complementar da base material do capital, no atendimento dos imperativos expansivos desse modo de controle por meio da satisfação de necessidades artificiais às contradições derivadas da ruptura entre produção e consumo. Na tentativa de procurar alguma espécie de unidade para a ruptura entre produção e circulação, o papel do Estado é igualmente essencial, ou até mais necessário do que na coesão das outras fraturas internas do capital. Todavia, ao tentar solucionar essa oposição acaba gerando contradições insolúveis. Uma dessas contradições, que consiste em uma das mais importantes do sistema, está ligada ao fato de que historicamente as estruturas corretivas e de comando político do capital se articulam na forma de Estados nacionais, embora essa configuração seja incompatível com a essência expansionista do capital, que traz, em si, o germe da universalidade, e, com ele, a tendência de suplantar toda e qualquer barreira nacional, na direção de um empreendimento verdadeiramente global.

Outra contradição que merece atenção diz respeito à maneira diversa que o Estado, como agente criador da circulação global, se comporta diante das suas ações no plano internacional e no plano nacional. A nível nacional, o Estado busca evitar que a tendência a concentração e a centralização do capital elimine unidades econômicas viáveis, com o intuito de não afetar o capital nacional total. Em contrapartida, no domínio internacional, o Estado

³³Como consumidor, o trabalhador executa um papel importante no pleno andamento da reprodução sociometabólica. Essa importância, ou dependência tende a crescer no estágio mais avançado do capital, o que significa que a função realizada pelo consumidor- cliente é muito mais relevante no século XX do que em períodos anteriores. (MÉSZÁROS, 2011)

nacional não busca de nenhum modo limitar o impulso ao monopólio de suas unidades sócio-econômicas dominantes. Ao contrário, estimula e apoia a expansão monopolista do seu capital nacional frente aos outros Estados adversários.

Conforme dito anteriormente, Mészáros (2011) assevera que o capital é um modo historicamente específico de controle do metabolismo social, que possui um caráter totalizante e irresistível que subjuga tudo e a todos a sua determinação mais essencial de ser “[...] *orientado pela expansão e movido pela acumulação*” (p. 100. Itálicos do autor). É da natureza mais íntima do capital subjugar tudo e todos a sua volta, antes de ser controlado, apenas superficialmente, pelas suas personificações, já que não reconhece e nem pode aceitar qualquer obstáculo à sua autorreprodução ampliada, nem mesmo os seus limites absolutos insuperáveis. A esse respeito Mészáros (2011) insiste

[...] que o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’ [...], um mecanismo racionalmente controlável’, [...] mas é em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que esse sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa- na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa-estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’- do que o sistema do capital globalmente dominante (p. 96).

Apesar de o trabalho ter sido despojado dos meios de trabalho e transformado, como vimos anteriormente, em mero instrumento de valorização do capital, o que o tornou refém do controle objetivo do sistema, é ele que alimenta a expansão do capital e exerce o lugar de sujeito real da produção. A condição ineliminável de existência desse modo de controle totalizante é o exercício do comando sobre o trabalho. Inclusive foi assim que o sistema do capital pôde continuar a existir nas sociedades pós- revolucionárias, porque embora tivesse ocorrido mudanças na configuração histórica do sistema a sua constituição essencial fundada na dominação do trabalho permaneceu a mesma (MÉSZÁROS, 2011).

Apesar do trabalho pôr em movimento a produção de mercadorias e ser o produtor efetivo da riqueza social, o comando do capital sobre essa atividade opera uma subversão na relação sujeito- objeto. Ao espoliar os trabalhadores de todo e qualquer poder de decisão no âmbito do processo de produção, agora limitados a meros fatores materiais de produção, o capital substitui as necessidades humanas pelos imperativos materiais de sua valorização e expansão. A consequência direta dessa subversão é a transformação do trabalhador (sujeito

real da produção) em objeto a serviço do capital e esse modo de controle singular do metabolismo social em novo sujeito da história. Contudo, nesse processo o capital não é menos manipulado pelos seus imperativos de valorização do que o trabalho, estando subordinando a sua lógica material cega, o que faz dele um pseudo-sujeito. (MÉSZÁROS, 2011; PANIAGO, 2001).

Na execução do controle externo e independente do trabalho, o capital impõe as suas determinações de expansão através das personificações do capital que também atuam como pseudo-sujeitos apenas operacionalizando os imperativos fundamentais para a continuidade da reprodução sociometabólica. Nesse aspecto, Mézáros (2011) constata que as personificações do capital, sejam elas capitalistas ou burocratas de partido, ocupam somente o lugar dos responsáveis por transformar em diretrizes práticas os imperativos desse metabolismo social. Isso se dá por conta da completa alienação do poder de decisão dos indivíduos, enquanto um dos critérios objetivos para a concretização da natureza expansionista do capital. A lógica irrestringível daí resultante torna o capital um modo de controle sem sujeito. A despeito de toda a polêmica em torno dessa afirmação, Mézáros não cai no grave erro de a-historicizar o capital, anulando a possibilidade de ruptura revolucionária conduzida pela classe explorada. Ele apenas ressalta que há uma dinâmica própria do ser do capital que se sobrepõe a decisão das classes justamente pela fratura entre produção e controle. Em outras palavras, é uma realidade historicamente construída e objetivamente existente que expressa a natureza mais essencial do capital e por isso é passível de ser transformada. Mézáros (2011) detalhou o que seria esse controle sem sujeito e o poder alienante que usurpa dos sujeitos a tomada de decisões.

Como um modo de controle sociometabólico, o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle *sem sujeito*. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos [...] do *peçoal* controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital- sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido- só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente de seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 126).

Essa falta de controle ao mesmo tempo que foi positiva para a expansão desenfreada do capital, trouxe sérias deficiências com implicações sociais de largo alcance. O capital é irreprimível enquanto tiver capacidade de extrair e acumular trabalho excedente, seja através da extração econômica da mais-valia, seja através da extração política do mais-valor no decorrer da reprodução de uma sociabilidade específica. Todavia, quando esse processo dinâmico de expansão e acumulação é estagnado, as consequências são extremamente prejudiciais para o sistema e o conjunto da sociedade. Mesmo os bloqueios decorrentes das crises cíclicas que compõem a normalidade do movimento do capital, e os seus consequentes abalos econômicos, sociais e políticos, podem gerar consequências destrutivas de enormes proporções.

Mészáros explica que o capital possui um incontrolável impulso a universalidade. O caráter expansionista desse modo de controle é um elemento essencial de seu *modus operandi* e ele só pode existir como capital quando mantém a sua auto-reprodução ampliada. Esse dinamismo foi um elemento fundamental para que o capital se sobrepusesse as formas de organização social anteriores e passasse a exercer o total controle sobre o metabolismo social. No período de expansão do capital, na sua fase de ascendência histórica, a sua auto-reprodução ampliada coincidiu com a produção genuína o que forneceu a base objetiva para que o capital realizasse um papel civilizador, dando vazão aos seus interesses expansionistas e ao mesmo tempo possibilitando o desenvolvimento das forças produtivas (PANIAGO, 2001). Essa essência totalizante, nos primórdios do desenvolvimento do sistema do capital teve um papel positivo, mesmo com um rastro de desumanidades, e culminou na revolução industrial, libertando a produção dos limites da autossuficiência, mas diante de limites absolutos revela toda a destrutividade pertencente a essência mais íntima do capital.

Segundo Mészáros (2011) há um caráter destrutivo no desenvolvimento normal desse modo de controle do metabolismo social mesmo quando ele ainda se encontra na sua fase histórica de ascensão. Essa dimensão eminentemente destrutiva e insustentável é expressa de várias formas, destacando-se, segundo o autor, alguns aspectos fundamentais, como: o processo em que as unidades econômicas ou produtivas mais fracas serão implacavelmente engolidas no movimento que busca a maior concentração e centralização do capital; a destruição decorrente das crises cíclicas que se manifesta com o descarte do capital acumulado ou superproduzido, como parte da normalidade do sistema.

Marx afirma que o sistema do capital, em sua forma capitalista, vivencia o antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Ao

romper com os entraves que limitavam a produção à subsistência, a capacidade do homem de transformar a natureza para atender as suas necessidades historicamente situadas (forças produtivas) produz, pela primeira vez na história humana, a abundância, ou seja, uma produção que além de suprir as necessidades de todos os indivíduos sobra para ser investida no desenvolvimento produtivo. Todavia, a reprodução do capital (relações de produção) entrava com esse avanço e essa contradição antagônica só pode ser superada através da ruptura com essa forma de produção regida pelo constante pôr e repor de mercadorias. O mercado, que em um período anterior havia atuado enquanto mediação para o desenvolvimento da produção, conduz sob a hegemonia do capital, a crises periódicas ou cíclicas (LESSA, 2009). Essas crises consomem a abundância destruindo imensas quantidades de forças produtivas, atendendo aos imperativos da circularidade perversa do capital e desconsiderando qualquer medida posta pelas necessidades humanas. Daí um novo ciclo econômico de reprodução ampliada do capital tem início. Veremos mais adiante que essa dinâmica das crises irá sofrer uma mudança fundamental que marca o encontro com os limites sistêmicos do capital.

A destruição, mediante a força e a violência, das relações dos produtores com os meios de trabalho e subsistência, a completa alienação dos produtores daí resultante, a mercantilização do trabalho, a alienação dos processos decisórios ou a perda de controle dos indivíduos (meras personificações do capital) sobre o processo produtivo, marca a raiz ontogenética da constituição do capital como um modo de controle totalizante. Assim sendo, só é possível apreender a especificidade do imperialismo moderno se compreendermos a raiz do ser precisamente assim do capital, cuja essência singular do seu sistema não residiu em nenhuma outra forma de organização societal.

Feitas essas considerações iniciais, que demarcam a tradição onto-marxiana de exame do sistema sociometabólico do capital, a partir das teses mézarianas que tomam como ponto de partida o resgate cuidadoso do legado de Marx e de seu mestre e amigo Lúkács, iniciaremos a investigação da gênese histórica do imperialismo.

3 SISTEMA DO CAPITAL E ELEMENTOS ONTO-HISTÓRICOS DO IMPERIALISMO MODERNO.

Nesse segundo capítulo, trataremos dos aspectos onto-históricos do imperialismo moderno, situando as bases iniciais de sua constituição desde o imperialismo colonial até o predomínio do imperialismo monopolista, ambos inseridos na fase de ascendência histórica do capital.

A história de outras formas de sociabilidade evidencia a existência de impérios, embora erguidos sobre outras relações do homem com a natureza, dos seres humanos entre si e sob diferentes formas de propriedade, que ainda não tinham como momento predominante a completa expropriação da terra (primeiro meio natural de produção) e dos outros meios de trabalho e subsistência. É evidente, contudo, que, apesar das diferenças, tanto no passado como no presente, a prática imperial só é possível em uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas.

A expansão imperialista foi materialmente possível graças à pilhagem e à espoliação do período colonial³⁴. A supremacia da sociedade das mercadorias e a tendência à concentração e à centralização do capital, advindas da dinâmica própria da livre concorrência, impulsionou a conformação dos monopólios que desembocou em uma nova aventura expansionista. Diferente da conquista colonial, a partilha das partes, ainda não ocupadas do globo, estava sendo palco da disputa acirrada do capital financeiro e de sua respectiva oligarquia financeira, resultantes da fusão dos monopólios bancários e industriais. A supremacia incontestada do capital financeiro contou com o apoio irrestrito e a base material fomentada pelo Estado moderno, que assumiu em largas proporções a roupagem de um Estado usurário.

Neste percurso de busca da gênese histórica do imperialismo, teremos como base as obras, principalmente, de Hobsbawm (1985; 2013; 2015; 2017), Magdoff (1979), Gennari e Oliveira (2009), Coggiola (2009) e as elaborações teóricas do imperialismo efetuadas por Lênin (2011).

³⁴ O sistema colonial foi um dos métodos que fomentou a acumulação primária de capital e reuniu as condições para a revolução comercial e acúmulo de capital dinheiro, e posteriormente, para transformação do capital comercial em industrial.

3.1 A gênese histórica do imperialismo moderno

Ao se contrapor a tese profundamente irracional e demasiadamente ideológica do imperialismo desterritorializado no livro “Século XXI: Socialismo ou Barbárie?” Mészáros (2003) ressalta a profunda destrutividade emanada pela terceira fase imperialista conduzida sob a tutela imperial estadunidense. A fim de compreender a singularidade da situação atual, cujo momento predominante seria exercido pela crise na estrutura do capital e pelo consequente agravamento e explosão de suas contradições insolúveis, faz-se necessário

[...] colocá-la em perspectiva histórica. A penetração imperialista inicial das várias partes do globo foi comparativamente muito diferente da incomensuravelmente mais extensiva- e intensiva- penetração de algumas das principais potências capitalistas no resto do mundo ao longo das últimas décadas do século XIX. (p. 38)

Mészáros (2012) faz menção ao imperialismo e as suas devidas peculiaridades a partir da análise de Magdoff. Este autor enfatiza que a diferença fundamental do que ele chama de “novo imperialismo” (do final do século XIX sob a égide do capital monopolista) do “antigo” (penetração inicial dos vários continentes do globo- colonialismo) é a competição de um pequeno número de empresas gigantescas disputando entre si em cada setor do ramo da indústria. Essa disputa se tornou mais aguda com a industrialização de outros países em um cenário anteriormente dominado pela Inglaterra, e desembocou em avanços nas forças produtivas (no setor dos transportes e das comunicações), acarretando a intensificação da luta das nações amparadas pelos seus governos mediante a constituição de um capitalismo verdadeiramente internacional.

Conforme Mészáros essas fases de desenvolvimento imperialista divergem estruturalmente da postura e prática imperialista contemporânea. Sobretudo, quando se leva em consideração o esgotamento da fase de ascendência histórica do capital e a generalização da tendência à destruição, de certa forma latente e antes manifesta apenas em ocasiões específicas. Atualmente, a destruição se encontra generalizada na produção (destrutiva), no consumo (destrutivo) se estendendo à destruição do contingente de força de trabalho excedente (taxa de utilização decrescente do valor de uso dos produtos, do maquinário e da força de trabalho) (MÉSZÁROS, 2011).

Dessa forma, ele destaca que, de modo geral, a história do imperialismo apresenta três fases específicas que divergem entre si. A primeira se refere aos impérios coloniais

modernos que datam do final do século XV até mais ou menos a década de 1870. A segunda fase emerge em meio a consolidação do capital industrial, a gradativa ascensão do capital monopolista e a disputa pela redivisão do globo por um pequeno número de potências imperialistas, que nas palavras de Lênin configuraria a “etapa superior do capitalismo” e teve seu fim com a dissolução dos impérios formais logo depois da Segunda Guerra Mundial. E por fim, a terceira fase que se consolidou pouco após esse conflito com a hegemonia estadunidense carregando consigo a necessidade de impor a constituição de uma estrutura de comando expressa em um governo global chefiado pelo país que ocupa a posição dominante no jogo imperialista.

Para compreender as significativas diferenças entre o imperialismo alicerçado na ascensão do capitalismo monopolista e o colonialismo produto do capitalismo ainda em fase de maturação é necessário ter em mente a especificidade da teoria de Lênin e de Marx acerca dessa temática. Marx, evidenciou o crescimento do capitalismo associado a constituição do mercado mundial que trouxe a divisão internacional do trabalho entre países em processo de industrialização ou industrializados e nações coloniais produtoras de matérias-primas e compradoras de produtos manufaturados, divisão esta fundamental para a expansão capitalista. Já Lênin enfatizou as relações internacionais que demarcam o capitalismo sob o predomínio dos monopólios e do capital financeiro (MAGDOFF, 1979). Em outras palavras, se referem a desenvolvimentos históricos diferentes e por isso é necessário ter em vista a perda do rigor teórico e a conseqüente negação da processualidade histórica ao adotar uma única formulação como teoria geral ou um único fator³⁵ enquanto impulsionador do imperialismo. É imprescindível ir além de pseudo- fórmulas mecanicistas e abstratas e tentar capturar, de forma aproximativa, o movimento concreto.

Nessa direção o caminho metodológico adotado para apreender, de forma geral³⁶, a gênese, o desenvolvimento e as particularidades de cada fase imperialista busca lançar luz para o enlace desse movimento histórico- concreto com a expansão incontrolável do sistema

³⁵A busca para encontrar uma explicação para a existência do imperialismo do final do século XIX e início do XX fez surgir tanto mesclas grosseiras de teorias completamente diferentes em seu conteúdo como a de Lênin, Rosa Luxemburgo e Hobson, quanto à procura de um único fator que explicasse a necessidade desse novo estágio capitalista. Dentre estes fatores utilizados linearmente e de forma isolada estão: a exportação de capitais excedentes, a tendência ao declínio da taxa de lucros, a incapacidade de extrair mais- valia de mercados já existentes ou a expansão imperialista como saída para as crises cíclicas do capitalismo (MAGDOFF, 1979).

³⁶Temos plena consciência da complexidade e das dificuldades que envolvem uma análise histórica de tamanha abrangência. Entretanto, não objetivamos abarcar todas as minúcias que estão contidas nesse largo período, até porque este não é o objeto desta pesquisa. Conforme dito na introdução, esse breve exame histórico busca confrontar passado e presente, de modo a resgatar as raízes onto- genéticas do fenômeno imperialista como um todo e apreender, mesmo que minimamente, as suas características mais essenciais.

sociometabólico do capital. Assim, considerando a evolução histórica enquanto um processo não linear - com saltos, descontinuidades e avanços- que se contrapõem a noção de progresso estático, e a partir das elaborações marxianas- mészárianas, o momento predominante no exame das três fases imperialistas será, respectivamente, a sua interrelação dialética com a fase de ascensão histórica do capital e o esgotamento dessa ascendência que desemboca na crise estrutural do capital.

Para Mészáros (2011), a ascendência histórica do capital “[...] está necessariamente confinada às limitações das reais potencialidades produtivas do capital e permanece sujeita aos inextirpáveis antagonismos deste sistema de reprodução sociometabólica em sua totalidade” (p. 91). Nessa fase de expansão, a autorreprodução ampliada do capital coincidiu positivamente com a produção genuína, ao mesmo tempo em que conduzido pelos imperativos cegos do capital, fomentou o desenvolvimento das forças produtivas a um patamar jamais visto, cumprindo, assim, um papel civilizador (MÉSZÁROS, 2011; PANIAGO, 2001). Mesmo tendo atingido a “totalidade extensiva” de expansão territorial pelo globo com a colonização, o capital não havia alcançado os limites da sua expansão e acumulação produtiva já que ainda podia se utilizar da máxima exploração dos territórios já conquistados. O capitalismo monopolista e o maior impulso dado a concentração e centralização do capital forneceu outras bases de expansão do valor que reestruturaram o sistema e incrementaram a acumulação do capital. Nesse período ainda era possível deslocar com certa facilidade as contradições internas do sistema e ocultar, em larga medida, os efeitos da expansão já realizada.

Realmente, não apenas nas áreas recentemente colonizadas e anexadas, nem mesmo só nos países conquistados pelos poderes imperialistas dominantes em toda a fase histórica de expansão colonial-imperialista, mas em toda parte, inclusive nos mais privilegiados países “metropolitanos”, os continentes invisíveis de exploração cada vez mais intensa do trabalho ainda estavam para ser plenamente descobertos e colocados a serviço da ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 90).

Embora primeiro os limites “extensivos” (expansão territorial por todos os continentes do globo) e a posteriori, os “intensivos” (máxima exploração dos territórios já descobertos e colonizados) tenham sido utilizados na expansão desse modo de controle incontrolável do metabolismo social, essa ascendência não é ilimitada. Há algumas décadas tal fato se desnuda aos nossos olhos, esvaziando de sentido as palavras dos apologetas do

sistema que tentam encobrir o que a realidade cotidiana insiste em evidenciar. A barbárie social não se mostra mais como possibilidade.

Para fins didáticos e com o devido cuidado para não cair em abstrações por demais esquemáticas, investigaremos separadamente cada fase, tentando não perder de vista o movimento em sua concretude. A terceira fase em específico será objeto do terceiro capítulo.

3.1.1 Os primórdios do imperialismo colonial: a ascensão histórica do capital.

Como se sabe uma das condições para a existência do capitalismo foi a constituição do mercado mundial. Este tem na sua raiz a instauração de um comércio mundial a partir das descobertas resultantes das grandes navegações do final do século XV que forneceu, posteriormente, as condições objetivas para a instauração de uma forma de reprodução da existência material assentada na produção universal de mercadorias. O capital, enquanto sistema sociometabólico em sua forma capitalista, “[...] nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (MARX, 2013, p. 1010). Nessa perspectiva, “[...] não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas” (MARX, 2013, p. 1017). Dentre os métodos de extrema violência utilizados na acumulação primária do capital, conforme citado anteriormente, se insere a colonização de territórios além-mar na medida em que o “Sistema colonial, dívidas públicas, impostos escorchantes, protecionismo, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito cresceram gigantescamente durante a infância da grande indústria” (Ídem, p. 1006).

Magdoff (1979), com a necessária cautela para não cair em divisões temporais rígidas, sugere uma periodização em que diferencia em suas devidas peculiaridades os momentos da expansão capitalista elencando cinco estágios³⁷. O colonialismo tem uma

³⁷O primeiro estágio data do século XV a meados do século XVII e marca o crescimento do capital comercial e a constituição e ascensão do mercado mundial. O período imediatamente posterior que vai do século XVII ao final do século XVIII é caracterizado pelo amadurecimento e consolidação do capital comercial. Do final do século XVIII a década de 1870 ocorre o crescimento do capital industrial que culmina com o seu predomínio quando explode a revolução industrial concretizada graças ao acúmulo de capital dos estágios anteriores. Esse período é marcado pela supremacia do capital concorrencial que, conforme a tendência a concentração e a centralização do capital, desemboca em grandes monopólios e na hegemonia do capital monopolista. Essa ascensão vai de aproximadamente 1880 até o fim da Primeira Guerra Mundial e traz uma disputa desenfreada e irracional pela redivisão do mundo que resulta, pela primeira vez na história, em um conflito de proporção global. O que seria o último período, segundo o autor citado, e que tem início com o fim da Primeira Guerra, traz o socialismo soviético, a descolonização e a supremacia da empresa multinacional. Contudo, é preciso deixar claro que não concordamos com a definição dessa quinta fase que coloca a expansão posterior a Primeira Guerra Mundial como tendo prosseguimento até os dias atuais. Há mudanças significativas desde o fim da Segunda Guerra que se tornam mais evidentes na década de 1970. Sem negar as descontinuidades próprias da realidade histórico- concreta, Mészáros (2011) define essa década como marco cronológico do

longa história de aproximadamente cinco séculos indo de fins do século XV até o final do século XIX, quando uma nova e frenética corrida expansionista pela redivisão do mundo dá corpo a rivalidade entre as nações, e está profundamente relacionado ao nascimento e amadurecimento do modo de produção capitalista. A conquista e a dominação econômica e política das colônias foram fatores relevantes da revolução comercial que incidiram decisivamente na desintegração do feudalismo (MARX e ENGELS, 1973; MARX, 2013; MAGDOFF, 1979). Conforme já ressaltamos no tópico anterior, segundo Marx (2013), em outras formações econômicas e sociais anteriores ao capitalismo se fizeram presentes de forma autônoma duas formas de capital: o capital usurário e o capital comercial. Essas duas formas de capital, legadas pelo feudalismo “antes da era do modo de produção capitalista, já valiam como capital *quand même* [em geral] [...]” (p. 997) e juntas conformaram o capital industrial. O capital comercial, a forma autônoma mais antiga de capital ou nas palavras de Marx (1986, p. 244) “[...] o modo de existência livre historicamente mais antigo de capital.”, nesse período da história atua apenas mediando o intercâmbio de mercadorias e quanto mais a produção está restrita aos limites da subsistência essa função é o papel por excelência exercido pelo capital.

Para Marx (1986), a existência e o desenvolvimento do capital comercial é uma condição histórica fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista por dois motivos. Primeiro, porque foi uma condição para a concentração da fortuna monetária. Segundo, porque o capitalismo se baseia na produção de mercadorias e na venda em larga escala, relação em que o comerciante efetua a compra não para atender a uma necessidade imediata, mas para vender para terceiros. Por sua vez, o desenvolvimento do capital comercial tende a aproximar cada vez mais a produção do valor de troca transformando os produtos em mercadorias. Todavia, o desenvolvimento do capital comercial considerado isoladamente não é suficiente para explicar a passagem de uma forma de sociabilidade a outra.

O poder avassalador do capital que destruiu ferozmente as formações econômicas pré-capitalistas³⁸, e trouxe a constituição das duas classes fundamentais do capitalismo,

esgotamento da fase de ascendência histórica do capital. Outrossim, e com uma interrelação com a afirmação anterior, tece severas críticas a experiência pós- capitalista soviética, defendendo a tese de que não houve o fim do domínio do sistema sociometabólico do capital sobre a reprodução da existência material na URSS. A partir dessas importantes conclusões de Mészáros, modificaríamos, com o devido rigor e responsabilidade teórica, esse quinto período estendo- o até o início da década de 1970 e acrescentaríamos outro, da década de 1970 aos dias atuais, cuja característica principal seria a eclosão da crise estrutural, a hegemonia do capital parasitário e da produção e reprodução destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2011).

³⁸Dentre as formações econômicas que se desintegraram com a conformação do mercado mundial e perderam sua especificidade, Marx destaca o sistema oriental (conhecido como modo de produção asiático) e eslavo (que não foi esboçado em detalhes posteriormente, mas carrega um certo grau de afinidade com o oriental), ambos

através da expropriação completa da massa de trabalhadores e da subjugação da sua força de trabalho a mera condição de produção, aniquilou as antigas relações de propriedade baseadas no trabalho próprio, inaugurando a moderna propriedade privada capitalista. Nesse processo, pôs fim a indústria doméstica rural, criou o mercado interno com o auxílio direto do Estado, que amparado na dívida pública, no protecionismo e mediante o apoio da “moderna bancocracia” e os saques e a pilhagem resultantes da colonização reuniu as condições necessárias para a consolidação do sistema do capital em sua forma capitalista.

Hobsbawm (1985), ao apresentar os escritos de Marx sobre as *Formen (Formações Econômicas Pré-Capitalistas)*³⁹ apontou, a partir do próprio Marx, o papel fundante do trabalho e a estreita ligação das formas de organização social com o desenvolvimento da divisão do trabalho e a as formas de propriedade correspondentes. A separação entre o campo e a cidade é colocada como o principal elemento que expressa a divisão social do trabalho desde o início da civilização até o século XIX. Na evolução histórica da propriedade Marx (1985) elenca quatro formas: a propriedade comunal⁴⁰ que corresponde a um estágio primitivo da produção no qual os seres humanos vivem da caça, da

situados mais próximos do homem primitivo com um sistema de classe pouco desenvolvido. Os diferentes modos de produção alicerçados em diferentes formas de divisão social do trabalho, embora aparentem ser etapas históricas que se sucederam, na realidade histórico- concreta esse movimento não se deu de modo linear. Primeiro porque o modo de produção asiático conviveu paralelamente com os demais. Segundo, porque Marx nunca afirmou que o modo de produção escravista ou antigo derivasse dele. Quando Marx trata disso ele faz referência não a evolução histórica cronológica, embora o capitalismo tenha evoluído do modo de produção anterior (germânico/ formação econômica feudal alinhada com a cidade medieval), e sim a evolução histórica em sentido geral (HOBSBAWM, 1985).

³⁹ Essa obra faz parte de um volumoso manuscrito de preparação para a *Contribuição a Crítica da Economia Política* e o *O Capital*. A edição inglesa de 1964, a partir da qual a obra portuguesa foi traduzida, conta com um brilhante e esclarecedor prefácio de Hobsbawm sobre as complexas anotações de Marx, situando, inclusive, a rica formação cultural deste e de Engels e as descobertas científicas disponíveis no tempo histórico dos citados teóricos. O manuscrito foi publicado integralmente em Moscou sobre o título de *Grundrisse*, em 1939-41 e em 1953 em Berlim (HOBSBAWM, 1985). Em 2011 os *Grundrisse-Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política* foram publicados no Brasil pela Editora Boitempo.

⁴⁰ Neste período histórico a estrutura social tem a sua base no desenvolvimento e na modificação dos grupos de parentesco e na divisão interna do trabalho. A família se diferencia em seu interior não só através da distinção entre o chefe e os outros membros, mas também por meio da escravidão resultante do aumento da população e das necessidades destas ocasionadas pela guerra que transformava os derrotados em escravos ou pelo escambo. O primeiro avanço na divisão social do trabalho está intimamente relacionado à separação entre o trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola. Essa cisão conduz a oposição entre a cidade e o campo. Essa primeira forma de propriedade e a divisão do trabalho a ela correspondente pertence ao sistema asiático ou oriental. Este baseava sua produção econômica na unidade autossuficiente entre manufatura e agricultura localizada na aldeia comunal. Esta aldeia mantinha em seu interior a produção e reprodução do excedente de produção e esse fato a tornou de certa forma resistente a desintegração acarretada pela evolução econômica. A organização política pode ser despótica ou democrática, (centralizada ou descentralizada). Para Marx, conforme Hobsbawm (1985), o modo de produção asiático não é ainda uma sociedade de classes e se puder ser considerada enquanto tal, será em sua forma primitiva. As sociedades pré-colombianas (peruanas e mexicanas) e certas sociedades celtas parecem ser para Marx parte dessa forma de organização social embora sejam mais complexas. A história asiática baseia-se na unidade indiferenciada entre campo e cidade (HOBSBAWM, 1985).

pesca e, posteriormente, da criação de animais e da agricultura; a propriedade comunal e estatal da antiguidade clássica⁴¹ cujas origens, conforme as análises de Marx e Engels, estaria na formação das cidades, consequência do acordo ou da conquista que conduziu a união de grupos tribais e que manteve a existência da escravidão. A principal forma de propriedade, mas não a única, é a propriedade comunal urbana (incluindo a propriedade dos escravos) que convive com a propriedade privada, inicialmente subordinada a essa; A terceira forma de propriedade é a feudal que, embora seja cronologicamente posterior a comunal e estatal da antiguidade, segundo Hobsbawm (1985) Marx não aponta nenhuma ligação entre elas, ressaltando apenas a sucessão e a mescla entre as instituições dos romanos e das tribos que conquistaram seu território; Por fim, o ressurgimento das cidades e o incremento do comércio seria o germe que possibilitaria a contradição necessária para a progressiva constituição do modo de produção capitalista no seio da velha sociedade feudal e traria com ela a moderna propriedade privada.

Na forma de organização societal feudal há um predomínio da área rural sobre a cidade devido a um número pequeno de indivíduos que ocupam uma extensa área resultante das conquistas romanas e da propagação da agricultura. A propriedade comunal aqui adotada enquanto uma versão diversa da propriedade comunal primitiva converte-se em propriedade coletiva dos senhores do feudo. A classe explorada era constituída por servos. O princípio fundante do modo de produção feudal reside na propriedade da terra e na propriedade limitada sobre pessoas (servos) que atuavam como condições materiais da produção. Desse princípio resulta um círculo fechado em que a produção agrícola era destinada ao consumo dos senhores donos da terra e daqueles que a cultivavam. O desenvolvimento das trocas exteriores, a circulação de dinheiro dela resultante, o crescimento da propriedade absolutista, o aumento da quantidade de homens livres em detrimento daqueles ainda presos às relações feudais, o crescimento das cidades com suas riquezas imobiliárias e a supremacia dos impostos estatais, ou seja, tudo que se contrapõe ao ciclo econômico restrito da produção para

⁴¹A oposição entre campo e cidade conduz ao que seria a segunda fase do desenvolvimento histórico das relações de propriedade e culmina na propriedade comunal e estatal da antiguidade clássica. A divisão do trabalho existente nessa forma de sociabilidade já possuía um alto grau de complexidade expresso não só na divisão entre cidade e campo, mas também no interior das cidades (indústria e comércio exterior e entre homens livres/cidadãos e escravos). O surgimento da propriedade privada imóvel e, posteriormente, da móvel leva a decadência e a crise da formação econômica escravagista e a sua lenta e caótica desintegração. Esse sistema, ao contrário do anterior insere as cidades na vida econômica que se caracterizam pela existência da escravidão tida como bem móvel. A história antiga é a história das cidades que vivem da agricultura (HOBSBAWM, 1985).

a subsistência existente no feudo funciona como um ataque direto as relações puramente feudais e trazem os elementos da sua destruição (VILAR, 2017).

Embora o campo predominasse sobre a cidade, simultaneamente desenvolvia-se nas cidades uma divisão paralela, em que a forma básica de propriedade era o trabalho privado, composto pelo sistema de guildas de mestres artesãos que aos poucos se opuseram aos seus aprendizes e oficiais. Essa evolução progressiva tem início nas cidades⁴² que surgem com o passar do tempo na idade média. Nestas, houve um desenvolvimento da divisão do trabalho entre produção e comércio. Esse fato reuniu as bases para a constituição de um comércio a longa distância e uma especialização da produção entre as cidades. Tal cenário torna factível a interação entre as cidades que resulta em um contingente de burgueses, advindos dos grupos que residiam nos burgos. Essa classe se consolidou gradualmente e aos poucos se dividiu em consonância com a divisão do trabalho existente, e posteriormente incorporou as classes possuidoras. Por outro lado, surgia ao mesmo tempo a nova classe a ser explorada, composta pelos não proprietários e por alguns que anteriormente eram possuidores: o proletariado, trabalhador completamente despojado, cuja força de trabalho, sua única propriedade, é transformada em uma condição de produção mediante a troca.

As terras de propriedade dos senhores feudais, em que os servos trabalhavam, e o artesanato, atividade dos aprendizes e jornaleiros, se constituíam na principal forma de propriedade sob o feudalismo. Como a base do sistema feudal era composta por grandes extensões de terra, regida por um controle político descentralizado, havia uma exigência de unidades políticas que atendessem aos interesses da nobreza feudal e do comércio sob a tutela da burguesia mercantil. As revoltas camponesas do século XIV, a fome generalizada, a epidemia de peste bubônica, a Guerra dos Cem anos (1337-1453), eventos que marcaram a crise do século XIV, arruinaram a prosperidade econômica europeia, reverberando fortemente sobre o domínio da nobreza feudal e enfraquecendo as relações servis. Essa crise executou um papel essencial no desmoronamento do regime feudal europeu e, portanto, a retomada progressiva da dinâmica econômica com a estabilização do caos social (fim das guerras, retorno da urbanização e do comércio, regularização da agricultura e do intercâmbio entre o campo e a cidade) ocorreu em outro cenário. A nobreza feudal se encontrava enfraquecida pelas guerras e não podia mais oferecer segurança às atividades voltadas para o comércio.

⁴²Com exceção de alguns centros comerciais do mar mediterrâneo e cidades pequenas, a maior parte da população até o ano 1000 estava concentrada no campo (feudos e aldeias). O renascimento das cidades na Europa data de aproximadamente 1300. Essa concentração urbana estava associada ao crescimento da densidade populacional favorecida pelo incremento da tecnologia agrícola e dos transportes (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013).

Inclusive, as sangrentas revoltas camponesas explicitaram a necessidade de uma forma de controle e coerção mais rígidas (GENNARI E OLIVEIRA, 2009). Desta, vieram as monarquias absolutas que, sob o apoio da nobreza feudal e da burguesia nascente, surgiram com a finalidade de estabelecer monarquias nacionais (no sentido de estarem restritas aos domínios dos reis). A necessidade de um poder coercitivo seria a raiz que levou a constituição histórica do Estado Moderno que se contrapôs a fragmentação política e administrativa resultante do regionalismo típico dos feudos e das cidades e ao poder universal político e ideológico da Igreja Católica.

Embora o Estado Moderno tenha ao longo da sua organização percorrido etapas de desenvolvimento históricas distintas no interior dos reinos europeus⁴³, de modo geral, o seu aparecimento é representado pela centralização do poder em um monarca. A sua autoridade e poder de coesão capaz de garantir a ordem interna e a proteção do reino tinha como fundamento um forte e permanente aparato militar bancado pela arrecadação de impostos. Os recursos exigidos para manter as tropas demandou um sistema centralizado de arrecadação que contava com funcionários especializados (burocracia) na coleta de impostos, organização e fiscalização das operações financeiras. Com o estabelecimento dessa estrutura (força militar, sistema de arrecadação e burocracia) as monarquias consolidaram o seu poderio e ergueram a base em que se materializaria o Estado Moderno (GENNARI E OLIVEIRA, 2009).

Magdoff (1979) afirma que o Estado Moderno teve um importante papel na dissolução das restrições feudais, na criação e ampliação do mercado interno e na proteção dos mercados internos da concorrência externa auxiliando na busca de oportunidades comerciais no exterior. Ele destaca que um dado primário da expansão global do capitalismo foi a rivalidade entre Estados Nacionais. As contradições advindas dessa disputa atuaram como impulsionadores da expansão capitalista. Dessa forma, o germe do conflito internacional estaria na eliminação da rivalidade interna.

Devido ao baixo excedente econômico da época, as monarquias necessitavam de vastas fontes de riquezas para financiar a sua luta armada contra os senhores feudais. Para concretizar esse objetivo foi selado um acordo entre monarquia e comerciantes, banqueiros e

⁴³O passo inicial para a transformação da Inglaterra em um moderno Estado- Nação se deu com a sua unificação concretizada de fato com a dinastia Tudor, que teve início no reinado de Henrique VII (1485-1509). A França foi unificada com Luís XI (1461-1483). A Espanha, por sua vez, teve o seu processo de unificação pela ocasião do casamento entre Fernando de Aragão e Isabela de Castilha, em 1469, que juntos derrotaram os últimos líderes mouros na reconquista da Península Ibérica e unificaram os reinos espanhóis. A Holanda vivenciou a unificação do seu território mais tardiamente, em 1690, quando pôs fim ao domínio espanhol (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013).

armadores. Este proporcionou a expansão marítima no exterior que, limitado pelo bloqueio do comércio europeu com os asiáticos e árabes⁴⁴ executado pelo Império Otomano e pelo domínio comercial fora do continente europeu exercido por asiáticos e africanos, fomentou a descoberta das Américas (MAGDOFF, 1979).

A busca de outras oportunidades comerciais mundo afora conduziu ao encontro inesperado com sistemas comerciais bastante desenvolvidos, a exemplo de Veneza e de outras cidades italianas no mar mediterrâneo e o comércio no mar Báltico que desde o século IX estabeleciam comércio com terras distantes. Entre os séculos XIV e XV, que marca a crise geral do feudalismo, essas cidades do mediterrâneo que haviam conquistado grandes feitos mercantis, entram em decadência. A primeira etapa de formação do capitalismo, nos séculos XV e XVI só foi possível graças a um avanço nas forças produtivas materiais que consistiu tanto em uma série de invenções como nas descobertas das rotas das Índias e das Américas. Estas possibilitaram a reabertura e o extraordinário impulso do comércio de produtos advindos das Índias Orientais, de metais preciosos e de escravos, trazendo amplas oportunidades para o capital mercantil, uma vez que os efeitos dessa ampliação comercial não se restringia mais aos limites do desenvolvimento das cidades (como no comércio das cidades do mediterrâneo), mas atingia todo o sistema econômico do continente europeu e abarcava um grupo de Estados desse continente em vias de constituição, dando corpo ao comércio mundial (VILAR, 2017).

O comércio regional, através da imposição do poderio militar e não somente por meio das forças do mercado, aos poucos foi sendo substituído por um comércio em escala internacional cuja tutela era exercida pelos interesses dos principais países da Europa ocidental (Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França). Com esse comércio, fortaleceu-se a tendência a conformação de uma economia mundial⁴⁵, internacionalizada, configurada posteriormente pela hegemonia do capital industrial.

⁴⁴Nos primórdios do estabelecimento do comércio mundial, os mercadores europeus importavam produtos manufaturados, principalmente artigos de luxo, e especiarias da Ásia, fato que evidencia o grau mais avançado de desenvolvimento das economias asiáticas e árabes. Após o bloqueio turco dessa via de comércio o capital comercial, acumulado em algumas cidades da Europa, em conjunto com o Estado, as grandes navegações expandindo as rotas de comércio pelos cinco continentes, ao passo que põe sob o seu jugo as regiões conquistadas, transformando-as em colônias.

⁴⁵Dantas (2011) lembra uma distinção fundamental que pode, sem o devido rigor, passar despercebida: a distinção entre comércio internacional e mercado ou economia mundial. Apesar de não adentrarmos profundamente na análise dessa questão e de não concordarmos com os desdobramentos dessa concepção do autor, inclusive sobre os rumos da crise do capital, julgamos coerente apresentar esquematicamente essa distinção.

Segundo o autor, o comércio internacional é anterior à economia mundial propriamente dita e se refere a um período em que havia um contato comercial predominantemente independente entre regiões ou países ou

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela idade média” (MARX e ENGELS, 2005, p. 41).

O avanço notável na construção de navios de guerra, expresso no progresso da artilharia e dos navios de vela destinados ao seu transporte atuou enquanto força material para impor a conquista e a dominação das colônias, a abertura de portos comerciais, o cumprimento das novas relações comerciais entre metrópole e colônia e a exploração da riqueza mineral e natural dos territórios conquistados. A reestruturação do comércio tradicional e a expansão comercial resultante da descoberta de novos mercados, da conquista por meio da colonização e da importação de produtos advindos de outros continentes trouxe a possibilidade concreta de instauração de um mercado global, elemento que abriu as portas para uma nova fase no desenvolvimento histórico. Por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas a principal fonte de acumulação e concentração da riqueza dessa fase de expansão pré-capitalista era o roubo e o saque, característicos da sangrenta acumulação primitiva do capital e da supremacia do capital comercial. Marx (1986) ressalta que a dominação dessa forma autônoma de capital representou em todos os modos de produção em que ele existiu um violento sistema de pilhagem de tal modo que seu desenvolvimento desde os povos antigos até pouco antes da consolidação do capitalismo se encontra estreitamente vinculado ao roubo de escravos, a pirataria e a sujeição das colônias. Tais práticas foram efetuadas em Roma e Cártago ainda na antiguidade, se estendendo a Veneza, Portugal e Holanda, mais precisamente na Idade Média e na Idade Moderna.

A redistribuição e a concentração dessa riqueza saqueada foram concretizadas através da apreensão forçada do máximo de excedente possível produzido e acumulado nos

mediado por centros comerciais. Se configura entre os séculos XVI e XVIII, compreendendo o intervalo de tempo em que a Europa importava produtos manufaturados da Ásia, a posterior descoberta da rota das Américas e a colonização de territórios além-mar. Os atos de bandidagem e de extermínio dos povos e territórios subjugados deram um forte impulso na acumulação do capital comercial e do capital dinheiro que erigiu a base material para a instauração da grande indústria. Apoiado nos escritos de Mandel e Hobsbawm, Dantas (2011) afirma que a hegemonia industrial ampliou em grandes proporções o comércio internacional, que aos poucos vai se generalizado e operacionalizado uma mudança estrutural no seu conteúdo: do comércio de artigos de luxo se transforma na comercialização de bens de consumo, bens de capital, matérias-primas. Desse modo, o século XIX vivencia o advento de uma economia mundial, unificada pelo fluxo de capitais, de mercadorias, e de pessoas, integralizando, assim, uma ligação dos países desenvolvidos entre si e destes com os países de periferia do capital.

outros continentes e da guerra comercial entre Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França que disputavam arduamente a posse da riqueza das outras partes do mundo.

A progressiva supremacia do Estado Nacional frente ao domínio dos valores religiosos da Igreja Católica, inclusive no tocante a economia, conduziu a conformação de ideias e práticas destinadas ao fortalecimento do poderio estatal nas fases iniciais da centralização. O primeiro momento do que ficou conhecido como mercantilismo⁴⁶ denominado de metalismo emerge em um contexto de extrema carência de ouro e prata em barra, tendo como consequência uma quantidade insuficiente de moeda para movimentar as crescentes transações comerciais. De acordo com essa concepção, o poder do Estado estava diretamente relacionado com a grandeza acumulada de metais preciosos. Desse modo “o acúmulo de metais preciosos como objetivo prioritário das monarquias nacionais contribuía para a potencialização das hostilidades e dos conflitos comerciais entre os Estados emergentes” (GENNARI E OLIVEIRA, 2009, p. 50).

O Mercantilismo não se restringia a ações intervencionistas e as relações entre os recém surgidos Estados- nacionais. Tratava também das relações de subjugação e exploração entre os Estados e suas respectivas possessões coloniais. O sistema colonial (dominação política e econômica das metrópoles sobre as colônias) é uma decorrência direta da política econômica mercantilista. Deixando de lado as devidas peculiaridades dos sistemas coloniais nos domínios europeus, em geral a pilhagem das riquezas coloniais mediante o monopólio de comércio da metrópole com as colônias era a forma mais satisfatória para a promoção do poder estatal, concretizando, assim, os objetivos da política mercantilista. Esse monopólio,

⁴⁶O mercantilismo se constituiu numa doutrina e conjunto de práticas econômicas que davam centralidade ao comércio. Estava inserido no cenário político da monarquia absoluta e teve início no século XV com a expansão marítima e comercial, se estendendo até o século XVIII. Embora tivesse características específicas em cada país, tinha como um de seus aspectos centrais a ideia de que a riqueza de uma nação e o poder dela resultante implicaria no atraso dos demais países. Daí os agressivos conflitos comerciais em busca de supremacia econômica, sendo esta materializada pelo acúmulo de metais preciosos. Essas práticas, se caracterizavam por uma forte intervenção do Estado na economia e tinham por finalidade enriquecer a nação, mais especificamente a burguesia mercantil e fortalecer o poderio do nascente Estado Moderno. Para os mercantilistas o lucro era resultante da atividade comercial e, portanto, era gestado na esfera da circulação. Marx (1986, p. 252) analisa os limites histórico- concretos do mercantilismo destacando que “O primeiro tratamento teórico do modo de produção moderno- o sistema mercantilista- partiu necessariamente dos fenômenos superficiais do processo de circulação, como eles estão autonomizados no movimento do capital comercial, e por isso captou apenas a aparência. Em parte porque o capital comercial é o primeiro modo de existência livre do capital em geral. Em parte por causa da influência preponderante que exerce no primeiro período de revolucionamento da produção feudal, no período de surgimento da produção moderna. A verdadeira ciência da economia moderna só começa onde o exame teórico passa do processo de circulação para o processo de produção.” À medida que o capitalismo amadurece nas principais nações, principalmente na Inglaterra, e as discussões passam a enfatizar a esfera da produção como o setor fundamental para a prosperidade da nação, surge a moderna economia política, cujo precursor, segundo Marx, poderia ser considerado William Petty (GENNARI e OLIVEIRA, 2009).

que dava suporte material a expansão da economia metropolitana, transferia a maior parte do lucro resultante da atividade comercial e do excedente econômico produzido na colônia para as metrópoles, acumulando o capital da burguesia ali residente e incrementando as receitas estatais que patrocinavam a ascensão capitalista.

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. A Holanda, primeiro país a desenvolver plenamente o sistema colonial, encontrava-se já em 1648 no ápice de sua grandeza comercial. Encontrava-se “de posse quase exclusiva do comércio com as Índias Orientais e do tráfico entre o sudoeste e o nordeste europeu. Sua pesca, frotas e manufaturas sobrepujavam as de qualquer outro país. Os capitais da República eram talvez mais consideráveis que os de todo o resto da Europa somados. [...]”

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Ele era o “deus estranho” que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade (MARX, 2013, p. 1001 e 1002).

A Espanha, apesar de saquear vasta quantidade de ouro e prata de suas colônias da América e ter se tornado o Estado- Nação mais rico da Europa no século XV, foi incapaz de mantê-lo no interior dos seus domínios. O atraso das manufaturas e da agricultura espanhola forçavam a importação dos bens necessários ao consumo. A constatação das barreiras que se colocavam a aplicação das leis e do controle sobre a saída de metais preciosos dos reinos, juntamente com a elevação generalizada dos preços do século XVI e da continua evasão de moedas metálicas da Espanha para a Europa demonstraram a necessidade de novas medidas de intervenção estatal na economia. Assim, o desejo de manter uma vasta quantidade de ouro e prata no interior dos países assume gradativamente a busca pela balança comercial favorável, ou seja, um volume maior de entrada de moeda do que de saída. Nessa nova estratégia teve larga importância o estímulo as manufaturas, o desenvolvimento do mercado interno, apoio do Estado ao estabelecimento dos monopólios comerciais com certas áreas ou de determinados produtos através da criação das companhias de comércio monopolistas.

Inicialmente as sociedades anônimas e posteriormente as Companhias, que concretizaram a união entre o capital anônimo e o estatal, atuaram enquanto estratégia nuclear da expansão comercial e da colonização encabeçada pelos principais países da Europa Ocidental moderna. O sistema das companhias monopolistas de capital aberto e anônimo remonta a uma larga evolução datada do século XI ao século XVI com as sociedades anônimas ou por ações do comércio do Mar Mediterrâneo. Foram criadas no século XVI e XVII e adivinham da política mercantilista, sendo, portanto, resultantes da interferência direta do Estado Moderno na economia e na promoção da riqueza nacional. Essas companhias executaram uma função determinante na estruturação e na manutenção dos impérios coloniais. As principais⁴⁷ companhias monopolistas europeias foram: as Companhias Inglesas da Índias Orientais (1600)⁴⁸, as Companhias Holandesas das Índias Orientais (1602)⁴⁹ e a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (1621)⁵⁰. Estas foram seguidas pelas Companhias monopolistas de Portugal⁵¹ e da Espanha⁵² que apesar de terem sido pioneiras na expansão marítima comercial, o que possibilitou a construção de um vasto império colonial, ficaram atrás no tocante às companhias monopolistas de comércio.

Na última etapa de dominação da doutrina mercantilista houve uma transferência da ênfase em uma balança comercial favorável para o desenvolvimento do setor manufatureiro. Essa mudança de eixo na política mercantilista foi expressa por medidas protecionistas destinadas ao fomento das exportações.

⁴⁷ Existiram também outras companhias monopolistas a exemplo das Suecas, Francesas e Dinamarquesas.

⁴⁸ Essa Companhia foi criada com o objetivo de quebrar o monopólio do comércio espanhol e português. Embora as primeiras associações com características de companhias de comércio tenham surgido desde o século XV, se mostraram insuficientes para concretizar essa aspiração. Para atender a tal finalidade se fez necessário o estabelecimento do comércio direto com as Índias Orientais. Essa companhia desfrutou de todas as vantagens disponíveis e já consolidadas na Inglaterra do século XVII advindas de uma rede bancária, de finanças, de transportes e de seguros. Apesar das constantes ameaças, inclusive de outras companhias inglesas, executou um papel preponderante no Oceano Índico e na China. Além do comércio com o oriente, a Inglaterra estabeleceu importantes relações comerciais no Atlântico, a exemplo da África Ocidental com a comercialização de escravos africanos destinados as colônias portuguesas, espanholas, norte-americanas e para as ilhas do Caribe.

⁴⁹ Possuía o monopólio do comércio e de navegação com o Oriente e era composta por capital aberto conformando uma sociedade anônima. Devido ao seu êxito torna-se uma representante do Estado holandês no exterior, podendo propor tratados e inclusive se utilizar de força militar para saquear navios, construir fortes e impor os interesses estatais para controle do comércio seguido do controle do território. Foi extinta em 1799 e seus débitos e posses ficaram a cargo do governo holandês.

⁵⁰ De modo semelhante a sua antecessora no oriente, a Companhia das Índias Ocidentais era composta por capital semi-privado. Possuía o monopólio do comércio com o nordeste brasileiro, Costa Ocidental da África, Antilhas e Oceano Atlântico. Não obteve o sucesso da sua antecessora.

⁵¹ As grandes companhias foram criadas no período pombalino (século XVII) e tinham o objetivo de modernizar os monopólios comerciais, protegendo o império colonial português das disputas com outras nações europeias.

⁵² As companhias espanholas se subdividiam em dois gêneros: as voltadas para o comércio exterior e as destinadas ao comércio interno. Ambas foram criadas no século XVIII.

Todo esse processo de instauração do capitalismo conduzido pela expansão comercial sofreu uma desaceleração devido à crise do século XVII⁵³ que repercutiu de forma geral na acumulação do capital. De acordo com Hobsbawm (2017), essa crise⁵⁴ teria sido gestada pelas contradições resultantes do modelo de expansão econômica levado a cabo no século XVI que se restringia ao crescimento da atividade comercial relacionada ao mercado externo vigente ainda no interior da estrutura feudal. Ele pontua três contradições para a eclosão dessa crise. A primeira ocorreu no mercado oriental, na qual o crescimento da atividade comercial dos países da Europa Ocidental foi concretizado com base na produção agrícola voltada para o mercado externo. Tal modelo demandou uma exploração mais intensa do trabalho servil, aprofundando a miséria camponesa concentrando a riqueza na posse dos senhores feudais, o que barrou a formação de um mercado consumidor para os produtos manufaturados de outras nações economicamente centrais, limitando a expansão do consumo e conseqüentemente do comércio. A segunda contradição adveio do modelo de expansão comercial adotado pelo ocidente, principalmente a efetuada no século XVI, que foi conduzida através do saque, da pilhagem e da colonização cuja prática econômica central consistia em extrair riquezas (metais preciosos) de territórios colonizados e especiarias para fornecer ao mercado europeu. Todavia, não foi criada uma política para a construção de centros consumidores dos produtos manufaturados oriundos da Europa. Essa prática era filiada ao mercantilismo do século XVI que centrava sua prática na exportação de produtos coloniais. No século XVII essa postura foi amplamente reestruturada se voltando para o desenvolvimento das manufaturas com o objetivo de alcançar uma balança comercial favorável através da exportação de produtos europeus para as colônias, a exemplo dos mercantilismos da França e da Inglaterra. A terceira contradição apontada por Hobsbawm (2017), estava imersa no mercado interno de alguns países europeus partícipes do primeiro momento da expansão comercial. Nestes o desenvolvimento do comércio interno foi impedido pela continuidade das antigas relações servis que entravaram o processo de constituição do trabalhador livre, do proprietário comerciante, o crescimento das manufaturas e a circulação monetária enquanto principal meio de troca.

⁵³ Embora o momento predominante dessa crise esteja situada na economia fatores externos a reprodução da base material da existência acompanharam e por vezes agravaram os seus efeitos. Dentre esses fatores, podemos citar epidemias e guerras, em especial a dos Trinta Anos que repercutiu na diminuição da oferta de trabalhadores e de consumidores.

⁵⁴ Coggiola (2009) afirma que Marx em *O Capital* analisou e explicitou a estrutura das crises desde a sua forma simples ao seu caráter por assim dizer mais desenvolvido. As primeiras aparecem relacionadas aos elementos mais rudimentares do capitalismo, como dinheiro e mercadoria, existentes já na circulação simples. As segundas estão associadas a lei tendencial à queda da taxa de lucro.

Essa crise do período pré- capitalista, que atingiu os países europeus, segundo Coggiola (2009), é caracterizada por ser essencialmente uma crise de subprodução. Nessas sociedades mercantis simples, a produção de mercadorias destinadas predominantemente a troca, não exerciam domínio sobre o conjunto da produção social, o que ocorre somente quando o capital subordina todo o processo produtivo a sua reprodução enquanto sua própria causa. Geralmente eram crises mais localizadas relacionadas ao setor agrícola, que por ser a base predominante da reprodução da existência material, acabava respingando em outras dimensões da economia. Nesse rol, se enquadram as crises do antigo regime do século XVII e XVIII. Tal crise, instigou mudanças significativas na produção e na política mercantilista conforme dito acima. A grande quantidade de produtos advindos do Oriente e de ouro e prata saqueados das Américas, além da abertura de novos mercados com a conquista colonial deu um grande impulso as manufaturas nascentes, favorecendo a ascensão da burguesia manufatureira e da ordem global capitalista.

[...] La manufactura, y em general el movimiento de la producción, experimentaron un auge enorme gracias a la expansión del comercio como consecuencia del descubrimiento de América y de la ruta marítima hacia la India oriental. Los nuevos productos importados de estas tierras, y principalmente las masas de oro y plata lanzadas a la circulación, hicieron cambiar totalmente la posición de unas clases con respecto a otras y asestaron un rudo golpe a la propiedad feudal de la tierra y a los trabajadores, al paso que las expediciones de aventureros, la colonización y sobre todo la expansión de los mercados hacia el mercado mundial, que ahora se había vuelto posible y se iba realizando día tras día, hacían surgir una nueva fase del desarrollo histórico [...]. La colonización de los países recién descubiertos sirvió de nuevo incentivo a la lucha comercial entre las naciones y le dio, por tanto, mayor extensión y mayor encono [...] (MARX E ENGELS, 1973, p.1)

Vilar (2017) destaca que é no decurso do século XVII em um cenário não tão propício aos lucros resultantes da exploração colonial, que os mercadores utilizando ao seu favor o excesso de mão de obra existente no campo e as dificuldades do artesanato corporativo encontram as condições para distribuir matérias-primas e instrumentos de trabalho a domicílio para os camponeses como em grandes oficinas. Essa seria a gênese das manufaturas que deu um importante passo na instauração da produção capitalista. Primeiro porque opera a separação fundamental entre trabalhador e meio de produção. Segundo porque confronta abertamente o artesanato corporativo, que tinham enquanto base o comércio exterior e o mercado interno. E terceiro, porque apresenta uma divisão do trabalho mais elaborada que conduz ao aumento da produtividade do trabalhador individual.

Dentre as atividades manufatureiras, merece destaque a tecelagem. O crescimento das manufaturas forneceu uma ocupação para os camponeses feudais, compostos por antigos membros do exército e criados dos senhores dos feudos, e pelos camponeses deslocados das suas terras pela revolução agrícola (introdução da agricultura capitalista) e pela transformação das terras comuns em pastagens de ovelhas para alimentar o mercado de matérias-primas destinadas as manufaturas de lã. No seio das manufaturas, amadurece a relação de exploração entre capitalista e proletários.

A agressiva política comercial mercantilista, anteriormente benéfica para a unificação nacional e para a consolidação do poder estatal e a ampliação das suas ações intervencionistas, alavancaram a acumulação do capital, primeiramente o comercial, e posteriormente o manufatureiro, como visto anteriormente. Entretanto, a medida que o capital manufatureiro se desenvolvia, principalmente na Grã- Bretanha, as ações intervencionistas, representadas pelo práticas protecionistas, monopólios, privilégios e regulação da produção, foram se tornando entraves ao seu desenvolvimento. Essas medidas impossibilitavam a busca de novos mercados sem os quais o capital manufatureiro, latente no sistema mercantil, não poderia se reproduzir.

A orientação comercial restritiva e os privilégios monopolistas que haviam sustentado a explosão comercial no século XVI e na maior parte do século XVII- baseados no tráfico de escravos, nas grandes plantações das colônias e em companhias comerciais monopolistas- não proporcionavam o meio mais eficaz para uma nação que estava prestes a tornar-se a oficina do mundo. [...] [...] o passo de gigante na estrada para o comércio livre só foi dado nas primeiras décadas do século XIX: a extinção do monopólio do comércio indiano em 1813 e do monopólio comercial chinês em 1833 (MAGDOFF, 1979, p. 27).

Nesse contexto, marcado por disputas econômicas e políticas, há um movimento gradativo que afirma a defesa do desenvolvimento da capacidade produtiva nacional como meio de afirmar o poder dos Estados nacionais a nível internacional⁵⁵, principalmente pelos países desprovidos dos benefícios custeados com sangue e exploração dos impérios coloniais. Aqui já é possível perceber a manifestação da ruptura do capital com os limites à sua expansão e a relação dialética em que ao mesmo tempo que o Estado se molda às necessidades da acumulação da burguesia mercantil também se fortalece e se estabelece enquanto estrutura de comando político.

⁵⁵Essa defesa foi abrindo espaço para medidas políticas voltadas ao desenvolvimento do setor produtivo, como a desregulamentação da produção e a liberdade comercial. O pensamento econômico representado teoricamente por Smith, Ricardo, Quesnay, marginalistas e neoclássicos defendeu os benefícios do livre comércio e criticou duramente o intervencionismo econômico da doutrina mercantilista.

Em síntese de tudo o que foi dito sobre o papel do colonialismo na transição do feudalismo ao capitalismo, Marx (1986) ressalta a importância da revolução comercial e da exploração colonial em sua análise contida no livro III, volume IV de *O Capital*. Ele destaca a expansão do comércio e a criação do mercado mundial, condições criadas ainda na Idade Média, enquanto fundamentais para o desenvolvimento do período manufatureiro e posteriormente para o amadurecimento do capitalismo. A esse respeito afirma que

Não há dúvida [...]de que, nos séculos XVI e XVII, as grandes revoluções que transcorreram no comércio com os descobrimentos geográficos, e que rapidamente elevaram o desenvolvimento do capital comercial, constituem um momento principal na promoção da passagem de modo de produção feudal para o capitalista. A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a rivalidade entre as nações europeias pela posse dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, contribuíram essencialmente para quebrar as barreiras feudais da produção. No entanto, o modo de produção moderno se desenvolveu em seu primeiro período, o período manufatureiro, somente onde as condições para tanto haviam sido geradas durante a Idade Média. Compare-se por exemplo, a Holanda com Portugal. E, se no século XVI e em parte ainda no século XVII, a súbita expansão do comércio e a criação de um novo mercado mundial exerceram influência preponderante sobre o ocaso do modo de produção antigo e a ascensão capitalista, então isso aconteceu, pelo contrário, com base no modo de produção capitalista, uma vez criado. O próprio mercado mundial constitui a base desse modo de produção. Por outro lado, a necessidade imanente ao mesmo, no sentido de produzir em escala cada vez maior, leva à constante expansão do mercado mundial, de tal modo que aqui não é o comércio que revoluciona a indústria, mas é a indústria que constantemente revoluciona o comércio. Também o predomínio comercial está agora ligado à maior ou menor preponderância das condições da grande indústria. Compare-se, por exemplo, Inglaterra e Holanda. A história da decadência da Holanda, como nação comercial dominante, é a história da subordinação do capital comercial ao capital industrial. (p. 250)

Todas as mudanças analisadas brevemente nas linhas acima, incluindo o surgimento das duas classes fundamentais do capitalismo, ocorrem ao passo que as formas de propriedade até então existentes se convertem em capital comercial (resultante da expansão comercial) e posteriormente em industrial⁵⁶. O êxito no desenvolvimento industrial da Grã-Bretanha⁵⁷ tem a sua raiz na concentração do comércio, principalmente com o mundo

⁵⁶Mediante o predomínio da produção capitalista e do capital industrial, o capital comercial é restringido a um momento específico do investimento de capital (MARX, 1986).

⁵⁷Hobsbawm (2013) salienta que a Grã-Bretanha já continha, em larga medida, as condições para a sua industrialização no século XVIII ou possuía condições de criá-las. Segundo ele, pelos padrões atuais a Inglaterra não poderia ser considerada um país subdesenvolvido, apesar de partes da Escócia, País de Gales e Irlanda se enquadrarem nessa definição. Nesse período, os transportes e os meios de comunicação eram baratos e os problemas relativos a tecnologia eram bem simples (não exigia uma qualificação específica para lidar com

subdesenvolvido, e da manufatura ao longo do século XVII que forneceu as bases para a consolidação gradativa do mercado mundial a favor deste país. Esse fato conduziu a uma demanda por seus produtos manufaturados que não podia mais ser atendida com o desenvolvimento das forças produtivas industriais existentes nesse período (HOBSBAWM, 1985; 2013. MARX e ENGELS, 2007).

A Revolução Industrial foi gestada nas décadas posteriores a 1740 no contexto da lenta e ampla expansão das economias nacionais que em seguida se associou ao rápido crescimento da economia internacional. Essa revolução no desenvolvimento das forças produtivas⁵⁸ teve lugar no país que desfrutou das oportunidades internacionais e se apoderou de parte considerável dos mercados ultramarinos (HOBSBAWM, 2013). Até o século XIX, na maior parte do continente asiático, a Europa comparava mais do que vendia. O comércio de produtos orientais, os metais preciosos advindos da América, a abertura de novos mercados e o crescimento da demanda por produtos manufaturados associado ao aumento de colônias voltadas para a plantação com o objetivo de atender a demanda dos países europeus e o crescimento de colônias de imigrantes brancos contribuiu para a emergência do processo de industrialização (MAGDOFF, 1979). Em outras palavras, o sistema colonial e a conquista de mercados e de riquezas através das guerras contribuíram sobremaneira para erguer a estrutura na qual foi edificada o novo modo de produção e reprodução material da sociedade.

A primeira fase da revolução industrial (1750-1780), que fez da Inglaterra a “oficina mecânica do mundo”, baseava a sua economia em setores pioneiros principalmente na exportação de produtos advindos das manufaturas de algodão. Estas foram subprodutos do comércio internacional e principalmente do colonial e eram alimentadas por matérias-primas vindas quase exclusivamente das colônias. Na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX⁵⁹, os países europeus especializados na produção manufaturada têxtil (França e Inglaterra) vivenciaram uma nova modalidade de crise, a crise mista. Apesar da produção social ainda ser basicamente agrária e ter como apêndice o comércio marítimo, essa

dispositivos mecânicos relativamente simples e demandava pouco investimento inicial, cuja expansão posterior poderia ser financiada com os lucros acumulados). Outrossim, praticamente não existia mais um campesinato dono de terras e muito menos uma agricultura voltada para a subsistência, não havendo mais entraves a conformação do trabalhador fabril.

⁵⁸Mesmo ressaltando que os primórdios da Revolução Industrial possuíam um nível técnico bastante primitivo, uma vez que soluções e ideias simples e com baixo custo produziam excelentes resultados, Hobsbawm (2013) assevera que ela foi revolucionária para os padrões do século XVIII. Pode ser considerada enquanto tal porque trouxe consigo um novo sistema de produção que abriu uma nova etapa de desenvolvimento histórico.

⁵⁹As revoluções europeias de 1848, iniciada na França se espalhando rapidamente por outros países do continente, tiveram como estopim, dentre outros fatores, a forte crise econômica de 1830-40.

crise já não era totalmente determinada pelo cenário vigente na agricultura (COGGIOLA, 2009).

A segunda fase da revolução industrial (1840-80) é marcada pela produção de bens de capital (indústria pesada), produção ferro e de aço em abundância e da introdução de inovações tecnológicas que forneceram as condições para um crescimento econômico mais sólido. “A era da crise do industrialismo têxtil foi a era da chegada do carvão e do ferro, a era da construção ferroviária” (HOBSBAWM, 2013, p. 99). De acordo com esse autor, existiram duas razões que conduziram ao advento dessa nova fase da industrialização. A primeira foi a gradativa industrialização dos outros países, que forneceu um mercado que se expandiu rapidamente para os bens de capital produzidos em grande quantidade apenas na Grã-Bretanha, o que resultou em um aumento jamais visto nas exportações britânicas entre 1840-1860. A revolução no setor dos transportes, com a introdução das estradas de ferro e da navegação a vapor, contribuiu também para o crescimento das exportações britânicas, a abertura de novos mercados e a ampliação dos já existentes. A segunda razão, por sua vez, estava distante da demanda e se alinhava a imposição das cada vez mais volumosas somas de capital acumulado em busca de um investimento lucrativo. O maior exemplo dessa pressão pode ser ilustrado com o alto investimento na construção das estradas de ferro. Entre 1830 e 1850, a Inglaterra vivenciou um vertiginoso crescimento das estradas de ferro, o que levou a um aumento da produção de ferro, aço e carvão.

Magdoff (1979) ressalta que houve mudanças importantes nos padrões comerciais a partir da Revolução Industrial que diferenciou o movimento expansionista global⁶⁰ efetuado pelos países detentores de impérios coloniais da expansão colonial concretizada nos séculos precedentes. No período de ascensão e supremacia do capital comercial, as transações econômicas entre metrópole e colônia tinham como principal fundamento a importação de

⁶⁰Outro fato que pode ser considerado como indicador dessa nova fase de expansão europeia, mais especificamente na Grã-Bretanha, detentora de um vasto império colonial, é a anexação da quase totalidade do império francês em decorrência da vitória da Inglaterra sobre a França na Guerra dos Sete Anos. Essa vitória, consumada com o Tratado de Paris, foi o pontapé inicial para a instauração do segundo Império Britânico e a transformação da Grã-Bretanha na potência colonial hegemônica, ficando atrás somente da Espanha até o declínio e a descolonização do seu império e do império português possibilitada pelas Guerras Napoleônicas. O enfraquecimento da França, até então maior ameaça a hegemonia britânica, e a consequente dominação dos mares pela Grã-Bretanha abriu o caminho para a conquista de novos territórios na Índia. A ascensão do segundo Império Britânico foi marcada pela erupção e êxito da Guerra de Independência das Treze Colônias Americanas (1775- 1783), que perfaziam o núcleo do seu primeiro império, concentrado principalmente na América do Norte (Irlanda, colônias da América do Norte e colônias das Índias Ocidentais) e pelo levante revolucionário da Irlanda. A perda das treze, colônias apesar de ter sido um duro golpe nas ambições britânicas, não a enfraqueceu. O segundo império construído por essa nação sob a base da mais poderosa esquadra marítima, deu um salto e abarcou o mundo, abrangendo possessões situadas em todos os continentes (MAGDOFF, 1979).

bens exóticos, produtos tropicais e riquezas metálicas coloniais por parte dos países europeus. Entretanto, essa relação se modifica com a Revolução Industrial e posteriormente com a construção das estradas de ferro, a indústria em larga escala, as indústrias de bens de capital, as novas fontes de energia e os novos meios de comunicação e de transporte marítimo. Diante dessas transformações estruturais, no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas, o foco se dirige às exportações de mercadorias industrializadas produzidas em massa e a demanda de matérias-primas e alimentos por parte dos países em processo de industrialização, o que acarretou um outro estágio na divisão internacional do trabalho. Esse movimento também conduziu à penetração em extensas áreas, resultando em uma nova etapa nas atividades bancárias a nível internacional e na oportunidade para a exportação de capital.

Nessa conjuntura, as regiões não industrializadas tiveram que passar por uma adaptação forçada às necessidades de obtenção de lucros dos países avançados de modo a romper com os traços de uma economia pautada em sua maior parte em comunidades autossuficientes que reproduziam a sua existência material com a agricultura de subsistência e a indústria doméstica. Esse ajustamento visou disseminar relações econômicas em que predominavam a propriedade privada, o uso da moeda e a adoção da troca e a oferta de trabalho para a agricultura comercial, através da imposição, e a criação de medidas que fomentassem um contingente de trabalhadores em busca do trabalho assalariado. Nos casos das sociedades que possuíam uma indústria desenvolvida, a exemplo da Índia⁶¹, foram tomadas medidas severamente impositivas no sentido de reduzir a produção e as exportações dos bens produzidos no interior do país para criar mercados para os produtos europeus.

A partir de 1870, foi rompido o elo que ligava os preços vigentes no setor agrícola com as crises no setor têxtil, tendo início as crises⁶² modernas das nascentes sociedades industriais, que inicialmente foram marcadas por superproduções relativas. Hobsbawm (2013) destaca que essa crise não produziu o mesmo abalo social das décadas de 1830- 1840 ou da crise de 1920-30, mas gerou incertezas sobre o futuro da economia britânica e enquanto fenômeno mundial teve efeitos diferentes em cada país. Assim como a primeira fase da industrialização produziu a depressão que diminuiu a relevância de setores pioneiros,

⁶¹ Ao longo de alguns séculos, a Índia exportou grande volume de artigos de algodão concorrendo com os manufaturados têxtil britânicos. Os únicos produtos puramente de algodão, até o começo do século XVIII, advinham exclusivamente da Índia e eram vendidos pelas companhias das Índias orientais na Inglaterra e no exterior. Nesse período, a Inglaterra não prescindiu de tarifas alfandegárias para proteger os produtores do país. No início do século XIX, a Índia absorvia parte significativa das exportações inglesas de tecidos de algodão (MAGDOFF, 1979; HOBBSAWM, 2013).

⁶² Esse período também foi marcado pelo surgimento dos partidos proletários socialistas, principalmente de cunho marxista por todo o continente europeu, organizados em um movimento Internacional Comunista (HOBBSAWM, 2013).

principalmente o têxtil, a segunda também criou os obstáculos postos no seu caminho. A queda dos custos dos produtos industriais e primários associada a revolução no setor dos transportes resultou na queda dos preços (deflação persistente por cerca de 20 anos), que repercutiu intensamente sobre o setor agrícola (relativamente secundário na economia britânica) e corroeu os lucros da primeira fase de industrialização. Essa crise marca o fim da hegemonia britânica no setor industrial e o início de uma nova fase de desenvolvimento econômico.

O período de 1873-96 é conhecido pelos historiadores da Economia [...] como a “Grande Depressão”. A denominação é falaz. No que concerne a classe trabalhadora, não se pode comparar o período com os cataclismos das décadas de 1830 e 1840, ou de 1920 e 30[...]. Mas se com a palavra depressão pretendemos designar um estado de espírito generalizado (e novo, para as gerações posteriores de 1850) de intranquilidade e temor quanto às perspectivas da economia britânica, nesse caso o termo é correto. Após seu progresso triunfal, a economia estagnava. Muito embora, a prosperidade britânica do começo da década de 1870 não terminasse em desastre tão traumático como nos Estados Unidos e na Europa Central, em meio aos destroços dos banqueiros falidos e fornalhas frias, sua decadência era inexorável. Ao contrário do que ocorreu em outras potências industriais, o *boom* britânico não se dispunha a renascer. Preços, lucros e taxas de juros caíam ou permaneciam enigmaticamente baixos. Alguns pequenos surtos febris de prosperidade não logravam deter essa queda prolongada e frustrante, que não cessaria senão em meados da década de 1890. E quando o sol econômico da inflação voltou a penetrar o nevoeiro prevalecente iluminou um mundo muito diferente. Entre 1890 e 1895 tanto os Estados Unidos como a Alemanha superaram a Grã-Bretanha na produção de aço. Durante a “Grande Depressão”, a Grã-Bretanha deixou de ser a “oficina mecânica do mundo” e tornou-se apenas uma de suas três maiores potências industriais; e em certos sentidos, a mais fraca delas (HOBSBAWM, 2013, p. 118).

As crises cíclicas ou conjunturais, manifestações essenciais da dinâmica contraditória do capital, nada mais são do que um entrave à expansão da acumulação do capital ocasionando uma perda ou diminuição da lucratividade. Expressa a contradição direta entre a expansão da produção e a criação do valor resultante da não realização das mercadorias excedentes por um mercado incapaz de garantir a realização do seu valor de troca. A periodicidade das crises é definida pelo movimento de rotação do capital que, por sua vez, está alinhado com os imperativos da acumulação. Contudo, é necessário ressaltar, justamente para não cair em modelos abstratos e previamente determinados distorcendo as análises de Marx, que há uma diferença essencial entre crise real, que estaria intimamente vinculada a conjuntura histórica- concreta, e a crise potencial ou sua expressão geral cuja

manifestação se daria na separação da compra e da venda no tempo e no espaço (COGGIOLA, 2009).

A crise de 1870-1890 trouxe algumas verdades à tona. Expôs que os outros países possuíam condições de produzir o que consumiam, chegando talvez até a exportar parte da produção, o que anteriormente só era adquirido na Grã-Bretanha. Indicou, também, que a única alternativa adotada por esse país era o livre mercado, já que não seguiu a inclinação dos outros países (Alemanha e Estados Unidos) à concentração econômica com a constituição de trustes, cartéis e sindicatos. Esse atraso restringiu as alternativas que se punham à Grã-Bretanha diante de um cenário em que outros países recém industrializados avançavam e a fez recorrer a já utilizada conquista econômica e (crescentemente política) de áreas ainda não conquistadas, ou a impérios tanto formais, semi-formais como informais⁶³. Embora essa prática não fosse algo recente, o imperialismo nasce trazendo consigo dois fatos novos: o fim do monopólio britânico sobre as partes subdesenvolvidas do mundo e a necessidade de delimitar formalmente as regiões sujeitas ao domínio imperial.

Ainda que a crescente gravidade das crises econômicas e o surgimento do imperialismo moderno estejam no cerne das profundas transformações da própria dinâmica econômica de ascensão do capital enquanto sistema metabólico de controle, há uma relação mediada entre imperialismo e crise, sendo ambos elementos onto- constitutivos do capital. O imperialismo não surge no palco da história como uma estratégia linear para solucionar as crises, como bem evidencia Magdoff (1979), entretanto a “Grande Depressão”, de acordo com Hobsbawm (2013), tem algumas consequências importantes. Uma delas é que com o declínio da hegemonia industrial britânica, logo após a disseminação dos bens de capital mundo a fora e a consequente industrialização de outros países, entra em cena um punhado de novas potências econômicas e industriais. O poderio destas advém da junção da rivalidade política e econômica, com uma importante função exercida pelo Estado moderno que se funde a iniciativa privada. Hobsbawm afirma que “[...] a era da ‘Grande Depressão’ gerou também a era do imperialismo”. Ao fazer essa afirmação, na nossa compreensão ele não se contrapõe

⁶³O imperialismo formal se refere a dominação com uso da força política e militar direta com o objetivo de ajustar os países dependentes às necessidades dos centros metropolitanos. O imperialismo semi- formal é expresso pela dominação e administração dos assuntos econômicos dos países pobres. Por fim, o imperialismo informal preserva a independência política formal, mas dá continuidade a dependência e a subjugação econômica de modo a concretizar os interesses externos. Houve um crescimento das colônias informais depois de 1840, em um contexto que assinalava a hegemonia da marinha mercante e de guerra da Grã- Bretanha. A nova estratégia comercial pautada no livre comércio e no progresso técnico resultou na ampliação do conceito de império formal para império informal, no qual a Grã-Bretanha obtinha vantagens econômicas e financeiras sem controle político (MAGDOFF, 1979).

totalmente a Magdoff, uma vez que apenas afirma que diante de determinadas condições históricas concretas, cujo germe é anterior à crise, é adotada a opção de conquista econômica, já utilizada séculos antes, mas em um novo cenário econômico e de desenvolvimento sociometabólico do capital não mais dominado pela hegemonia britânica. Nele se sobressaem outras potências que concorrem entre si pela supremacia econômica. Nessa direção, de forma explícita Hobsbawm não concebe uma relação determinista entre imperialismo e a crise de 1870.

A raiz onto- genética do imperialismo situada na fase de ascendência histórica do capital estaria localizada na conduta expansionista das nações capitalistas para atuarem em escala global e no gradativo predomínio do capital monopolista que desembocou na rivalidade entre as nações capitalistas hegemônicas (MAGDOFF, 1979). No entanto, o aprofundamento da crise resultante do agravamento das contradições sistêmicas que atingem ferozmente as três dimensões internas da estrutura do capital, parece interferir nessa relação. Segundo Mészáros (2003), essa interferência conduziu a mudança na postura imperialista que teria como momento predominante dessa nova fase destrutiva de expansão a crise estrutural do capital. Para fins desse tópico e com o intuito de aprofundar no próximo capítulo essa discussão, basta sublinhar que, para Magdoff (1979), as crises de 1870 e 1880 e os efeitos dela decorrentes na agricultura e na indústria talvez tenham contribuído em alguma medida para acelerar o nascimento do imperialismo.

3.1.2 O imperialismo moderno: uma nova etapa da ascendência histórica do capital

Como se sabe a existência de impérios não é um fato que pertence exclusivamente a idade moderna. Ao longo da história existiram impérios no mundo antigo e medieval. A palavra império deriva do latim *imperium* e ao longo da história tem significado o exercício de poderio de um povo sobre o outro. Em Roma, a palavra império representava poder político de raiz religiosa, inicialmente exercido pelo rei. Somente no século I e II d. C. o termo teve o seu significado ampliado podendo ser definido também como o território que se encontrava sob o jugo de Roma (FRIZZO, 2008). Lênin (2007), em seu ainda atual estudo sobre o imperialismo, evidencia que a prática colonial e imperialista já se fazia presente tanto em períodos mais remotos do capitalismo, como em formas de sociabilidades anteriores, a exemplo de Roma. Todavia, além de haver diferenças essenciais entre as diversas formações econômicas e sociais, no caso entre o escravismo e o

capitalismo, a própria política colonial conduzida nos primórdios do capitalismo é estruturalmente diferente da política colonial comandada pelo capital financeiro.

Para Magdoff (1979), uma teoria sólida e integral da gênese e do desenvolvimento do “velho” e do “novo”⁶⁴ imperialismo precisa ter como eixo algumas premissas. A primeira consiste em considerar a acumulação do capital e a tendência a sua expansão contínua enquanto fundamento essencial do capitalismo e força impulsionadora de seu desenvolvimento. Em todas as fases do capitalismo está presente a necessidade de utilizar recursos naturais de outros países como suporte material a acumulação do capital. A segunda se refere ao nascimento do capitalismo como sistema mundial que determinou as suas bases estruturais e influenciou todo o processo de desenvolvimento imperialista. A terceira diz respeito ao fato dos países capitalistas avançados terem introduzido, através da força sua forma de produção econômica e as relações de produção correspondentes em todo o globo⁶⁵, destruindo todas as formações econômicas pré-capitalistas e obtendo condições privilegiadas de produção e de extração de mais-valor. A quarta, que está relacionada a constituição do mercado mundial derivado dessa destruição e da subjugação das nações mais fracas as mais fortes economicamente, se refere a divisão internacional do trabalho (países produtores de bens manufaturados e países produtores de matérias primas e de meios de subsistência) e a instauração de uma hierarquia a nível internacional em que um grande número de países se encontram subjugados e dependentes de um pequeno grupo seletivo de centros industriais e financeiros. E por fim, a dinâmica econômica e institucional do capitalismo reproduz a divisão internacional do trabalho e a subjugação econômica e financeira.

A primeira interpretação econômica do termo imperialismo, enquanto sinônimo da expansão capitalista, advém da obra *Imperialismo: um estudo*, escrita em 1902 por John Atkinson Hobson. Economista inglês, social liberal e crítico do imperialismo, foi considerado por Lênin (2007, p. 19) defensor do “[...] ponto de vista do social- reformismo e do pacifismo burgueses”, embora tenha feito “[...] uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo”. Hobson tecia críticas às guerras imperialistas conduzidas pela Inglaterra e considerava o imperialismo uma distorção no capitalismo ocasionada pela existência de um excedente de mercadorias

⁶⁴Aqui o autor faz referência ao colonialismo e ao imperialismo moderno, objeto da análise de Lênin, respectivamente.

⁶⁵Não estamos afirmando com isso que o capitalismo se desenvolveu igualmente em todas as partes do mundo. Muito pelo contrário. Só estamos fazendo referência, a partir de Marx e Engels, ao poder avassalador do capital de destruir as formas de propriedade baseadas no trabalho próprio e introduzir a moderna propriedade privada, processo não linear eivado de contradições.

que levava a disputa e a luta por territórios e mercados para escoar a produção dos países industrializados. O desequilíbrio na distribuição de renda e o conseqüente consumo insuficiente das massas limitava a capacidade de expansão da produção industrial. Por outro lado, a concentração de riqueza, sem capacidade de consumo, desembocou na especulação e no capital rentista nas colônias inglesas o que deu origem a uma leva de parasitas que ganhavam a vida com a exploração dos territórios coloniais e da sua força de trabalho duramente massacrada. Contudo, a solução para o que seria um desvio no desenvolvimento capitalista estaria situada em uma reforma de amplas proporções no mercado interno da Inglaterra destinada a uma distribuição de renda e ao aumento salarial com vistas a aumentar o poder de consumo da classe trabalhadora e média. Dessa forma, no pensamento do autor haveria um equilíbrio entre desenvolvimento das forças produtivas e poder de consumo diminuindo, inclusive, a relevância do mercado externo e transformando essencialmente os contornos da expansão colonial em uma prática civilizatória.

Em 1910, o economista austríaco de matriz marxista e membro do Partido Social Democrata Alemão, Rudolf Hilferding, escreveu *O capital financeiro*. Para Lênin (2007, p. 19), “apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo”, os escritos de Hilferding sobre o imperialismo possuem um peso teórico relevante sobre o desenvolvimento dessa fase do capitalismo. Nessa obra, chama a atenção para a formação de carteis e trustes e o monopólio sob o mercado que estes exerciam, enquanto traço diferencial do capitalismo do início do século XX. O capital financeiro seria resultante da fusão entre o capital industrial, em processo de concentração e centralização, e o capital bancário, também em processo de fusão e concentração. A consequência direta do domínio do mercado por essas empresas gigantescas, subsidiadas diretamente pelos bancos, seria a diminuição da concorrência no mercado interno, já que as pequenas empresas seriam engolidas, e o aumento dos preços. Assim, se faz necessário a exportação de capital excedente cujo palco da concorrência é o mercado mundial que põe prontamente a exigência do estreitamento dos laços entre capital e Estado e conseqüentemente deste com a burguesia. A adoção do planejamento empresarial e o estreitamento da relação entre burguesia e Estado acarretaria a possibilidade de instauração de um capitalismo organizado, sendo necessário passar o controle das mãos do grande capital financeiro aos proletários. Apesar das críticas ao imperialismo, tanto Hobson como Hilferding, defendiam a possibilidade de reformas no interior do capitalismo e não

estabeleceriam as devidas conexões entre imperialismo e a natureza essencial e desumana da expansão capitalista (DEL ROIO, 2007).

Alguns anos mais tarde, a obra de Hobson e a de Rudolf Hilferding, precursores no estudo do imperialismo, seriam utilizadas dialeticamente por Lênin, que incorporou por superação as análises desses autores lançando um novo olhar para esse fenômeno advindo de uma nova etapa da expansão capitalista. Além disso, Lênin direcionou críticas ácidas ao que julgava ser um oportunismo da pior espécie efetuado pelo dito marxista Kautsky, que conduzia no plano teórico uma completa deturpação da essência expansionista e agressiva do imperialismo. Em sua formulação ele defende uma centralidade do capital industrial enquanto peculiar no estágio imperialista e uma tendência a anexação das regiões agrárias por parte das nações capitalistas. Separa economia e política ao afirmar que o imperialismo é uma das políticas efetuadas sob o capitalismo. Se contrapõe a política de anexações, dos bancos, dos trustes, sem, contudo, criticar radicalmente o sistema econômico-social que o produz. Em outras palavras, operacionalizava, segundo Lênin (2007), uma atitude velada de conciliação com o imperialismo, contrariando completamente o legado de Marx. No plano econômico, Kautsky proclamava com a sua tese reacionária de “superimperialismo” a possibilidade de uma aliança pacífica entre as potências imperialistas, a união internacional do capital financeiro dessas nações, desconsiderando os conflitos e as disputas entre os países que inclusive culminaram na Primeira e Segunda Guerra de proporções mundiais.

Ao contrário dos teóricos citados acima, Lênin chamava a atenção para a forte ameaça que o imperialismo lançava sobre o conjunto da humanidade e defendia que o único horizonte histórico capaz de pôr fim à sangrenta disputa imperialista seria a revolução internacional proletária. Analisando as particularidades econômicas do fenômeno, ele ressalta que o imperialismo estava profundamente ligado à essência mais íntima do capitalismo avançado dominado política e economicamente por uma aliança entre os grandes conglomerados empresariais e bancários que conformavam o capital financeiro.

Lênin (2007), cuja obra se desenvolve em meio a crítica à guerra imperialista e a possibilidade da brecha histórica para a construção da revolução, aponta o início do século XIX como o período em que emerge os monopólios, produto da lei tendencial à concentração e centralização do capital apontada e analisada por Marx em *O Capital*. Como se sabe, o capital se reproduz em escala ampliada⁶⁶. Primeiramente, Marx (2011) analisa a

⁶⁶Conforme dito anteriormente, condições históricas específicas tiveram que ser concretizadas para que o capital pudesse adentrar e dominar o processo produtivo. A reprodução em escala ampliada ocorreu em outras formas de sociabilidade muito embora ainda não tivesse forma de acumulação de capital justamente pela inexistência

reprodução simples e, posteriormente, essa forma de reprodução característica do metabolismo social subjugado ao poder universalizante do capital. Ele explica que toda forma de produção econômica da vida material em sociedade, dada a necessidade de continuidade dessa produção, é também reprodução. Assim, parte do que é produzido (produto) sempre é destinado a uma nova produção, ou seja, é reconvertido em meios de produção. Essa seria a reprodução simples que no capitalismo configuraria mera abstração, já que desconsidera o aumento do capital e restringe a produção ao pôr e repor de valores de uso. O movimento do capital (que contempla além do capital industrial, o comercial e o bancário) se expressa, inicialmente, no investimento de capital monetário na compra de meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável). Nesse processo o capital se transforma de capital monetário em capital produtivo, sai da circulação e adentra a produção. Em um segundo momento, os trabalhadores põem em movimento a sua força de trabalho com o uso dos meios de produção disponíveis e produzem uma nova mercadoria, depositando nestas um mais-valor ou valor excedente. Por fim, as mercadorias são conduzidas a esfera da circulação e quando são realizadas (vendidas) são trocadas por dinheiro e tomam a forma novamente de capital monetário, só que acrescido de mais-valia. A fórmula $D - M - D'$ expressa a reprodução em escala ampliada que consiste na reconversão de parte da mais-valia em capital adicional, ou na expansão do valor que por conseguinte, concretiza a acumulação do capital. Esta seria o aumento gradual do capital possível graças a reprodução que passou de um movimento circular para o movimento em espiral. Qualquer interrupção em uma das três etapas que compõem o movimento do capital tira do eixo a dinâmica de sua reprodução ampliada abrindo as portas para as crises cíclicas⁶⁷, que em sua natureza mais essencial consistem na desvalorização do valor. As crises são uma condição inerente ao capital e, conforme já apontado, são expressas, de modo geral, na lei tendencial a queda da taxa de lucros⁶⁸ advinda da dinâmica da acumulação do capital.

dessas condições. Dessa forma, Marx (2011) sinaliza que “nas formações socioeconômicas mais diversas deparamo-nos não só com a reprodução simples, mas, ainda que em grau diferente, com a reprodução em escala ampliada. Produz-se progressivamente mais e se consome mais, de modo que também uma quantidade maior de produto é transformada em meios de produção. Porém, esse processo não se apresenta como acumulação de capital e, conseqüentemente, tampouco como função do capitalista, uma vez que os meios de produção do trabalhador – e, por conseguinte, tampouco seu produto e seus meios de subsistência – ainda não se confrontam com ele sob a forma de capital.” (p. 819)

⁶⁷ Além de outras peculiaridades que restringem o seu alcance e durabilidade, a crise cíclica, diferente da estrutural, atinge apenas uma ou duas das dimensões internas do capital.

⁶⁸ Sweezy (1973) distingue dois tipos de crise, as ligadas a tendência a queda da taxa de lucros e as crises de realização que apresentam diferenças quanto a sua raiz causal. Embora o ponto de partida da crise seja o declínio da taxa de lucros, no primeiro caso a causa do declínio está ligada ao movimento, que de modo geral, aumenta relativamente mais rápido a composição orgânica do capital do que a taxa de mais-valia (taxa de

A reprodução em escala ampliada produz em grande escala, dentre outras coisas, não só as relações sociais capitalistas (capitalistas e trabalhadores assalariados, personificações do capital e do trabalho, respectivamente), mas também a medida que toma corpo o desenvolvimento da produção e a acumulação a ela correspondente, conduz a expansão da concorrência e do crédito, meios que incrementam fortemente o avanço da centralização do capital. De acordo com a lei geral da acumulação capitalista, enquanto lei histórica e, por isso de caráter tendencial, quanto maior a riqueza socialmente produzida, a grandeza do capital acumulado, a força do seu crescimento e o número de trabalhadores com a sua força de trabalho, maior o exército industrial de reserva (MARX, 2011; NETO e BRAZ, 2007). Em síntese, maior acumulação da miséria entre os efetivos produtores da riqueza social e a maior concentração e centralização da riqueza nas mãos de uns poucos indivíduos. Ao examinar as breves indicações de Marx acerca da centralização Sweezy (1973) salienta que o principal fator por detrás dela é a economia voltada para a produção em larga escala. A luta dos diversos capitais na concorrência que conduz a um movimento em que os maiores (detentores de mais capital e por isso com maior possibilidade de baratear as suas mercadorias através do aumento da produtividade do trabalho aliado ao aumento da escala da produção) tendem a derrotar os menores, é uma causa poderosa da centralização. Nesse movimento, uma parte do capital menor some e a outra é incorporada pelas empresas que demonstraram maior eficiência na concorrência intercapitalista. Quanto ao crédito (que inclui os bancos, os mercados de títulos, as casas de investimento, ou seja, toda o aparato associado ao setor financeiro) surge enquanto elemento auxiliar da acumulação que de início não executa um papel tão preponderante. Rapidamente se torna um importante trunfo da batalha travada na concorrência, incidindo fortemente no processo de centralização dos capitais através da fusão dos capitais já existentes culminando na conformação da sociedade por ações. O processo de centralização em que ocorre a reunião dos capitais já existentes acelera e fortalece os efeitos da acumulação do capital, por meio do papel executado pelas sociedades por ações, que tornaram possível a construção de vultuosos empreendimentos, a exemplo das estradas de ferro, muito antes da acumulação de alguns capitalistas individuais permitir tamanho investimento.

Simultaneamente, o avanço da acumulação do capital faz crescer os capitais individuais e isso ocorre de forma paralela ao crescimento da produção capitalista que

exploração). No segundo caso, a problemática se dá em torno do sistema de valor, através de uma dinâmica não especificada que tende a tornar a procura por mercadoria insuficiente do ponto de vista da realização do valor integral desta, ou de uma taxa de lucro aceitável.

produz a necessidade e os meios técnicos das grandes indústrias que tem na raiz da sua existência o processo de centralização anterior. Todavia, para Marx (2011) é preciso esclarecer que ao passo que o volume da riqueza capitalista já acumulada determina em certa medida a expansão e o movimento efetuado pela centralização, esta não depende do aumento do capital social, detalhe que reúne a diferença fundamental entre centralização e concentração. A centralização consiste na alteração do agrupamento dos capitais através da reunião dos já existentes. O ponto culminante da centralização nos diversos ramos da produção industrial, para Marx (2011) seria a união de todos os capitais em um capital individual. A nível de sociedade esse limite teria sido alcançado quando o capital social estivesse sobre o controle de um único capitalista ou de uma associação destes (sociedade por ações), sobre direção unificada. A concentração “[...] não é mais do que outra expressão para a reprodução em escala ampliada” (MARX, 2011, p. 853) e se refere ao aumento do capital controlado pelos capitalistas de forma isolada e a possibilidade no aumento da produção que isso acarretaria.

Sweezy (1973) esboça quais seriam, de acordo com Marx, os efeitos principais da centralização e em menor escala da concentração do capital. O primeiro efeito seria a crescente socialização e racionalização do trabalho no interior da produção capitalista, através de uma produção combinada e administrada cientificamente. O segundo efeito seria a aceleração do aumento da composição técnica do capital expressa no aumento do capital constante em detrimento do investimento em capital variável. A medida que avança a acumulação graças ao movimento de centralização, diminui a demanda por força de trabalho. Em síntese: “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2011, p. 857). Por fim, o terceiro resultado da centralização, embora pouco estudado por Marx devido a circunstâncias históricas da época, é a progressiva passagem da concorrência entre um grande número de capitalistas pelo controle do mercado exercido pelos monopólios encabeçados por um número restrito de produtores.

Amparado na breve, mas sólida análise de Marx, Lênin retoma a afirmação de que a livre concorrência entre os capitais resulta na concentração da produção, que a partir de determinado nível de desenvolvimento culmina no surgimento do capital monopolista. O nível relativamente alto da centralização dos capitais reduz a quantidade de empresas em determinado ramo da produção e modifica o cenário da concorrência que se torna uma luta

perigosa para aqueles que adentram a disputa no mercado. Atingido esse patamar de centralização, tem início o estágio final de evolução do monopólio capitalista, expresso no movimento da combinação monopolista⁶⁹. Voltada especificamente para o aumento dos lucros através do controle monopolista do mercado, a combinação exige uma certa limitação da independência das empresas que aderem a ela e uma política sistematizada e unificada das ações a serem concretizadas. Na sua análise sobre o imperialismo, Lênin destaca os cartéis⁷⁰ e os trustes⁷¹. As peculiaridades de cada país (utilização de práticas protecionistas, ou de livre-câmbio) alterou apenas a forma e o momento em que os monopólios passaram a predominar diante da livre concorrência⁷². Esse predomínio traz, segundo Lênin (2007), uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo, “uma fase superior” em que “O monopólio, uma vez que foi constituído e controla bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (p. 67).

Lênin resume a história dos monopólios a uma periodização que vai de 1860 aos anos iniciais do século XX. De 1860 a 1870 a livre concorrência teria alcançado o ápice do seu desenvolvimento, e os monopólios capitalistas, embora quase invisíveis, já se faziam presentes em germe. No final do século XIX, mais precisamente com a crise iniciada a partir da queda da bolsa de 1873 e a depressão que adveio depois dela, teve início um período de transformações na economia, marcada pelo desenvolvimento dos cartéis. Estes ainda não se constituíam enquanto base da economia, representando apenas uma prática passageira. Ao longo do curto período em que a economia ensaiou uma ascensão, de 1889 a 1890, utilizou-

⁶⁹As combinações diferem das sociedades anônimas, segundo Sweezy (1973), justamente pela busca de lucros através do controle monopolista do mercado. A sociedade por ações foi evidenciada por Marx, em linhas gerais, como um recurso fundamental do processo de centralização. Ao examiná-la, Marx observou três aspectos importantes. O primeiro se refere a imensa expansão da produção e das empresas, inviável para os capitais tomados individualmente. O segundo diz respeito ao capital que na sociedade anônima está sob a forma de capital social em contraposição ao capital privado, tirando de cena o capital enquanto propriedade privada. E por fim, a conversão do capitalista em administrador do capital de terceiros, a metamorfose do proprietário em dono (SWEETZY, 1973).

⁷⁰De modo geral, os cartéis se dão entre empresas concorrentes que acordam entre si a divisão dos mercados, fixam a quantidade de produtos a fabricar, estabelecem as condições de venda e os preços e, por fim, dividem os lucros entre as empresas.

⁷¹Os trustes, que também aderem à prática do cartel, são uma forma de combinação mais rígida entre um mesmo grupo de investidores e possuem um grau mais limitado de independência das empresas que o compõem. Neles os donos da maioria das ações de sociedades anônimas independentes transferem as suas ações para depositários encarregados de administrar as companhias e recebem em troca certificados de depósitos que dão direito aos dividendos. Ocorre a unificação da política das empresas, mas mantém-se a identidade legal e comercial dos que compõem o truste. Essa forma de combinação foi amplamente utilizada nos Estados Unidos por algum tempo até ser proibida por lei (SWEETZY, 1973).

⁷²No sistema colonial e mercantilista comercial, as restrições e o monopólio comercial perduraram mais ou menos até 1840. Posteriormente a essas restrições, entrou em cena o livre mercado, com a hegemonia da livre concorrência (MAGDOFF, 1979).

se cartéis em larga escala para aumentar os preços e aproveitar a conjuntura favorável. Assim, a partir do final do século XIX, seguido pela crise de 1900 a 1903 os cartéis passaram a exercer pleno domínio de toda a dinâmica econômica, culminado no processo em que “O capitalismo transformou-se em imperialismo” (LÊNIN, 2007, p. 28).

A dinâmica contraditória do desenvolvimento do capital está alicerçada na interação dialética entre tendência e contra-tendência que atuam em conformidade com os imperativos expansionistas desse modo de controle sociometabólico. Resgatando os fundamentos marxianos, Mészáros (2011) explica que o monopólio é uma das leis tendenciais do capitalismo, que por ser histórica, atua enquanto tendência, sendo contraposta pela contra-tendência. Ao longo da constituição do sistema sociometabólico do capital, foi recorrente a justaposição entre monopólio e concorrência, conforme explicitamos em linhas gerais no tópico anterior. Embora o capital tenda ao monopólio, é preciso ressaltar que cada lado (a tendência ou a contratendência) tende a prevalecer sobre a outra em uma dada conjuntura histórica particular e que mesmo sob a hegemonia do capital monopolista não há o fim da concorrência. Durante o colonialismo o monopólio, conduzido pelas companhias de comércio e amparadas por medidas mercantilistas, foi a única estratégia capaz de garantir os recursos materiais e a dominação necessária à conquista dos nascentes mercados coloniais. Posteriormente, essa tendência ao monopólio foi substituída pelo predomínio da livre concorrência que se mostrou mais eficaz à expansão do capital até as proximidades do fim do século XIX (PANIAGO, 2001). A partir desse período, o monopólio passa a vigorar por meio de empreendimentos gigantescos regidos por associações monopolistas (trustes, cartéis, sindicatos patronais) que estrangulam aqueles que não se submetem ao jugo do monopólio. Essas associações monopolistas evidenciam a concentração e a centralização do capital industrial e bancário e enfim, a fusão dos dois que dá corpo ao capital financeiro.

A concentração da produção pressupõe a penetração dos bancos na indústria e por isso a concentração bancária é, segundo Lênin (2007), um processo fundamental do imperialismo. De modestos intermediários nos pagamentos, em que convertem o capital dinheiro em capital ativo que rende juros, disponibilizando todo o capital e todos os rendimentos em dinheiro⁷³ aos industriais sob a forma de crédito, se transformam em grandes monopólios bancários. No processo de concentração bancária, os grandes bancos não apenas absorvem os menores como os subordinam, com diferentes graus de dependência, ao seu

⁷³Os bancos dispõem de rendimentos em dinheiro não só dos grandes capitalistas, mas também dos pequenos, dos operários das indústrias e de uma camada superior do operariado, denominado por Lênin (2007) de “aristocracia operária”.

grupo ou consórcio, participando do seu capital, da troca e da venda de ações e do sistema de crédito, transformando estes em meras sucursais. O reduzido número de bancos resultante desse processo de concentração e o seu conseqüente poderio, esboçavam a tendência a formação de um truste bancário.

Essa “aliança de um punhado de monopolistas” (p. 40) concentrava quase todo o dinheiro dos grandes e pequenos capitalistas e grande parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de muitas nações. A partir do momento em que as operações bancárias atingem uma imensa extensão, diante da concentração do capital, os grandes bancos passam a ter meios objetivos de ter acesso em detalhes, através das suas relações bancárias, ao andamento dos negócios dos diversos capitalistas. Conhecendo o movimento dos negócios de cada grande capitalista, os bancos exerciam sobre eles uma espécie de controle restringindo ou ampliando o crédito, chegando ao ponto de decidir a dinâmica dos negócios, a sua rentabilidade, a privação ou a ampliação de capital, etc.

Os bancos possuíam uma condição privilegiada na emissão e na venda de ações, o que possibilitou uma atuação bastante significativa na constituição das sociedades anônimas e na centralização das empresas existentes. Eles detinham uma parte importante do lucro do organizador, nomeavam seus representantes para atuarem na direção das empresas e tinham grande poder de influência sobre os rumos das políticas de eliminação da concorrência entre as companhias. Assim, na busca por maiores lucros o poderio das instituições bancárias influenciou diretamente na intensificação e na rapidez da constituição dos monopólios, já que quanto mais contatos e respaldo possuíam, maior o poder de eliminar a concorrência o que fez do crescimento das unidades bancárias um complemento fundamental para a centralização no âmbito da indústria. Dessa interrelação necessária advém o estreitamento dos laços entre banqueiros e empresas industriais e comerciais concretizada na fusão através da posse de ações, na permuta de cargos em diretorias e na união deles em comunidades de interesses pertencentes as nações capitalistas mais desenvolvidas. E como não poderia deixar de ser, o Estado, enquanto agente econômico a serviço do capital, se une aos monopólios bancário e industrial e completa econômica e politicamente essa relação.

O início do século XX traz consigo o resultado de um movimento histórico que vinha sendo gestado e que culminou com a substituição da “[...] dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (LÊNIN, 2007, p. 54). A raiz desse poderio remonta a “Concentração da produção que tem como resultado os monopólios, fusão ou interpenetração dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital

financeiro e o conteúdo que esse conceito encerra” (Idem, p 55). Sob a égide do capital financeiro, desponta uma oligarquia financeira, uma classe de rentistas separadas do âmbito produtivo que vive apenas dos rendimentos do capital dinheiro. A vasta emissão de títulos, tida como uma prática central no incremento dos lucros do capital financeiro, foi fundamental para o surgimento e a hegemonia da oligarquia financeira.

Em sua análise, Lênin (2007) enfatiza o papel executado pelo sistema de participação no aumento do poderio dos monopolistas e na ocultação do roubo e da ilegalidade nas negociações. Nesse sistema, o dirigente (sociedade mãe ou sociedade fundamental) não respondia formalmente pelas sociedades que dependiam dela (sociedades filhas, netas, etc) abrindo margem para amplas manobras escusas. Outra forma de obtenção de vastos lucros foi a fusão dos monopólios dos bancos com os monopólios da renda da terra e das telecomunicações pela via da especulação imobiliária dos terrenos suburbanos das cidades grandes. Em outras palavras, ocorre um entrelaçamento com outros monopólios que muitas vezes já possuíam uma ligação com os bancos mediante o sistema de participação e da disposição de cargos diretivos, conforme já assinalado.

Sobre a particularidade do desenvolvimento capitalista e do seu posterior corolário advindo da manifestação das suas tendências de desenvolvimento histórico, Lênin (2007) evidencia o extremo da separação da propriedade do capital do seu emprego na produção com a supremacia do capital financeiro. Nessa conjuntura, protagonizada pelo imperialismo, expressão da hegemonia do capital financeiro e da oligarquia financeira, se sobrassem um número bastante reduzido de países que dominam a dinâmica do capitalismo financeirizado. Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha, exerciam, assim, a função de banqueiros internacionais, ou “[...] os ‘quatro pilares’ do capital financeiro mundial” (p. 71), rebaixando a quase totalidade das outras nações a condição de devedores.

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital de sua aplicação na produção, separar o capital- dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital- dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo – ou domínio do capital financeiro- é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica no predomínio do rentista e da oligarquia financeira, na situação de destaque de uns poucos estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os restantes (p. 69).

Essa rede internacional de subjugação que se constitui em torno das relações com o capital financeiro é concebida a partir da exportação de capitais. No início do século XX, diante do já consumado enfraquecimento do monopólio da Inglaterra sobre o domínio das finanças e da indústria, se sobressaem outras nações que vão adentrar a disputa imperialista. Evidencia-se a formação de monopólios essencialmente diferentes, explícito, primeiramente, pela aliança monopolista dos capitalistas pertencentes as nações desenvolvidas e posteriormente, pelo monopólio exercido por um punhado de países desenvolvidos em que a acumulação havia alcançado um patamar elevadíssimo. Essa superacumulação desencadeou um excedente de capital nessas nações que careciam de uma utilização lucrativa.

A exportação de capital para os países periféricos carregava consigo a possibilidade de elevados lucros diante da escassez de capital interno, do preço relativamente baixo da terra, dos salários e das matérias-primas, fornecendo, assim, a estrutura necessária para o jugo imperialista de quase todas as nações do globo pelo parasitismo de pouquíssimos países capitalistas. Muitos desses países já haviam sido inseridos na circulação do mercado mundial tendo assegurado, mesmo que minimamente, as condições materiais para o desenvolvimento da indústria. Os países que recebiam o capital exportado tiveram o processo de desenvolvimento do capitalismo no seu interior acelerado por esse investimento e a nível mundial esse capital aprofundou e expandiu o desenvolvimento do capitalismo pelo globo.

Dentre as nações ricas que exportavam capital antes da Primeira Guerra Mundial (Inglaterra, Alemanha e França), havia diferenças significativas no destino do capital investido no estrangeiro. Lênin (2007) aponta que a Inglaterra investia prioritariamente em suas possessões coloniais gigantescas (América e Ásia), o que caracterizava o seu imperialismo de colonial. Já a França investia mais na Europa (principalmente na Rússia), capital de empréstimos e de empréstimos públicos, qualificando a sua prática imperialista de usurária. A Alemanha não possuía grandes colônias e o seu capital aplicado no exterior era investido em uma proporção semelhante tanto na Europa como na América.

Além dos elevados lucros, o capital financeiro dos países dominantes exigia quase sempre nas negociações internacionais de empréstimo vantagens comerciais, concessões lucrativas ou algum outro benefício ou serviço dos tomadores de capital exportado. Esse método de exploração utilizado pelos monopólios que aparece sobre a forma não tão velada de troca de serviços predomina perante a concorrência. Nas cláusulas do empréstimo, fica condicionado, dentre outras coisas, que parte do dinheiro emprestado seja utilizado na

compra de produtos do país credor, inclusive armamentos⁷⁴. Conforme expresso anteriormente, Lênin assevera que as empresas monopolistas estão tão profundamente ligadas aos monopólios bancários e aos governos que não havia espaço para deixá-las de lado nas transações de empréstimos. Em síntese, “A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias” (LÊNIN, 2007, p. 77). Através dessas negociações atrelada a expansão do capital e a subjugação dos países, o capital financeiro expande as suas raízes pelo mundo e, assim como os países exportadores de capital que dividiram o mundo entre si, opera a divisão do globo entre as associações de monopolistas capitalistas (Cartéis, Trustes e sindicatos patronais).

Essas associações primeiramente se apropriaram do mercado interno, que no capitalismo está intimamente vinculado ao mercado externo no cenário mais amplo de uma economia mundial. O crescimento da exportação de capitais, a ampliação das relações com outros países e com as colônias sob os mais variados contornos, e a expansão das zonas sob a influência das maiores associações monopolistas culminou na concretização de cartéis internacionais. Esse acordo universal entre as associações de monopolistas, um supermonopólio⁷⁵, expressa um patamar ainda mais elevado de concentração do capital e da produção em âmbito mundial, que desemboca na partilha do mundo por uns poucos trustes de natureza global. Nesse cenário dominado pelo capital financeiro em que o monopólio industrial se entrelaça ao monopólio bancário, o monopólio estatal e privado expressa duas faces da luta imperialista encabeçada pelos mais fortes monopólios na tentativa de partilhar o mundo entre si. Lênin (2007) chama a atenção que mesmo nesse caso a atuação da lei de desenvolvimento desigual pode conduzir a mudança na correlação de forças, como bem demonstrou as crises e as guerras de proporções mundiais que se seguiram.

As relações instauradas entre os grupos de capitalistas na busca pela divisão econômica do mundo se deram na mesma medida em que se estabeleciam entre os Estados nacionais uma luta pela redivisão territorial do mundo, uma disputa pelas colônias. A política colonial efetuada pelos países capitalistas já havia se apossado pela via da conquista de todos os territórios ainda não ocupados do planeta. O predomínio do capital financeiro logo após o desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista acarretou o

⁷⁴Adiante discutiremos brevemente a funcionalidade da indústria bélica para a reprodução do capital.

⁷⁵Como um dos exemplos desse “supermonopólio” (p. 79), Lênin (2007) sublinha a indústria elétrica que constituiu a partir de 1907 um truste mundial nesse ramo sob a liderança dos países capitalistas mais jovens: Estados Unidos e Alemanha. O acordo estabelecido entre o truste estadunidense e alemão conduziu a partilha do mundo por meio da supressão da concorrência e da divisão de invenções. Ele também aponta o processo de concentração da marinha mercante na Alemanha e na América e a cartel internacional dos trilhos para estradas de ferro que também atuaram na partilha do mundo.

surgimento de uma fase bastante particular da política colonial a nível mundial em que reacende a disputa pela expansão dos territórios dos principais países europeus. No final do século XIX e início do XX o mundo já havia sido dividido entre os seis países mais importantes (Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Rússia). Até 1876 Estados Unidos, Japão e Alemanha não possuíam colônias e a França possuía um número ínfimo delas. Em 1914, essas quatro nações haviam conquistado uma superfície equivalente a uma vez e meia a extensão territorial da Europa, resguardando fato de que a França por ser mais rica que Japão e Alemanha acumulou três vezes mais colônias no que se refere a superfície. Dentre os seis países citados três recentes nações capitalistas (Japão, Estados Unidos e Alemanha) esboçaram um imenso progresso, quando comparados a países mais velhos (Inglaterra e França) que apresentaram uma evolução bem mais lenta. E por fim, a Rússia que se enquadrava no rol das nações economicamente atrasadas e concretizava a ofensiva imperialista em meio a uma teia de relações predominantemente pré-capitalistas. Juntamente com as colônias das grandes potências coexistia as colônias das nações menores que mantinham as suas possessões coloniais graças as discordâncias dos países hegemônicos quanto a divisão das terras espoliadas. Havia também um grupo de países que possuía a independência política formal, como já citado anteriormente⁷⁶, mas era mantido no bojo de relações de subjugação financeira e diplomática.

Lênin explica que a posse colonial garantia o trunfo da obtenção de matérias-primas, elemento fundamental para o fortalecimento da dominação exercida pelas associações monopolistas. A apropriação das fontes de matérias-primas, inclusive as fontes em potencial, enfraquece as possibilidades de concorrência, uma vez que a medida que o capitalismo se desenvolve as matérias-primas se tornam mais escassas. A busca pelo fortalecimento dos monopólios e por conseguinte do capital financeiro, desemboca na tendência a ampliação do território não só econômico, mas do território em geral. A partilha tanto econômica quanto política leva a uma disputa perigosa pela ocupação das pequenas partes ainda não ocupadas ou pela nova partilha das já conquistadas.

[...] o traço característico da acumulação capitalista era justamente não ter limite. As 'fronteiras naturais' da Standard Oil, do Deutsche bank, da De Beers Diamond Corporation estavam situadas nos confins do universo, ou antes, nos limites de sua capacidade de expansão. Foi este aspecto dos novos padrões da política mundial que desestabilizou as estruturas da política mundial tradicional. Enquanto o equilíbrio e a estabilidade permaneciam a

⁷⁶Lênin se refere a estas como semicolônias. Nós nos referimos a elas anteriormente sob a denominação de colônias informais.

condição fundamental das nações europeias em suas relações recíprocas, em outros lugares nem as mais pacíficas hesitavam em recorrer à guerra contra os fracos. Tinham sem dúvida [...] o cuidado de manter seus conflitos coloniais sob controle. Estes nunca pareceram constituir causas *belli* para uma guerra de grandes proporções, mas com certeza precipitaram a formação de blocos internacionais e finalmente beligerantes [...].

Mas o que tornou o mundo um lugar ainda mais perigoso foi a equação tácita de crescimento econômico ilimitado e poder político, que veio a ser aceita inconscientemente (HOBASBAWM, 2015, p. 483 e 484).

A disputa de um punhado de potências imperialistas para participar do monopólio anteriormente indivisível da Inglaterra, a divisão da Europa em dois blocos hostis, o aguçamento da crise internacional como resultado das revoluções nas zonas periféricas (a exemplo da Revolução Russa de 1905)⁷⁷ dentre outros fatores, gerou uma situação internacional insustentável que projetou os principais países europeus para a Primeira Guerra Mundial. Esse conflito, de início essencialmente europeu, se deu entre a Tríplice Entente (França, Grã-Bretanha e Rússia) e Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália que, subornada, entrou no conflito em 1915), tendo ambos os lados arrastado outros países europeus a aderirem aos blocos. O Japão entrou quase que de imediato na Guerra interessado em territórios alemães localizados no Oriente Médio e no Pacífico Ocidental. Os Estados Unidos adentraram o conflito em 1917 do lado da Tríplice Entente e sua intervenção teve um peso decisivo na guerra.

Desde o ano de 1815, o continente europeu experimentava um cenário em que não havia um conflito relevante que envolvesse todos os seus países hegemônicos ou pelo menos a maioria deles⁷⁸ (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria- Hungria, Prússia, até 1871 e depois somadas a Alemanha e a Itália). Acrescenta-se às potências europeias Estados Unidos e Japão, que juntas protagonizavam o jogo de correlação de forças internacional. De 1871 a 1914, não ocorreu nenhuma guerra em que algum país europeu enviasse seus soldados para adentrar fronteiras consideradas inimigas.⁷⁹ As guerras ocorriam fora do território europeu,

⁷⁷A Revolução de 1905 pôs o regime Czarista de joelhos e o fez fornecer falaciosas e insuficientes concessões a massa insatisfeita. Embora essa tentativa revolucionária tenha fracassado foi o germe de um levante revolucionário posterior em que Lênin e seus camaradas bolcheviques tinham como principal objetivo a concretização de uma revolução internacionalista destinada a alcançar a vitória do socialismo em escala global. Desse modo, a vitória da revolução na Rússia seria apenas a primeira batalha travada na busca da consolidação da revolução socialista de caráter internacional (HOBASBAWM, 1995).

⁷⁸Ocorreu apenas uma guerra de curta duração (1854- 1856) em que combateram três potências europeias, a Guerra da Criméia que trouxe de um lado a Rússia e de outro a Grã-Bretanha e a França. Além dos conflitos que envolviam grandes países serem rápidos, o maior deles não se configurou enquanto conflito internacional, uma Guerra Civil no interior dos Estados Unidos (1861 a 1865) (HOBASBAWM, 1995).

⁷⁹Apenas no Extremo Oriente, o Japão enfrentou e venceu a Rússia, antecipando com isso a Revolução Russa no início do século XX (HOBASBAWM, 1995; 2015).

nas nações subjogadas, onde as grandes potências pensavam selar os seus destinos enquanto vítimas de suas ações expansionistas⁸⁰.

Após um brevíssimo período de uma paz instável, erigida sobre um tratado (conhecido genericamente como Tratado de Versalhes)⁸¹ em que os Estados Unidos, agora o país que detém a hegemonia, havia se retirado, explodiu o que já era quase uma certeza: um outro conflito de escala mundial. Em um mundo não mais eurocêntrico, cujo domínio das relações econômicas e políticas do jogo internacional havia mudado de mãos, um acordo não endossado pelos Estados Unidos carregava a fragilidade da instabilidade e da curta duração. Somado a essa instabilidade política, o profundo abalo mundial provocado pela crise de 1929 que se delineou como a mais grave crise desde a Revolução Industrial, levou à ascensão do fascismo na Itália e na Alemanha e conduziu ao poder governos de ultra- direita na Alemanha e no Japão que tinham por objetivo um rompimento predominantemente pela via militar.

Após a Primeira Guerra, a situação mundial se mostrava instável não só na Europa, mas também no Extremo Oriente. Não só os países que haviam perdido a guerra se mostravam profundamente insatisfeitos com o atual cenário, a exemplo da Alemanha que condenava o Tratado de Versalhes como uma imposição injusta. Itália e Japão, pertencentes ao lado que ganhou a Guerra também se mostravam insatisfeitos. O Japão possuía uma ambição imperial além das suas possibilidades enquanto estado soberano. A Itália, apesar de alguns ganhos territoriais, aquém do prometido em troca da sua entrada na guerra ao lado dos aliados em 1915, aprofundou a sua insatisfação com o triunfo do movimento fascista, de cunho contrarrevolucionário, ultranacionalista e claro regado a interesses de expansão imperialista. É explícito que o estopim da Segunda Guerra se deu com a agressão efetuada pelos três países insatisfeitos (Japão, Alemanha e a hesitante Itália) que conduziram o resto do mundo a outra Guerra Mundial ou a outro capítulo da “Era da Guerra Total” (HOBSBAWM, 1995). Ao analisar a essência da guerra no capitalismo em sua fase imperialista, Lênin problematiza a raiz de todo esse cenário com profunda lucidez:

⁸⁰Algumas vezes as nações europeias se depararam com uma resistência inesperada, como no caso dos britânicos com os boers e os japoneses que derrotaram a Rússia e conquistaram seu lugar como uma grande nação. Em relação as guerras fora do continente europeu, também ocorreram conflitos no Império Otomano, que já vivenciava um processo de desintegração, visto que os povos dominados já buscavam se consolidar como Estados soberanos, respingando seus confrontos nas grandes nações. Sem falar nos Balcãs, tida como uma região potencialmente explosiva, e na qual teve início a erupção que conduziu ao primeiro conflito de magnitude mundial (HOBSBAWM, 2015).

⁸¹Hobsbawm (1995) detalha que em seu sentido literal o Tratado de Versalhes só fez referência a paz com a Alemanha. Outros castelos e parques localizados próximo a Paris nomearam tratados com os outros países, a exemplo da Áustria, Hungria, Turquia e Bulgária.

[...] sob o capitalismo, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para remediar, de um lado, a desigualdade entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital e, de outro, a partilha das colônias e das zonas de influência do capital financeiro? (p. 115).

Mészáros (2003) afirma que uma das contradições e limitações mais relevantes do sistema sociometabólico do capital diz respeito a tendência globalizante do capital transnacional, no âmbito econômico, e a continuidade dos estados nacionais enquanto representantes da estrutura política de comando do capital. Em suma, a ausência de uma estrutura de comando político compatível com a tendência à integração monopolista global do capital e a busca profundamente irracional dos países hegemônicos para prevalecerem enquanto formação estatal do capital global, mergulhou o mundo em duas terríveis guerras de proporção mundial. No período compreendido entre esses dois sangrentos conflitos, começa a se desenhar uma mudança radical nas relações internacionais de poder no âmbito do capitalismo. (BARAN 1957 apud MÉSZÁROS 2003).

Os Estados Unidos deram início a seu poderio hegemônico já no fim da Primeira Guerra Mundial, tendo a sua supremacia temporariamente interrompida pela grande depressão⁸². A imposição da hegemonia estadunidense, remonta ao primeiro mandato de Franklin Roosevelt⁸³ e sua nova versão da “Política da Porta Aberta”⁸⁴, que marca o início da

⁸²Como se sabe, o epicentro da grande depressão que desencadeou sérios reflexos na economia de todos os países capitalistas foram os Estados Unidos. Durante a Primeira Guerra Mundial esse país exportou, sobre a forma de empréstimos, uma vasta quantidade de produtos industrializados para os países europeus. No pós-guerra tornou-se uma grande potência econômica concentrando quase metade da produção industrial do mundo. Ao longo de quase toda a década de 1920, esse desenvolvimento foi acompanhado por um amplo consumo da população americana. Todavia, em um dado momento a oferta de mercadorias foi maior que a demanda, inundando o mercado de produtos e gerando uma crise de superprodução. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 267) “[...] a Grande Depressão se deveu ao fracasso do livre mercado irrestrito. Daí em diante o mercado teria de ser suplementado pelo esquema de planejamento público e administração econômica, ou trabalhar dentro dele. [...]”

⁸³ Franklin Delano Roosevelt, era democrata e foi presidente dos Estados Unidos de 1933 a 1945. Em seu discurso de posse previu a desintegração de todos os impérios, inclusive do Império Britânico quando foi explícito que despenderia todos os esforços necessários para restaurar o comércio mundial através de ajustes econômicos a nível internacional, uma exigência premente advinda do abalo provocado pela grande depressão de 1929-1933. Posteriormente, Roosevelt defendeu a competição e a supremacia dos monopólios dentro e fora dos EUA. A constituição do poderio imperialista estadunidense consumou o fim do império britânico. Tal hegemonia foi propagandeada como a libertação de todos, inclusive dos povos e territórios colonizados. Todavia, mesmo diante do discurso do fim do imperialismo os americanos vestiram a mesma carapuça dos britânicos, anteriormente ridicularizada, para justificar intervenções militares na Indochina e em outros lugares. (MÉSZÁROS, 2003).

⁸⁴ Nas relações do comércio internacional a chamada “política de porta aberta” é um acordo que estabelece a abertura comercial igual a todos os países estrangeiros. Ela remonta a defesa das mesmas condições de abertura comercial das grandes potências imperiais com a China sem que nenhuma obtivesse pleno controle do país, logo após acordos estabelecido entre essa nação e o governo britânico depois da Guerra do Ópio. No caso da versão dessa política proposta por Roosevelt, ela visava a expansão das exportações americanas para escoar excedentes de capital e a abertura dos países para suas empresas multinacionais, em um período marcado pela

terceira fase de desenvolvimento imperialista com as mais destrutivas consequências para a continuidade do futuro da humanidade (MÉSZÁROS, 2003). Com o objetivo de reverter o quadro iminente de crise, e recuperar a economia norte-americana, Roosevelt, adotou um plano econômico conhecido como New Deal⁸⁵ (Novo Acordo) que consistia em um conjunto de medidas fortemente influenciadas pelas ideias do economista britânico John Maynard Keynes⁸⁶. Os gastos militares estatais durante e mesmo depois da Segunda Guerra Mundial ou do que se convencionou chamar de keynesianismo militar, possibilitaram não apenas a retomada do crescimento, estagnado desde 1929, mas também a duplicação da riqueza nacional.

Santos (1993) apud Dantas (2006) chama a atenção para o fato de que no combate da economia de guerra nazista no período da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se sobressaem como uma potência imperialista com base na produção da destruição, subsidiada pelo Estado keynesiano, e na ocupação de quase todo o território capitalista. Na realidade, os gastos civis⁸⁷ do New Deal andaram muito distantes de alcançar os resultados esperados em relação ao desemprego em massa e a própria depressão, e os seus benefícios podem ser considerados ínfimos se comparados com o crescimento da economia americana durante o referido conflito mundial. Tanto na Alemanha como nos Estados Unidos, o Estado atuou como gastador consumidor, assumindo despesas militares desproporcionais, já que a produção de bens de capital e de consumo não conseguia mais alavancar o crescimento econômico, tornando a guerra o “novo elixir” do sistema em crise (DANTAS, 2006, p.175). A esse respeito Mézszáros (2011) argumenta que

Apesar de todas as autoglorificadoras mitologias keynesianas e neokeynesianas em contrário, o verdadeiro fundamento material da expansão foi o novo dinamismo do complexo militar- industrial já existente (mesmo

expansão da produção industrial e a redução da capacidade de consumo interno na década de 1930 (MAGDOFF, 1976).

⁸⁵Essas medidas tinham como pedra angular a eliminação do desemprego em massa e dos seus possíveis efeitos políticos e econômicos através: da forte intervenção do Estado na economia, uma vez que o liberalismo excessivo da economia norte- americana e a regulação dita harmoniosa da “mão invisível do mercado” tinham conduzido a uma crise de superprodução; do controle dos preços de produtos agrícolas e industriais; da diminuição da jornada de trabalho para que um número maior de pessoas pudesse trabalhar, reduzindo assim as taxas de desemprego; do aumento dos salários para estimular o mercado consumidor; da geração de empregos públicos urbanos não produtivos haja vista que o setor produtivo estava estagnado e não podia absorver mão-de-obra; da ampliação dos benefícios da previdência e serviços sociais.

⁸⁶John Maynard Keynes (1883- 1946), foi um economista renomado, um dos fundadores do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁸⁷É oportuno destacar que por conta da grande depressão e dos perigos da radicalização da esquerda (como havia ocorrido na Rússia) e da direita (como bem demonstrava o caso da Alemanha) os países ocidentais se viram forçados a dar prioridade às questões sociais sobre às econômicas em suas políticas estatais. (HOBSBAWM, 1995)

que ainda distante de sua expansão completa) na época dos acordos de Bretton Woods, que apenas ajudaram a intensificá-lo. Dessa maneira, as **várias estratégias do keynesianismo foram complementares à expansão desembaraçada do complexo militar-industrial**, em vez de independentemente aplicáveis às condições verdadeiramente produtivas, viáveis também no socialismo. [...] Afinal de contas, a teoria keynesiana já estava completamente desenvolvida na sequência imediata da crise de 1929/33 e mesmo bem antes disso, em seus traços gerais. (p. 685 e 686, grifos nossos)

Hobsbawm (1995) afirma que os anos da Segunda Guerra foram generosos com a economia estadunidense que não sofreu consequências negativas e chegaram ao fim desse conflito com quase dois terços da produção industrial a nível mundial. Essa guinada econômica reforçou a posição industrial desse país como maior produtor do mundo e o transformou no maior credor a nível global à medida que a guerra chegava ao fim, em um cenário que as nações adversárias capitalistas se encontravam arrasadas por esse conflito. O referido autor ressalta a relação entre as duas guerras mundiais e o crescimento da economia estadunidense (1995):

[...] as guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. **Sua taxa de crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial**, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, **mais rápido que nunca antes ou depois. Em ambas os EUA se beneficiaram** do fato de estarem distantes da luta e **serem o principal arsenal de seus aliados**, e da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. (p. 55, grifos nossos)

Ao final das Guerras, os Estados Unidos eram o único país do globo que haviam saído do conflito um pouco mais fortes e sem nenhuma ruptura conduzida por um levante como ocorreu em todo o resto do mundo. As tensões gestadas na era da “Guerra Total” do extremado século XX foram de extensão e magnitude tal sobre os estados-nação e povos nela imersos que na maior parte das vezes desembocou em rupturas. É nesse sentido específico que Hobsbawm (1995, p. 61) considera que “a revolução foi a filha da guerra no século XX: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética [...] porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século.” Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos passam a dominar econômica e militarmente o palco internacional, assumindo completamente o controle do “*Imperialismo global hegemônico*” (MÉSZÁROS, 2003, p. 72. Itálicos do autor).

Antes mesmo do final da Segunda Guerra tem início as discussões sobre os Acordos de Bretton Woods⁸⁸. Depois do estrago ocasionado pela grande depressão de 1929-1933, algumas medidas concretas foram tomadas para reorganizar a economia internacional. Em meio a hegemonia norte-americana e a disputas entre Grã-Bretanha e Estados Unidos, representados nessa negociação, respectivamente, por Keynes e Harry White, as ideias deste país prevaleceram. Depois de muita queda de braço as negociações que antecederam a Conferência de 1944 chegaram ao denominador comum que esta seria destinada a criação de um de fundo de estabilização monetária, que posteriormente viria a ser o Fundo Monetário Internacional (FMI) e um Banco voltado para a reconstrução e o desenvolvimento. O plano para a instauração de uma nova ordem mundial sob o comando dos Estados Unidos concebia essa supremacia também como uma nova ordem política global. Esta veio de fato a se instaurar depois do fim do antigo modelo da Organização das Nações Unidas⁸⁹ implodir durante a Guerra Fria, o que consolidou a subordinação do FMI e do Banco Mundial à política externa estadunidense (HOBSBAWM, 1995; PEREIRA, 2009).

O período pós-guerra trouxe uma breve solução para os problemas econômicos, sociais e políticos das décadas anteriores⁹⁰. O capitalismo entrou em uma era excepcional de profunda expansão econômica, trazendo grandes benefícios na vida material, o que possibilitou a estabilidade da democracia no ocidente e a supressão da guerra nos países de terceiro mundo. Para os Estados Unidos, país que detinha a hegemonia mundial, essa fase singular na história da acumulação do capital não trouxe mudanças significativas em relação à expansão do pós-guerra, podendo ser considerada mais uma época de retardo do que de

⁸⁸Esse acordo, firmado em julho de 1944, além de criar o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), estabeleceu formas de regulação do sistema financeiro internacional e o padrão dólar-ouro.

⁸⁹O termo Nações Unidas foi concebido originalmente por Roosevelt, sendo utilizado na Declaração das Nações Unidas em 1942, momento em que chefes de Estado de 26 nações se comprometeram a continuar a luta contra os países do Eixo (aliança entre Itália, Alemanha e Japão), durante a Segunda Guerra Mundial. Na Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional realizada em julho de 1945, em São Francisco, foi elaborada a Carta das Nações Unidas assinada por 50 representantes de 50 países. Somente após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, Reino Unido, França e antiga URSS e outras nações signatárias a ONU passou a existir oficialmente em outubro de 1945. Pode -se dizer que a organização internacional que a precedeu foi a Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial como parte do acordo de paz estabelecido em 1919 sob o Tratado de Versalhes. No que se refere ao seu papel na promoção da paz, fracassou quase por completo, resolvendo apenas uma ou duas disputas menores que não ofereciam grandes riscos a paz mundial. Na realidade, o fato de os Estados Unidos terem se recusado a fazer parte da Liga das Nações eliminou qualquer respaldo que ela poderia vir a ter para evitar conflitos. Hobsbawm, (1995) ressalta que embora a ONU tenha continuado a existir, ela se tornou uma espécie de clube em que os países filiados podiam ter a sua soberania aceita a nível internacional. Assim como a antiga Liga das Nações, a natureza da sua constituição não comportava recursos nem poderes independentes daqueles destinados pelos países membros.

⁹⁰Essas décadas anteriores compreendem o período do início da Primeira Guerra Mundial ao fim da Segunda Guerra. Esse recorte histórico foi denominado por Hobsbawm de Era das catástrofes.

progresso se comparado com as altas taxas de crescimento de outros países que partiram de uma base econômica estagnada e destroçada pela guerra (HOBBSAWM, 1995)

Dantas (2006) chama a atenção para o fato de que os investimentos civis do Estado keynesiano para fins não militares tiveram uma grande importância, mas não explicam completamente o amplo desenvolvimento econômico das décadas seguintes, denominada de “A era do ouro do capitalismo”⁹¹. Esse período extremamente favorável para a economia do ocidente foi possibilitado pela criação de condições políticas específicas, algumas delas consideradas bastante relevantes. A primeira consiste no impacto da destruição de imensas quantidades de forças produtivas provocado pela guerra, por meio do alto investimento do Estado (principalmente o norte-americano) na produção de armamentos mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, na corrida armamentista da Guerra Fria com a URSS e na Guerra da Coreia e do Vietnã, o que configurou uma economia permanente de guerra. A segunda se refere ao avanço da economia armamentista norte-americana que forneceu crédito, mercado e mercadorias para a Europa em um período que ela se encontrava destroçada pela guerra, através das doações estabelecidas pelo Plano Marshall (1947-1952). A terceira condição diz respeito à exploração desenfreada da mão de obra dos trabalhadores japoneses e alemães, em uma conjuntura política favorável ao afrontamento das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas.

Mais notadamente a partir da década de 1960, vai se delineando uma economia cada vez mais transnacional, ou, em outras palavras, um sistema de atividades econômicas que ultrapassa os territórios e fronteiras dos Estados nacionais, configurando uma economia mundializada, que não tem base ou fronteiras e que determina limites mesmo para as economias dominantes. No início da década de 1970, uma economia efetivamente mundial, cada vez mais integrada e universal toma conta do globo e continua a crescer nas décadas de crise posteriores a 1973. As principais características dessa economia mundial são expressas

⁹¹A era de ouro compreende o período que vai do pós-Segunda Guerra Mundial até o final do anos 1960, quando esse boom econômico começa a dar sinais de esgotamento, (o primeiro sinal se dá precisamente em 1968 com a Revolução da juventude na França) tendo o seu fim decretado com a crise dos Países exportadores de petróleo (OPEP), em 1973- 1974. Hobsbawm (1995) ressalta que hoje é evidente que essa fase excepcional do capitalismo pertenceu em larga medida aos países capitalistas avançados, não permitindo que a riqueza total produzida chegasse a maioria da população do globo, embora a era de ouro tenha sido um fenômeno mundial. Mészáros tem uma outra análise acerca da chamada “A Era do Ouro” do capitalismo. Segundo ele, o Estado de Bem Estar Social, se constituiu na primeira forma de crise estrutural do capital, tornando possível um amplo deslocamento das contradições subjacentes, resolvendo, por curto período de tempo, o choque entre a restrição do círculo de consumo e o alto desenvolvimento da produtividade. Como já foi dito anteriormente, Mészáros defende a tese de que a partir desse momento tem início a crise estrutural do capital, que marca o encontro desse sistema com os seus limites últimos, evidenciando o agravamento dos seus antagonismos estruturais e pondo a urgente necessidade de instauração de uma alternativa sociometabólica verdadeiramente sustentável, sob o controle dos trabalhadores livremente associados.

através das empresas transnacionais, que são o resultado da tendência a maior concentração e centralização do capital, da nova divisão funcional do trabalho e do aumento do financiamento externo. Os anos que anunciaram o fim da chamada “Era do Ouro” e o estopim da erupção de uma crise sem precedentes foram marcadas pelos seguintes acontecimentos: a explosão salarial, o colapso do sistema financeiro de Bretton Woods em 1971, o boom de produtos em 1972-1973, a crise da OPEP em 1973 e a desintegração do regime pós-capitalista. Esses abalos anunciaram o início de uma crise de proporção verdadeiramente global, que afetou as várias partes do mundo, de formas diferentes e em graus diferenciados (HOBSBAWM, 1995; MÉSZÁROS, 2011). O sistema do capital em sua forma social capitalista evidencia o esgotamento da sua fase de ascendência histórica, adentrando em um período de depressão crônica e sistêmica com sérias implicações para a manutenção do seu modo de controle metabólico e para existência da humanidade.

4 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E IMPERIALISMO HEGEMÔNICO GLOBAL: A INSUSTENTABILIDADE DESTRUTIVA DO SISTEMA

Este capítulo discorrerá sobre a tese mézáríana de crise estrutural do capital, cenário em meio ao qual emerge, segundo Mézaros (2003), uma nova fase de desenvolvimento imperialista, dominada pelos Estados Unidos enquanto força global. Essa hegemonia, construída historicamente com recuos e avanços no período que compreende as duas guerras mundiais, se deu principalmente sob a base do crescimento e consolidação da produção destrutiva ou do que se convencionou chamar de “Complexo Industrial Militar”. Este possui um braço fortemente financeirizado e mediante gigantescas corporações de armamentos, em sua maioria estadunidenses, atua de forma cada vez mais concentrada e centralizada, além de contar com o auxílio direto e recorrente do Estado moderno, como gastador/consumidor. Embora a dominação imperialista continue a ter uma forte dimensão militar para impor o seu poderio diante das disputas interimperialistas, em especial para fins de subjugação dos países mantidos em uma espécie de “subdesenvolvimento forçado”, o crescimento demasiado da pesquisa e dos recursos materiais e humanos voltados para a indústria da destruição tem como razão de ser a reprodução do capital. Em outras palavras, sem recorrer à destruição maciça e cotidiana de forças produtivas, tendo como expressão maior o Complexo Industrial-Militar, o capital não conseguiria se reproduzir em escala ampliada diante do cenário de crise estrutural. O esgotamento da fase de ascendência histórica do capital evidencia o fracasso da globalização, colocando-o frente a frente com sua limitação sistêmica associada a uma contradição fundamental: a ausência de uma formação estatal, ou estrutura política, compatível com a tendência desse modo de controle à integração monopolista global no plano econômico. Essa contradição entre a lógica expansiva do capital e as formações estatais nacionais concorrentes escancara a destrutividade e a incontornabilidade ontológica do sistema, evidenciando que esse modo de controle do metabolismo social não é só insustentável, mas também potencialmente destrutivo.

4.1 Crise estrutural e tendência à ativação dos limites absolutos à reprodução do capital.

A fim de compreendermos a complexidade e a singularidade profundamente destrutiva que emana do que Mézáros (2003) diz ser a terceira etapa de desenvolvimento imperialista, se faz necessário, primeiramente, analisar a tese mézáríana de crise estrutural do

sistema sociometabólico do capital. Essa crise, sistêmica e crônica, que também é uma crise inédita de superacumulação, cujo epicentro pode variar, afeta todas as formas concebíveis de sistema do capital, e difere essencialmente das crises cíclicas ou conjunturais analisadas por Marx. Na realidade, Marx viveu no período marcado pela fase de ascendência histórica do sistema, em que a reprodução ampliada do capital ainda coincidia com a produção genuína, ao mesmo tempo que tornou possível um desenvolvimento inédito das forças produtivas, executando, assim, um papel civilizador, conforme já foi ressaltado no capítulo anterior. A destruição do capital superproduzido em momentos de crises cíclicas já demonstrava a tendência latente à destrutividade do sistema, embora essa tendência ainda não estivesse generalizada como traço cotidiano da reprodução do capital.

Conforme já foi analisado no primeiro capítulo, o capital é um modo de controle sociometabólico antagonicamente estruturado que, para romper com os limites postos pela autossuficiência e se tornar um sistema orgânico, decretando a morte das organizações sociais pré-capitalistas, teve que efetuar uma ruptura artificial entre produção e controle. Essa ruptura, raiz da incontornabilidade ontológica do capital (Mészáros, 2011; Paniago, 2001) e da sua insustentabilidade, que rompe com todos os limites postos pelas necessidades humanas, é a base dos antagonismos estruturais desse modo de controle. Para serem administrados, segundo os imperativos do capital, o antagonismo entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação demandam a interferência do Estado Moderno com vistas a assegurar a reprodução material do sistema. Enquanto sistema pautado na contradição entre capital e trabalho, ontologicamente incontornável, tendencialmente destrutivo, materialmente insustentável, cuja reprodução tem como fundamento sua própria causa ou “*causa sui*”, ele põe a necessidade imprescindível de um maquinário poderoso de deslocamento das contradições subjacentes.

Atualmente, as contradições do capital vêm se intensificando, exigindo o uso cada vez mais recorrente do mecanismo de deslocamento de forma a garantir a sua reprodução ampliada. Entretanto, esse mecanismo tem atuado com eficácia reduzida e o seu bloqueio representa um obstáculo potencialmente explosivo, já que o capital nunca ofereceu soluções efetivas a nenhuma das suas contradições subjacentes. Muito pelo contrário, cultivou-as, na medida que, devido a sua natureza contraditória, nelas prosperava. Mészáros (2010) assevera que realmente não há possibilidade de haver nenhuma crise de caráter estrutural diante do funcionamento adequado desse mecanismo de auto-expansão que ao mesmo tempo transcende e desloca as contradições a um outro patamar, a um outro país, etc. Podem ocorrer

crises de outro tipo que afetem diretamente uma das três dimensões internas do capital (produção, consumo, circulação/distribuição/ realização) e indiretamente todo o sistema, com durações e gravidades variadas, se atendo somente aos seus limites relativos ou imediatos⁹². Um exemplo foi a de 1929-1933, fundamentalmente uma crise de realização.

Sobre a crise de 1929-1933 Mészáros (2010) ressalta que ela foi essencialmente diferente e, embora tenha sido muito forte e de extensão temporal prolongada, teve um raio de abrangência limitado no que se refere à quantidade de dimensões complexas e de mecanismos de defesa que veio de fato a atingir, conforme o subdesenvolvimento das potencialidades globais do capital, até então. Em outras palavras “[...] não foi de modo algum uma crise estrutural do capital como formação global” (p. 88). Antes que essas potencialidades pudessem ser plenamente desenvolvidas, foram necessárias algumas mudanças via eliminação do que se mostrava politicamente ultrapassado. Quando eclodiu a crise de 1929, o capital estava vivenciando o final da sua fase de transição da “totalidade extensiva” (expansão territorial por todos os continentes do globo) para a “totalidade intensiva” (máxima exploração dos territórios já descobertos e colonizados), tida como consequência direta do estímulo produtivo dado pela Primeira Guerra Mundial seguido pela reconstrução do pós-guerra. As novas contradições despontaram no horizonte do capital porque os avanços na produção não podiam ser enquadrados nos limites postos pelas relações de poder existentes sob a predominância da “totalidade extensiva”.

Nesse cenário, mais precisamente na década de 1920, os Estados Unidos despontavam como a força econômica global, mesmo atrás do imperialismo britânico, por conta das relações políticas anacrônicas de dominação global ainda vigentes, muito embora esse cenário não pudesse seguir indefinidamente. Essa crise evidenciou que a reprodução sociometabólica do capital demandava mudanças estruturais nas relações políticas obsoletas, a fim de retomar o ciclo de expansão e evitar uma depressão crônica. E o que de fato ocorreu foi a reorganização das relações imperialistas de dominação global, sob uma ótica radicalmente nova tendo os Estados Unidos enquanto detentores da hegemonia mundial.

Não surpreende, portanto, que o imperativo de um novo início se cristalizasse durante a “Grande Crise Mundial”. As pressões devastadoras

⁹² Mészáros (2010) sublinha que os limites imediatos do sistema podem ser ampliados de três modos:

- “a. modificação de algumas partes de um complexo em questão;
- b. mudança geral de todo o sistema ao qual os subcomplexos particulares pertencem;
- c. alteração significativa da relação do complexo global com outros complexos fora dele.” (p. 72)

dessa crise que parecia sem fim tornaram bastante claro que o capital dos Estados Unidos tinha de remodelar todo o mundo do capital à sua própria imagem, mais dinâmica, e que não havia alternativa caso se quisesse superar não apenas as condições críticas imediatas, mas também a perspectiva de uma depressão crônica. Por isso, sob a intensa retórica do “Discurso inaugural” de Roosevelt em 1933, a mensagem de fato significativa foi a perspectiva radicalmente nova do colonialismo *neocapitalista* sob a hegemonia estadunidense. Nele se previram não apenas as frustrações de Churchill durante a guerra e os acordos de Yalta, mas também, e acima de tudo, a absorção, para todos os fins e propósitos, dos Impérios Britânico e Francês pelos interesses mais altos da “totalidade intensiva” do capital e a relegação das modalidades historicamente antiquadas de imperialismo e colonialismo à segunda divisão, lugar que, com efeito, lhes cabia (MÉSZÁROS, 2010, p. 85 e 86).

A crise de 1929-1933 contribuiu, em larga medida, para o desenvolvimento das potencialidades do capital no tocante à totalidade intensiva. Em síntese, Mézáros (2010) elenca as principais mudanças no âmbito externo e interno. Em nível internacional houve uma passagem do imperialismo multicentrado para um sistema de dominação global sob a tutela de um único país; A instauração de um Sistema Monetário Internacional e de outras organizações que intermediavam as relações entre capitais, mais racionais do que as anteriores; A exportação de capital em larga escala e com ela o fortalecimento das condições de “subdesenvolvimento” forçado, aliado a taxas de lucro exorbitantes obtidas nos países periféricos; A integração gradativa e em diversos níveis das economias pós- capitalistas no bojo das relações capitalistas. No âmbito interno, vários tipos de intervenção estatal foram utilizadas para expandir o capital privado; operacionalizou-se a nacionalização da bancarrota privada por meio da transferência de várias indústrias falidas para o setor estatal e sua posterior transformação em monopólios ou quase monopólios privados após obterem altíssimas taxas de lucros com recursos públicos; o desenvolvimento de uma economia alicerçada no pleno emprego; a vasta abertura de novos mercados e ramos de produção destinados à economia de consumo, alimentada pela sustentação de um consumo perdulário e, por fim, o estabelecimento de um Complexo Industrial-Militar, enquanto setor que abocanha a maior parcela da intervenção estatal e mantém mais de um terço da economia livre das flutuações de mercado.

Sobre os chamados “anos dourados do capitalismo”, período que vai do pós-Segunda Guerra ao final da década de 1960, Mézáros (1995 apud Lessa 1998) afirma que o Estado de Bem Estar Social se conformou como a primeira forma de crise estrutural vivenciada pelo capital e que a partir desse momento, se estendendo aos dias atuais, o entrave à reprodução do capital estaria na impossibilidade de ampliar o consumo na mesma medida

do desenvolvimento das forças produtivas. Mesmo efetuando um amplo deslocamento das contradições com a adoção de um mercado consumidor de massas regulamentado politicamente, o Welfare State teve um prazo de validade breve acarretando a eclosão do segundo momento da crise estrutural do capital expresso tanto na sua derrocada como na dissolução das sociedades definidas por Mészáros enquanto pertencentes a um sistema do capital pós- capitalista.

Para uma aproximação correta do processo histórico que gestou a crise estrutural como um fenômeno de abrangência global, se faz necessário analisar brevemente alguns acontecimentos cruciais que delinearam o cenário da sua eclosão. Considerando o movimento dialético da processualidade histórica, Mészáros (2011) reconhece que

É sempre difícil estabelecer com precisão as grandes linhas de demarcação histórica e o início de uma nova fase histórica, porque as raízes das novas tendências fundamentais inevitavelmente remetem às profundezas de determinações passadas e porque leva muito tempo antes de elas se desdobrarem em todas as suas dimensões e se afirmarem inteiramente em todos os níveis da vida social. (MÉSZÁROS, 2011, p, 81)

Ao reconhecer e reafirmar a urgência e a necessidade da ofensiva socialista que emerge do aprofundamento inédito da crise e ainda que não seja possível demarcar com precisão uma data para o surgimento destas, Mészáros (2011) assinala três grandes acontecimentos sociais que marcaram, já no final da década de 1960, a peculiaridade do abalo sistêmico que até então se delineava. Primeiramente, ele aponta a Guerra do Vietnã e a derrocada da postura mais abertamente violenta do imperialismo estadunidense; o maio de 1968 na França e o crescimento das contradições nos países pertencentes ao denominado “socialismo real”, a exemplo da repressão das iniciativas de reforma na Tchecoslováquia e na Polônia. Os eventos que se seguiram mantêm íntima relação com essas confrontações sociais e evidenciam o grau de extensão e o aprofundamento de cada uma delas, explicitado por meio da exploração dos países mantidos em subdesenvolvimento forçado pelos países metropolitanos; do aguçamento das contradições nas nações capitalistas avançadas, tanto no seu interior como na sua interrelação com as demais; da disseminação das contradições nos países pós- capitalistas, por vezes chegando às vias do confronto, até mesmo por vias militares. Os respectivos desdobramentos das três categorias acima elencadas que marcaram as décadas de 1970 e 1980 foram listados por Mészáros (2011) como sendo

- 1 O fim do regime colonial em Moçambique e Angola; a derrota do racismo branco e a transferência do poder à Zanu no Zimbábue; o colapso do regime tutelado pelos Estados Unidos e administrado pelos coronéis na Grécia e a vitória subsequente das forças de Papandreou; a desintegração do governo vitalício de Somoza- bancado pelos EUA na Nicarágua- e a admirável vitória da Frente Sandinista; a luta armada de libertação de El Salvador e em outras partes da América Central e o fim do até então fácil controle da região pelo imperialismo norte- americano; a total bancarrota [...] em sentido literal- “das estratégias de desenvolvimento” inspiradas e dominadas pela “metrópole” em todo o “Terceiro Mundo” e a erupção de maciças contradições estruturais nas três principais forças industriais da América latina: Argentina, Brasil e mesmo no México, rico em petróleo; a total e dramática desintegração do regime do xá no Irã e, com isso, a grande falência da estratégia há muito estabelecida pelos estados Unidos, na região, impelindo desesperadamente à existência de estratégias substitutivas perigosas – desde então - a serem implementadas diretamente ou por procuração.
- 2 A crescente crise da dominação econômica dos Estados Unidos e suas consequências se propagando por todo o mundo; a permanente intensificação dos conflitos com o sucesso industrial do Japão e os sinais ampliados de uma guerra comercial potencialmente mais devastadora; a erupção de grandes contradições no interior da Comunidade Econômica Europeia, ameaçando-a de colapso; o fracasso catastrófico do keynesianismo do pós guerra e sua substituição ainda mais catastrófica pelas estratégias “monetaristas”, voltadas à revitalização do capital em crise; o maciço e ainda crescente “desemprego estrutural” e a correspondente erupção de grandes distúrbios sociais sobre as ruínas do “*welfare state*” e da estratégia do pós-guerra que presunçosamente anunciou a realização do “pleno emprego numa sociedade livre”; o fracasso das estratégias “neocolonialistas” do pós-guerra- ligadas à expansão do “neocapitalismo”, com sua ideologia da “modernização” e sua egoísta “transferência de tecnologia”- e o controle disfarçado dos países capitalistas avançados sobre o “Terceiro Mundo”, potencialmente com consequências de longo alcance.
3. O colapso da Revolução Cultural Chinesa e a reaproximação entre a China e o Ocidente, trazendo com isso, por vezes, consequências devastadoras para as inspirações socialistas; a indescritível tragédia do Camboja; a confrontação armada entre a China e o Vietnã e entre o Vietnã e o Camboja; a ocupação soviética do Afeganistão e o conseqüente conflito; as crises renovadas na Tcheco- Eslováquia; o aumento da dívida de vários países do Leste Europeu com banqueiros ocidentais, até o ponto da bancarrota, polidamente rebatizada em termos capitalistas de “reescalonamento da dívida”; a crise econômica maciça na Polônia e a emergência, bem como da repressão militar, da base do movimento Solidariedade. (p. 82 e 83)

O continuum depressivo que se abateu sobre os principais países ocidentais, decretou o fim do sistema estatal de controle do capital nos moldes keynesiano e posteriormente, o fim do sistema do capital pós-capitalista na URSS e demais países do Leste Europeu. Outrossim, demonstrou o fracasso e a limitação estrutural do sistema no tocante à falaciada “Modernização do Terceiro Mundo”, com todas as suas severas implicações sociais, além do fracasso da expansão monopolista do capital privado. A crise estrutural deixa

evidente a completa derrota das propostas de desenvolvimento do século XX, impondo o seu caráter global e a sua gravidade, que se estende de forma cada vez mais forte até os países mais desenvolvidos, à viabilidade desse sistema sociometabólico.

[...] A crise estrutural do sistema do capital- parte do fato sombrio de que todas as três grandes formas de desenvolvimento do século XX descumpriram totalmente suas promessas: a acumulação e expansão monopolista do capital privado, a “Modernização do Terceiro Mundo” e a “economia planejada” do tipo soviético. Cinquenta anos de “modernização” deixaram o “Terceiro Mundo” numa condição pior do que nunca; o sistema soviético teve um colapso dramático, sem qualquer perspectiva de estabilização pela entrada no clube do “capitalismo avançado”, pois até a restauração bem-sucedida de uma forma “subdesenvolvida” de *capitalismo dependente* impôs dificuldades proibitivas ao sistema que se estilhaçava; e os poucos países privilegiados de “capitalismo avançado” estão passando por repiques de recessão em intervalos cada vez mais curtos. Além do mais, para muitos destes, (inclusive para a Inglaterra e, o que é mais grave para a sobrevivência de todo o sistema do capital, os Estados Unidos), tais recessões estão associadas a um verdadeiro *buraco negro* de dívidas insolúveis [...]. (MÉSZÁROS, 2011, p. 49)

A tese de crise estrutural do capital se articula a outras teses e análises mézáríanas escritas ao longo de mais duas décadas de esforço intelectual em torno de uma crítica radical. Amparada na diferenciação entre capital e capitalismo, essa tese traz uma análise bastante original sobre a dinâmica atual desse modo de controle, ao enfatizar a ativação de todas as suas tendências destrutivas, a aproximação do espectro da sombra da incontrollabilidade total em meio ao encontro do capital com os seus limites absolutos. Com a erupção da crise estrutural chega ao fim a era dos ciclos de expansão em que se alternavam períodos de expansão e crise, e desde o final da década de 1960 e início dos anos 1970 o capital está imerso em uma depressão contínua. Embora a crise estrutural seja essencialmente diferente das crises cíclicas, afetando todas as formas concebíveis de sistema do capital, estas ainda se constituem enquanto característica fundamental do capitalismo e, desse modo, continuam a ocorrer combinadas com a crise de caráter sistêmico.

A ocorrência de crises cíclicas periódicas continua sendo marca do desenvolvimento capitalista conjuntural e continuará, enquanto o capitalismo sobreviver. Mas na nossa época histórica, há um tipo muito mais fundamental de crise que se combina com crises capitalistas cíclicas e afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital enquanto tal, não somente o capitalismo. (MÉSZÁROS, p. 136)

Quanto à origem da crise sistêmica esta reside dentro da estrutura capitalista, derivando das três dimensões internas fundamentais de autoexpansão do capital, anteriormente citadas, e consiste no bloqueio sistemático das três partes vitais que o compõem. Em outras palavras, a disfunção de todas as partes constituintes vitais enquanto totalidade coloca em questão os limites absolutos da estrutura global. Mészáros (2011) explica que a ativação dos limites absolutos do capital, não está separada, mas ao contrário, tende desde o início a ser inerente à lei do valor, correspondendo à plena maturidade dessa lei, no contexto do encerramento da fase de ascendência histórica do capital. Por outro lado, é possível afirmar, segundo ele, que essa fase de ascendência teve o seu fim decretado porque o sistema do capital atingiu os seus limites absolutos no que se refere à acomodação da lei do valor no interior dos seus parâmetros sistêmicos.

Desde o início as dimensões internas e as condições inerentes à reprodução do capital se constituíram enquanto unidade contraditória, tendo uma que ser subjugada à outra, para possibilitar o funcionamento do complexo global. Enquanto a reprodução ampliada de cada dimensão ocorria sem maiores problemas, cada uma era fortalecida isoladamente e simultaneamente podiam funcionar em certa harmonia. Ao longo do desenvolvimento histórico do capital essas três dimensões se fortaleceram e se ampliaram, gerando as condições necessárias para a sua reprodução dinâmica em escala crescente. Essa interação forneceu os elementos para a superação das limitações imediatas de cada dimensão, deslocando as contradições e utilizando-as como mola propulsora para o aumento e consolidação do poder de dominação do capital. Entretanto, essa situação é essencialmente modificada quando os interesses de cada uma dessas dimensões deixam de coincidir inteiramente. Nesse momento, as disfunções advindas dos antagonismos tornam-se cumulativas, pois não podem mais ser dissipadas, e desse modo se constituem enquanto estruturais, acarretando o sério risco de bloqueio do mecanismo de deslocamento das contradições. Com a crise estrutural esse mecanismo de reprodução e de deslocamento das contradições exhibe perturbações cada vez mais intensas, pondo o complexo global frente a frente com os seus limites últimos. Quando Mészáros (2010; 2011) pontua essa análise, isso significa que ele está afirmando que a crise estrutural, que aparece no horizonte da totalidade social regida pelo capital a partir da década de 1970, se relaciona a algo mais ameno que as condições absolutas e que a tripla fratura (entre produção controle, produção e consumo e produção e circulação) exhibe perturbações crescentes. Essa tripla dimensão tende a romper o

processo de crescimento, além de anunciar uma possível falha na sua função vital de deslocamento das contradições acumuladas do modo de controle do capital.

O caráter inédito dessa crise pode ser sintetizado em quatro aspectos fundamentais: possui uma dimensão universal, não se limitando a esferas particulares (financeira, comercial, determinados ramos da produção); possui um alcance global, ao invés de se restringir a um conjunto de países; sua escala temporal é extensa, permanente, em lugar de cíclica como as anteriores, e seu desenvolvimento ocorre progressivamente, não excluindo a possibilidade de colapsos no futuro, quando as estratégias de contenção da crise e deslocamento temporário das contradições esgotar a sua efetividade. (MÉSZÁROS, 2010; 2011)

Por sua natureza sistêmica e global, a crise estrutural do capital afeta a totalidade do complexo social (e não somente a esfera econômica), desde as suas relações com as suas partes constituintes a outros complexos com os quais mantenha relação. Já uma crise não estrutural atinge somente algumas de suas partes, e independente do grau de severidade, não coloca em risco a sobrevivência da estrutura global. Nessa direção, as contradições só podem ser deslocadas enquanto a crise for parcial, exigindo apenas mudanças no interior do próprio sistema. Já uma crise de natureza estrutural coloca a necessidade de superação do complexo global existente e a sua substituição por um complexo global alternativo⁹³, cuja reprodução sociometabólica seja pautada por práticas produtivas verdadeiramente sustentáveis.

Por conta da circularidade perversa do capital essa crise reverbera de forma intensa em todas as instituições políticas, embora não se restrinja a elas. Nesse sentido, Mézáros conclui que “[...] a crise estrutural do capital revela-se como uma verdadeira crise

⁹³ Em face do agravamento das condições sociais ora vivenciadas nunca foi tão atual a frase célebre de Rosa Luxemburgo “Socialismo ou barbárie?”. Mézáros enfatiza que para Marx “[...]uma transformação socialista viável tinha que emergir- e somente poderia emergir- da crise estrutural do sistema do capital global, com sua divisão social do trabalho internacional antagônica e um mercado mundial profundamente problemático.” (2011, p. 705). Claro que para essa possibilidade ser concretizada é urgente, de acordo com Mézáros (2011), ir além de pseudos soluções neokeynesianas e fomentar a reorientação do movimento socialista internacional, na perspectiva de um movimento radical organizado da massa proletária pautado em uma estratégia ofensiva. A alternativa societal socialista pressupõe a reorientação da produção e da distribuição tendo como eixo central a problemática da necessidade, do uso e da qualidade. O que está em jogo não é só a expropriação dos expropriadores, e sim o controle consciente global do processo de produção pelos produtores livremente associados. Esse controle possibilitaria o emprego potencialmente criativo do aumento do tempo disponível (derivado do avanço da produtividade) e a superação do tempo excedente ou tempo supérfluo, utilizado pelo capital para atender os seus imperativos expansionistas. A riqueza de produção possibilitada pelo socialismo seria a universalidade das necessidades e potencialidades humanas construídas através do intercâmbio do homem com a natureza. Esta seria a verdadeira finalidade do trabalho. Marx jamais defendeu o retorno as formas anteriores de organização social. Muito pelo contrário. Enfatizou firmemente que o socialismo só seria possível com o alto desenvolvimento das forças produtivas, para evitar o retorno da escassez e a luta pelo necessário. (MÉSZÁROS, 2011; MARX, 2012)

de dominação em geral” (2010, p. 78). Ele ainda alerta que, por ter um caráter estrutural, a crise ora vivenciada tende a se agravar atingindo não apenas o setor financeiro global, predominantemente parasitário, mas todos os campos sociais, econômicos e culturais, inclusive a educação. Nessa perspectiva, salienta que “A crise estrutural da educação tem estado em evidência já há um número de anos nada desprezível. E aprofunda-se a cada dia, ainda que essa intensificação não assuma a forma de confrontações espetaculares.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 59). Diante da instabilidade das condições socioeconômicas, se faz cada vez mais necessário a intervenção política na salvaguarda dos imperativos do sistema, o que não pode mais ser efetuado pelo Estado capitalista em sua forma atual.

A crise acarretou um esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista e de sua base estatal keynesiana, que nos anos anteriores trouxe altas taxas de crescimento econômico, principalmente por meio do consumo em massa, aliado à obsolescência planejada, e do alto investimento estatal em gastos militares (keynesianismo militar), conforme já assinalado. Como resposta ao dismantelamento do modelo anterior e à conseqüente queda das taxas de lucro, o capital, personificado na burguesia monopolista e nos seus representantes políticos, conduziu uma ofensiva, pautada na reestruturação econômica e político-ideológica. Esse processo reestruturador teve como base a *desregulamentação* (tanto dos processos comerciais, como das operações financeiras); a *flexibilização* das relações de trabalho e da produção; e a *privatização* do patrimônio público. Tais medidas foram expressas em um tripé fortemente articulado: a reestruturação produtiva (com a implantação do toyotismo como modelo de organização e gerenciamento da produção), o ideário neoliberal e a financeirização. (NETTO, 2010; NETTO e BRAZ, 2007)

A reestruturação produtiva concretizada pela implantação do toyotismo acarretou profundas mudanças no setor produtivo. Além da exigência de um trabalhador polivalente, capaz de executar inúmeras funções, trouxe a adoção maciça das novas tecnologias, provocando a diminuição do trabalho vivo e o aumento do número de trabalhadores no setor dos serviços (setor parasitário). Essa nova configuração gerou fortes implicações para o conjunto dos trabalhadores, destacando-se a precarização do trabalho e o desemprego em massa, que na conjuntura atual assume um viés estrutural⁹⁴.

⁹⁴ A diminuição da quantidade de trabalhadores no setor produtivo e o conseqüente aumento do setor de serviços forneceram o suporte fenomênico para a legitimação das teorias do fim do trabalho (NETTO e BRAZ, 2007). Essas teorias têm como pano de fundo de suas elaborações a tese que vivenciamos a era da “sociedade do conhecimento” ou da “informação”, sob a supremacia do trabalho intelectual tido agora como o principal produtor da riqueza social.

No campo político-ideológico o ataque foi conduzido mediante a implantação do ideário neoliberal e sua proposta de reforma do aparelho estatal, difundido pelas nações desenvolvidas, em especial pelo governo dos Estados Unidos. Na constituição da dita nova ordem mundial, sob tutela estadunidense, as instituições financeiras criadas em Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), cujas funções se encontravam já devidamente reconfiguradas e distantes do objetivo para o qual foram criadas, executaram um papel de destaque (PIRES, 2006). As reformas neoliberais tiveram como eixo principal as medidas a seguir: a não intervenção do Estado na economia; o corte nos gastos públicos (principalmente nos recursos destinados aos serviços sociais), uma vez que atribuía-se a situação ora vivenciada a uma crise fiscal gerada por gastos excessivos e não a crise de valorização do capital que comprometia a arrecadação e a capacidade do Estado de financiar investimentos públicos; a privatização de bens estatais, repassando para a esfera mercantil a execução e a administração das suas atividades; o combate ao poder dos sindicatos e a adoção de medidas para desestabilizar o movimento da massa operária; a retomada das taxas de desemprego e o estabelecimento da desigualdade, tido como aspectos positivos para favorecer o dinamismo econômico e retomar as taxas de crescimento.

A crise de valorização do capital e o colapso do padrão de acumulação fordista/keynesiano, aliados à desregulamentação e à liberalização abriram as portas para um regime de acumulação derivado de outro estágio do processo de internacionalização. Essa nova fase de desenvolvimento capitalista, que reflete um estágio particular do imperialismo, foi denominada por Chesnais de mundialização do capital. (CHESNAIS, 1995; 2001; CHESNAIS, 2003 apud OLIVEIRA et al. 2007)

O autor expõe que o triunfo do mercado global não foi um processo natural e exigiu a intervenção das instituições políticas dos principais países capitalistas, tendo como ponto de partida a implantação das medidas neoliberais de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que proporcionaram ao capital a liberdade necessária para a sua movimentação e expansão a nível mundial. Tais medidas evidenciaram a forte intervenção Estatal no plano econômico e político, demonstrando a falácia de que o mercado se autorregula por meio de uma “mão invisível”.

A mundialização do capital delineou um modo específico de funcionamento do capitalismo contemporâneo, baseado em uma economia cada vez mais concentrada e centralizada por meio dos oligopólios industriais. Além do mais, a inexistência de qualquer barreira protecionista nacional a expansão do capital forneceu também as condições para a

dominação do capital financeiro⁹⁵, que a partir de então passa a comandar o processo de reprodução do capital em escala ampliada. A esse respeito, Chesnais (2001, p. 8) coloca que

Para tudo que pertence à esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais (os FMN) que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Porém, não são eles que comandam o movimento do conjunto da acumulação hoje. Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou nível ou as formas do emprego assalariado.

O principal fator que possibilitou a financeirização⁹⁶, ou a disponibilidade de grandes quantidades de capital monetário que se valoriza de forma fictícia, foi a superacumulação proveniente do maior crescimento econômico da história ocorrido nos “anos dourados”, conjugada à queda das taxas de lucro dos investimentos no setor produtivo.

O processo reestruturador demonstra a verdadeira face do capital que se utiliza de estratégias cada vez mais intensivas para se libertar de qualquer amarra que atrapalhe a sua expansão pretensamente ilimitada. No entanto, a restauração do capital, ao invés de promover a almejada solução para os seus antagonismos estruturais, intensificou-os drasticamente, potencializando ainda mais os efeitos da crise estrutural. A utilização de um vasto arsenal voltado para a administração das contradições existentes, como também a capacidade de criar outros instrumentais para a defesa da sua continuidade, diante da sua utilização frequente e eficácia decrescente, é uma consequência da crise estrutural que se alastra (MÉSZÁROS, 2011)

Diante da severidade da crise atual, a lógica expansionista incontrolável do capital gera a produção do desperdício em uma escala crescente, impondo um consumo de produtos não duráveis através da manifestação do que Mézáros (2011) denomina de variante capitalista da taxa de utilização decrescente do valor de uso dos produtos. Essa tendência

⁹⁵ Com base na teoria do valor de Marx, Chesnais, aborda os dois circuitos de reprodução do capital: um longo e outro curto. O primeiro é gerado no processo de produção de mercadorias no qual dinheiro se transforma em capital, ou seja, em mais dinheiro. O segundo, não necessita da mediação da produção, ocorre somente na esfera da circulação. O autor enfatiza que sob a égide do regime de dominância financeira tem prevalecido o circuito encurtado, havendo um deslocamento dos recursos para a esfera financeira em detrimento do setor produtivo, o que pode aumentar a capacidade de realização do capital, embora não aumente a sua valorização. (1996 apud Oliveira et al. 2007)

⁹⁶ Embora o capital financeiro exerça profundo domínio sobre o atual estágio de acumulação do capital esse setor parasitário continua a depender, como não poderia deixar de ser, da produção de riqueza no setor produtivo de onde extrai uma parte da mais-valia produzida e repassa para o mercado financeiro, onde vai se autovalorizar.

manifesta o ideal do capital de aproximar ao máximo a produção e o consumo da taxa zero de uso, desvinculando-se completamente das oscilações da demanda e do consumo real, objetivando promover uma produção sem interrupções e em escala ampliada, como se isso fosse objetivamente possível.

A taxa de utilização decrescente de bens materiais e meios de produção e serviços está, de algum modo, implícita no desenvolvimento da produtividade e é uma tendência da maior proporção de tempo e de recursos materiais utilizados a favor da produção de produtos duráveis. Ela se manifesta na proporção variável que uma dada sociedade despense do seu tempo disponível para a produção de bens reutilizáveis e de consumo rápido, numa proporção que tende a crescer a favor dos primeiros. Nesse sentido, seria coerente que uma quantidade cada vez maior de recursos materiais fosse utilizada para a fabricação de produtos ou bens reutilizáveis, de modo a atender às necessidades básicas de todos. É justamente a maior alocação de tempo na produção desses tipos de bens, processo intrínseco ao avanço produtivo, que torna possível um alto desenvolvimento das forças produtivas, bem como a existência de uma organização social verdadeiramente sustentável, capaz de proporcionar a libertação do homem do trabalho explorado.

O filósofo húngaro fornece uma explicação esclarecedora acerca da peculiaridade da taxa de utilização decrescente inerente ao avanço da produtividade. Ele utiliza o exemplo do processo de desenvolvimento dos instrumentos de produção. O uso constante dos instrumentos de produção remete a um período histórico muito primitivo, no qual eles desempenhavam o papel de extensão do corpo do produtor. A complexificação das habilidades produtivas e, conseqüentemente, dos instrumentos de trabalho, acarretou um grau de diversificação que trouxe importantes mudanças na utilização desse instrumental no intercâmbio do homem com a natureza. Em um estágio mais avançado, essa diversificação dá lugar à fragmentação que se concretiza por meio do caráter específico de cada instrumento. Assim, pode-se dizer que não era possível a utilização constante de todos os instrumentos pelo produtor. Quando ele utilizava um, na aplicação de uma habilidade específica, os outros ficavam sem uso. Isso, porém, não quer dizer que havia a diminuição do tempo de utilidade do instrumento de trabalho. Só significa que ele por algum momento não ia ser utilizado porque existia uma multiplicidade de instrumentais e todos, obviamente, não podiam ser empregados no mesmo momento. Essa subutilização, ou a diminuição da utilização de um produto pela existência de outros da mesma espécie, só que com funções diferentes, nada têm em comum com a variante capitalista da taxa decrescente de utilização que decorre da

necessidade de o capital encontrar formas para manter a sua expansão ontologicamente desenfreada.

Sob a manipulação do capital há uma inversão na tendência desse processo de desenvolvimento. Os bens duráveis passam a ser consumidos cada vez mais rápido, sendo lançados ao lixo antes de esgotar a sua vida útil, tudo para aligeirar o ciclo reprodutivo do capital e aumentar a sua rotatividade. Desse modo, a variante capitalista da taxa de utilização decrescente não é de modo algum inseparável do avanço da produtividade, pois algumas condições históricas tiveram que ser efetivadas para tornar possível a sua sujeição aos imperativos do capital. Dentre essas condições estão a separação ou a expropriação dos meios de produção dos produtores e a alienação das condições de sua auto-reprodução, ambas essenciais para a consolidação do domínio do capital sobre a classe trabalhadora, conforme já analisado no primeiro capítulo.

Como é possível perceber, o desenvolvimento da produção ligado à taxa de utilização decrescente apresentou duas faces que se contrapuseram. De um lado, seguiu vinculada a maior proporção de tempo e de recursos materiais empregados para a produção de bens duráveis, mantendo sem problemas a sua ampliação, embora tornasse limitado o seu alcance que se restringia somente a uma parte ínfima da sociedade; do outro, alcançou plenamente o seu objetivo, com a consolidação do progresso produtivo trazido pelo capital, que não só garantiu a supressão das contradições associadas a sua configuração mais limitada, como também tornou as novas manifestações dessa tendência muito problemáticas tanto a curto como a longo prazo, favorecendo a propagação do consumo imediato e a dissipação de grandes quantidades de forças produtivas.

A taxa decrescente de utilização não se manifesta somente na subutilização dos produtos e na redução da sua vida útil como estratégia para acelerar o ciclo de consumo, possibilitando o escoamento do capital superproduzido. Na verdade, ela está presente nas três dimensões fundamentais da produção e do consumo, atingindo também: a esfera dos serviços, por meio do crescente uso daqueles que oferecem um potencial de utilização menor; as fábricas e a maquinaria, cuja subutilização estaria intimamente ligada ao constante emprego de inovação tecnológica e, por fim, a própria força de trabalho através da diminuição do trabalho vivo, como consequência do incremento tecnológico na produção. Essa redução acarreta o desemprego em massa e a restrição da população consumidora, contradição que, por sua vez, incide sobre a própria funcionalidade do sistema.

Nos seus primórdios, conforme Mészáros (2011) a taxa de utilização decrescente em sua variante capitalista se manifestou através da reabilitação do luxo. O desenvolvimento das forças produtivas advindas do impulso à expansão desenfreada do capital demandou o crescimento contínuo do consumo, o que inicialmente foi concretizado mediante artigos de luxo. O movimento do capital, tido como “a contradição viva”, ao tempo que efetiva as suas tendências ao longo da sua dinâmica expansionista produz as suas contratendências. Nesse sentido, a taxa decrescente de utilização, tida como uma das leis tendenciais mais importantes do capitalismo, assume nos dias atuais uma forma extrema de destruição e perdularidade, embora seja de certa forma equilibrada pela sua contratendência expressa na reconstituição do capital após a periódica destruição das unidades superproduzidas.

A fase atual do capitalismo revolucionou as forças produtivas que alcançaram um alto patamar científico/tecnológico, permitindo a produção de uma vasta quantidade de riqueza antes inimaginável. Contudo, esse alto desenvolvimento esgotou todas as possibilidades civilizatórias do capital, voltando todo o seu potencial para a produção destrutiva. A crise estrutural ativa violentamente todas as tendências destrutivas do sistema, trazendo com elas um espectro sombrio de incertezas sobre o futuro da humanidade. Essas forças destrutivas, por sua vez, funcionam como alavancas que ampliam a margem de manobra do capital, fornecendo também novas estratégias no combate aos limites ou barreiras que ele encontra.

A total incompatibilidade do capital com a presença de limites, e a expansão quantitativa advinda de um impulso infinito devido à ausência de qualquer mecanismo regulador, gera uma linha de desenvolvimento baseada em uma produção para o consumo destrutivo. Várias formas de produção perdulária e de dissipação de recursos (a subutilização, a obsolescência planejada) foram e continuam sendo experimentadas, visando deslocar as contradições do sistema e superar qualquer limitação aos objetivos de autoreprodução do capital. No entanto, com o passar do tempo, essas estratégias não se mostraram capazes de atender totalmente aos imperativos irrestringíveis do sistema do capital, exigindo a prática de uma forma extrema de desperdício baseada na produção da destruição que consome e descarta imensas quantidades de recursos materiais.

O que torna possível essa mudança, nos moldes da estrutura produtiva existente, segundo Mészáros (2011) é a equivalência entre consumo e destruição do ponto de vista da realização capitalista. A subordinação do valor de uso a valor de troca faz com que não haja diferença alguma em que um produto atinja o seu patamar máximo de utilização ou que ele

nunca seja usado, pois na lógica do capital, o critério de utilidade está subjugado ao princípio da vendabilidade. Isso quer dizer que mesmo que um produto nunca seja utilizado, o que realmente importa para o capital é que o seu valor de troca foi realizado.

Nessa perspectiva, o que irá determinar a prevalência do consumo normal ou do consumo para a destruição é a maior adaptação de um ou de outro para a satisfação das necessidades globais de expansão do capital sob condições diversas. Mészáros (2011) explica que mesmo nas situações mais delicadas, encontra-se uma combinação dos dois casos. Todavia, é possível perceber uma tendência cada vez mais acentuada em benefício do pseudoconsumo, ao longo do século XX, nos países ocidentais emergentes.

Atualmente, o capital segue, nesse e em muitos aspectos, o que Mészáros classifica como sendo a sua linha de menor resistência. Isso significa que se o capital encontra uma forma equivalente que atenda aos seus requisitos de auto-reprodução ele não irá optar por um curso alternativo que não corresponde às suas determinações materiais. Ou seja, ele vai preferir a opção que melhor se adéque a seus parâmetros estruturais, procurando manter o seu controle sob a totalidade social.

Enquanto o desenvolvimento da produção capitalista exigia, inicialmente, somente que o círculo de consumo se expandisse, o equivalente que melhor atendeu aos interesses do capital foi o aumento da velocidade da circulação dentro de um círculo já existente, em vez de recorrer à medida alternativa de ampliar o círculo de consumo, o que traria muitas dificuldades. No período pós-guerra, a linha de menor resistência do capital foi reconfigurada, não tendo mais nenhuma ligação com a expansão da circulação e com a produção de valores de uso voltados para a satisfação das necessidades humanas, por não atender mais aos imperativos da acumulação ampliada. Essa reconfiguração se expressa por meio do complexo industrial militar que atua fortemente no deslocamento das contradições subjacentes.

4.2 Produção destrutiva e guerra enquanto momento predominante da reprodução do capital em tempos de crise sistêmica

A linha de desenvolvimento adotada pelo capital nas últimas décadas com o objetivo de manter o controle absoluto sobre a totalidade social buscou uma nova estratégia de realização que estivesse livre das restrições da demanda flutuante como também de qualquer limitação derivada da produção de valores de uso voltados para o atendimento das

necessidades humanas reais. A transformação das medidas humanas em fortes entraves ao desenvolvimento e a auto-reprodução ampliada do capital possibilitou, por um longo período e ainda possibilita, o deslocamento de muitas das contradições internas do sistema. Isso pode ocorrer até quando for possível manter essas estratégias destrutivas livres das pressões de saturação da sua eficácia e das dificuldades oriundas da insuficiência de imensas quantidades de recursos exigidas para manter esse padrão de produtividade extremamente perdulário. De acordo com Mészáros (2011), essa modificação no ciclo de reprodução do capital que não foi nem poderia ter sido prevista por Marx, é caracterizada pela produção maciçamente voltada para o consumo destrutivo ou para a destruição.

Para deslocar as agudas contradições do seu sistema sociometabólico, o capital tem recorrido intencionalmente e em larga escala a estratégias perigosas, mediante a aplicação intensiva da taxa de utilização decrescente. Sob o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo esse índice decrescente de utilização em sua variante capitalista desnuda toda a sua insustentabilidade, até quando se considera o alto investimento dos recursos estatais destinados à produção militarista, que destrói em escala astronômica e irreversível os recursos naturais não renováveis. Essa forma de empregar a taxa decrescente de utilização que estreita laços com o complexo militar-industrial, é justificada e glorificada em nome da defesa nacional e do enfrentamento de inimigos estrategicamente criados. Dessa forma, Mészáros (2011) ressalta que a ênfase no militarismo desenfreado, longe de ser voltado para fins estritamente militares, tem como fundamento razões puramente econômicas. Em outras palavras, a finalidade principal da produção destrutiva, mesmo na fase imperialista atual, é a continuidade da reprodução do capital em meio à crise estrutural sob taxas de lucros elevadíssimas.

Como o domínio do “capitalismo avançado” ocidental hoje é esmagador, os limites inerentes da extração da mais-valia economicamente regulada dentro deste sistema têm importância decisiva no que diz respeito aos desenvolvimentos futuros da ordem global. Para fugir das contradições cada vez mais intensas, o índice decrescente de utilização sob o “capitalismo avançado” demonstra sua limitada viabilidade e insustentabilidade irreversível, mesmo quando se mobilizam recursos maciços do Estado a serviço do complexo militar/industrial, pois isto tende a ativar um dos limites estruturais impossíveis de serem transcendidos pelo sistema do capital: a destruição, em nome do lucro, dos recursos não renováveis do planeta. Mais do que isto, esta maneira de administrar a taxa de utilização decrescente, mesmo hoje (apesar de toda a conversa sobre a “Nova Ordem Mundial”) ainda em associação com um imenso complexo militar/ industrial diretamente sustentado pelo Estado, continua a desperdiçar recursos humanos e materiais numa escala proibitiva, em nome do “preparo militar”

contra um inimigo que já não mais se identifica, e no qual muito menos se acredita; desse modo, realça-se repetidamente o fato de que as verdadeiras razões por trás de tais práticas são primordialmente *econômicas* e não *militares*. Sob as novas circunstâncias históricas, as crises também se desdobram de forma muito diferente. [...] O novo padrão, com o fim da era de ascendência histórica do capital, é a crescente frequência das fases de *recessão* tendendo a um *continuum em depressão*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 49. Grifos do autor.)

O complexo industrial militar enquanto nova e poderosa forma do capital deslocar as suas contradições e alavancar o seu processo de acumulação demonstra a incontrolabilidade irracional do sistema, não apenas para a humanidade, mas para sua própria viabilidade. Como meio de expansão econômica derruba os obstáculos impostos pelo consumo real, através da forte intervenção do Estado moderno na compra de artefatos bélicos, além de beneficiar, nesse processo, os interesses do capital rentista privado e das grandes empresas de armamentos, dando suporte ao movimento do predomínio do capital parasitário e da concentração e centralização do capital. Entretanto, ao tentar criar um artifício que beneficie um processo de acumulação sem entraves, acaba por trazer a possibilidade da destruição do seu próprio sistema sociometabólico.

Já no final do século XX a estreita relação estabelecida entre guerra e produção da guerra acarretou mudanças substanciais no vínculo entre indústria e governos. O Estado passou a ser fundamental para alguns setores industriais específicos, a exemplo da indústria armamentista, uma vez que a sua produção dependia da concorrência sem fim entre os governos. A estes realmente importava a manutenção da capacidade de produzi-las em um montante compatível com um período de guerra, o que significou na prática uma escala de produção excedente para tempos de paz. Assim, os Estados arcaram com a maior parte dos custos de manutenção de poderosas indústrias de armamentos, para protegê-las dos abalos das crises cíclicas e mantê-las rentáveis. De 1890 a 1900 cresce o fornecimento de armas pelo setor privado de armamentos na Grã-Bretanha (então força dominante no jogo imperialista) e assim como o Complexo Industrial-Militar, anos mais tarde, esse fato tornou evidente que a concentração do capital e a produção da guerra caminhavam juntas, sendo, portanto, dependentes da corrida armamentista entre os estados nacionais. (HOBSBAWM, 2015)

A ênfase na produção bélica como uma estratégia econômica para aliar a máxima expansão do capital com uma taxa mínima de utilização, ou, em outras palavras, como solução para os problemas da superprodução, surge na história depois do estrago provocado pela grande depressão de 1929-1933. Mézáros (2011) ressalta que Rosa Luxemburg foi a

primeira a enfatizar o papel da produção militarista como estratégia para solucionar os problemas da superprodução. Luxemburg (1984) lança luz sobre uma forma de produção que, pautada na relação entre Estado e capital, rompe com as flutuações postas pelos limites subjetivos, políticos e sociais do poder de compra das massas de consumidores. Para tal, concentra sua demanda nas encomendas de arsenal bélico efetuadas quase de forma regular pelo Estado, bancadas pelos impostos e respaldadas pela legislação (braço jurídico do Estado ou, de acordo com Mészáros (2011), na superestrutura jurídica dessa estrutura política do capital) e na manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa.

Em vez de um grande número de pequenas demandas de mercadorias, dispersas e díspares temporalmente (mais fáceis, portanto, de serem satisfeitas pela pequena produção mercantil e por isso mesmo desinteressantes para a acumulação de capital), tem-se agora uma demanda potencial homogênea concentrada no Estado. Para sua satisfação essa demanda pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais-valia e à acumulação. Sob a forma de encomenda de material bélico feita pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital- mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública. Eis porque esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada. Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e da base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos políticos, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital. (LUXEMBURG, 1984, p.97)

Do momento histórico analisado por Luxemburg aos dias atuais, esse tipo de produção amparado na demanda do Estado, em tempos de guerra ou de paz, conforme os imperativos do capital, não só foi ampliada como se tornou o motor cotidiano que move a reprodução destrutiva desse sistema metabólico. Embora as primeiras tentativas de utilização da produção bélica para esse fim tenham sido concretizadas antes da Primeira Guerra Mundial, a sua adoção generalizada só ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial. Durante esse conflito, os Estados Unidos alcançaram o maior crescimento da história, nunca mais repetido e, por esse motivo, de acordo com Dantas (2006), não se pode deixar de relacionar esse crescimento vertiginoso com o papel dos gastos militares enquanto estímulo econômico.

O autor pontua que ao tempo que os gastos bélicos aumentam e passam a ser a mola mestra permanente do impulso econômico capitalista, principalmente após a crise da década de 1970, crescem o endividamento e o predomínio do capital financeiro em suas formas mais especulativas e parasitárias sempre que a economia cai em recessão. Nesse sentido, os gastos militares parecem ter se conformado em uma das estratégias fundamentais utilizadas pelo capital para responder à perda de lucratividade na produção não bélica, com o objetivo de evitar ou combater as suas crises.

A Guerra Fria entre o bloco capitalista e o bloco comunista, que se seguiu ao conflito mundial mais mortal que a humanidade já vivenciou, desencadeou uma corrida armamentista desenfreada, sob a justificativa de um constante perigo de ataque. Os Estados Unidos utilizaram essa demonização do avanço comunista como uma desculpa, por sinal muito convincente, para sustentar uma posição agressiva com um potencial mínimo de flexibilidade, bem como um discurso de profundo cunho ideológico para finalidades políticas eleitoreiras e para extorquir dinheiro dos contribuintes com o objetivo de financiar a política de guerra americana. Nessa corrida insana que trazia possibilidades de destruição mútua, esses dois blocos se dedicaram à instauração do “[...] que o presidente em fim de mandato Eisenhower⁹⁷ [...] chamou de ‘complexo industrial militar’⁹⁸[...], ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra” (HOBSBAWM,1995, p. 233). Eisenhower, utilizou pela primeira vez essa expressão no seu discurso de despedida em 17 de janeiro de 1961. Ele defendeu a existência desse complexo como vital para a defesa do país, mas alertou em seu discurso que o crescimento demasiado dessas forças militaristas seria prejudicial para os próprios americanos. Entretanto, a extensão do poderio militar que vinha crescendo desde a Segunda Guerra Mundial, aumentou significativamente na sua administração e já demonstrava a estreita relação entre o grande capital e a alta cúpula do exército. Deixando de lado as boas intenções, o complexo industrial militar não poderia desempenhar o seu papel de agente do capital por excelência e dar vazão à incontabilidade desse sistema se fosse passível de ser limitado no seu tamanho e poderio, aspectos que por sua vez estão intimamente ligados à quantidade de recursos materiais e humanos que absorve.

⁹⁷ Dwight David Eisenhower, ex-general cinco estrelas do exército americano e presidente dos Estados Unidos de 1953 a 1961.

⁹⁸ O complexo militar-industrial é composto pelo Pentágono (sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos que abriga funcionários do exército, da marinha e da aeronáutica), por fornecedores industriais e laboratórios de pesquisa. O Departamento de Defesa estadunidense, criado em 1941, possui 620 mil m², se constituindo em um dos maiores prédios de escritórios do mundo, possuindo na sua base atualmente 23 mil funcionários.

Em meio à crise, a relação entre o capital e o Estado moderno, enquanto estrutura político-totalizadora que efetua as únicas medidas corretivas dentro dos parâmetros estabelecidos por esse modo de controle, tem se estreitado. A exigência de recorrentes auxílios às estratégias efetuadas no deslocamento das contradições do sistema que se mostram cada vez menos administráveis demandam a interferência direta do Estado, seja por meio da nacionalização da falência do capital em seus diversos âmbitos, seja através da manutenção de uma prática produtiva dissipadora e destrutiva. Nesse quesito, visando estabelecer uma unidade artificial entre produção e consumo, o Estado assume de forma crescente a função de gastador-consumidor de uma produção que se autoconsome.

Ao encontrar no complexo industrial-militar novas margens de expansão para derrubar as barreiras com as quais se depara, o capital estabelece uma relação qualitativamente diferente com o Estado moderno. Atuando como gastador-consumidor, o Estado investe astronômicas quantidades de recursos humanos e materiais em uma produção que, do ponto de vista do capital, é realizada, mas não é consumida. Na realidade, segundo Mészáros (2012; 2011), essa é uma das maiores inovações da produção militarista para a reprodução do capital, que extingue a distinção essencial entre consumo e destruição, tratando ambos como sendo práticas equivalentes. Para Mészáros (2011, p. 687)

Esta “inovação” oferece uma solução radical para uma contradição inerente ao valor que se autodefine como tal em todas as suas formas, apesar de só se tornar aguda nas condições do capitalismo contemporâneo. Tal contradição emerge das várias barreiras objetivas à riqueza em autoexpansão que devem ser transcendidas a todo custo, para que o valor como uma força operacional independente se realize a si próprio de acordo com as determinações intrínsecas de sua natureza.

Esse autor enfatiza duas restrições que se colocam a autoexpansão do valor, sendo a primeira referente aos limitados recursos existentes na sociedade e a necessidade de legitimar a sua utilização por meio de práticas que competem entre si e a segunda diz respeito às limitações decorrentes do poder de consumo dos consumidores (limitações econômicas, limitações culturais das suas necessidades, etc.). Todavia, por sua própria especificidade de aliar a taxa de utilização decrescente, como a lei tendencial mais importante do desenvolvimento capitalista, a uma expansão idealmente ilimitada, o complexo industrial militar soluciona com sucesso essas duas restrições. Primeiramente, torna cotidiana e legalmente assegurada a prática do desperdício, enquanto, contraditoriamente, legitima esse desperdício colossal como dever inquestionável da nação à custa da negação das necessidades

básicas da imensa maioria produtora da riqueza social. Esse fato fica evidente com os altos gastos estatais despendidos com defesa, tanto em tempos de guerra como em tempos de paz.

No tocante à segunda dimensão do problema, a produção militarista supera todas as limitações oriundas do círculo de consumo delineado de acordo com as necessidades reais dos consumidores, livrando-se de um forte obstáculo à dinâmica do capitalismo avançado e à continuidade da expansão do capital. A superação desses entraves se dá por meio da completa reestruturação do conjunto da produção e do consumo, de forma que estes estejam completamente desligados das necessidades reais dos indivíduos. Para tal, utiliza-se ampla quantidade dos recursos existentes em um tipo de produção parasitária que não precisa ser consumida porque é tirada da circulação ou do ciclo de reprodução do capital pelo Estado, assim que atravessa os portões do punhado de empresas⁹⁹ que detêm o monopólio da produção de armamentos.

⁹⁹ Serfati (2002) pontua que a indústria bélica americana passou por um grande processo de concentração industrial na década de 1990, com o objetivo de se adaptar ao novo contexto geopolítico, as inovações tecnológicas e a diminuição do orçamento militar. Dantas (2007) reforça que a concentração industrial desse setor é a maior dos Estados Unidos, e que por isso sua economia em muito se assemelha a uma economia de guerra.

A Stockholm International Peace Research Institute, (SIPRI), é uma organização sueca que realiza pesquisas sobre conflitos e diz atuar em prol da paz e da segurança internacional. Desde 1989, a SIPRI deu início a um banco de dados sobre a indústria de armamentos, com informações relativas aos serviços militares e a produção de armas, incluindo empresas públicas e privadas, de países da OCDE e de países ditos em desenvolvimento, com exceção da China. Naquele período esse banco não contemplava empresas de países da Europa Oriental, dentre estes a URSS. Somente a partir de 2002, dados de empresas da Rússia passaram a ser incluídos pela SIPRI. Dentre as fontes utilizadas estão inclusos relatórios de empresas, artigos de revistas e jornais.

Segundo as informações contidas no SIPRI Top 100, publicado em dezembro de 2018, as vendas de armas e serviços militares pelas maiores empresas do setor de defesa do globo, excetuando-se a China, chegaram a soma de 398,2 bilhões em 2017. Nesse ano, as 100 maiores indústrias de defesa tiveram um crescimento de 2,5% em relação a 2016 o que representa um aumento de 44% desde 2002, ano em que foi disponibilizado dados comparativos entre os países. Os Estados Unidos tiveram 42 empresas nesse ranking, o que demonstra um forte monopólio nesse setor, e continuaram na liderança em 2017. As vendas de armamentos das empresas norte-americanas tiveram um crescimento de 2.0% em 2017, o que representa 57% do total das vendas das empresas listadas no Top 100. Cinco empresas estadunidenses estão entre as dez primeiras, o que demonstra o alto investimento do departamento de defesa em gastos militares.

A Lockheed Martin permaneceu em primeiro lugar na venda de armas em 2017, seguida da Boeing, ambas norte-americanas. A Rússia assume o lugar antes ocupado pelo Reino Unido desde 2002 e se torna a segunda maior produtora de armas do Top 100. As vendas de armas das dez maiores empresas russas somam 9.5% do total de vendas das 100 maiores empresas do mundo em 2017. O Reino Unido continua sendo o maior produtor da Europa Ocidental, com sete empresas das 24 listadas dessa região. A BAE Systems, é maior produtora de armamentos do Reino Unido e ocupa o quarto lugar no ranking das 100 maiores.

O relatório SIPRI Yearbook 2018, Armamento, Desarmamento e Segurança Internacional aponta que os gastos militares de 2017 foram de 1, 739 bilhões de dólares, a quantia mais alta desde o final da guerra fria e equivale a 2,2 % do PIB mundial ou 230 dólares por pessoa.

Os dados de 2018 do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), importante instituto de pesquisas britânico que fornece dados sobre gastos militares e desenvolvimentos geoeconômicos e geopolíticos, parecem indicar a mesma perspectiva dos gastos de 2017, apontados pela SIPRI. Em matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo chama-se a atenção para o noticiário de 2019 que confirma uma tendência dos desdobramentos das atividades militares em todo o globo. Essa tendência se refere a volta da possibilidade de conflitos entre os Estados nacionais, perspectiva que havia declinado desde a guerra fria e os conflitos irregulares da guerra ao terrorismo. A reportagem traz dados referentes ao “Balanço Militar de 2019”, publicado pela IISS. Segundo

Outra inovação fundamental do complexo industrial-militar é a fusão entre produtor/comprador/consumidor representada agora pela nação. A falsa representação do comprador como consumidor permitiu evitar os obstáculos colocados pelas necessidades reais, mas não foi suficiente para oferecer soluções eficazes para as limitações financeiras do consumidor individual. Somente a nação, ou seja, a representação do Estado moderno, poderia exercer o papel de fonte segura para proporcionar as cifras astronômicas capazes de tornar possível a expansão do capital, ao tempo que suga, como se pudesse fazer isso indefinidamente, todo o desperdício derivado dessa produção. (MÉSZÁROS, 2011)

Muitas desculpas têm sido utilizadas para justificar os altos gastos militares em tempos de paz ou mesmo para justificar a disseminação de guerras ou invasões militares, como bem exemplifica a reestruturação da OTAN¹⁰⁰. Mesmo depois da Guerra Fria e da sua desenfreada corrida armamentista às despesas militares, a despeito da promessa de uma “Nova Ordem Mundial”, que traria o dividendo da paz e a conciliação dos interesses dos diferentes países, se mantiveram absurdamente elevadas, tendendo a aumentar com o passar dos anos, independente das sérias crises econômicas que atingem todos os setores do conjunto de países, exigindo o corte, cada vez maior, nos gastos públicos. Diante dessa contradição, seguimos o questionamento colocado por Dantas (2006): de onde advêm esses benefícios que a produção de armamentos traz para a reprodução do capital? Procurando ir à raiz desse problema, o autor questiona os argumentos parciais de vários autores que veem a produção militarista como estímulo econômico por várias causas, dentre elas o fato de gerarem demanda e criarem emprego, de desenvolverem a produtividade e de essa maior capacidade se

essa publicação, os Estados Unidos deram início a uma expressiva alta nos gastos militares, trazendo consigo os países da aliança militar que lidera, a OTAN. Essa alta nos gastos, segundo a reportagem, teria relação direta com a chegada de Trump na presidência e a mudança na estratégia de defesa nacional que coloca como principais inimigos a China e a Rússia. Se as despesas com defesa efetuadas pelos Estados Unidos e pelo Canadá em 2016 caíram quase 2%, em 2018 esse montante subiu a ponto de ficar perto de 4%. Esse aumento também se deu na Europa e no Bloco Rússia/ Eurásia, que havia reduzido os gastos após uma alta expressiva de cerca de 15% em 2015. Os Estados Unidos permanecem líder incontestado e absoluto do ranking de países no tocante aos gastos militares efetuados em 2018, se comparado a quantia gasta pelos 15 países que vem logo após ele, que juntos somam 734 bilhões, contra 643 bilhões do país que até o momento ocupa o centro do império. As outras nações do globo dispenderam 310 bilhões em gastos com defesa.

¹⁰⁰ Serfati (2002) adverte que a OTAN não só continua exercendo o seu poderio como organização política e militar, mesmo depois do desaparecimento da URSS, como teve os seus objetivos consideravelmente ampliados. Diante da dita nova ordem mundial, sob o comando dos Estados Unidos, a OTAN adaptou os seus objetivos a essa nova conjuntura geopolítica e econômica. Na resolução adotada na Cúpula de Washington em abril de 1999 “O direito de intervenção é afirmado não apenas *dentro*, mas, doravante, fora da zona euro-atlântica, virtualmente em todos os países do planeta que possam ameaçar os membros da OTAN. Além do mais, um engajamento militar da Otan não é apenas concebido como uma resposta a ameaça militar, mas pode ser justificado por um largo espectro de riscos que conduzem á intervenção militar nos países que ‘enfrentam sérias dificuldades políticas, econômicas e sociais. (Item 20 da resolução)” (p. 52)

disseminar sobre o conjunto da economia (setores de bens de consumo e de capital) e, por fim, de permitir ao país vencedor a ocupar e explorar áreas antes fechadas ao seu domínio.

Contudo, em relação à primeira explicação, esse autor destaca que os gastos públicos não bélicos também têm o poder de produzir demanda de consumo e de criar emprego. Assim, os gastos bélicos são um gasto a fundo perdido e um gasto deficitário (pois não geram lucros). Todavia, nunca foram utilizados como estímulo econômico de forma constante como os gastos bélicos astronômicos assumidos desde o pós-Segunda Guerra. Em um contexto de crise sistêmica, os gastos públicos não bélicos são os primeiros a serem cortados, como bem exemplifica a adoção do Estado neoliberal e da sua política de cortes dos recursos destinados à efetivação dos direitos sociais conquistados pela luta da classe trabalhadora ao longo da consolidação do Estado moderno. Em contrapartida, os gastos bélicos são os primeiros a crescer diante de uma situação de crise que interrompa o processo de valorização do capital.

O segundo argumento demonstra a sua parcialidade, conforme Dantas (2006), por conceber que o desenvolvimento de novas tecnologias e de uma maior capacidade produtiva derivada do setor bélico iria alavancar a economia, sem levar em consideração a lei da acumulação capitalista, da qual decorre o princípio de que uma grande produtividade acaba por gerar crises de superprodução. De fato, é preciso considerar que o setor de armamentos é o que mais desenvolve tecnologia de ponta, contando diretamente com o extenso financiamento do Estado que advém dos míseros salários dos contribuintes (em sua grande maioria trabalhadores). Parte dessa tecnologia realmente é utilizada pela indústria não bélica, mas só isso não garante elevadas taxas de lucro, uma vez que quando o setor industrial não bélico estanca isso não ocorre por falta de desenvolvimento tecnológico, e sim por conta do próprio movimento contraditório do capital, que traz em si os germes das crises conjunturais e posteriormente, do encontro com os seus limites absolutos.

Dantas (2006) aponta que a terceira e última explicação deixa vir à tona as suas limitações quando defende que, por meio dos gastos militares, o capital conquistaria novas áreas e encontraria novos mercados e mão de obra para explorar, e isso estimularia a economia. Todavia, não há tantas áreas assim a serem conquistadas e os gastos militares não conduzem de forma direta a esse efeito e mesmo que conduzissem isso só adiaria as crises, em vez de evitá-las. É claro que não se pode negar que o imperialismo teve e tem a função de conquistar, por meio da imposição e da força armada, novos territórios para a expansão cada

vez mais incontrolável do capital. Entretanto, a produção militarista vem crescendo e se afirmando em face da guerra ou da paz.

Então, qual seria a determinação essencial que faz as despesas militares provocarem efeitos qualitativamente diferentes na economia do que os outros gastos públicos? Apoiado em autores como Gill (1979; 1983; 1996), Dantas (2006) explica que um dos motivos, talvez o mais significativo deles, é que a alocação de recursos no setor bélico conduz à destruição maciça e permanente de forças produtivas, o que cumpre, de certa forma, o papel realizado em períodos de crise. O que diferencia a destruição de forças produtivas praticada em períodos de crises conjunturais da destruição realizada pelo complexo industrial militar é que essa prática foi transformada em parte do cotidiano da dinâmica reprodutiva do sistema. A esse respeito o autor explica que

Destruir forças produtivas, lentamente ou violentamente – como nas guerras –, joga um papel positivo embora contraditório, do ponto de vista da acumulação do capital e certamente resulta na produção de mercadorias que não competem com as demais (precisamente aquelas do Departamento I e II cuja expansão se viu emperrada na longa década recessiva de 1930). Ou em outras palavras, produção bélica equivale à produção que não entra na circulação das mercadorias *normais*.

[...] Nenhum setor do grande capital vai se ocupar de bens de destruição- desviar forças produtivas de seu rumo tradicional- se não for bem remunerado para isto, se não conseguir, por essa via, a taxa de lucro que não encontrava em outro lado, na produção de bens de consumo e de capital. E é o Estado- Estado dos grandes oligopólios - quem vai garantir aquelas encomendas a uma taxa de lucro mais alta que a da produção de mercadorias *normais*. (2006, p. 187, grifos do autor)

Os recursos que o Estado emprega na produção militarista estão relacionados com outra parte constituinte do movimento do capital na contemporaneidade, mais especificamente, com o setor parasitário da economia capitalista, que cresceu nas últimas décadas e passou a exercer domínio sobre o conjunto das operações econômicas. O que se estabelece é uma relação de muita proximidade entre o complexo industrial militar e o capital financeiro, em que um alimenta o outro. Serfati (2002) ressalta que as instituições do capital financeiro, particularmente os fundos de pensão e os fundos mútuos, encontraram na indústria armamentista um campo fecundo de investimentos, com margens de lucro altas e com encomendas garantidas tanto pela quase posição de monopólio no setor como pela intervenção do Estado em caso de ameaça de falência. Os fundos de pensão e os fundos mútuos são os principais acionistas das indústrias de armamentos, e também são um dos principais credores do Estado, por meio da aquisição dos seus títulos da dívida pública.

Através do leilão desses títulos no mercado financeiro o Estado adquire pesados créditos com o capital rentista privado que serão utilizados na compra de artefatos bélicos. A compra desses títulos possibilita que instituições do capital financeiro intervenham diretamente na política do Estado, colocando exigências que favoreçam a rentabilidade das suas aplicações.

Aqui fica explícito a estreita e porque não dizer promíscua, nas palavras de Dantas (2005; 2006), relação entre o Estado, o capital financeiro e a produção destrutiva. Como não poderia deixar de ser, pela própria essência dessa estrutura política que complementa a base material do capital, ela atua como agente mediador na concretização dos imperativos estruturais do sistema. Na conjuntura de aproximação do encontro do capital com seus limites sistêmicos vai amparar e alimentar os principais elementos constituintes do capital em crise, a exemplo do capital financeiro em suas formas mais fictícias e parasitárias e a produção destrutiva, cada vez mais perdulária e ameaçadora para o futuro da humanidade.

No contexto de crise, em que os gastos militares¹⁰¹ se conformaram no novo e continuado impulso à reprodução sociometabólica do capital, o endividamento público americano interno e externo se elevou a patamares jamais vistos, transformando os Estados Unidos de maior credor do mundo, no fim da primeira e mais ainda da Segunda Guerra Mundial, no país mais endividado do globo. A economia americana pode ser a mais armada, mas também é, em decorrência disso, a mais endividada, baseando-se, segundo Mészáros (2011, p.1088), em práticas alicerçadas em um “imperialismo do cartão de crédito”. A dívida acumulada pelos Estados Unidos “[...]supera nos nossos dias a marca de *10 trilhões*¹⁰². Isto é, *um milhar de vezes a idade do nosso universo.*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21. Grifos do autor). Para sustentar, embora não indefinidamente “[...] esse buraco sem fundo do endividamento global ao qual estamos condenados pelo sistema [...]” (Mészáros, 2011, p. 22), o Estado nacionaliza a bancarrota do capital ofertando o elixir governamental de cifras bilionárias para empresas em falência.

As intervenções estatais destinadas ao auxílio direto à expansão do capital tiveram, conforme Mészáros (2011) duas consequências. A primeira delas foi o crescimento dos setores improdutivos da indústria no interior da estrutura produtiva do capital, acompanhados de uma severa disparidade dos custos advindos de contratos militares. Esse

¹⁰¹No que diz respeito aos gastos militares, é oportuno colocar, com base em Dantas (2006), que eles irão beneficiar o grupo das maiores empresas bélicas do grande capital armamentista, gerando lucros que essas indústrias não encontrariam em outros setores, o que acarreta o crescimento do poder de compra no setor não militar.

¹⁰²Segundo o Jornal o Estado de Minas de 20 de fevereiro de 2019, sob a tutela do governo neoconservador de Donald Trump, a dívida pública americana chega ao patamar absurdo de pouco mais de 22 trilhões de dólares, ultrapassando o PIB do país. Esse aumento se deve a elevação dos gastos militares efetuados por esse governo.

desequilíbrio nos gastos afeta todos os setores da indústria capitalista que se constitui de forma cada vez mais independente. Por outro lado, o desenvolvimento da tecnologia para fins estritamente militares acarretou uma diminuição da competitividade na economia civil e uma distorção nos gastos militares nos Estados Unidos e na Europa. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que os altíssimos gastos militares, justificados como sendo do interesse da nação, movem a reprodução do capital entram o desenvolvimento da economia civil.

[...] a intervenção estatal direta no processo de reprodução capitalista fracassa, em todos os sentidos, constringendo o curso do desenvolvimento econômico civil – e não apenas com suas regras políticas/administrativas secretas. Também produz sérios problemas palpáveis ao gerar especificações absurdas [...]. Ao mesmo tempo, além disso, defrontamo-nos com a extrema *tecnologização da ciência* que coloca numa camisa de força suas potencialidades produtivas, mesmo em termos econômicos de consumo estritamente capitalistas, beneficiando propósitos militares completamente perdulários. (MÉSZÁROS, 2011, p. 33 e 34)

Ao longo da história do capitalismo as restrições que emanam das necessidades humanas são recorrentemente ignoradas e superadas, aumentando o grau da intensidade dessa busca à medida que o capital desenvolve as suas potencialidades produtivas. Já que do ponto de vista do capital o que importa é a produção contínua e crescente do valor de troca, não importa quão destrutiva e perigosa seja determinada prática produtiva; ela atende, nos moldes estabelecidos por esse modo de controle, a alguma necessidade real. Nesse aspecto, a transação comercial, ou seja, a venda da mercadoria passa a ser o único critério de consumo, mesmo que o produto nunca seja utilizado, acarretando, conforme o autor (2011) uma união entre os conceitos de uso e troca e a equivalência entre comprador e consumidor. No momento em que o sistema do capital alcançou a sua plena maturidade mostrou sua face verdadeiramente insustentável na medida em que

[...] o desperdício deixou de ser um lamentável aspecto marginal desse sistema, e sim uma parte integrante e deliberadamente cultivada dele. Na verdade, o desperdício no sistema não está de maneira alguma restrito aos produtos perecíveis da natureza. Ao contrário, corre solto em todas as áreas de produção e consumo [...]. O que garantiria o uso econômico apropriado dos recursos disponíveis- a riqueza acumulada que se auto- expande com sucesso e que seria ativada pela 'durabilidade' do dinheiro- acaba por ser o maior inimigo da própria durabilidade e o agente da perdularidade absoluta. Ironicamente esse uso econômico apropriado consegue 'levar o consumo a uma carência imaginária de limites' ao inventar a perecibilidade instantânea até mesmo das substâncias materiais mais duráveis: ao 'dar-lhe a forma' de instrumentos de guerra e destruição que são dissipadores/ destrutivos dos

recursos humanos ao extremo mesmo que jamais sejam usados. (MÉSZÁROS, 2011, p. 690)

A prática corriqueira da destruição habilita o capital a contornar, com sucesso, o problema da superprodução, concretizando um dos maiores desejos dos economistas políticos burgueses: a tão buscada identidade entre oferta e procura, graças à imposição das necessidades incessantes e perdulárias do complexo industrial militar, que age em parceria com o Estado moderno, ao conjunto da sociedade. Assim,

[...] oferta e demanda, tornam-se cinicamente relativas de modo a possibilitar a *legitimação da oferta real pela 'demanda' fictícia*. O resultado é que a oferta em questão [...] é forçosamente imposta à sociedade por critérios legais inquestionáveis e se torna a suprema 'demanda da nação'. De fato, ela é verdadeira e efetivamente 'mensurada por seu próprio montante', e protegida, pelo Estado servil, contra as limitações dos mais elementares (mas absolutamente inconvenientes) critérios capitalistas de 'contabilidade racional de custos', graças ao aumento anual de orçamentos militares à prova de inflação, à custa de todos os serviços sociais e das necessidades humanas reais. (MÉSZÁROS, 2011, p. 693 e 694)

A destruição da superprodução por meio da redefinição entre oferta e procura no processo produtivo torna possível que o capital se livre, não indefinidamente, dos grandes colapsos do passado, a exemplo da depressão de 1929. Mézáros (2011) explica que essa via adotada pelo capital não supera as crises, simplesmente as estende, tanto no período de tempo como na sua localização. Enquanto predominar o tripé capital- Estado-trabalho (abstrato) não haverá grandes erupções e sim precipitações ou pequenos abalos, com frequência e intensidades crescentes nos diferentes países, indicando um quadro de depressão contínua. Nesse cenário, em que se manifestam com intensidade crescente as contradições do sistema nunca solucionadas, se sobressai a necessidade contraditória e explosiva do capital transnacional de sua adequada formação estatal, dando corpo à fase mais perigosa do desdobramento imperialista.

4.3 Imperialismo hegemônico global: globalização destrutiva e necessidade de uma estrutura política nos moldes de um Estado do capital global

Para Mézáros (2004, p. 3 e 4) “[...] estes dois fatores estão estreitamente ligados- por um lado, a nova fase, potencialmente fatal do imperialismo hegemônico global [...] e, por outro lado, a gravíssima crise estrutural interna do sistema [...]”. Esse filósofo (2007) destaca

que o início da crise estrutural trouxe transformações fundamentais na dinâmica imperialista e que estas foram o estopim necessário para a adoção de uma atitude crescentemente agressiva, mesmo com toda a falácia de conciliação e, posteriormente, da ampla divulgação de uma dita “nova ordem mundial” sob a tutela estadunidense. Para ele as mudanças e a adoção de uma postura ofensiva, incluindo a reestruturação da política da OTAN, não têm a sua raiz na dissolução da URSS. Anos antes do colapso do sistema soviético, já despontavam no horizonte os desafios incluindo a desintegração de vários regimes clientes dos Estados Unidos, o fracasso das estratégias de desenvolvimento e da ideologia da modernização do terceiro mundo associada à erupção de fortes contradições nos principais países industriais da América Latina que justificavam a consolidação desta atitude. Para Foster (2005),¹⁰³ a postura imperialista adotada atualmente pelos Estados Unidos se mostra sob a forma de um “imperialismo nu e cru”.

Foster (2005) destaca que o militarismo e o imperialismo não são práticas recentes dos Estados Unidos vinculadas ao fatídico 11 de setembro de 2001. Muito pelo contrário. A dimensão militar e a postura imperialista têm sido marca da lógica política e econômica que presidiu o desenvolvimento histórico desse país enquanto potência expansionista desde os primórdios da sua constituição. Essa postura se deu a partir da aquisição do território da Louisiana que até então pertencia à França à expansão e colonização de territórios além-mar ao longo de todo o século XIX, passando pela abdicação dos impérios políticos formais após a Segunda Guerra Mundial e a manutenção de impérios econômicos informais até a Guerra Fria e a sua tentativa de mascarar o neocolonialismo. Além do mais, o sistema do capital em sua forma social capitalista desde o início se conformou como um sistema que tendia à expansão global, reproduzindo divisões hierárquicas em seu interior, como nações centrais e periféricas. Um traço essencial do sistema imperialista diz respeito à relação de subordinação da periferia ao centro. As economias situadas na periferia do capital, devem estar voltadas, assim como no passado, a atender às demandas dos países capitalistas desenvolvidos, fornecendo mão de obra barata, matérias-primas a preços baixos e lucros elevadíssimos advindos da exploração. Essa subordinação resultou, com poucas exceções, na dependência, na exploração desenfreada e na prisão do endividamento crônico dos países pobres, que os mantêm reféns da imposição

¹⁰³Esse texto publicado em Resistir.Info e traduzido por Margarida Ferreira é a introdução da obra *Naked Imperialism: America's Pursuit of Global Dominance*. Inicialmente foi publicado na *Revista Monthly Review* em 04 de setembro de 2005 e, posteriormente e em uma versão diferente, na introdução em turco de um dos estudos de Foster sobre o imperialismo intitulado: *Rediscovering Imperialism*.

de condicionalidades e políticas emanadas pelas nações centrais, em particular pelo país que ocupa a posição do centro do império.

Todavia, apesar do imperialismo ser uma marca da história dos Estados Unidos e dos desdobramentos capitalistas de forma geral, houve, segundo Foster (2005), uma mudança no que se refere ao completo escancaramento de uma postura crescentemente agressiva. Esta tem sua raiz nos acontecimentos que se seguiram ao fim da Guerra do Vietnã. A crise energética causada pela suspensão da exportação de petróleo do Golfo Pérsico em represália ao apoio dos países ocidentais a Israel na Guerra de Yom Kipur; as brechas abertas no sistema imperialista e a descolonização de países africanos e asiáticos; a derrota do regime cliente do Xá no Oriente Médio; o foco no Oriente Médio, região auto suficiente em petróleo, como centro da estratégia global estadunidense; o colapso da URSS e a possibilidade de intervenção armada em larga proporção no Oriente Médio, o que veio a se concretizar em seguida; a imposição da agenda neoliberal mediante a suspensão das barreiras à expansão do capital e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) como organização auxiliar ao papel desempenhado pelo FMI e pelo Banco Mundial no fortalecimento do monopólio capitalista, podem ser elencados como a síntese dos principais acontecimentos que prepararam o terreno para um imperialismo econômico explicitamente explorador, militar e profundamente destrutivo quando evoca a possibilidade de uma outra guerra de proporção mundial e da destruição em massa com uso de armas nucleares.

Mészáros (2012) afirma no livro *Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* que vivenciamos a fase mais perigosa do imperialismo. Em resposta à elaboração pós-moderna de Hardt e Negri na obra “Império”¹⁰⁴ Mészáros desenvolveu a referida análise, que traz uma breve, mas sólida investigação acerca das consequências e dos desafios que a fase mais fatal do imperialismo, advinda da dinâmica do capital em crise sistêmica, impõe para a humanidade. Em entrevista à Revista *Sem Terra* ele expõe a conotação classista e fantasiosa da tese defendida em “Império e afirma sem rodeios que

A ideia da constitucionalidade do chamado ‘Império’ é uma fantasia completa. O imperialismo dos Estados Unidos é o mais agressivo da história. Enquanto preparavam as guerras no Oriente Médio, no Afeganistão e Iraque, ele fantasiava sobre o ‘grande projeto constitucional’ dos país fundadores dos Estados Unidos. Não posso levar Antônio Negri a sério nem por cinco

¹⁰⁴Antônio Negri é um filósofo italiano e Michel Hardt é um escritor estadunidense. Juntos escreveram “Império”, publicado no Brasil em 2002 pela editora Record.

segundos. Esse livro inútil foi totalmente inflado a proporções cósmicas pela apologia ao império. Não existe um império no sentido de uma ‘multitude’, dentro do qual tudo faz parte dele. Os Estados Unidos possuem o poder imperialista dominante, por meio do qual tentam subjugar todo o mundo. Ao mesmo tempo em que foi escrito aquele livro estúpido, inútil, reacionário a serviço do imperialismo estadunidense, escrevi ‘O século XXI: Socialismo ou Barbárie? [...] No segundo capítulo, escrevo sobre a fase potencialmente mortal do imperialismo. O tipo de império que os Estados Unidos estão tentando impor ameaça a humanidade de destruição total.’ (MÉSZÁROS, 2008, Revista MST, nº 43, p. 24).

Nesse processo de construção de uma nova ordem de caráter verdadeiramente global, encabeçada pelos Estados Unidos, foi efetuada uma ofensiva em dois âmbitos, com o intuito de fomentar a estratégia neocolonialista por meio da conquista da “totalidade intensiva”. A primeira estratégia se destinou, em nível da base econômica doméstica, à exploração dos territórios internos, marcado pelo New Deal e o desenvolvimento de uma economia voltada para o consumo em massa. Simultaneamente, a necessidade de proteção da expansão da economia interna, acarretou a retirada de todas as restrições colocadas pelo colonialismo, então decadente, e as conseqüentes barreiras do capitalismo protecionista. Essa estratégia da obtenção da máxima exploração dos territórios já descobertos e colonizados também foi utilizada a nível global contra a URSS na defesa dos interesses estadunidenses e na conquista de uma melhor situação para conter os movimentos anticoloniais que estavam surgindo.

De acordo com Mézáros (2010), a proclamada supremacia estadunidense pautada em uma forma de capital historicamente mais dinâmica e avançada, e da dita “Nova Ordem Mundial” e sua nova ordem econômica, deveriam, conforme Roosevelt proclamava desde o seu discurso de posse, nascer e ter continuidade apenas através de determinações puramente econômicas. O que de fato não ocorreu. Embora houvesse na estratégia original traçada por ele um dinamismo econômico sem precedentes associado a um enorme avanço produtivo, a realização dessa estratégia não se deu recorrendo a meios estritamente econômicos e sim a uma Guerra devastadora de proporção mundial e ao surgimento e consolidação do Complexo Industrial-Militar, como adoção da linha de menor resistência do capital. Ao longo do desenvolvimento dessa nova ordem de proporção verdadeiramente mundial, é inegável a dominação do capital norte-americano, o que assegurou uma posição privilegiada a esse país que pôde acumular uma dívida astronômica, financiada pelo resto do mundo. Esse movimento beneficiou também o capital social total, agora de dimensão global, no seu impulso de auto-expansão, além de gerar conseqüências globais como “[...] uma significativa *racionalização*

do capital global e o estabelecimento de uma estrutura de relações financeiras e econômicas com o Estado, em geral, muito mais adequada ao deslocamento de muitas contradições do que a estrutura anterior” (p.88). A supremacia estadunidense ainda permanece como motor do desenvolvimento econômico em nível mundial, e continua a ser reafirmada mesmo com a ameaça latente da convulsão econômica global a ser ocasionada pelo inevitável calote de sua dívida pública trilionária.

A hegemonia norte-americana [...] ainda que longe de incontestada, permanece como importante fator determinante do desenvolvimento econômico mundial em futuro previsível. Exatamente quando, e em que forma – pois muitas são as formas, todas mais ou menos diretamente brutais -, os Estados Unidos irão deixar de pagar sua dívida astronômica, hoje ainda não é possível prever. Há somente duas certezas: a primeira é a de que a inevitabilidade da inadimplência norte-americana vai afetar a vida de todos neste planeta; a segunda, que a posição hegemônica dos Estados Unidos continuará a ser firmada de todas as formas possíveis, forçando o mundo todo a pagar a sua dívida enquanto tiver condições de fazê-lo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 45)

Diante da supremacia estadunidense, afirmar que o imperialismo atual tem um centro não exclui de modo algum as rivalidades interimperialistas, inclusive a possibilidade de um confronto mortal entre as principais nações desenvolvidas. Essa afirmação também não deve ser compreendida de forma linear, principalmente se levarmos em consideração a existência de uma economia mundial, do alto endividamento estadunidense e da antiga necessidade de exploração e subjugação de países mantidos sob uma espécie de subdesenvolvimento forçado (MÉSZÁROS, 2012). Em outras palavras, a potência militar e econômica que desponta como o centro do império precisa do apoio de outros países e da base econômica oferecida pela exploração e dominação desenfreada de diferentes partes do mundo como no passado recente.

Todavia, o que ocorre hoje é muito mais do que a busca por investimentos que possibilitem taxas de lucros mais altas (exportação de capitais), por mercados e matérias primas (principalmente o petróleo) por um restrito número de potências que dominam o jogo econômico capitalista, como ocorreu no início do predomínio dos monopólios e da constituição do capital financeiro e de uma oligarquia financeira (LÊNIN, 2011). Embora a dimensão da dominação econômica, política e militar do imperialismo continue presente e seja inegável, segundo Mézáros (2012; 2007), o cerne da questão é a própria continuidade da reprodução ampliada do capital diante da crise.

À medida que a crise estrutural vai dando os seus primeiros sinais com a crise das instituições políticas e o neoliberalismo assume a posição de ideário dominante declarando o fim do keynesianismo, ocorre o abandono da ideologia da modernização do Terceiro Mundo. A ruína da tentativa de modernização capitalista dos países periféricos como meio de solucionar os acentuados problemas de ordem econômico-social existentes nestas nações, acentuou uma forte limitação histórica do desenvolvimento do sistema do capital. Mesmo diante de todo o esforço para concretizar essa modernização no período de expansão do pós-Segunda Guerra, esse modo de controle fracassou em abarcar o mundo inteiro como capitalismo global e estabelecer universalmente a regulação essencialmente econômica da extração de sobre trabalho como mais-valia, mais adequada as suas determinações estruturais expansionistas. Mézáros (2004) ressalta que na raiz do desenvolvimento negativo que desemboca na crise e suas consequências destrutivas está esse fracasso histórico do capital globalizante.

Ainda que o capitalismo tenha obtido hegemonia na antiga União Soviética e na Europa Oriental não se pode afirmar que todo o mundo vive sob relações econômicas capitalistas, embora esteja sob o domínio do capital. Quase metade do mundo não reproduz as suas condições materiais de existência com base na forma clássica de extração capitalista do mais-valor. Tendo fracassado historicamente em abarcar todo o globo na forma social capitalista, o capital, com exceção dos países em que predominou a extração econômica do trabalho excedente, criou “*enclaves capitalistas*” e uma significativa “*hinterlândia não capitalista*”¹⁰⁵ (MÉSZÁROS, 2012, p. 28).

O que fez do capital um modo de controle mais dinâmico e produtivo ao longo de toda a história foi a extração econômica do trabalho excedente, embora não fosse excluído completamente a extração política por meio da intromissão e de garantias dadas pelo Estado

¹⁰⁵Como exemplos da combinação da extração econômica e política do trabalho excedente que expressa o fracasso da globalização do capital conforme os pressupostos de mercado do capitalismo, Mézáros (2007) cita a China, a Índia, a antiga União Soviética e outros países da Ásia, América latina e África explicitando que “[...] na China, por exemplo, o capitalismo é potentemente estabelecido apenas em ‘enclaves’ costeiros, deixando a maioria esmagadora da população (isto é bem mais de um bilhão de pessoas) fora de sua estrutura. E mesmo nessas áreas restritas da China, em que os princípios capitalistas predominam, a extração econômica de trabalho excedente tem de ser amparada por fortes componentes políticos, para manter o custo do trabalho artificialmente baixo. De maneira semelhante, a Índia- outro país composto por uma população imensa-encontra-se apenas parcialmente sob a administração bem-sucedida do metabolismo socioeconômico capitalisticamente regulado, deixando a esmagadora maioria da população em uma situação de apuro muito diversa até o momento. Mesmo na antiga União Soviética seria bastante impreciso falar da restauração do capitalismo em todos os lugares, a despeito da plena dedicação dos corpos políticos governantes a essa tarefa nos últimos doze anos. Além disso, a fracassada ‘modernização’ do chamado ‘Terceiro Mundo’, em conformidade com as prescrições propagadas durante décadas pelos países ‘capitalistas avançados’, sublinha o fato de que um grande número de pessoas- não apenas na Ásia, mas também na África e na América Latina- não poderiam ser levadas à terra, há muito prometida, do milênio capitalista liberal.” (p. 57 e 58)

na salvaguarda da reprodução material do sistema. No século XX, como resposta às crises cada vez mais severas, foram efetuadas várias tentativas fracassadas de superar as limitações sistêmicas do capital por meio da extração política do trabalho excedente, a exemplo do keynesianismo e da intervenção estatal nos moldes soviéticos. Mesmo com a morte do keynesianismo e todo o discurso de não intervenção estatal do monetarismo neoliberal, a hibridização do capitalismo, que seria a combinação dessas duas formas de extração do sobretrabalho, tem sido intensificada ao longo de todo o século XX se estendendo aos dias atuais, mediante a ajuda sempre generosa do Estado moderno ao capital. Diante das pressões advindas do esgotamento da sua fase de ascendência histórica, o capital abandona o projeto capitalista liberal, em nome da sua sobrevivência. A hibridização, além de não superar as limitações sistêmicas desse modo de controle, gera consequências danosas para o futuro, se fazendo cada vez mais necessária em face da incapacidade do sistema de assegurar a sua expansão em escala ampliada.

A destrutiva tendência globalizante do capital reflete o esgotamento de sua ascendência histórica, cujo marco estaria na erupção da crise estrutural do sistema metabólico do capital. Hoje não é mais possível falar do desenvolvimento geral da produção associado à expansão do consumo. Mesmo com a completa subjugação do trabalho ao capital a produção, embora desordenada, ainda aparecia ligada, em alguma medida, às necessidades humanas. O fim desse período corresponde à ampliação do fosso existente entre a disjunção das necessidades humanas e auto-reprodução ampliada do capital. Esse esgotamento impossibilita o capital de se preocupar com o aumento do círculo de consumo tornando imperativo apenas a busca da sua reprodução em escala ampliada através da negação proposital do consumo real e da busca do ideal destrutivo da taxa zero de uso.

A globalização do capital, advinda da sua tendência universalizante expressa nos moldes da alienação e da reificação, se contrapõe à universalidade e à igualdade substantiva que forneceria as bases para a articulação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento incessante das capacidades e potencialidades dos trabalhadores livremente associados, detentores do controle consciente do processo produtivo. Mészáros (2011, p. 131) reitera, com base nos escritos de Marx, que “A globalização é uma condição necessária do desenvolvimento humano.” Todavia, apesar da globalização se colocar como uma necessidade, a única “[...] forma pela qual pode ser viável e sustentável é a de uma globalização socialista, com base nos princípios socialistas da igualdade substantiva” (idem). Com o fim da fase de ascendência histórica do sistema, a relação entre a dimensão horizontal

(funcional) e vertical (hierárquica) do trabalho, que antes se complementavam mediante o momento predominante executado pela dimensão vertical, deu lugar a uma “[...] determinação disruptiva unilateral[...]” (Mészáros, 2012, p. 19) com severas consequências para o âmbito da produção, deixando evidente a crise de acumulação dos nossos dias. É por essa razão que se anula a universalidade como potencialidade derivada do desenvolvimento das forças produtivas e em consequência, inviabiliza-se uma reprodução material verdadeiramente sustentável, a ser substituída pela generalização de uma reprodução predominantemente destrutiva, cuja maior expressão seria o complexo industrial-militar, analisado no tópico anterior.

Hoje não há sentido em falar de um *‘desenvolvimento geral da produção’* associado à expansão das necessidades humanas. Assim, dada a forma em que se realizou **a deformada tendência globalizante do capital-** e que continua a se impor- seria suicídio encarar a **realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana.** Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o ‘aumento do círculo de consumo’, para benefício do ‘indivíduo social pleno’ de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois do perverso ponto de vista do ‘processo de realização’ do capital, *consumo e destruição são equivalentes funcionais.*” (MÉSZÁROS, 2012, p. 21 e 22. Grifos nossos)

Essa contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas (produção da abundância) e as relações de produção (reprodução ampliada do capital) desemboca em uma crise de acumulação. Sob o domínio do capital em sua forma social capitalista, conforme já foi ressaltado, superprodução é sinônimo de crise e a solução, agora adotada cotidianamente, seria a destruição do capital superproduzido. Assim, dada a potencialização dessa contradição com o agravamento da crise, esse desenvolvimento se transforma em “força destrutiva”. Esta se expressa em formas variadas de destruição, inclusive na ampla dimensão do poderio militar do imperialismo atual, que segundo Mészáros se constituiu como a fase imperialista mais perigosa ao longo da história. Esse cenário demanda urgentemente uma outra alternativa societal, já que os desdobramentos da disseminação do potencial destrutivo sob a totalidade social anunciam tendências históricas catastróficas.

A crescente força destrutiva do capital à qual hoje estamos submetidos de diversas maneiras- desde o desperdício criminoso dos recursos materiais e humanos até ao tratamento impiedoso de milhares de milhões de seres humanos no mundo ‘subdesenvolvido’; e desde a violação da natureza, apesar da retórica sobre a ecologia até às **aventuras militares da nova fase, potencialmente fatal, do imperialismo hegemônico global dos Estados Unidos**- coloca-nos perante o imperativo de criar uma alternativa positiva ao controle dominante das mudanças sociais. (MÉSZÁROS, 2004, p. 1. Grifos nossos)

“A crescente força destrutiva do capital” se manifesta na mudança da postura imperialista e na adoção de uma dinâmica fortemente ofensiva levada a cabo pelo “imperialismo hegemônico global”. Apesar da história dos Estados Unidos evidenciar a busca intencional de construção de um império (MAGDOFF, 1979), o fato de a terceira fase imperialista ser protagonizada por este país é, segundo Mézszáros (2003; 2007), mera contingência histórica. Desse modo, o elemento que tem uma importância fundamental nessa análise não se restringe só às particularidades do imperialismo estadunidense em si. Estas devem ser devidamente contextualizadas no seio da crise estrutural do capital e do ultimato dado pela contradição fundamental e a limitação estrutural do sistema.

[...] esta crise estrutural do sistema no seu conjunto, em contraste qualitativo com as crises periódicas e conjunturais da economia capitalista no passado, agrava a situação em vários sentidos e empurra o capital para a adoção de estratégias mais agressivas e também acentuadamente aventureiras, como vemos no militarismo cada vez mais evidente do poder hegemônico global do imperialismo de hoje. (MÉSZÁROS, 2004, p. 3)

As “aventuras” militaristas cada vez mais agressivas jogam um duplo papel no cenário imperialista atual e não estão associadas somente a interesses diretos de dominação política e econômica. As guerras têm um papel importante na reprodução destrutiva do capital cumprindo a função extrema de destruição de uma quantidade inimaginável de forças produtivas (recursos materiais e humanos), em uma realidade marcada pela superprodução e pelo contingente de força de trabalho excedente. Enquanto reverberação da crise, o quadro de desemprego foi duramente alterado para pior, assumindo um caráter crônico e estrutural. Como se isso não bastasse, houve também um nivelamento para baixo no que se refere à taxa diferencial de exploração entre países capitalistas avançados e países pobres. Antes da crise, a classe trabalhadora das nações desenvolvidas pôde desfrutar de uma melhor situação quanto à remuneração do seu dispêndio de força de trabalho. Contudo, as condições materiais que possibilitavam essa diferença salarial começaram a se despedaçar nas décadas que se

seguiram ao início da crise, enquanto consequência do estreitamento das margens de expansão do capital e da globalização transnacional. (MÉSZÁROS, 2012)

Por conta da sua tripla fratura entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação, o capital se estruturou como sistema centrífugo no qual as suas dimensões antagônicas se voltam para direções diversas. Como já assinalado, no intuito de operacionalizar uma coesão nessa tripla fratura da qual emana sua determinação centrífuga, o papel da estrutura política do capital é vital para a sua reprodução em escala ampliada. Essa dimensão coesiva é encontrada nas suas formações estatais nacionais, que materializaram a estrutura política totalizante de comando do capital e durante a fase de ascendência histórica do sistema se mostraram adequadas ao seu papel. Na tentativa de procurar alguma espécie de unidade para a ruptura entre produção e circulação (interna e internacional) essa interferência se faz ainda mais necessária. A constituição histórica da estrutura de comando político do capital na forma de Estados nacionais, esgotada a sua fase de ascendência histórica, se coloca como forte entrave à tendência universalizante do capital de se expandir além das fronteiras nacionais, seguindo o impulso a integração monopolista global. Isso se dá porque além de terem interesses conflitantes e não aderirem à ideia de liga internacional e seu projeto de paz proposta por Kant, os Estados nacionais estariam sujeitos ao acaso em relação a muitos aspectos. Em primeiro lugar porque as forças destrutivas disponíveis para a guerra se desenvolveram em tal patamar que impossibilitaram os Estados de resolverem seus antagonismos internacionais por meio de outra guerra mundial, sob pena do suicídio coletivo; segundo, porque o fim da ascendência histórica do capital fez emergir toda a destrutividade do sistema também no âmbito da produção, exigindo a garantia de novos espaços para escoamento de mercadorias por meio de uma dominação imperialista sob outras condições, não só por conta da possibilidade de destruição em razão dos meios militares disponíveis, mas também por conta da possibilidade de uma guerra comercial global; terceiro, porque a importante contradição entre a lógica expansiva do capital que tende à integração monopolista global e suas formações estatais nacionais concorrentes se torna claro diante da crise, evidenciando a destrutividade desse modo de controle sociometabólico e a sua incontrolabilidade ontológica (MÉSZÁROS, 2007).

Em síntese, há uma contradição “[...] entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2012, p. 33). Apesar de todas as tentativas das potências hegemônicas de fazer com que seus Estados nacionais

estabeleçam o seu poderio sobre os demais, se tornando o “Estado do sistema do capital enquanto tal”, o Estado nacional continuou sendo a base das decisões econômicas e políticas e o responsável por assumir os riscos e as consequências das ações transnacionais, inclusive bancando a falência do capital. Na medida em que o capital transnacionalizado cada vez mais concentrado e centralizado, tende à integração global, o capital social total não possui sua formação estatal adequada aos imperativos irrestringíveis do sistema, o que conduz ao necessário fracasso da tão proclamada globalização. Entretanto, o problema da ausência da integração dos intercâmbios produtivos materiais permanece, o que só pode ser devidamente solucionado com a instauração do socialismo. Sem isso, a tendência é que haja uma confrontação global entre as principais potências e o consequente extermínio da humanidade.

É aí que uma contradição maciça se faz claramente visível. Pois, ao passo que o capital, em sua articulação produtiva – em nosso tempo primordialmente pela ação de gigantes corporações *nacionais-transnacionais* – tende à integração global (e, nesse sentido, verdadeira e substantivamente à globalização), a configuração vital do “capital social total” ou “capital global” é, até o momento, totalmente destituída de sua formação estatal apropriada. Isso é que contradiz agudamente a determinação intrínseca do próprio sistema como inexoravelmente global e irrestringível. Assim a ausência do “Estado do sistema do capital” como tal demonstra a incapacidade de o capital conduzir a lógica objetiva do caráter irrestringível do sistema à sua conclusão última. É essa circunstância que deve submeter as expectativas esperançosas da “globalização” à sombra do penoso fracasso, sem eliminar, contudo, o próprio problema – a saber, a necessidade de uma integração verdadeiramente global dos intercâmbios reprodutivos da humanidade- ao qual se pode entrever apenas uma solução socialista. Pois, sem uma solução socialista, o antagonismo, mortal e a confrontação hegemônica necessariamente crescentes das principais potências concorrentes pelos escoamentos exigidos só podem resultar em uma ameaça à sobrevivência da humanidade. (MÉSZÁROS, 2007, p. 61)

Essa contradição demonstra que o capital global não possui a sua formação adequada de Estado, apesar de, contraditoriamente, ter consolidado o seu poder como sistema global e totalizador. Nesse aspecto, o Estado se mostra incapaz de completar a lógica irrestringível desse metabolismo social, estando cada Estado particular voltado para atender aos interesses do seu capital nacional, o que demonstra que não há qualquer tendência de se estabelecer com sucesso um Estado do sistema do capital. Todavia, por mais que não seja possível concretizar esse objetivo por longo tempo, isso não significa que as tentativas e as forças que tendem para sua realização serão bloqueadas. Nas palavras de Mézáros (2003):

Como ocorre com toda contradição importante de um dado sistema, as condições objetivas tornam imperativo que se persiga hoje a estratégia da dominação hegemônica por uma superpotência econômica e militar, não importa a que custo, para tentar superar a separação estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais. Contudo, a própria natureza da contradição subjacente faz prever o necessário fracasso dessa estratégia a longo prazo. (p. 41)

A concretização desse ideal só seria possível com a superação de todos os grandes antagonismos internos conflitantes desse modo de controle sociometabólico. Muitas iniciativas foram efetuadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial para instaurar o Estado do capital global, inclusive por meio da criação de várias organizações de caráter internacional, sob a tutela estadunidense. Nesses termos,

[...] o Estado do sistema do capital em si' continua a ser até hoje apenas uma 'ideia reguladora' kantiana, apesar de todos os esforços despendidos, no período que se seguiu à Segunda Guerra, para torná-la real na forma de uma rede internacional de instituições econômicas e políticas- do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional à OCDE, ao GATT e à ONU – sob o domínio mais ou menos velado dos Estados Unidos. Hoje, como antes, o capital global está desprovido de sua adequada formação de Estado, por que as unidades reprodutoras materiais dominantes do sistema não conseguem se livrar de sua 'individualidade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 244)

Essa incapacidade da estrutura do Estado concretizar o que, em última análise, é demandado pelos imperativos totalizantes do capital traz sérios problemas para o futuro. Dentre esses problemas destaca-se o fato de que mesmo a potência norte-americana, que detém a hegemonia mundial, deverá fracassar no objetivo de expandir ao máximo a irrestringibilidade do capital através da imposição do seu domínio como Estado do sistema do capital global. Conseqüentemente, o poderio desse país permanece nacionalmente limitado em seus objetivos econômicos e políticos e a sua hegemonia estão sujeitos a sofrer ameaças das mudanças ocorridas nas relações internacionais de domínio econômico, independentemente da posição hegemônica ocupada por essa potência como nação imperialista.

Conforme Mézáros (2011), o imperialismo estadunidense alicerçado no cartão de crédito, e no dispendioso e destrutivo complexo militar-industrial, só pode avançar enquanto a sua dívida for sustentada por outras nações. Esse país se encontra em uma posição única e privilegiada porque se estabeleceu como país dominante desde os acordos de Bretton Woods. A hegemonia econômica dos Estados Unidos no pós-guerra, oficializada em Bretton Woods,

tinha um correspondente objetivo. Realmente naquele momento esse país estava em uma situação econômica de vantagem em relação aos outros países. O acordo de Bretton Woods estabeleceu todas as organizações econômicas internacionais que respaldaram a hegemonia estadunidense mediante a dominação do dólar, o privilégio obtido através do FMI, do Banco Mundial, e de todas as organizações comerciais que até hoje permanecessem sob a tutela desse país. Como reflexo disso, temos as imposições imperialistas do Banco Mundial que transcendem o âmbito estritamente econômico, e redefinem os contornos das políticas públicas de educação em todo o mundo, em especial nos países periféricos mantidos em “subdesenvolvimento forçado”.

A terceira fase do imperialismo marcada pelo domínio de uma única superpotência, extremamente militarizada, endividada e com posturas crescentemente ofensivas, também se alia a um projeto de dominação e homogeneização das políticas de educação em âmbito global, em particular nos países periféricos. Essa interferência ocorre desde a década de 1980, sendo mais sistemática a partir da década de 1990 com o Movimento internacional de Educação para Todos (EPT) que se vincula à disseminação dos pressupostos neoliberais do Consenso de Washington (1985) para o setor econômico, político e social. Não por acaso, há uma mudança na concepção de desenvolvimento econômico que passa a ser tido como desenvolvimento sustentável. Essas discussões têm início na década de 1970 e se consolidam na década de 1980, mediante a realização de várias conferências pela ONU, a partir de então. A concepção de desenvolvimento sustentável, que posteriormente estreitará laços com as imposições no âmbito da educação, possui uma tripla dimensão: econômica, social e ambiental e se encontra profundamente vinculada ao discurso em torno da erradicação da pobreza, em um cenário de aprofundamento inédito das consequências sociais da crise de superacumulação do capital.

5 DIRETRIZES EDUCATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE DO CAPITAL E A AGENDA IMPERIALISTA DE EDUCAÇÃO 2015-2030.

O aprofundamento das consequências sociais emanadas da agudização das contradições do capital no cenário marcado por uma crise crônica e sistêmica, com severas implicações em todos os países, em especial nos países periféricos, coloca a necessidade de estratégias específicas de combate à pobreza, de promoção da equidade social e de preservação do meio ambiente. É nesse contexto que há uma mudança na concepção de desenvolvimento econômico e se sobressai a concepção de desenvolvimento sustentável e a agenda imperialista de educação.

Na consolidação da supremacia imperialista, inclusive em meio ao seu declínio, os Estados Unidos contaram com o auxílio político e estratégico de organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial, que traz desde a sua gênese a defesa da política externa estadunidense. Conforme já exaustivamente analisado em diversas pesquisas¹⁰⁶, esse organismo tem atuado fortemente no âmbito das políticas sociais, a exemplo da educação, e definido agendas neoliberais impositivas que definiram os rumos das reformas educacionais dos países de periferia do capital. A esse respeito, vale recordar o Movimento de Educação para Todos (EPT), que teve início em Jomtien, na Tailândia, em 1990, seguido do Fórum Mundial de Educação ocorrido em Dakar nos anos 2000, para citar os principais eventos de escala mundial.

Passados os quinze anos estabelecidos em Dakar, data limite para a concretização das metas de educação associadas aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), foi estabelecido um novo compromisso global de educação, haja vista o não alcance de todas as metas pelo conjunto dos países signatários. Este se configura como desdobramento do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e mantém forte relação com todos os demais ODS. No exame desse compromisso global resgataremos brevemente a concepção de sustentabilidade defendida pela ONU desde o início da década de 1970, não coincidentemente, marco cronológico da erupção da crise estrutural do capital que escancara a insustentabilidade e a destrutividade desse modo de controle do metabolismo social. Para tal,

¹⁰⁶Como exemplo podemos citar as pesquisas empreendidas no âmbito do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), que abarca as linhas de pesquisa Marxismo e Formação do Educador e Educação, Estética e Sociedade, pertencentes, respectivamente, aos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará. Dessas investigações resultaram relatórios de pesquisa, artigos científicos, resumos expandidos, monografias, dissertações e teses, com publicações em anais de eventos acadêmicos, periódicos e livros.

examinamos os documentos resultantes das Cúpulas de Desenvolvimento Sustentável e da Cimeira do Milênio, a saber: Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972); *Nosso Futuro Comum* (1987); Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e Agenda 21; Declaração do Milênio (2000); Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) e Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012).

Posteriormente, nos debruçaremos sobre as Declarações de Jomtien (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000), fazendo um recorte da categoria sustentabilidade, a fim de compreender os elos de continuidade e descontinuidade da EPT e do Compromisso de Educação 2030. Por fim, examinaremos a Declaração de Incheon e o Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, destacando o papel atribuído à educação no rol dos projetos de sustentabilidade do capital diante da aproximação dos seus limites sistêmicos.

5.1 Breves considerações acerca da concepção internacional da categoria Desenvolvimento sustentável

O fracasso da ideologia da modernização capitalista dos países pobres mantidos em condição de “subdesenvolvimento forçado” (MÉSZÁROS, 2012) e da integração monopolista do capital no cenário marcado pela erupção da sua crise estrutural, levou ao esgotamento do paradigma de desenvolvimento econômico até então dominante. Além disso, os padrões materiais de desenvolvimento dos países desenvolvidos não poderiam ser sustentados também nos países pobres e nem continuar por muito tempo nessas nações em um mundo com recursos naturais finitos. Segundo Comelieu e Sachs, (1988) apud Montibeller Filho (1993) o crescimento econômico advindo do crescimento da produção é tido nesse paradigma como desenvolvimento econômico. Nessa direção, as políticas destinadas ao desenvolvimento se restringiam a ações que tinham por finalidade exclusiva o desenvolvimento da economia, associada à acumulação de capital líquido. Montibeller Filho (1993) ressalta que o reducionismo economicista dessa concepção de desenvolvimento teve severas implicações sociais para os países de “Terceiro Mundo”. A adaptação aos padrões de consumo e tecnológicos dos países desenvolvidos direcionavam o crescimento econômico nesses países, ou seja, boa parte da produção estava destinada somente para as classes altas e médias, a custa da negação das necessidades básicas dos trabalhadores. Segundo ele, por

conta do cenário de aprofundamento da piora das condições de vida da maioria da população mundial e da evidente degradação ambiental, surgiu um novo padrão de desenvolvimento¹⁰⁷ agora denominado de desenvolvimento sustentável¹⁰⁸.

Como sabemos, a propriedade privada faz com que os produtores da riqueza social não tenham acesso ao que produzem e nos dias atuais isso é agravado por conta da concentração da riqueza. Dessa forma, concluímos que essa mudança não se deu por motivações sociais, como o autor acima referido menciona, mas por uma demanda da acumulação do capital diante de um cenário de contra-ofensiva do sistema. Não por coincidência, as primeiras discussões em torno da articulação entre meio ambiente humano (natural e artificial) e crescimento econômico tiveram início na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho no ano de 1972. Assim, na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Declaração de Estocolmo, são enfatizadas as primeiras preocupações em torno do meio ambiente em prol da geração atual e das futuras, mantendo-se outras metas, inclusive a relativa ao desenvolvimento econômico.

A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas. (ONU, 1972, p.2)

Segundo essa declaração, a maioria dos problemas ambientais nos países em desenvolvimento são motivados pela condição de subdesenvolvimento. Nessas nações milhões de pessoas vivem em condições de extrema privação sem o mínimo necessário para viver com dignidade. Dessa forma, os países em desenvolvimento devem envidar os seus esforços para alcançar o desenvolvimento econômico, aliado à preservação e à melhoria do meio ambiente. Nessa tarefa, poderão contar com a ajuda dos países desenvolvidos que

¹⁰⁷Conforme o referido autor, esse novo padrão de desenvolvimento também trouxe a ideia de ecodesenvolvimento, que embora pareça ser sinônimo de desenvolvimento sustentável possui diferenças substanciais no que se refere a dimensão política e as técnicas de produção. No que diz respeito a dimensão política as diferenças se dão fundamentalmente no tocante ao posicionamento acerca da qualidade do meio ambiente e das diferenças sociais. Com relação as técnicas de produção, as diferenças se dão em torno do progresso técnico e da sua função mediante a pressão que exercem sobre os recursos naturais. Todavia, há também concordâncias em aspectos essenciais como a visão holística de desenvolvimento, a crítica ao reducionismo de cunho economicista, a consideração do bem-estar social, a preocupação com as gerações futuras e a visão de longo prazo, além, claro, da dimensão ambiental como parte integrante do desenvolvimento

¹⁰⁸Essa expressão foi difundida na década de 1980 e possui origem anglo-saxônica. Foi utilizada pela primeira vez pela International Union for Conservation Nature – IUCN (MONTIBELLER FILHO, 1993).

deverão demonstrar esforço para diminuir a distância que os separam. Quanto aos aspectos mais relevantes contidos nos princípios desta declaração, podemos citar: a condenação de toda forma de dominação colonial e opressão efetuada por países estrangeiros; a defesa da preservação dos recursos naturais; a produção de recursos renováveis e o uso consciente dos recursos não-renováveis; a adoção de um desenvolvimento acelerado nos países em desenvolvimento, mediante a transferência de tecnologia e assistência financeira por parte das nações desenvolvidas; a destinação de recursos para a preservação e melhoramento do meio ambiente, considerando as peculiaridades das nações em desenvolvimento; a reunião dos esforços para uma educação voltada para questões ambientais com a devida atenção aos menos privilegiados no sentido de esclarecer a responsabilidade dos indivíduos no tocante à preservação do meio ambiente na sua dimensão humana; a preocupação em afastar os seres humanos e o meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e dos outros meios de destruição em massa, através do acordo entre os Estados para eliminar tais armas.

Em 1980, na cidade de Ottawa no Canadá, as discussões sediadas na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, promovida pela União Internacional para Conservação da Natureza, (IUCN)¹⁰⁹, com o apoio do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), culminaram no documento *Estratégia Mundial para a Conservação*. Neste documento é utilizado pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável. Este teve como base os seguintes princípios: aliar a preservação da natureza ao desenvolvimento econômico, de modo a amenizar a pobreza e a miséria; promover a satisfação das necessidades humanas mais básicas; atuar no sentido de fomentar a equidade e a justiça social; construir a autodeterminação social e da diversidade cultural e preservar a totalidade ecológica (MONTIBELLER FILHO, 1993; CARNEIRO, 2012).

De acordo com Carneiro (2012), o abalo advindo da alta do preço nos barris de petróleo e a conseqüente crise econômica e financeira demandaram mudanças na gestão dos recursos naturais. Depois da Conferência de Estocolmo, as questões relativas ao meio ambiente haviam perdido a força, influenciadas em alguma medida por esse cenário de crise. A fim de oferecer alguma solução para o obstáculo existente entre o desenvolvimento

¹⁰⁹ A IUCN é uma organização que conta com a participação somente de organizações governamentais e da sociedade civil. Foi criada em 1948 e se tornou a maior rede ambiental do globo. Conta com 1.300 organizações membros e a contribuição de 14.500 especialistas. Tem como objetivo possibilitar as entidades públicas, privadas e não governamentais o conhecimento e os instrumentos necessários para que o desenvolvimento econômico, a evolução humana e a preservação ambiental ocorram de forma interligada (UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 2019).

econômico e a preservação do meio ambiente, em 1983 a ONU instituiu a Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia, sob a presidência de Gro Brundtland, ex primeira ministra da Noruega. No ano de 1987, essa Comissão publicou o estudo *Nosso Futuro Comum* que explicitou o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (1991, p. 46).

O impasse existente entre o desenvolvimento econômico e a questão ambiental foi de certa forma equacionado através da concordância em torno dessa concepção de desenvolvimento sustentável que tem como eixo três dimensões: a econômica, a social e a preservação ambiental (CARNEIRO, 2012). Esse estudo explicita a estreita relação entre desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza e oportunidades equitativas de acessos aos bens produzidos, colocando que só haverá um desenvolvimento realmente sustentável quando as necessidades básicas de todos os povos, incluindo dos países em desenvolvimento, forem atendidas. Ele ressalta que é necessário que o mundo busque outras estratégias que possibilitem aos países substituírem seus processos de crescimento com viés regularmente destrutivo pelo desenvolvimento sustentável, por meio da modificação de suas políticas.

Uma das atribuições do desenvolvimento sustentável seria lidar com o problema da pobreza, que atinge principalmente os países em desenvolvimento e priva milhões de pessoas de atenderem as suas necessidades mais básicas, reduzindo a capacidade delas de utilizar os recursos de modo sustentável. De acordo com esse estudo, a pobreza dos países em desenvolvimento teria sido agravada pela estagnação da década de 1980. Uma das formas de fazer frente a essa situação, ainda que não fosse suficiente para eliminar a pobreza absoluta, seria o aumento da renda dos países de terceiro mundo. Portanto, seria necessário retomar o crescimento econômico nessas nações, já que nelas estariam intimamente imbricadas crescimento econômico, alívio da pobreza e questões ambientais. Nessa direção, para que o desenvolvimento seja sustentável ele tem que aliar crescimento econômico e menor vulnerabilidade às crises, além de considerar outros elementos sociais e ambientais que não estão restritos à dimensão econômica.

Para haver sustentabilidade, é preciso uma visão das necessidades e do bem-estar humano que incorpora variáveis não econômicas como educação, saúde, água e ar puro, e a proteção das belezas naturais. Também é preciso eliminar as limitações de grupos menos favorecidos, muitos dos quais vivem em áreas ecologicamente vulneráveis[...]

Para mudar a qualidade do crescimento é necessário mudar nosso enfoque do esforço desenvolvimentista, de modo a levar em conta todos os seus efeitos. (p. 57)

Reconhecendo essa concepção de desenvolvimento sustentável e reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano¹¹⁰, adotada em Estocolmo, a ONU realizou, em junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), também conhecida como Eco-92 ou Rio-92, na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento contou com a participação de 172 países e a presença de chefes de 116 Estados. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) ao reafirmar os princípios contidos na Declaração de Estocolmo, também procurou estabelecer novas formas de cooperação entre a sociedade e os indivíduos com o objetivo de cumprir os acordos internacionais com vistas a respeitar os interesses de todos e articulação entre meio ambiente e desenvolvimento. Os princípios dessa Declaração reiteram a preocupação com o bem estar humano, como centro do desenvolvimento sustentável; a estreita vinculação entre desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento; a proteção ambiental para se alcançar o desenvolvimento sustentável; a eliminação das formas insustentáveis de produção e consumo; a adoção de legislação ambiental eficaz; a cooperação internacional para a promoção de um sistema econômico que possibilite o crescimento e o desenvolvimento sustentável em todos os países; a não transferência para outros Estados de atividades ou substâncias que degradem o meio ambiente; a proteção dos recursos naturais e do meio ambiente das populações submetidas ao jugo da dominação; o respeito ao meio ambiente em momentos de conflitos armados e a interdependência entre paz, desenvolvimento e preservação ambiental, para citar os mais importantes.

Além da Declaração acima mencionada, resultaram desse evento quatro documentos: Agenda 21 que se refere a um conjunto de recomendações com foco no desenvolvimento sustentável para que cada país elaborasse sua própria agenda mediante a criação de programas; Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; Convenção da Biodiversidade; Convenção sobre Mudança do Clima (CARNEIRO, 2012). A Agenda 21 é um plano de ação, que foi formulado internacionalmente por governos e instituições da

¹¹⁰Desse evento resultaram cinco documentos: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21 que se refere a um conjunto de recomendações com foco no desenvolvimento sustentável para que cada país elaborasse sua própria agenda mediante a criação de programas; Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; Convenção da Biodiversidade; Convenção sobre Mudança do Clima (CARNEIRO, 2012).

sociedade civil de 179 nações, processo que durou cerca de dois anos e culminou com a realização da já citada conferência. Essa Agenda dizia estar alicerçada em um novo padrão de desenvolvimento para o novo século que se aproximava, considerando a inter-relação simbiótica entre sustentabilidade econômica, ambiental e social em todas as suas propostas que deveriam guiar agendas locais, nacionais a contar com o auxílio da cooperação internacional e das agências do Sistema Nações Unidas. Esse documento traz objetivos que precisam ser concretizados através de políticas públicas para se alcançar a sustentabilidade aliada ao desenvolvimento econômico. O crescimento econômico sustentável aparece nesse documento entrelaçado a programas de erradicação da pobreza nas nações em desenvolvimento, que tenham como foco a geração de emprego e renda e a promoção do trabalho digno. No tocante às questões relativas ao meio ambiente, defende uma visão equilibrada entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente. (ONU, 1992)

No ano 2000, ocorreu a Cimeira do Milênio em Nova Iorque que contou com a participação de 147 chefes de Estado e de governo e 191 países. Desse evento resultou a Declaração do Milênio como síntese de meses de discussões em reuniões regionais e no Fórum do Milênio. Os líderes ali reunidos definiram metas concretas no âmbito do desenvolvimento para o início do novo milênio, sendo as principais a redução pela metade das pessoas que vivem na pobreza, o fornecimento de água limpa, uma educação voltada para todos, a diminuição da propagação do vírus da AIDS, dentre outras. Essa Declaração defende a equidade, a igualdade e a dignidade humana, em particular dos menos desfavorecidos.

Enquanto princípios, reafirma adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas de forma a tentar estabelecer uma paz duradoura em todo o globo, respeitando a soberania de todos os povos, inclusive dos que ainda vivem sob domínio colonial ou subjugados à dominação ou ocupação estrangeira e a igualdade de direitos de todos os povos. No tocante aos desafios, enfatiza a dificuldade de transformar a globalização em uma força positiva já que as suas consequências são sentidas de formas desiguais entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, conforme já apontava a Declaração de Joanesburgo. Levando isso em consideração, somente esforços destinados a construir um futuro comum para todos poderia levar a globalização a ocorrer de forma equitativa e inclusiva. Para tal, deveriam ser adotadas medidas condizentes com as especificidades das nações em desenvolvimento. Dentre os valores tidos como essenciais para as relações internacionais do século XXI, esse documento enfatiza: a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade comum. A fim de transformar esses valores em ações a Declaração elenca

objetivos chaves, são eles: paz, segurança e desarmamento; desenvolvimento e erradicação da pobreza; proteção do ambiente comum; direitos humanos, democracia e boa governação; proteção dos grupos vulneráveis; resposta às necessidades especiais da África; reforço às Nações Unidas.

Desse documento resultaram um conjunto de oito metas internacionais voltadas para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza em conformidade com o conceito de desenvolvimento sustentável, a serem adotadas por todos os países membros das Nações Unidas que deveriam envidar todos os esforços para concretiza-las até 2015. Estas foram denominadas de “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”¹¹¹ (ODM), também conhecidas no Brasil como “Os oito jeitos de mudar o mundo”. São elas: Erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Em 2002, dez anos após a Rio-92, ocorreu em Joanesburgo, África do Sul, a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+10 ou Cúpula da Terra. Essa Conferência reafirmou os princípios e os acordos firmados anteriormente com a promoção do desenvolvimento sustentável, em especial a Agenda 21 e buscou identificar outras prioridades que haviam surgido ao longo desse tempo.

Trinta anos atrás, em Estocolmo, concordamos na necessidade urgente de reagir ao problema da deterioração ambiental. Dez anos atrás, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, concordamos em que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social e econômico são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, com base nos Princípios do Rio. Para alcançar tal desenvolvimento, adotamos o programa global Agenda 21 e a Declaração do Rio, aos quais reafirmamos nosso compromisso. A Cúpula do Rio foi um marco significativo, que estabeleceu uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2002, p. 2).

Dessa Cúpula derivaram dois documentos: a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, que aborda os compromissos assumidos e o percurso para a concretização do desenvolvimento sustentável; e um plano de ação que define as metas e ações a que devem guiar as nações na execução dos compromissos assumidos. A Declaração

¹¹¹ A partir dessas metas internacionais foram criadas 18 objetivos e 48 indicadores, a fim de possibilitar uma avaliação dos ODM a nível nacional, regional e mundial.

de Joanesburgo assume o compromisso de atuar em prol do estabelecimento de uma sociedade global com viés humanitário, equitativa e solidária, assegurando às gerações de crianças “[...] um mundo livre da indignidade e da indecência causadas pela pobreza, pela degradação ambiental e por padrões de desenvolvimento insustentáveis”. (ONU, 2002, p. 1). Enfatiza a responsabilidade em dar continuidade e consolidar as três bases interdependentes do desenvolvimento sustentável em âmbito local, nacional e mundial e colocar em ação planos práticos voltados à erradicação da pobreza.

Quanto aos desafios, o documento explicita quais seriam as condições fundamentais para o alcance do desenvolvimento sustentável destacando a necessidade de erradicação da pobreza, da mudança dos padrões referentes ao consumo, à produção e à proteção dos recursos naturais com vistas ao desenvolvimento econômico e social. Chama a atenção para a ampla distância social entre ricos e pobres e países desenvolvidos e em desenvolvimento como uma ameaça potencial à estabilidade e à segurança do mundo. Acrescenta a estes desafios as implicações da globalização cujos resultados positivos advindos do aumento do fluxo de investimentos possibilitaram novas oportunidades na construção do desenvolvimento sustentável. Todavia, por conta da distribuição desigual dos custos e das vantagens entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, estes veem diante de si maiores obstáculos no tocante à promoção do desenvolvimento sustentável. No tocante aos compromissos, reconhece a existência de recursos materiais para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar que os recursos disponíveis sejam dispendidos em prol de toda a humanidade, assumindo o compromisso de atuar no fortalecimento da governança para que a Agenda 21, as metas de desenvolvimento do Milênio e o Plano de Ação de Joanesburgo sejam de fato implementados.

Em junho de 2012 foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio +20. Deste evento adveio a Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20). Esse documento reforça o compromisso com o desenvolvimento sustentável de modo a promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental para o planeta e para as futuras gerações. Reconhece que a erradicação da pobreza é o maior problema enfrentado hoje e uma condição fundamental para a concretização do desenvolvimento sustentável. Reitera a necessidade de uma melhor articulação entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a relação entre eles. A Declaração aponta que a erradicação da pobreza, a modificação das formas de consumo e produção insustentáveis, a proteção e a

gestão dos recursos naturais são fundamentais para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, se faz necessário promover o crescimento econômico e social sustentável, de modo equitativo e inclusivo; reduzir as desigualdades e atuar na promoção de uma gestão sustentável dos recursos naturais. Retoma o compromisso no cumprimento das metas internacionais, reafirmando os Princípios do Rio, as Declarações e os Planos de Ação anteriores, inclusive os ODM até o prazo acordado. Ressalta que a democracia e o Estado de Direito são elementos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável que deve contemplar o crescimento econômico sustentável, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social atuando na erradicação da pobreza. Explicita o compromisso em fortalecer a cooperação internacional para enfrentar os desafios que se colocam à concretização do desenvolvimento sustentável principalmente nas nações em desenvolvimento.

No que se refere aos avanços obtidos desde a Rio-92, inclusive no tocante ao alcance do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e a erradicação da pobreza, o documento reconhece que eles foram desiguais quando se compara a situação dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Isso tem sido agravado pelas crises que atingem o âmbito das finanças, da produção de alimentos, e da energia, o que tem colocado fortes entraves à concretização do desenvolvimento sustentável em especial nos países em desenvolvimento. Em meio às dificuldades enfrentadas, o documento ressalta a relevância do apoio a esses países no esforço para erradicar a pobreza, com ações voltadas para o crescimento econômico inclusivo e equitativo, a promoção da agricultura sustentável, emprego e “trabalho decente”, assegurando aos trabalhadores as habilidades necessárias via educação. Essas ações deveriam ser complementadas por políticas sociais, que são tidas como vitais para o alcance das metas acordadas internacionalmente. Em síntese, o documento reconhece “[...] que a erradicação da pobreza, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, bem como a integração e a proteção sociais estão interligados e se reforçam mutuamente” (ONU, p.31).

Reafirmamos a importância de apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços para erradicar a pobreza e promover o empoderamento dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive removendo os obstáculos aos quais estes se confrontam e aumentando a capacidade produtiva, desenvolvendo a agricultura sustentável, e promovendo o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, complementado por políticas sociais eficazes, incluindo pisos de proteção social, com vistas a

atingir as metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, o que inclui os ODM. (ONU, 2012, p. 6 e 7)

Assim como as outras Declarações da ONU que tratam do desenvolvimento sustentável, esse documento reitera o compromisso com a retirada de qualquer obstáculo a autodeterminação dos povos que ainda vivem sob a égide da dominação colonial e estrangeira e todas as suas consequências negativas sobre os aspectos sociais, ambientais e econômicos. Enfatiza que a prática do colonialismo é incompatível com a dignidade humana e por isso deve ser erradicada.

Sobre as mudanças climáticas, o documento destaca que elas são o início de uma crise que tende a persistir afetando todos os países, em especial os países em desenvolvimento, e a capacidade destes de promover o desenvolvimento sustentável, concretizar os ODM e a sua própria continuidade enquanto nações. Para garantir o compromisso político com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, abordando aspectos relativos à economia verde, se faz necessário avançar nas lacunas que persistem nos compromissos estabelecidos anteriormente nas outras cúpulas do desenvolvimento sustentável.

No tocante à educação, a declaração reafirma o compromisso com essa atividade enquanto direito social, se comprometendo a reforçar a cooperação internacional em prol da garantia do acesso universal à educação primária, principalmente nos países em desenvolvimento. Assevera ainda que a garantia do acesso igual a todos a uma educação de qualidade é um pré-requisito fundamental para a concretização do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e da igualdade de gênero, conduzindo ao alcance das metas internacionais, a contar os ODM.

Reafirmamos nosso compromisso com o direito à educação e, nesse sentido, comprometemo-nos a reforçar a cooperação internacional para alcançar o acesso universal à educação primária, especialmente para países em desenvolvimento. Reafirmamos ainda que o acesso pleno à educação de qualidade em todos os níveis é uma condição essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento humano, bem como a realização dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os ODM, e a plena participação de homens e mulheres, em especial dos jovens. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de garantir o acesso igual à educação para pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades locais, populações de minoria étnica e os que vivem em áreas rurais. (ONU, 2012, p. 46)

Os sistemas educacionais devem estar munidos de condições para preparar os jovens para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da formação de professores, da adaptação dos currículos, da criação de programas escolares e de programas de formação profissional relacionados à temática do desenvolvimento sustentável e da utilização das novas tecnologias da informação a fim de melhorar os rendimentos em torno da aprendizagem. Nessa direção, o documento explicita a intenção “[...] de promover a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e integrar o desenvolvimento sustentável mais ativamente na educação para além da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). (p. 47)

Seguindo o prazo estabelecido pelos ODM, essa declaração ressalta o empenho para a realização desses objetivos, que contempla uma visão ampla de desenvolvimento. Todavia, lança as bases para a formulação de novas metas relativas especificamente ao desenvolvimento sustentável pós 2015, fundamentadas nos compromissos anteriores (Agenda 21, Plano de implementação de Joanesburgo, Princípios do Rio) e que contemplem os três pilares do desenvolvimento sustentável. Essas metas deveriam estar em completa sintonia com as áreas prioritárias para o alcance do desenvolvimento sustentável, possuir um caráter internacional, sendo aplicáveis em todos os países.

Reconhecemos ainda a importância e a utilidade de definir um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável, fundamentado na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Joanesburgo, que respeitem plenamente todos os Princípios do Rio, tendo em conta as diferentes circunstâncias, capacidades e prioridades de cada país; sejam consistentes com o direito internacional; apoiem-se em compromissos já assumidos; e contribuam para a plena implementação dos textos resultantes de todas as principais cúpulas nos domínios econômico, social e ambiental, incluindo este documento final. Esses objetivos devem abordar e incorporar de forma equilibrada todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas inter-relações. Eles devem ser coerentes e integrados na Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015, contribuindo assim para a realização do desenvolvimento sustentável e servindo como um guia para a implementação e integração do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas como um todo. O desenvolvimento dessas metas não deve desviar a atenção ou o esforço da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

247. Destacamos também que as metas de desenvolvimento sustentável (SDGs) devem ser orientadas para a ação, concisas e fáceis de entender, em número limitado, ambiciosas, de natureza global, e universalmente aplicáveis a todos os países, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Reconhecemos também que as metas devem abordar as áreas prioritárias para a realização do desenvolvimento sustentável, sendo orientadas por este documento final. (ONU, 2012, p. 49)

Salta aos olhos o discurso que mistifica a condição de pobreza, exploração e degradação do trabalho a que estão sujeitos os países pobres e dependentes no rol da divisão internacional do trabalho. A defesa de um novo paradigma de desenvolvimento econômico nasce das entranhas da força destrutiva emanada pelo capital sobre a totalidade social e os complexos sociais que a compõem. A destruição das esferas ontológicas de base natural, a pauperização, o desemprego estrutural são consequências diretas da crise estrutural do capital que atingiu todos os países, com reverberações mais problemáticas nos países pobres e dependentes, mantidos em condição de subdesenvolvimento forçado. Nessa conjuntura, a educação se sobressai como estratégia aliada a nova concepção de desenvolvimento. Isso já é ressaltado desde 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que enfatiza a necessidade do redesenho da educação com a finalidade de incentivar novos valores e atitudes no trato com o meio ambiente. A Agenda 21 assevera que a educação é essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável e para possibilitar que as pessoas tenham uma compreensão das questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Desde então, há um consenso de que a educação é uma estratégia fundamental para a concretização das mudanças tidas como necessárias. Em 2002, na Conferência de Joanesburgo, essa concepção foi ampliada abarcando a justiça social e a erradicação da pobreza, passando a considerar os aspectos humanos e sociais enquanto elementos que conduziriam ao desenvolvimento sustentável. Essa Conferência reafirmou os objetivos educacionais contidos nos ODM e o Marco de Ação de Dakar e propôs a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, pontuando que a educação e a aprendizagem seriam um dos alicerces para a promoção dessa nova concepção de desenvolvimento (UNESCO, 2005). Antes de tratarmos especificamente da Agenda de Educação 2030, faremos um breve resgate da gênese desse compromisso internacional a partir do exame do Movimento de Educação para Todos, comandado pelo Banco Mundial no rol da estreita simbiose entre educação e pobreza.

Tabela 1 – Síntese das Metas de Desenvolvimento Sustentável apresentadas em declarações ou documentos nos principais eventos mundiais de desenvolvimento e/ou meio ambiente de 1980 a 2012)

(Continua)

| EVENTOS /PERÍODO | DECLARAÇÕES/ DOCUMENTOS | METAS |
|--|--|---|
| Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento (Ottawa -Canadá, 1980) | Documento Estratégia Mundial para a Conservação | <ul style="list-style-type: none"> - Aliar a preservação da natureza ao desenvolvimento econômico, de modo a amenizar a pobreza e a miséria; promover a satisfação das necessidades humanas mais básicas; - Atuar no sentido de fomentar a equidade e a justiça social; - Construir a autodeterminação social e da diversidade cultural e preservar a totalidade ecológica. |
| Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia (1987) | Estudo Nosso Futuro Comum | -Promover o desenvolvimento sustentável que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. |
| Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), ou Eco-92 ou Rio-92, (Rio de Janeiro, 1992) | <ul style="list-style-type: none"> - Agenda 21 - conjunto de recomendações para o desenvolvimento sustentável; -Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; - Convenção da Biodiversidade; - Convenção sobre Mudança do Clima | <ul style="list-style-type: none"> - Reiterar o bem estar humano, como centro do desenvolvimento sustentável; - Estreitar vinculação entre desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza; - Proteção ambiental para se alcançar o desenvolvimento sustentável; - Eliminação das formas insustentáveis de produção e consumo; a adoção de legislação ambiental eficaz; - Promover a cooperação internacional para a promoção de um sistema econômico que possibilite o crescimento e o desenvolvimento sustentável em todos os países. |
| Cimeira do Milênio (Nova Iorque, 2000) | Declaração do Milênio | <ul style="list-style-type: none"> - Promover a paz, segurança e desarmamento; - Reduzir a pobreza; - Proteger o ambiente comum, os direitos humanos, a democracia e boa governação; - Proteger os grupos vulneráveis; responder as necessidades especiais da África; reforçar as Nações Unidas. |
| Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, | Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável | <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar as três bases interdependentes do desenvolvimento sustentável em âmbito local, nacional e mundial e colocar em ação planos práticos voltados a erradicação da pobreza; - Aplicar foco especial e dar atenção prioritária à |

| | | |
|--|---|---|
| África do Sul, 2002) | | luta contra as condições mundiais que apresentam severas ameaças ao desenvolvimento sustentável de nosso povo: subalimentação crônica; desnutrição; ocupações estrangeiras; conflitos armados; problemas com drogas ilícitas; crime organizado; corrupção; desastres naturais; tráfico ilegal de armamentos; tráfico humano; terrorismo; intolerância e incitamento ao ódio racial, étnico e religioso, entre outros; xenofobia; e doenças endêmicas, transmissíveis e crônicas, em particular HIV/AIDS, malária e tuberculose. |
| Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20 (Rio de Janeiro, 2012) | Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20). | <ul style="list-style-type: none"> - Promover o crescimento econômico e social sustentável, de modo equitativo e inclusivo; - Reduzir as desigualdades e atuar na promoção de uma gestão sustentável dos recursos naturais. - Defender a democracia e o Estado de Direito como elementos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável. |

Fonte: Documentos no corpo do quadro, elaborado pela autora.

5.2 O Banco Mundial e os primórdios do projeto imperialista para a educação dos países em condição de “subdesenvolvimento forçado”.

Tida como uma das mais importantes agências multilaterais, O Banco Mundial executou, nas últimas décadas do século XX, o papel crucial na reestruturação das economias endividadas de capitalismo periférico, através da implantação dos preceitos neoliberais. Ante a necessidade de reverter o cenário caótico causado pelo poder devastador da crise do capital que se tornava cada vez mais aguda, o Banco Mundial, de acordo com Leher (1998 apud MENDES SEGUNDO, 2005), muda o seu eixo norteador e passa a atuar na área social, financiando projetos em favor do combate a pobreza extrema. É nesse contexto que a educação se sobressai como a chave para o alívio da pobreza e a ferramenta essencial na luta contra os males da humanidade. Aliado a críticas a não consideração da questão ambiental nos projetos financiados por esse organismo, de crítico ferrenho o Banco passa a incorporar o discurso em torno dos preceitos do desenvolvimento sustentável, nos seus documentos relativos à assessoria dada ao desenvolvimento e ao desenho das políticas sociais, dentre elas o projeto global em torno de doses homeopáticas de Educação para Todos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Roosevelt, o então presidente dos Estados Unidos, convocou quarenta e quatro delegações e um país neutro (Argentina) para discutirem

propostas acerca de um novo desenho econômico internacional a ser concretizado depois do término desse conflito. Essas discussões foram efetuadas na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944 na cidade de Bretton Woods (Estado de New Hampshire, Estados Unidos). Entretanto, mesmo com a aparente abertura a participação, as negociações iniciadas em 1942 foram lideradas e duramente disputadas pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos, representados, respectivamente, por Keynes e Harry White que definiram os aspectos mais importantes. Tendo como marca explícita uma evidente disparidade de poder, a Conferência de Bretton Woods foi marcada pela já quase consolidada hegemonia estadunidense, que veio a se tornar efetiva após o fim da Segunda Guerra Mundial. Diante do cenário de destruição dos países europeus, do contingente de mortos da guerra da URSS e da subjugação colonial de muitas nações aos países ocidentais, os Estados Unidos, além de não terem vivenciado nenhum ataque ao seu território, haviam superado a depressão de 1929 que se arrastara ao longo de toda a década de 1930 (PEREIRA, 2009; PEREIRA e PRONKO, 2014).

Ao analisar seis dimensões da história desse organismo como organização multilateral com ações de cunho político, intelectual e financeiro, Pereira (2018) evidencia que a primeira dimensão se refere ao fato de o Banco compor a estrutura que conforma o poder global estadunidense. Os Estados Unidos sempre foram o maior acionista e o Estado nacional com maior poder de influência e único com poderio de veto. Ao longo do tempo, pode -se dizer que houve uma relação de mútua influência entre o país que ocupa o centro do império e esse organismo internacional multilateral, em que um reforça o poderio do outro. A malha de relações estabelecidas entre o Banco Mundial e os Estados Unidos foi fundamental para o crescimento da influência das políticas e ações do Banco. Em contrapartida, esse país colheu os fartos frutos das ações políticas e econômicas do Banco, se beneficiando destas mais do que os outros países membros. Levando em consideração o que na nossa compreensão seria uma mútua influência não se pode concluir, conforme o referido autor, que esse organismo tenha um papel passivo diante do poder estadunidense. O Banco apresenta uma estrutura burocrática complexa, uma organização voltada para o atendimento dos seus interesses e estratégias para amenizar as imposições emanadas dos Estados Unidos. Todavia, esse país pode utilizar o poder financeiro e de voto que detém e determinar os rumos da instituição. Ao longo do tempo a política estadunidense destinada ao Banco foi palco de disputas entre diferentes interesses econômicos e políticos no tocante à cooperação

multilateral e a ajuda voltada ao desenvolvimento. Ao detalhar essas disputas em outro artigo que remonta a sua tese de doutorado, Pereira (2014) expõe que

Até o final dos anos 1960, essa disputa se dava longe das vistas do Congresso e da opinião pública daquele país. Com o passar do tempo, porém, ela passou a envolver um número cada vez maior de atores. A derrota no Vietnã e a situação econômica e política do país na virada dos anos 1960 para os anos 1970 convergiram para pôr fim ao consenso bipartidário vigente desde 1947 no que tange à política externa, alimentando críticas à ajuda externa ao desenvolvimento por parte de conservadores e liberais. Nesse rastro, a vigilância do Congresso sobre a política externa dos Estados Unidos pouco a pouco alcançou o BM, abrindo gradativamente pontos de entrada para que interesses variados influenciassem as provisões americanas para a instituição. O ativismo do Congresso criou oportunidades para que grupos políticos e organizações não governamentais (ONGs) daquele país passassem a agir por dentro do parlamento, com o objetivo de influenciar a política americana para o BM. Desde então, o Congresso americano tornou-se alvo de *lobbies* e campanhas públicas que o converteram no único parlamento cujos trâmites de fato têm peso sobre as pautas e as formas de atuação do BM. (p. 20)

Embora o Banco Mundial tenha sido criado juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na Conferência de Bretton Woods (1944) com a finalidade de reconstruir os mercados dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial, mudou sua atuação a partir do final da década de 1960. Cresceu em tamanho e poderio e desempenha uma quantidade crescente de funções desde que começou a operar em 1946, se constituindo enquanto organização mais complexa do que a que foi criada em Bretton Woods. Ao longo da sua história o Banco se constituiu enquanto organismo que atua no âmbito político, intelectual e financeiro, combinando de forma singular esses papéis através da formulação de políticas, do fornecimento de assessoria técnica para a definição de políticas públicas, da disseminação de ideias e estudos normativos sobre desenvolvimento capitalista e mediante a concessão de empréstimos (PEREIRA, 2014).

Pereira (2018) chama a atenção para alguns aspectos importantes no tocante às produções intelectuais do Banco. Embora dissemine a aparência de excelência técnica as pesquisas realizadas por esse organismo se caracterizam pela normatividade, de modo a induzir a adesão a sua agenda política. Essas produções não se submetem aos critérios do campo científico (revisão de ideias, pluralidade de evidências e visão ampla destas), se baseando amplamente em pesquisas anteriores elaboradas pelo próprio Banco ou por ele encomendadas. Como maior liderança em políticas globais de desenvolvimento, atualmente, sua presença é mais enfática nos países de periferia do capital, em prol da redução da

pobreza. O crescimento gradativo da sua carteira de empréstimos se deu conjuntamente a atuação em outras áreas, não se restringindo somente à infraestrutura e energia, mas contemplando também política econômica, educação, saúde, habitação, meio ambiente, administração pública e reconstrução de países afetados por conflitos.

O Banco Mundial é composto por duas organizações, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que dão corpo, juntamente a um conjunto de entidades cujas funções se articulam, ao Grupo Banco Mundial (GBM). O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento é a instituição mais antiga do Grupo Banco Mundial cuja estrutura organizativa e funções permanecem em essência as mesmas do acordo de fundação do Banco. Foi fundado em 1944 na Conferência de Bretton Woods junto ao FMI, organismo financeiro ao qual se articula intimamente, já que para uma nação se tornar membro do BIRD precisa estar vinculado ao Fundo. Com sede em Washington, começou a operar em 1946. Embora, em 1948, desse início à concessão de empréstimos a nações tidas como menos desenvolvidas, os seus empréstimos se concentraram até o final da década de 1950 nos países capitalistas avançados. Atualmente possui 187 membros, se tratando de uma organização mundial que atua na concessão de empréstimos em condições bem próximas às do mercado financeiro internacional a Estados que possuem renda média ou baixa, fornece garantias, produtos voltados para a gestão dos riscos e assessoria técnica (PEREIRA, 2009; PEREIRA, 2014).

A Associação Internacional de Desenvolvimento foi criada em 1960 para conceder empréstimos de longo prazo com baixíssimas ou nulas taxas de juros para governos e instituições públicas de países pobres que não tinham condições de conseguir empréstimos no mercado internacional e nem possuíam condições de serem elegíveis a candidatos ao financiamento do BIRD. A criação dessa instituição no interior do grupo trouxe mudanças significativas na natureza do Banco. Atualmente possui 170 membros e fornece empréstimos de longo prazo com baixas taxas de juros a países pobres que não tinham acesso ao mercado de capitais e que se comprometam a implementar políticas econômicas tidas como sólidas (PEREIRA, 2009; PEREIRA, 2014).

As demais instituições que compõem o Grupo Mundial são: Corporação Financeira Internacional (CFI), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CICDI), Instituto do Banco Mundial (IBM) e Painel de Inspeção. A CFI surgiu em 1956 enquanto organização que visava complementar a atuação do BIRD cujo objetivo se voltava para o financiamento e

apoio à expansão do setor privado, tanto em escala nacional, como internacional, e em nações pobres e de renda média. Empréstima recursos a longo prazo e fornece consultoria a empresas privadas dos referidos países, se configurando como a mais importante fonte multilateral para esse tipo de empréstimo. Atualmente conta com 182 membros e sua política de empréstimos se vincula com a macropolítica do Banco Mundial, embora possua independência em termos legais, técnicos e financeiros.

A AMGI foi criada em 1988 e atualmente possui 174 membros. Tem como objetivo ofertar garantias contra os riscos políticos com a finalidade de atrair investimento estrangeiro para os países em desenvolvimento. Presta assistência técnica e intelectual a governos com o intuito de fomentar estratégias para atrair investimentos, promover novas oportunidades comerciais e fornecer seguro contra possíveis riscos políticos. A CICDI foi criada em 1966 e tem a função de fornecer serviços de conciliação e arbitragem de litígios acerca de investimentos estrangeiros e os Estados nacionais que vão recepcionar esses investimentos. Possui 143 membros e assim como a CFI amplia a esfera de atuação do Banco Mundial, embora se constitua enquanto entidade autônoma. É dirigido pelo presidente do Banco e conta com a representação de cada nação signatária. O IBM foi criado em 1955 com a designação de Instituto de Desenvolvimento Econômico. No processo de sua instauração contou com o apoio financeiro e político das Fundações Rockefeller e Ford. A partir do ano 2000 passou a ser denominado Instituto do Banco Mundial. Está localizado na sede do Banco em Washington e tinha como finalidade inicial a formação e o treinamento de quadros políticos e técnicos em âmbito local de modo a instrumentaliza-los para a execução de políticas econômicas domésticas, projetos e programas voltados para o desenvolvimento capitalista em países periféricos. Todavia, com o passar do tempo as atividades formativas passaram a contar também com a participação de ONGS, pessoas da academia, professores secundaristas, estudantes e quadros do próprio Banco, além da participação de técnicos e pessoas do governo. A maior parte dos recursos dessa organização advém do BIRD. Outra parte é oriunda de doações, sócios, organismos multilaterais e bilaterais, fundações e organizações públicas e privadas. O Painel de Inspeção foi criado em 1993 com a função de investigar denúncias ligadas as implicações não satisfatórias dos projetos financiados pelo Banco Mundial no que diz respeito ao não cumprimento dos procedimentos e regras emitidas por esse organismo. As denúncias só devem ser levadas ao Painel quando não tiverem obtido retorno do Staff ou da gerência do Banco. Os membros dessa espécie de Foro são nomeados pela presidência do Banco e posteriormente aprovados pela diretoria executiva. As ações

efetuadas pela CFI e pela AMGI não estão incluídas no rol de responsabilidade do Painel (PEREIRA, 2009; PEREIRA, 2014).

Departamentalizado em várias instituições internas, conforme detalhado acima, o Banco Mundial procurou ao longo dos anos aplicar a sua política para os países pobres, buscando impor condições necessárias para a inserção dessas nações no chamado mundo globalizado, bem como garantir o pagamento da dívida externa dos países devedores. Assim sendo, o Banco direcionou sua proclamada ajuda financeira e técnica com o intuito de preparar esses países para o novo momento vivenciado pelo capital.

Um aspecto relevante no tocante à trajetória política desse organismo de natureza internacional, diz respeito ao trato com a concepção de desenvolvimento sustentável. No início da década de 1980 os projetos financiados pelo Banco foram alvos da crítica e da pressão ambientalista, proferida por Organizações não Governamentais (ONGs) estadunidenses. Essa pressão foi reforçada no cenário das discussões sobre a problemática ambiental conduzida pela Comissão Brundtland nos anos de 1986-1987, da qual derivou o estudo “O futuro que queremos” e o termo desenvolvimento sustentável anteriormente citado, mediante a defesa de uma concepção de desenvolvimento que abarcasse a dimensão econômica, social e ambiental. Além da influência das ONGs na política americana para o Banco, o Tesouro estadunidense também efetuou pressões por mudanças ambientais a partir de 1986, já que para que esse organismo obtivesse aumento do capital do Bird era necessário que essa proposta passasse por votação no Congresso dos Estados Unidos (um dos principais acionistas do Banco), o que levou o Tesouro a respaldar a proposta ambientalista. Nessa negociação, a direção do Banco aceitou dar ênfase à proteção ambiental em todos os seus níveis de atuação. No início da década de 1990 cresce a vulnerabilidade do Banco às críticas destinadas a sua atuação na questão ambiental no âmbito do financiamento de projetos. Nesse cenário, esse organismo passa por mudanças internas, inclusive com a contratação de ativistas de ONGs ambientalistas. Pouco antes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (a ECO-92), o Banco elaborou um Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, que buscou articular a concepção de desenvolvimento sustentável com os pressupostos do programa neoliberal. Esse relatório serviu para auxiliar diretamente na mudança da sua imagem desgastada e na sua constituição como liderança em torno das elaborações intelectuais sobre meio ambiente. A partir de então, e com algumas mudanças administrativas, o Banco Mundial respondeu as críticas ambientais aumentando a quantidade de projetos financiados nessa esfera e a quantidade de publicações, se conformando enquanto

autoridade na produção de pesquisas em torno do meio ambiente, acomodando essas ações ao programa neoliberal (PEREIRA, 2014).

Cabe aqui contextualizar, que a situação preocupante em que o mundo capitalista estava mergulhado e a crise de endividamento da América Latina e da África abriram as portas para o Banco Mundial, como representante dos interesses dos países hegemônicos, assumir a posição de reestruturador das economias das nações ditas em desenvolvimento, por meio da adesão dessas às condicionalidades exigidas para a concessão de empréstimos, através dos Programas de Ajuste Estrutural. As determinações contidas no ajustamento estrutural do capital, dentro da nova ordem neoliberal, estabeleciam um conjunto de reformas a serem conduzidas em todas as instituições, cuja meta principal era fomentar “o aumento das exportações, o corte radical dos gastos públicos e a garantia do pagamento dos juros da dívida pública externa”. (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 53)

No entanto, as consequências sociais nefastas desse programa, fizeram com que o Banco mudasse o seu foco de atuação, passando a fornecer empréstimos direcionados a projetos de cunho social, cuja finalidade era administrar conflitos e aliviar tensões, sob uma ótica de reduzir a pobreza nos países envolvidos. Nesse contexto, a educação se consolida como importante mecanismo no desenvolvimento da sustentabilidade econômica e no atendimento aos interesses do mercado. Essa política, conforme Leher (1998 apud MENDES SEGUNDO, 2005), teve início ainda na gestão Woods (1963- 1968), sendo consolidada efetivamente na gestão Mcnamara (1968- 1981).

Leher (1999) esclarece que a concepção educacional desse organismo, na década de 1970, defendia escolas de nível técnico e profissional, por considerá-las modalidades mais adequadas ao desenvolvimento capitalista. Com a supremacia neoliberal, nos anos 1980, a ênfase é deslocada para o ensino elementar. Já na década de 1990, essa orientação não só é reafirmada, como também apresenta uma face mais radical. Em princípio, a educação não se encontrava na agenda de prioridades desse organismo, que a considerava uma atividade sem importância. Conforme Leher (1999, p.2)

A educação está inscrita nas políticas de “aliviamento” da pobreza, como ideologia capaz de evitar a “explosão” dos países e das regiões periféricas e de prover o neoliberalismo de um porvir em que exista a possibilidade de algum tipo de inclusão social: todo aquele que se qualificar poderá disputar, com chance, um emprego no novo “capitalismo intelectual”, nos termos de um dos editores da Fortune, T. Stewart (1998).

O autor ainda menciona que sob as circunstâncias da hegemonia neoliberal, a teoria do capital humano é retomada, ressaltando o retorno econômico do ensino fundamental e a sua propagação como aspecto primordial para garantir a inserção dos países na nova ordem mundial, denominada globalizada. Assim, a educação elementar se transformou no melhor remédio para solucionar os problemas iminentes da própria dinâmica da expansão capitalista.

Mendes Segundo (2005) expõe que a valorização do ensino fundamental partiu do então presidente Robert Mcnamara, que reestruturou a política desse organismo, de forma que o desenvolvimento das nações periféricas se baseasse em baixos custos, ou seja, o objetivo era gerar empregos com o mínimo de investimentos. A autora também afirma que o Banco declara que os sistemas educacionais dos países periféricos são ineficientes como os Estados providenciais e por isso precisariam de reformas.

O pacote de diretrizes educacionais orquestradas pelos principais organismos internacionais do sistema Nações Unidas sob a regência e financiamento do Banco Mundial deu corpo a um movimento mundial de reforma, cuja meta principal era o alcance da universalização da educação elementar nos países pobres. Sob o lema de uma pretensa “Educação para Todos” (EPT), em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), associa-se educação, alívio da pobreza extrema e desenvolvimento econômico capitalista, em um cenário de aprofundamento das contrações sistêmicas do capital. À educação cabe solucionar as consequências econômicas, sociais políticas e ambientais advindas da crise crônica desse sistema sociometabólico incontrolável (MÉSZÁROS, 2011).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990) são derivados da Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jomtien na Tailândia, que marca o início do movimento de EPT. Esse evento foi organizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o financiamento do Banco Mundial e contou com a participação de 157 países membros da Unesco.

Nesse documento basilar, que vai servir de referencial para os documentos posteriores e para a reforma educacional a ser conduzida nas nações periféricas, a educação básica aparece como etapa capaz de gerar o desenvolvimento sustentável com o mínimo de

custos. Na realidade, a defesa da universalização de uma educação mínima e fragmentária é o eixo principal desse pacto internacional, com o qual se articulam outras metas, a exemplo da paridade de gêneros, da educação e cuidados na primeira infância (ECPI) e da diminuição do analfabetismo.

De acordo com esse documento, a falta de uma educação básica para a grande parcela da população impede que vários problemas de ordem econômica, social, ambiental e política sejam enfrentados, e ao mesmo tempo esses problemas atrapalham os esforços em satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem, que se restringem a um pequeno conjunto de habilidades instrumentais para o trabalho em uma sociedade com um alto patamar de evolução das forças produtivas.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (UNESCO, 1990, p.4)

Dessa forma, a educação básica seria o alicerce para o desenvolvimento e a aprendizagem em caráter permanente. A satisfação dessas necessidades possibilita a responsabilidade do desenvolvimento da herança cultural, da promoção da educação dos outros, da defesa da justiça social, da preservação do meio ambiente, da tolerância diante das diferenças e do empenho pela paz e pela solidariedade internacional.

No período de dez anos após a Conferência de Jomtien, a Unesco realizou inúmeros eventos de Educação para Todos em diversas nações ditas em desenvolvimento. Estes tiveram o intuito de avaliar os progressos obtidos e cobrar empenho tanto dos governos, da sociedade, como apoio internacional para a concretização dos objetivos traçados, visando promover limitadas oportunidades educacionais para todos os indivíduos, sobretudo os grupos excluídos, possibilitando a falaciada conquista da cidadania e a efetivação de um direito fundamental intimamente vinculada ao alívio da pobreza. Dentre os eventos ocorridos na década de 1990 destacamos a reunião dos chefes de Estado dos nove países ditas em desenvolvimento mais populosos do mundo (Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão, Índia) que se reuniram para reiterar as metas

definidas em Jomtien e na Cúpula Mundial da Criança. A Declaração de Nova Delhi, resultante desse evento, estabeleceu o prazo até o ano 2000, para a garantia de educação de crianças, jovens e adultos; a eliminação das disparidades de acesso ao ensino básico; a melhoria da qualidade e da relevância dos programas de educação básica; o aumento dos recursos nacionais e comunitários para esse nível de ensino e gerenciamento eficaz dos recursos já disponíveis e a mobilização dos diversos setores sociais em prol da concretização da Educação para Todos.

Passados dez anos da realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, foi realizado o Fórum Mundial de Educação em Dakar, que reiterou o espírito de Jomtien, e estabeleceu seis metas que podem ser sintetizadas da seguinte forma: Cuidados e Educação na Primeira Infância, Educação Primária Universal, Habilidades de Jovens e Adultos, Alfabetização de Adultos, Paridade e Igualdade de Gênero e Qualidade da Educação (UNESCO, 2014). Assim, o Marco de Ação de Dakar ressalta que

A educação é um direito humano fundamental e **constitui a chave para um desenvolvimento sustentável**, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização. Não se pode mais postergar esforços para atingir as metas de EPT. As necessidades básicas de aprendizagem podem e devem ser alcançadas com urgência. (UNESCO, 2000, p. 8, grifos nossos)

O Marco de Ação de Dakar reafirma a concepção de educação defendida em 1990, aliado aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), enfatizando o seu papel na construção de indivíduos autônomos, em face das novas exigências sociais e econômicas colocadas pelo século XXI, e na transformação social. O documento enfatiza que sem medidas que visem acelerar o alcance de uma educação para todos, as metas nacionais e internacionais em torno do alívio da pobreza não serão concretizadas o que contribui decisivamente para o aumento das desigualdades entre as nações e no interior destas. Dessa forma, haveria uma relação simbiótica entre redução da pobreza e universalização da educação elementar, em que uma atuaria diretamente no avanço e na consolidação da outra. Ambos compromissos internacionais foram assumidos pelo Brasil¹¹² e pelos outros países

¹¹²No Brasil, as recomendações da Conferência Mundial de Educação para Todos foram traduzidas na aprovação do Compromisso Nacional de Educação para Todos, no Plano Nacional de Educação para Todos, ambos de 1993 e na Conferência Nacional de Educação para Todos realizada em 1994 (BRASIL. MEC. 2014). A

membros da Unesco, norteando os contornos das políticas educativas estabelecidas nos países em condição de subdesenvolvimento forçado sob a égide do Estado neoliberal.

A educação, começando com a assistência e educação das crianças pequenas e continuando pela aprendizagem durante a vida toda, é essencial à outorga de poder ao indivíduo, à eliminação da pobreza no nível da família e da comunidade, e ao desenvolvimento social e econômico mais amplo. Ao mesmo tempo, a redução da pobreza facilita o avanço na direção das metas da educação fundamental [...] (UNESCO, 2000, p. 22)

A Declaração traz uma avaliação das metas de EPT no ano 2000 evidenciando que em um contingente de milhões de crianças com menos de seis anos, menos da terça parte tinha acesso a algum tipo de educação pré-primária; que milhões de crianças, em sua maioria meninas, não tinham acesso à escola primária e que ainda havia milhões de analfabetos nos países pobres, em sua maioria do gênero feminino. De acordo com o documento, esses números demonstravam a negação do direito à educação e se constituíam como os maiores obstáculos à erradicação da pobreza e ao alcance do desenvolvimento sustentável, o que deixa explícito que o problema da pobreza aparece sempre vinculado intimamente à promoção da sustentabilidade nos países pobres.

Segundo esse documento, a globalização seria vista como um processo positivo, se constituindo enquanto uma oportunidade e um desafio, devendo ser adaptada para proporcionar equidade e sustentabilidade econômica. A revolução nas tecnologias da

reforma educacional que se seguiu a reforma do Estado brasileiro, trouxe novos instrumentos legais, a exemplo da Lei de Diretrizes de Bases e da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, e do Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 10.172/2001. Em 2014, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), seguindo as recomendações da Unesco, produziu um documento nacional preliminar intitulado “Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015”. Esse documento apresentou a sistematização de um balanço em relação ao cumprimento de cada uma das seis metas de EPT estabelecidas em Dakar cujo prazo acordado chegaria ao fim em 2015. Nessa direção “A ideia é que esse documento nos permita avaliar o caminho seguido pelo País desde 2000, as políticas e os programas implementados e seus principais resultados. Tal relatório servirá de subsídio para a elaboração do relatório da América Latina, e os relatórios das diversas regiões do mundo contribuirão para uma avaliação da situação do conjunto de países participantes desse compromisso” (BRASIL. MEC. 2014, p. 4). O referido documento analisa os resultados obtidos (o que se alcançou) e as estratégias (como se alcançou) em torno das seis metas de Dakar, contextualizando no início, as iniciativas e o engajamento do Brasil em torno da agenda internacional de EPT desde Jomtien. Enfatiza que o país tem buscado responder aos desafios postos em Dakar através das políticas de educação, inclusive através de algumas metas do PNE 2014-2024 que naquele momento se encontrava em processo de tramitação e já demonstrava profundas interfaces com os objetivos de EPT. De acordo com esse relatório a articulação dessas metas com os objetivos desse movimento internacional evidencia a permanência dos desafios no tocante ao compromisso estabelecido em Dakar. A sistematização desses dados serviu de base para a elaboração do relatório da América Latina que auxiliou na condução em torno dos objetivos de educação no interior dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

informação estaria na base da globalização que teria o poder de auxiliar na redução da pobreza e das desigualdades, e na utilização das novas tecnologias na educação elementar. No entanto, haveria um lado negativo no processo de globalização. Ele traria uma tendência à criação de um mercado do conhecimento que marginalizaria a população pobre. O acesso dos pobres e marginalizados a educação fundamental seria a solução para o problema da exclusão em uma economia global cada vez mais próspera baseada no conhecimento (UNESCO, 2000). Em consonância com os pressupostos da ideologia da globalização, esta seria concebida como um impulso de integração planetária que não pode ser controlado associado ao discurso de que o motor do desenvolvimento e da produção da riqueza seria o conhecimento.

Nesse contexto, uma visão ampla acerca da erradicação da pobreza exigiria estratégias educacionais complementares às do âmbito produtivo e de outros serviços sociais. Assim, seria necessário promover a integração entre as estratégias voltadas para o ensino elementar e as iniciativas nacionais e internacionais que atuam de forma mais ampla em torno do alívio da pobreza, bem como promover a criação de sistemas educacionais inclusivos que tenham como foco central o atendimento das necessidades dos pobres e dos marginalizados, respondendo a eles de forma flexível (UNESCO, 2000).

Após o Fórum Mundial de Educação de Dakar foram realizados outros eventos de menor abrangência. Como exemplo podemos citar a XIII Conferência Ibero-americana de Educação, realizada na Bolívia, em 2003, da qual derivou a Declaração de Tarija e a Quarta Reunião do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos, realizada no Brasil, sob a coordenação do MEC/ Unesco, em 2004, da qual derivou a Declaração de Brasília. A Conferência citada contou com a participação de ministros e ministras da educação da Ibero-América. Estes por sua vez, reiteraram o papel fundamental da educação na redução das desigualdades sociais e na promoção da inclusão social, reconhecendo também o lugar de destaque que ela deve ocupar nas políticas públicas, atribuindo relevância especial à escola e à condição docente. A Quarta Reunião do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos contou com a participação de Chefes de Estado, Ministros, dirigentes de organismos internacionais, dirigentes de organizações não-governamentais e funcionários de alto nível de agências internacionais, convocados pelo então Diretor-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuuro.

Haja vista a permanência dos desafios referentes ao alcance das metas de EPT, constatada em Dakar, o Banco Mundial, por meio da Unesco, passou a monitorar as ações

desenvolvidas no âmbito das políticas educacionais de cada país comprometido com a concretização, até 2015, dos objetivos traçados. A partir de 2002, a Unesco passou a publicar Relatórios de Monitoramento Global de Educação para Todos¹¹³, que traziam um panorama da situação dos países e dados sobre o empenho dos governos, da sociedade e da iniciativa internacional na efetivação dos compromissos firmados. Os relatórios são elaborados por escritórios independentes responsáveis pela coleta e organização dos dados, com autorização da Unesco e envolve a colaboração de membros da equipe do relatório, agências, instituições e governos. Embora esteja a frente da publicação desses documentos desde o início, esse organismo se isenta de qualquer responsabilidade em relação ao conteúdo e opiniões contidas nos relatórios que expressariam apenas a opinião do diretor responsável pela equipe que o elaborou, conforme consta na contra capa de todos os referidos documentos. A cada ano o relatório contemplava uma temática diferente, em sintonia com as seis metas estabelecidas em Dakar, além de trazer um panorama geral da situação dos países pobres que aderiram ao compromisso no tocante à concretização das metas, destacando os desafios encontrados com o intuito de fazer recomendações para a Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável a ser estabelecida pós- 2015.

O último Relatório publicado em torno do monitoramento das metas estabelecidas em Dakar teve como título: *Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios*. Esse documento ressalta o empenho da sociedade civil, dos governos e da iniciativa internacional apontando que embora tenham sido efetuados progressos com resultados considerados moderados desde os anos 2000, ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito ao alcance da Educação para Todos. Nesse sentido, alguns problemas e desafios permanecem para a próxima agenda global pós- 2015. O Relatório lança luz sobre sua experiência no monitoramento, avaliação e análise como fonte de apoio para o estabelecimento de novas políticas, exaltando sua qualificação no que diz respeito à elaboração de recomendações para o âmbito da educação em torno da agenda de desenvolvimento sustentável. De acordo com

¹¹³Em ordem cronológica os relatórios publicados em referência a avaliação das metas estabelecidas em Dakar foram: (2002) *Educação para Todos: o mundo está no rumo certo?*; (2003/4) *Gênero e Educação para Todos: o salto para a igualdade*; (2005) *Educação para Todos: o imperativo da qualidade*; (2006) *Alfabetização para a vida*; (2007) *Bases sólidas: cuidados e educação na primeira infância*; (2008) *Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?*; (2009) *Superando a desigualdade: por que a governança é importante*; (2010) *Alcançar os marginalizados*; (2011) *A crise oculta: conflitos armados e educação*; (2012) *Juventude e habilidades: colocando a educação em ação*; (2013/4) *Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos*; (2015) *Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios*.

essas recomendações, as novas metas voltadas para a educação devem ter um caráter específico e serem mensuráveis. A prioridade deve ser dada aos desafios que permanecem, em especial aos grupos que ainda se encontram marginalizados do direito à educação e ações de financiamento mais eficientes, principalmente para as nações mais necessitadas. Por fim, afirma que o Relatório e sua equipe independente darão continuidade ao monitoramento e à produção de análises e recomendações após 2015, asseverando que muito ainda precisa ser feito para garantir uma aprendizagem ao longo da vida, já que o investimento mais significativo e com resultados de longo prazo são aqueles voltados para os direitos humanos, inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Em síntese o Quadro 2 abaixo, expressa as principais metas de Jomtien, Dakar e INCHEON, articuladas a premissa da sustentabilidade econômica.

Tabela 2 – Síntese das Metas de Educação para Todos articuladas a sustentabilidade

| EVENTOS /PERÍODO | METAS | ARTICULAÇÃO EDUCAÇÃO COM SUSTENTABILIDADE |
|--|--|--|
| DECLARAÇÃO DE JOMTIEM (1990) | <ul style="list-style-type: none"> - Defesa da universalização da educação; - Paridade de gêneros - Educação e cuidados na primeira infância (ECPI) e da diminuição do analfabetismo. | Não faz referência direta a categoria da sustentabilidade, embora relacione educação e pobreza. |
| MARCO DE AÇÃO DE DAKAR (2000) | <ul style="list-style-type: none"> - Cuidados e Educação na Primeira Infância, -Educação Primária Universal, - Habilidades de Jovens e Adultos, - Alfabetização de Adultos, -Paridade e Igualdade de Gênero e Qualidade da Educação | A educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável , assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização. |
| DECLARAÇÃO DE INCHEON E O MARCO DE AÇÃO PARA A EDUCAÇÃO 2030 (2015) | <p>Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza.</p> <p>Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida</p> | A educação é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. |

Fonte: Documentos no corpo do quadro, elaborado pela autora.

5.3 A insustentabilidade predominantemente destrutiva do capital e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A nova Agenda Internacional de Educação pós 2015 deriva de uma agenda global para o desenvolvimento internacional, que viria a substituir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, bem como dar continuidade às metas não atingidas por esse compromisso. A Declaração resultante da Conferência Rio +20 denominada de *O Futuro que Queremos*, conforme já mencionado no tópico 5.1, lança as bases para o estabelecimento de novas metas, voltadas especificamente para o desenvolvimento sustentável, reiterando os compromissos anteriores, firmados desde 1992. Nessa direção, consolidou-se um processo intergovernamental que norteou as ações da comunidade internacional ao longo dos três anos seguintes, dando início a uma consulta global para a instauração de um conjunto de objetivos universais de desenvolvimento sustentável pós 2015.

Em setembro de 2015, na cidade de Nova York, reuniram-se representantes dos 193 países-membros da ONU e adotaram o documento *Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Segundo o próprio documento, esse compromisso é um plano de ação voltado para o bem-estar do planeta e das pessoas, tendo como cerne o reconhecimento de que o alcance do desenvolvimento sustentável tem como fundamento essencial a erradicação da pobreza, incluindo da pobreza extrema, que se coloca como um dos maiores desafios globais da atualidade (ONU, 2015). Esse plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com 169 metas que se dizem destinadas à erradicação da pobreza, à promoção da dignidade para todos, considerando os limites postos pelos recursos naturais do planeta. Estes objetivos são:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015)

Essa concepção de desenvolvimento sustentável remonta ao documento *Nosso Futuro Comum* (1987), que conforme já analisado anteriormente, contempla a dimensão econômica, social e ambiental, cujo eixo central seria a erradicação da pobreza, principalmente nos países pobres. De acordo com essa concepção, a dimensão econômica, contemplaria a produção da riqueza social respeitando os limites postos pelos recursos naturais. Já a dimensão social abarcaria a igualdade de condições de acesso aos bens produzidos, emprego e condições dignas de trabalho. A dimensão ambiental faz referência ao uso consciente dos recursos renováveis e não renováveis do planeta, no âmbito do processo produtivo de modo geral.

O caráter insustentável do capital e, hoje também predominantemente destrutivo, torna ilusório a defesa de qualquer proposta de sustentabilidade nos marcos desse sistema de controle incontrolável. Segundo Mészáros (2011), o alcance de uma produção verdadeiramente sustentável e viável, levando em consideração a finitude dos recursos materiais e a função potencializadora do trabalho, só seria possível com a retomada do controle da produção pelos produtores livremente associados. A crise estrutural torna mais aguda e explícita a insustentabilidade do capital, disseminando as suas consequências sobre a totalidade social de diferentes formas e em amplas proporções.

Na reprodução material da existência, que detém a raiz ontológica dos demais complexos sociais parciais, essa insustentabilidade aparece na forma de uma produção e reprodução destrutiva, no rol da fase mais perigosa do imperialismo, conforme já demonstrado. Essa produção que se autoconsome, mediante financiamento direto do Estado

moderno para bancar altíssimos gastos militares, é levada a cabo por um punhado de grandes corporações de armamentos, aliada com a hipertrofia da esfera financeira que infla o capital fictício. A expansão especulativa está associada ao fracasso da acumulação do capital no setor produtivo e é a forma mais fetichizada de acumulação do capital, que se alimenta da riqueza advinda de investimentos e da alta exploração do trabalho (ANTUNES, 2011; MÉSZÁROS, 2011). No âmbito do trabalho a precarização, a superexploração (com o aparecimento cada vez maior da mais-valia absoluta, inclusive nas democracias ocidentais tidas como as mais avançadas) e a tendência ao aumento da composição orgânica do capital que expressa a tendência a taxa de utilização decrescente da força de trabalho, traz um viés ainda mais desumanizante para o desemprego. Essa realidade tanto demanda como expõe a fragilidade do discurso que vincula a reedição da Teoria do Capital Humano com a possibilidade da educação fornecer meios, para o que nos documentos da ONU relativos as conferências de desenvolvimento sustentável, aparece como “trabalho decente” e “emprego digno”.

Os índices positivos relativos ao emprego advindos da expansão do pós-guerra, não só não puderam ser retomados, como o contingente de desempregados cresceu e cresce vertiginosamente também nos países desenvolvidos. Diante do desenvolvimento regressivo do capital, o desemprego aparece sob a roupagem de desemprego estrutural, como já foi exposto no tópico anterior, que associado ao aumento da concentração de renda leva ao crescimento incomensurável da pobreza e da distância entre os mais ricos e os mais pobres. A gravidade desse fato e o risco iminente de uma erupção social levou a atuação de organismos financeiros internacionais, em particular o Grupo Banco Mundial, na disseminação de metas e estratégias de alívio da pobreza entre a década de 1970 e 1980. Essa ênfase em prol do alívio da pobreza também esteve associada às severas implicações das políticas de Ajuste Estrutural impostas pelos Estados Unidos, através do Banco, às nações pobres e devedoras.

Ao problematizar, mediante uma análise marxista radical, a racionalidade profundamente irracional da lógica de reprodução do capital enquanto sua própria causa, Mézáros (2011) aponta a contradição entre o auge da produção da abundância e a negação da satisfação das necessidades mais básicas da esmagadora maioria produtora da riqueza social.

Alguém pode pensar numa *maior acusação* para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: *no auge de seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global* e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas por todo o mundo? Essa é a natureza do sistema que se espera salvar agora a todo custo, incluindo a atual “divisão” do seu custo astronômico. (MÉSZÁROS, 2011, p. 21. Grifos do autor)

Mészáros (2003) destaca a piora das condições de vida em todo o mundo, incluindo os países de capitalismo avançado, como um dos efeitos da crise estrutural do capital. Ele ressalta que mesmo no país mais rico do mundo, os Estados Unidos, houve uma profunda deterioração destas condições. Em janeiro de 2017, coincidindo com a Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial em Davos, a OXFAM, publicou mais um relatório sobre a desigualdade econômica mundial utilizando-se de dados do relatório Global Wealth Databook do Banco Credit Suisse e da lista de bilionários da revista Forbes. A OXFAM é uma confederação global que reúne 19 organizações não governamentais e atua em 93 países, com o discurso de combater a pobreza, a desigualdade e as injustiças sociais a nível mundial. Possui mais de 10 mil funcionários e 55 mil voluntários pelo mundo afora. A OXFAM Brasil(↔) é uma entidade sem fins lucrativos, membro dessa Confederação desde 2014 e sua sede fica em São Paulo. É composta pelo Conselho deliberativo, conselho fiscal e uma assembleia geral, integrada por brasileiros. Segundo a página dessa organização, ela visa “Contribuir para a construção de um Brasil justo, sustentável e solidário que elimine as causas da pobreza e da desigualdade. Trabalhamos com parceiros e aliados como parte de um movimento nacional e global pela transformação social.”

De acordo com os dados da análise acerca da desigualdade na distribuição de riqueza o relatório da OXFAM, que também utiliza dados do Banco Mundial, identifica o que denomina de “crise de desigualdade global”. Essa crise seria expressa, dentre outros dados, no escandaloso fato de que desde 2015 o 1% mais rico detém a mesma quantidade de riqueza dos 99% mais pobres e no absurdo de os oito homens (brancos e residentes do hemisfério norte) mais ricos do mundo possuírem uma riqueza equivalente ao patrimônio de toda a metade mais pobre da população mundial (3,6 bilhões de pessoas), ou seja, uma cifra em torno de 426 bilhões de dólares. E, embora as análises contidas nesse relatório se limitem a críticas superficiais ao capitalismo, aponta para um aumento ainda maior da concentração de renda afirmando que em breve o mundo terá o seu primeiro trilionário à medida que se anuncia uma tendência para a queda na renda dos mais pobres nos próximos anos. Inclusive, em um

Relatório publicado pela ONU em 2018, chama-se a atenção para o desafio que a desigualdade e o aumento da urbanização põem para os países alcançarem os ODS.

Em contrapartida, e na mesma proporção que já não é mais possível nenhuma concessão para a classe trabalhadora, o capital exige quantidades cada vez mais exorbitantes de ajuda financeira do Estado para nacionalizar a falência do capital. (MÉSZÁROS, 2003). A esse respeito, consideram-se os gastos astronômicos com a produção militarista, tanto em tempos de guerra, como em tempos de paz, a custa dos diversos serviços sociais e do aumento avassalador da concentração de renda e da pobreza. O Relatório da OXFAM sinaliza o aumento da desigualdade e a possibilidade de erradicar parte da extrema pobreza aumentando os tributos e diminuindo alguns gastos, destacando-se dentre estes os gastos militares. Essa solução se mostra ilusória diante da impossibilidade do capital de se reproduzir e de alcançar amplas taxas de lucro sem recorrer à produção militarista, e da relação de complementaridade dialética entre Estado e capital. O próprio Banco ressalta que, caso não sejam despendidos todos os esforços, a meta de erradicação da pobreza não será alcançada até o prazo estabelecido, mesmo sendo ele um organismo que atua na imposição da política externa estadunidense e legitima as suas práticas imperiais também na supremacia do complexo industrial militar.

O cenário nos países pobres é complexo na mesma medida e tão preocupante quanto. Centenas de milhões de pessoas foram retiradas da pobreza nas últimas décadas, o que representa uma conquista da qual o mundo deve se orgulhar. No entanto, uma em cada nove pessoas ainda vai dormir com fome. Se a desigualdade não tivesse aumentado ao longo desse período, outras 700 milhões de pessoas, a maioria mulheres, não estariam vivendo em condições de pobreza atualmente. Pesquisas indicam que três quartos da extrema pobreza poderiam ser efetivamente eliminados imediatamente usando recursos já disponíveis, aumentando a tributação e reduzindo gastos militares e outros gastos regressivos. O Banco Mundial deixou claro que, sem redobrar seus esforços para combater a desigualdade, as lideranças mundiais não alcançarão o objetivo de erradicar a extrema pobreza até 2030. (OXFAM, 2017, p. 2)

Por sua vez, a insustentabilidade ambiental, assim como a social é uma consequência do processo de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida. A produção destrutiva (destruição cotidiana e maciça de vasta quantidade de recursos materiais e humanos) e outras modalidades de destruição (obsolescência planejada, etc) opera uma destruição maciça da natureza como resultado da lógica essencial do capital voltada para a expansão e acumulação incessantes à custa do atendimento das necessidades mais elementares

da maioria da população. Os resultados dessa lógica além de serem irreversíveis já são sentidos em uma escala alarmante, indicando uma tendência sombria para um futuro próximo, já que a esfera do ser social necessita da natureza para a produção da sua existência.

A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição [...] indicam o lado material amedrontador da lógica absurda de desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre com as consequências dos trilhões desperdiçados. O lado humano paralisante desse desenvolvimento é visível não só na obscenidade do “subdesenvolvimento” forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado. (MÉSZÁROS, 2010, p. 80).

Em contrapartida e em total oposição à lógica de desenvolvimento, que marca a produção material no capitalismo, Marx sinaliza para uma outra concepção de riqueza, verdadeiramente sustentável no âmbito econômico e das relações humanas. No livro *Formações Econômicas Pré-Capitalistas* (1985), ele analisa, mediante um brilhante esforço de busca da evolução histórica, as formas de propriedade nas diferentes organizações sociais que antecederam o capitalismo. Ressaltando o caráter social do trabalho e o homem como ser genérico, ele aponta para o horizonte da verdadeira concepção de riqueza concluindo que

[...] a antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece (por mais estreitamente religiosa, nacional ou política que seja a apreciação) como o objetivo da produção parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção. Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtivas, etc, dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais- tanto as suas próprias quanto as da chamada “natureza”? O que é senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade desta evolução a evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos por qualquer padrão *previamente estabelecido*- um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto de tornar-se? (p. 81 e 82. Grifos do autor).

Em “Para além do capital” Mézáros (2011) retoma essa concepção de riqueza e a confronta com a riqueza alienada e fetichizada do capitalismo, diferenciando a “produção de

riqueza e a riqueza de produção” (p.605). No quadro de uma crise sistêmica insolúvel e suas consequências sociais, mediante a tentativa de estabelecimento do Estado do capital global como marca da fase mais fatal do imperialismo, Mészáros (2012) reafirma a centralidade da categoria da revolução e a urgência da busca de uma forma verdadeiramente sustentável de intercâmbio material e humano.

Diante da *crise estrutural* do capital enquanto tal, em contraste com as crises *conjunturais periódicas* do capitalismo observadas no passado, é importante ainda sublinhar que os problemas são fatalmente agravados no estágio atual de desenvolvimento, inserindo na agenda histórica a necessidade de um controle global viável da produção material e dos intercâmbios culturais da humanidade como questão da maior urgência (MÉSZÁROS, 2012, p. 21. Grifos do autor)

Como tentamos demonstrar ao longo de toda a pesquisa, não é possível uma forma de produção verdadeiramente sustentável nos marcos do capital. Isso porque a lógica mais essencial que o preside, advinda da ruptura entre produção e controle rompe com a possibilidade do atendimento das necessidades humanas, resultando na acumulação ampliada, pretensamente infinita, a despeito da finitude dos recursos naturais. Nesse cenário em que se veicula um projeto global que se diz voltado para a sustentabilidade, cujo eixo repousa na erradicação da pobreza, associada a degradação das condições sociais, ambientais e políticas, a educação se sobressai como estratégia central. Dessa forma, perpassa quase todos os ODS e está presente como objetivo do ODS 4 que se desdobra em sete metas (da 4.1 a 4.7) e três metas de implementação (4^a, 4b e 4c), com suas devidas estratégias de implementação, dando corpo a uma nova agenda internacional de educação que mantém traços de continuidade e descontinuidade com o Programa de EPT, vigente desde os anos 1990.

5.4 A agenda imperialista de Educação 2030 e o projeto educativo de (in)sustentabilidade do capital

Em 2014, ocorreu a Reunião Mundial de Educação para Todos, realizada de 12 a 14 de maio na cidade de Mascate em Omã em que foi aprovado o que ficou conhecido como Acordo de Mascate, desenvolvido mediante amplas consultas e que serviu de referência para a elaboração dos objetivos de educação propostos pelo Grupo de Trabalho Aberto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Esta foi a última reunião envolvendo os parceiros

globais que atuaram em prol da agenda de Educação para Todos antes da realização do Fórum Mundial de Educação em 2015. Essa reunião contou com a participação de ministros da Educação, membros da Unesco, organizações regionais do Sistema Nações Unidas, Organizações da sociedade civil, representantes do setor privado, institutos de pesquisa, fundações. A finalidade principal desse evento foi avaliar avanços e os desafios do compromisso estabelecido em Dakar por meio das análises contidas nos Relatórios de Monitoramento Global e nos relatórios de abrangência regional, bem como possibilitar a permanência da agenda de EPT, após 2015. Um dos marcos dessa Reunião foi a permanência dessa agenda através do estabelecimento de um objetivo geral, que se desdobrou em sete metas globais a serem realizadas até 2030.

Em 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, foram concluídas as negociações em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), processo que teve início em 2013, a partir das definições da Conferência Rio+20. Conforme o discurso e a concepção de desenvolvimento sustentável propagada nas Cúpulas de Desenvolvimento Sustentável, estes objetivos têm como foco erradicar a pobreza e proteger o meio ambiente através do enfrentamento das mudanças climáticas. Essa nova agenda para o desenvolvimento sustentável está voltada para dar continuidade e finalizar o trabalho em torno dos ODM, orientando políticas nacionais e atividades de cooperação internacional. Como desdobramento do ODS 4 “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2015, p. 6) foi estabelecido o Compromisso de Incheon 2015-2030. Esse compromisso foi assumido no Fórum Mundial de Educação, realizado na cidade de Incheon, em maio de 2015, na Coreia do Sul, sob a convocação da Unesco e a co-organização do Unicef, Banco Mundial, PNUD, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Esse evento contou com a participação de 120 Ministros da Educação, Chefes e membros de delegações, chefes de agências e oficiais de organizações multilaterais e bilaterais, representantes da sociedade civil, dos docentes, da iniciativa privada e da juventude, somando mais de 1.600 participantes de 160 países. No mesmo ano, foi aprovado o Marco de Ação da Educação 2030, a partir das discussões efetuadas no Fórum Mundial de Educação, em 2015, tendo os seus elementos basilares definidos na Declaração de Incheon. Esse Marco de Ação foi adotado por 184 Estados-Membros da Unesco no encontro de alto nível promovido por essa agência em Paris, em 04 de novembro de 2015. A elaboração deste documento, resultado de amplas consultas em diversos

países, foi guiado pelo Comitê Diretivo da Educação para Todos, a partir da convocação da Unesco e traz as orientações para a concretização da agenda 2030, no âmbito nacional, regional e global.

No âmbito da nova agenda internacional, a Unesco convocará o Comitê Diretivo para a Educação 2030 e atuará, dando apoio aos Estados-Membros e aos parceiros que aderiram ao compromisso para que possam concretizar as metas estabelecidas. Esse comitê deveria se encontrar pelo menos uma vez por ano e é composto por representantes dos Estados-Membros, dos organismos e agências coordenadoras, representantes de ONGs, pela Parceria Global pela Educação, de organizações de professores, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e uma representante de organizações regionais para cada região. A coordenação global desse compromisso funciona dentro da estrutura da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável e é composto pelo Comitê Diretivo da Educação para Todos, Reuniões de Educação Global, reuniões regionais e pela consulta coletiva da ONGs sobre a Educação para Todos.

A agenda de Educação 2030 tem como um aspecto definidor da sua identidade “A atenção renovada à relevância da educação para [...] a sustentabilidade econômica, social e ambiental[...]. Isso está embutido em sua visão holística e humanista, que contribui para um novo modelo de desenvolvimento” (UNESCO,2015, p.7). O compromisso de educação 2030 tem como base e dá continuidade, em larga medida e com algumas descontinuidades, a visão do Movimento de EPT, iniciado em Jomtien e reafirmado em Dakar, exaltado pela Declaração de Incheon, como o mais importante compromisso de educação estabelecido nas últimas décadas. Segundo o documento (A Declaração e o seu Marco de Ação), embora a agenda de EPT tenha auxiliado na promoção de avanços no campo da educação, muitos desafios ainda permanecem, distanciando os países pobres da concretização da educação para todos. Ressalta ao longo do seu conteúdo o papel redentor da educação na transformação das vidas, na promoção do desenvolvimento e no alcance dos 17 ODS propostos, que aparece como uma agenda de caráter mais amplo que o ODM, inclusive no tocante a quantidade de metas e sua abrangência. Essa nova visão estaria contida no ODS 4 “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e articularia o que ficou inacabado na agenda de EPT e no ODM relativo a educação com questões globais e nacionais nessa área social. Diversas metas educacionais estão inclusas nos outros ODS, principalmente naqueles vinculados a promoção do crescimento

econômico sustentável, emprego e mudanças climáticas, haja vista a responsabilidade colocada à educação na conquista da Agenda Global das Nações Unidas.

A educação está no centro da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 e é essencial para o sucesso de todos os ODS. Ao reconhecer o importante papel da educação, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 ressalta a educação como um objetivo autônomo (ODS 4) e também inclui metas educacionais em diversos outros ODS, particularmente nos relativos a saúde, crescimento e emprego, produção e consumo sustentável e mudança climática. De fato, a educação pode acelerar o progresso para que todos os ODS sejam conquistados e, portanto, deveria fazer parte das estratégias para alcançá-los. A nova agenda educacional contida no Objetivo 4 é abrangente, holística, ambiciosa e universal, além de ser inspirada por uma visão da educação que transforma a vida de indivíduos, comunidades e sociedades, sem deixar ninguém para trás. A agenda trata dos objetivos inacabados de EPT e dos ODM relativos à educação, ao mesmo tempo em que lida com os desafios nacionais e globais, atuais e futuros. Ela se baseia em direitos e é inspirada por uma visão humanística da educação e do desenvolvimento, com base em princípios de direitos humanos e dignidade, justiça social, paz, inclusão e proteção, bem como diversidade cultural, linguística e étnica, responsabilidade compartilhada e responsabilização. (UNESCO, 2015, p. 6)

Seguindo a mesma linha de pensamento que fundamentou as produções do movimento de EPT, a educação permanece tida como um direito humano essencial, bem público que comporta a contradição da privatização e das parcerias público-privadas no contexto da supremacia do Estado neoliberal, sendo responsável por solucionar os males da humanidade e as consequências sociais da destrutividade do capital sob a totalidade social. Em total afinidade com a centralidade que o Banco Mundial dá à educação no alívio da pobreza, e ao discurso em torno da erradicação da pobreza e do “trabalho decente” como essenciais para o alcance do desenvolvimento sustentável nas declarações advindas das cúpulas de desenvolvimento sustentável e do Milênio, a Declaração de Incheon define o foco da agenda 2030. Além do acesso, os esforços deveriam se concentrar na equidade, na inclusão (aqui tida em sua concepção ampla de inclusão social dos marginalizados, abrangendo as pessoas com deficiência) e na promoção da qualidade focada nos resultados da aprendizagem em avaliações em larga escala.

Refirmamos que a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza. Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na

qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida. (Idem, iii e iv)

No “Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015”, anteriormente citado, é colocado em forma de síntese os desafios centrais no delineamento da proposta de cada compromisso (Jomtien, Dakar e Incheon). Em Jomtien o desafio era o acesso, a etapa tida como central foi o ensino fundamental (no caso do Brasil) ou o nível mais elementar de educação e o foco do recorte da política educacional brasileira priorizou o financiamento e a organização. Em Dakar o desafio foi a permanência e a inclusão, o nível educativo tido como central foi a educação básica e a foco no delineamento das políticas, no caso do Brasil, enfatizou a expansão e a diversidade. Já em Incheon, o desafio é a universalização e os níveis tidos como centrais são a educação básica e o ensino superior, com foco na quantidade e na qualidade. Um marco diferencial na agenda global 2015- 2030 está relacionada com esse desafio de considerar não só os países de renda baixa, mas também as nações de renda média (ou denominadas de nações em desenvolvimento, no qual se inserem Brasil, China, Índia, dentre outros) e os países desenvolvidos, conforme a terminologia utilizada no próprio documento. A “aprendizagem ao longo da vida” contemplaria além da modalidade de educação informal e não formal a educação formal abrangendo a educação técnica e profissional avançada e o ensino superior (educação terciária).

A agenda global de educação em descontinuidade com a EPT tem uma dimensão universal e se aplica também aos países desenvolvidos. Aparentemente essa mudança estaria vinculada à abrangência global dos ODS, e a sua estreitada articulação com a agenda global de educação, como forma de superar os limites da EPT em sua articulação com os ODM. Todavia, o que parece realmente ser o pressuposto para tal mudança diz respeito a degradação das condições sociais, econômicas, políticas e ambientais que têm atingindo fortemente e em escala crescente também as nações desenvolvidas. A raiz dessa amplitude estaria nos efeitos potencialmente catastróficos da crise.

A respeito da concepção de “aprendizagem ao longo da vida” cabe destacar uma certa continuidade em relação a Dakar e Jomtien. Em 1990, resultou deste evento a concepção de “Necessidades Básicas de Aprendizagem”, restrita a habilidades instrumentais e aos conteúdos básicos da aprendizagem, que foi reiterada na Declaração e no Marco de Ação dos anos 2000. Em 2011, o Grupo Banco Mundial lançou um documento intitulado “Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento”, como sua estratégia para a educação-2020. Conforme esse

documento, a aprendizagem deve ser o foco do processo educativo que deve contemplar também oportunidades educativas que transcendam os muros da educação escolar/institucionalizada, abarcando oportunidades de aprendizagens informais e não formais. O alívio da pobreza e o desenvolvimento sustentável estariam diretamente vinculados à aprendizagem, independente da certificação. Nessa direção, a base fornecida pela escola teria sua relevância, mas o desenvolvimento das competências e valores construídos em outros espaços, inclusive no trabalho, é o que seria determinante para incrementar a produtividade e fomentar a adaptação ao cenário dominado pelas novas tecnologias. As elevadas taxas de desemprego deixaram evidente, segundo o documento, a inaptidão da escola de fornecer as competências necessárias para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Essa concepção demonstra uma diferença em relação às necessidades básicas de aprendizagem quando abarca um alargamento ainda mais esvaziado e instrumental da concepção de aprendizagem.

A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula. No nível pessoal, embora um diploma possa abrir as portas para um emprego, são as competências do trabalhador que determinam a sua produtividade e capacidade para se adaptar a novas tecnologias e oportunidades. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3)

O Programa do Grupo Banco Mundial para o âmbito da educação 2020 objetivava concretizar a educação para todos nas nações ditas em desenvolvimento, dando a devida centralidade ao objetivo ampliado de “Aprendizagem para Todos”. Outrossim, prestaria ajuda aos países na busca do alcance das metas de EPT e dos ODM, até então vigentes, atuando, inclusive, na parte de assessoria técnica nas reformas dos sistemas educativos dessas nações. Ao enfatizar os avanços obtidos no tocante ao acesso a educação primária e a igualdade de gênero, explicita que muitas crianças e jovens não demonstravam uma aprendizagem satisfatória, apesar de não expor dados, destacando que investimentos em educação de qualidade resultariam no desenvolvimento econômico acelerado e sustentável.

A Estratégia 2020 para o Sector da Educação estabelece o programa do Grupo Banco Mundial para alcançar “Educação para Todos” no mundo em desenvolvimento, ao longo da próxima década. O objectivo global é não só escolaridade, como também aprendizagem. Levar à escola milhões adicionais de crianças foi uma grande conquista. O Grupo Banco Mundial está empenhado em consolidar esse progresso e a incrementar o seu apoio

para ajudar todos os países a alcançarem a Educação para Todos (EFA) e os objectivos de educação das Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDG). O motor deste desenvolvimento no entanto será, em última análise o que as pessoas *aprendem*, dentro e fora da escola, desde o jardim-escola até ao mercado de trabalho. A nova estratégia do Banco para 10 anos, procura alcançar este objectivo alargado de “Aprendizagem para Todos”, promovendo reformas nos sistemas de educação dos países e criando uma base global de conhecimento suficientemente forte para liderar estas reformas. (ÍDEM, 2011, p.1)

No Marco de Ação de Educação 2030 a “aprendizagem ao longo da vida”, de acordo com a Unesco, é tida como a articulação entre a aprendizagem e a vida, considerando atividades de aprendizagem para todas as faixas etárias e gêneros, nos mais diversos contextos e através de diferenciadas modalidades de educação (formal, não formal e informal). Essa amplitude abre a possibilidade do atendimento a variadas necessidades de aprendizagem, e se mostra alinhada à estratégia do grupo Banco Mundial para a educação 2020, só que na forma de uma agenda global de educação.

A Agenda de Educação 2030 evidencia o núcleo que seria a marca da singularidade desse compromisso global, que tem como objetivo geral o ODS 4. Esse núcleo teria como eixo cinco aspectos: expansão do acesso, inclusão e equidade, igualdade de gênero, qualidade e resultados de aprendizagem e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Estes se entrelaçam ao cenário de desenvolvimento internacional, vinculada a uma suposta solução de caráter humanitário por meio dos demais ODS. Ao considerar os avanços na expansão do acesso ao longo de quinze anos, a Declaração de Incheon defende a oferta de uma educação pública e gratuita, de qualidade e equitativa abrangendo pelo menos 12 anos de escolaridade, dos quais pelos menos 9 anos deveriam ter caráter compulsório. Também respalda a oferta de pelo menos um ano de educação pré-primária, gratuita, obrigatória e de qualidade associada à educação e aos cuidados na primeira infância. No tocante a inclusão (social) e equidade na e através da educação, o documento esboça o empenho em enfrentar a exclusão e a marginalização em todas as suas formas e as disparidades e desigualdades em relação ao acesso e aos resultados de aprendizagem, em especial das pessoas com deficiência. Esse enfrentamento se daria por meio de alterações nas políticas de educação com o intuito de concentrá-las nos marginalizados. A igualdade de gênero aparece enquanto uma dimensão que possibilitaria o alcance do direito à educação para todos. Nesse sentido, a Declaração explicita o empenho em contemplar nos currículos e na formação de professores questões de gênero. No quesito qualidade, a centralidade recai sobre a já tão propagandeada melhoria dos

resultados de aprendizagem. Nessa abordagem, que orienta as políticas de avaliação dos países da América Latina e do Caribe, mais fortemente a partir da década de 1990, a qualidade está atrelada a avaliações em larga escala e ao treinamento e qualificação dos professores, principais responsáveis pela sua conquista. A educação de qualidade possibilitaria a aquisição de habilidades as mais diversas, fornecendo a base para que os sujeitos respondam “[...] a desafios locais e globais por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e da educação para a cidadania global (ECG)” (UNESCO, 2015, iv). Com relação às oportunidades de educação ao longo da vida para todos (crianças, jovens e adultos, meninas e mulheres e pessoas com deficiência) estas devem incluir acesso amplo à educação elementar, a educação técnica e profissional e ao ensino superior, além de considerar as habilidades e competências adquiridas tanto na escola como fora dela (educação informal e não formal). Nesse cenário, as tecnologias da informação e da comunicação devem ser utilizadas para fortalecer os sistemas de educação e o acesso à informação e ao conhecimento. O documento ressalta a necessidade do fortalecimento dos sistemas educativos e do seu viés inclusivo a fim de que estes forneçam respostas para o atendimento das situações de crise, conflitos armados e dos refugiados, uma vez que esta conjuntura produz barreiras que atingem diretamente a educação e entrava o desenvolvimento sustentável.

A novidade da Educação 2030 é seu foco no aumento e na expansão do acesso, na inclusão e na equidade, assim como na qualidade e nos resultados da aprendizagem em todos os níveis, no âmbito de uma abordagem de aprendizado ao longo da vida. Uma lição fundamental dos últimos anos é que a agenda global de educação deveria trabalhar no âmbito do quadro geral de desenvolvimento internacional, fortemente atrelada à resposta humanitária, em vez de paralela a ela, como aconteceu com os objetivos dissociados de EPT e os ODM relativos à educação. Ao adotar a Declaração de Incheon, a comunidade educacional estabeleceu um único objetivo educacional renovado de acordo com o quadro geral de desenvolvimento. O foco da nova agenda educacional em inclusão e equidade – para que todos tenham oportunidades iguais e ninguém seja deixado para trás – indica uma outra lição: a necessidade de esforços maiores, especificamente direcionados aos marginalizados ou àqueles em situação de vulnerabilidade. Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça, cor, etnicidade, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, pobreza ou nascimento, bem como as pessoas com deficiência, migrantes, grupos indígenas, crianças e jovens, principalmente os em situação de vulnerabilidade ou outro status, deveriam ter acesso a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, bem como a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. O foco na qualidade da educação, na aprendizagem e em habilidades destaca, ainda, outra lição importante: o perigo de se concentrar no acesso à educação sem prestar atenção suficiente se os alunos estão, de fato, aprendendo e

adquirindo habilidades relevantes uma vez que estejam na escola. [...] Se o progresso continuar no ritmo atual, muitos países que estão mais para trás não alcançarão as novas metas até 2030. Isso significa que é extremamente importante mudar as práticas atuais e mobilizar esforços e recursos a um ritmo sem precedente. (UNESCO, 2015. p. 6 e 7)

O processo de implementação desse compromisso caberia principalmente aos governos, demandaria o aprimoramento de políticas educacionais, mediante uma política de planejamento sólida e uma base financeira com a qual esta pudesse ser concretizada. Para tal intento, os recursos públicos para a educação deveriam ter um aumento, a depender da situação de cada país, chegando a 4% e 6% do Produto Interno Bruto (PIB) ou pelo menos entre 15% e 20% do total da despesa pública com educação. Para citar o exemplo do Brasil, os gastos públicos com educação vêm demonstrando tendência a queda de 2016 a julho de 2019, de acordo com dados do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União. Em 2016, o país investiu cerca de 8.99% de um total de 2,49 trilhões de reais. Em 2017, investiu 8.98% de um total pago de 2.39 trilhões. Em 2018 investiu 8.32% de um total pago de 2,52 trilhões. Até julho do corrente ano investiu 8.13% do total de despesas públicas efetuadas até agora. Do montante de recursos públicos gastos nos referidos anos, em 2016 um percentual de 25,96% e 14,98% foram utilizados, respectivamente, para pagamento de operações especiais com o refinanciamento da dívida interna e com operações especiais destinadas ao serviço da dívida interna, com o pagamento de juros e amortizações da dívida. No ano de 2017, esses percentuais foram de 18,40% e 16,38%. Em 2018, esses gastos foram de 17,56% e 20,97%. Até julho desse ano chegaram a 23,08% e 26,69% do total de valores pagos. Em outras palavras, a estagnação econômica e as políticas de ajuste fiscal, levadas a cabo também em outros países da América Latina, inviabilizam completamente esse discurso de aumento dos gastos em educação, ainda mais no contexto de instauração de um novo regime fiscal com a Emenda Constitucional nº 95/2016. Esses recursos também deveriam crescer por parte dos doadores internacionais (países emergentes e de renda média, países desenvolvidos), além do cumprimento dos compromissos relativos a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), que faz parte da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

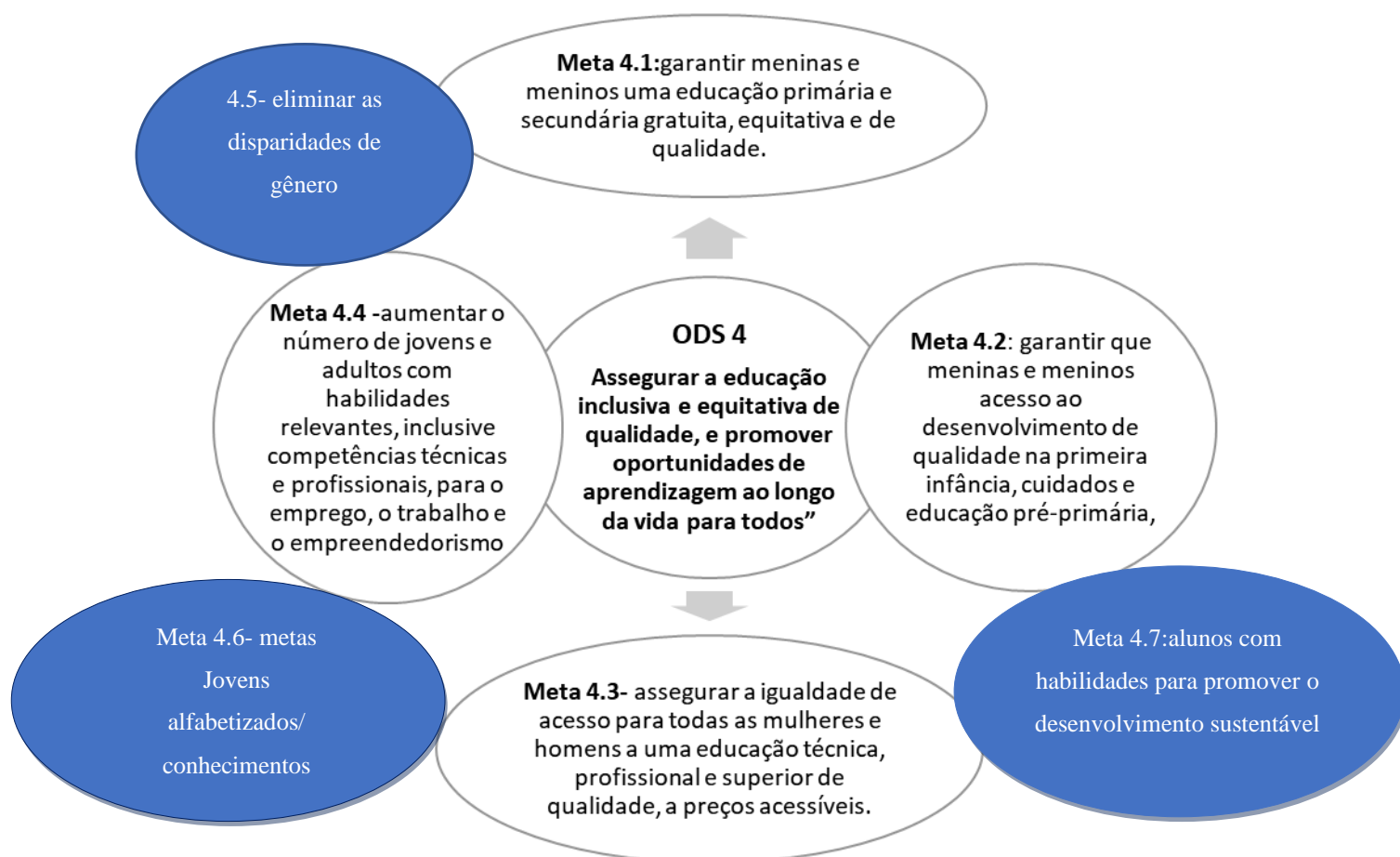
Para monitorar, em escala nacional, regional e global, o andamento das metas e prestar contas à sociedade, a Declaração evidencia a elaboração de relatórios, inclusive por entidades, estabelecimento de marcos legais e políticos, a governança participativa e as parcerias (incluindo as parcerias com a sociedade civil e as público- privadas). Ainda no âmbito do monitoramento, os Relatórios de Monitoramento Global, continuarão monitorando

e avaliando a implementação da agenda internacional de educação por meio do ODS 4 e das metas de educação contidas nos outros ODS, como um relatório mundial, publicado por uma equipe independente, publicado pela Unesco e hospedado no site dessa agência. A escolha do diretor da equipe do relatório é indicado pelo diretor- geral da Unesco. É oportuno destacar um elemento de descontinuidade em relação ao movimento de EPT. Mesmo o Relatório continuando a ser o principal instrumento de monitoramento global, houve uma mudança no título com a retirada do termo “Educação para Todos”, na nova leva de suas publicações. Os Relatórios de EPT foram publicados por doze anos (desde 2002), tendo sua última edição em 2015. A série de Relatórios de Monitoramento Global de Educação nasceu em 2015 e recebeu da Declaração de Incheon a tarefa de monitorar as metas globais de educação das Nações Unidas. Acreditamos que essa mudança na retirada do termo EPT tenha relação com a ênfase dada à aprendizagem ao longo da vida, ainda mais restrita e esvaziada que a concepção de necessidades básicas de aprendizagem que sustentava o lema EPT. A centralidade de uma “Educação para Todos” foi subsumida pela “aprendizagem ao longo da vida”.

A Unesco, enquanto agência especializada das Nações Unidas para a Educação e subordinada ao Banco Mundial, continuará à frente da liderança e da coordenação da agenda internacional, assumindo como tarefas principais a manutenção do compromisso e do diálogo político, a oferta de consultoria política, a promoção da cooperação triangular e Sul- Sul (que segundo a ONU seria a cooperação entre dois ou mais países em desenvolvimento com o apoio de uma nação desenvolvida ou uma organização multilateral), o monitoramento dos avanços das metas educacionais e a atuação como ponto central das metas referentes à educação na estrutura de coordenação geral de todos os ODS.

O ODS 4, tido como objetivo geral, se desdobra em sete metas, mensuráveis e específicas, aplicáveis a todos os países membros que aderiram ao compromisso. Essas metas globais, por sua vez, devem ser convertidas em metas nacionais levando em consideração os planos de educação, estratégias para o desenvolvimento nacional, a peculiaridade dos seus sistemas de educação e a capacidade de alocação de recursos. Segue abaixo um quadro com as metas.

Gráfico 1 - Objetivo geral do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e as metas de Educação para 2030



Fonte: Marco de Ação da Educação 2030. Gráfico elaborado pela autora.

Cada uma dessas metas possui um conjunto de estratégias indicativas, algumas das quais se repetem e funcionam como estratégias basilares para todas as metas. Dentre estas podemos citar: a ênfase na definição de novas políticas de educação e aparato jurídico-legal, reformas no tecido educacional, treinamento e qualificação docente, monitoramento das ações desenvolvidas, aprimoramento dos sistemas nacionais de avaliação. A meta 4.1 se refere ao acesso à educação primária e secundária e à qualidade mensurável por meio de avaliações em larga escala. O Marco de Ação traz dados que indicam que cerca de 50 milhões de crianças em idade de frequentar a escola primária e cerca de 65 milhões de adolescentes em idade de frequentar a escola secundária ainda estariam fora da escola em 2013. Além disso, a maioria que frequenta a escola não demonstrou ter adquirido as habilidades básicas, de acordo com a etapa de ensino que cursou. Segundo esse documento, após a conclusão da etapa primária e

secundária de educação as crianças deveriam ter adquirido habilidades e competências básicas de leitura, escrita, matemática, somado a habilidades cognitivas e não cognitivas (que apesar das controvérsias existentes em torno da temática, conforme o documento, podem englobar habilidades interpessoais e intrapessoais, pensamento crítico, cidadania global, alfabetização digital, dentre outros). Dentre as principais estratégias indicativas, têm-se: a instauração de políticas e leis que possibilitem a garantia de 12 anos de educação pública, equitativa de qualidade e gratuita, a cargo do Estado; revisão de currículos de modo a contemplar habilidades e competências e aspectos relativos à cultura e a gênero; oferta de formas alternativas de educação e aprendizagem fora da escola, no nível primário e secundário; criação de sistemas de avaliação que avaliem os resultados da aprendizagem considerando aspectos mais abrangentes, como as habilidades cognitivas e não cognitivas.

A meta 4.2 trata da Educação e dos Cuidados na Primeira Infância (ou ECCE no termo em inglês utilizado no Marco de Ação), termo e meta que já se faz presente nas Declarações de Jomtien e Dakar. O documento ressalta que a ECCE fornece as bases para a construção de habilidades e competências essenciais para que as crianças continuem a aprender ao longo da vida. O investimento na educação pré-primária, principalmente advindas do que o documento denomina de grupos marginalizados, teria impactos positivos a longo prazo, tanto no tocante a resultados educacionais como no que se refere ao desenvolvimento das nações. Apesar do aumento das matrículas nessa etapa, muitas crianças ainda não teriam acesso a ECCE. O Marco de Ação incentiva a oferta de pelo menos um ano de educação pré-primária, a cargo de professores bem formados no rol da qual o desenvolvimento e a aprendizagem possam ser monitorados. Como principais estratégias, destacamos: instauração de políticas e leis que fomentem a garantia de pelo menos um ano de educação pré-primária obrigatória e de qualidade com ênfase nas crianças pobres; elaboração de políticas e planos de ação voltados para a profissionalização dos professores que trabalham com a ECCE; implementar programas e infraestrutura para a educação pré-primária que contemplem necessidades concernentes a educação e ao cuidado e a inclusão de crianças com deficiência.

A meta 4.3 se refere à igualdade de acesso para homens e mulheres a educação técnica, profissional e a universidade, mediante incentivo a privatização por meio do discurso que defende a oferta a preços acessíveis. O Marco de Ação coloca que é urgente a redução dos obstáculos que atrapalham a formação técnica e profissional, em seu nível técnico, secundário e terciário, inclusive no ensino superior, já que a ausência dos conhecimentos e habilidades adquiridas nesses níveis entravariam o desenvolvimento econômico e social.

Segundo o documento, um sistema de educação terciário (incluindo o ensino superior) que contasse com recursos tecnológicos, inclusive com o aparato da educação a distância poderia diminuir as dificuldades de acesso, equidade e qualidade, e a distância entre o que a sociedade e a economia demandam. As principais estratégias indicativas para essa meta são: desenvolvimento de políticas setoriais para o desenvolvimento de habilidades profissionais e de parceiras público- privadas; estabelecimento de políticas e programas voltados para a oferta de uma educação terciária recorrendo a educação a distância e ao uso das tecnologias; consolidar a cooperação internacional para a oferta de educação terciária universitária.

A meta 4.4 trata do aumento de contingente de jovens e adultos, que tenham recebido habilidades e competências relevantes com vistas ao incremento da empregabilidade, ao emprego e ao trabalho decente. Em um cenário marcado por constantes mudanças no mercado de trabalho, pelo desemprego crescente, pelo avanço das tecnologias, dentre outros aspectos, o documento assevera que todas as nações têm lidado com o desafio de desenvolver habilidades, competências e conhecimentos para o trabalho decente, a empregabilidade e a vida. Para tal, deveria aumentar a gama de oportunidades de aprendizagem através da oferta de várias modalidades de educação para que os jovens e adultos, em particular as mulheres, tivessem acesso as habilidades e competências fundamentais para o trabalho decente e para a vida. Esse termo *trabalho decente* já está presente, conforme apontado no primeiro tópico desse capítulo, em algumas declarações das Conferências das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Caberia à educação o papel de instrumentalizar os indivíduos, tornando-os empregáveis e aptos ao dito trabalho decente, em um cenário marcado pela precarização acentuada do trabalhador e da sua atividade vital e pelo desemprego estrutural. O documento recomenda que a educação e a formação técnica e profissional devem ser ampliadas e melhor articuladas à atividade produtiva tanto informal como formal, a fim de possibilitar aprendizagens e favorecer a transição entre a escola e o mundo do trabalho. Dessa forma, os sistemas de educação e formação técnica e profissional deveriam reconhecer as habilidades advindas da experiência em ambientes formais e informais de educação, compreendendo as desenvolvidas nos locais de trabalho e através da internet. Dentre as estratégias indicativas principais, sublinhamos: a coleta de dados sobre as mudanças de habilidades para responder as necessidades colocadas pelo mercado de trabalho; garantir que os currículos de educação e formação técnica e profissional contemplem habilidades referentes ao trabalho, habilidades não cognitivas, incluindo habilidades de empreendedorismo e Tecnologias da Informação da Comunicação; fomentar sistemas de

controle de qualidade da educação e formação técnica e profissional; favorecer oportunidades flexíveis de aprendizagem tanto em ambientes educativos formais como informais.

A meta 4.5 trata da eliminação das disparidades de gênero e da igualdade de acesso à educação para os povos vulneráveis, “[...]pessoas com deficiência, populações indígenas, minorias étnicas e pobres” (UNESCO, 2015, p. 19). O Marco de Ação frisa que o problema da pobreza deve continuar a receber a devida atenção, aparecendo no centro da prioridade das políticas já que ela continua sendo o maior obstáculo a inclusão em todos os níveis de educação e em todas as partes do mundo. O investimento em educação, de acordo com o documento, poderia diminuir as disparidades de renda. No que diz respeito a igualdade de gênero, assevera que é necessário um esforço maior para garantir iguais oportunidades educativas para meninos, meninas, homens e mulheres. As estratégias indicativas principais apontam para: a implementação de estratégias com foco nos população vulnerável; monitorar e fomentar o acesso de meninas e mulheres, a educação; oferta de educação a distância, acesso a tecnologias e estrutura necessária para possibilitar um ambiente de aprendizagem em casa e em zonas de conflito locais distantes; revisão de currículos, planos, materiais didáticos e formação docente para que não haja discriminação e seja promovida a equidade.

A meta 4.6 tem como foco a alfabetização de adultos e a construção de conhecimentos básicos em matemática. O Marco de Ação situa a alfabetização como parte do direito à educação que estaria no centro da educação básica. Dentre um dos benefícios promovidos pela alfabetização estaria a redução da pobreza. A melhoria das habilidades em matemática por parte do contingente de jovens e adultos continuaria a ser um imenso desafio que incidiria no âmbito do mercado de trabalho e na depreciação dos salários. As estratégias indicativas fundamentais apontam para: o estabelecimento de planos e políticas de alfabetização e de recursos, através da colaboração dos vários ministérios, da sociedade civil e das parceiras com o setor privado; assegurar que os programas de alfabetização e de habilidades básicas em matemática sigam os padrões de qualidade de acordo com as avaliações nacionais e sejam ajustados à construção de habilidades para o trabalho decente, enquanto um aspecto fundamental da aprendizagem ao longo da vida; promover a expansão de programas de alfabetização e capacitação de adultos mediante a parceria com a sociedade civil; instituir um conjunto de ferramentas para avaliar o nível de proficiência em alfabetização a partir dos resultados da aprendizagem.

A meta 4.7 relaciona diretamente a educação e o alcance do desenvolvimento sustentável, por meio da oferta de uma educação voltada especificamente para esse fim e para

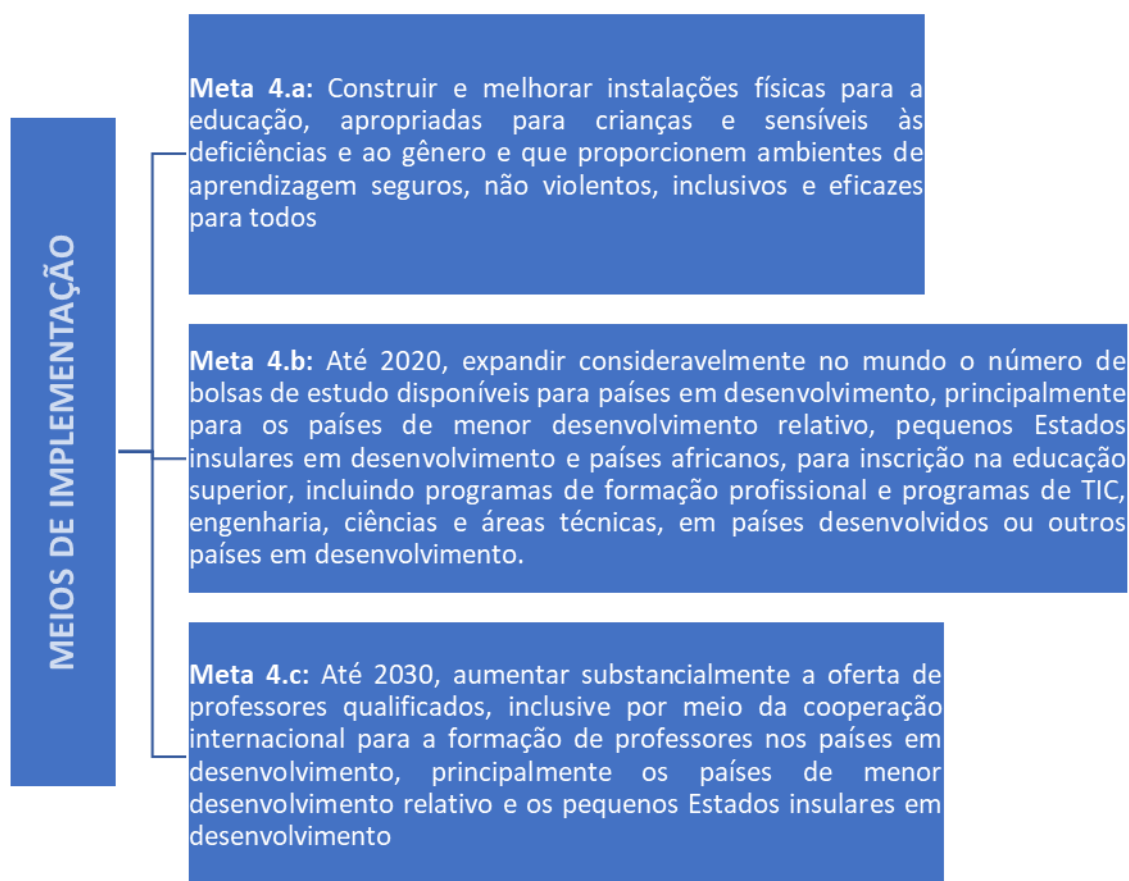
a promoção de valores conectados com os ODS. O documento afirma que em um mundo globalizado com desafios de toda ordem, se faz necessário uma educação que auxilie na constituição de uma sociedade sustentável e pacífica. Todavia, os sistemas educacionais não têm seguido essa abordagem, e por isso seria urgente a ênfase na Agenda de Educação 2030 para consolidar o papel da educação e seu contributo à promoção da paz, dos direitos humanos, da igualdade de gênero, da saúde e do desenvolvimento sustentável. A chamada Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e a Educação para a Cidadania Global (ECG) atuariam na disseminação de conhecimentos, valores e habilidades para que os sujeitos assumam um lugar ativo, em escala local e global, na resolução dos desafios atuais, em meio a propagandeada globalização.

A EDS, segundo o *Documento Final Plano Internacional de Implementação* resultante da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, se caracteriza pelos seguintes aspectos: possui uma dimensão interdisciplinar, agregando o desenvolvimento sustentável em toda a dimensão do currículo; enfatiza a apreensão de valores; visa o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas; utiliza vários métodos e pedagogias; promove a participação e a tomada de decisão; integra o que foi aprendido ao cotidiano e a vida profissional; estabelece vínculos estreitos com a realidade local. Assim, a EDS “[...] incluirá todos os âmbitos do desenvolvimento humano, abrangendo os desafios urgentes que o mundo enfrenta” (UNESCO, 2005, p. 19). Destina-se a todas as pessoas, de todas as idades mediante uma concepção de aprendizagem ao longo da vida, cerne desse novo compromisso internacional de educação. Dessa forma, contempla todos os espaços de aprendizagem (formal, não formal e informal). Para isso demanda a uma reorientação nos currículos, métodos e avaliações.

As estratégias indicativas centrais dessa meta são: a criação de políticas e programas voltadas para o desenvolvimento da EDS e ECG de forma a incorporá-las na educação formal, não-formal e informal, se estendendo por todas as dimensões, englobando reforma curricular, qualificação docente a apoio pedagógico; a criação de programas relacionados a EDS e ECG para alunos e professores de modo que essas práticas possam ser levadas para as comunidades em que estes vivem; o desenvolvimento de sistemas de avaliação que contemplem a EDS e a ECG, a fim de possibilitar a avaliação de resultados de aprendizagem nos âmbitos cognitivo, socioemocional e comportamental; o incentivo a uma abordagem interdisciplinar com o intuito de garantir que a EDS e ECG perpassem os diferentes níveis e formas de educação.

No que se refere aos meios de implementação, o Marco de Ação coloca três metas, conforme o quadro abaixo.

Gráfico 2- Meios de implantação do Marco de Ação Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e a Educação para a Cidadania Global (ECG)



Fonte: Marco de Ação da Educação 2030. Gráfico elaborado pela autora.

Como estratégias indicativas principais, destacamos, respectivamente: a instituição de políticas voltadas para as questões de gênero e para as pessoas com deficiência; a criação de ambientes de aprendizagem para a educação não formal e para a educação de jovens e adultos, incluindo o acesso às tecnologias e ambientes comunitários como fundamentais para a aprendizagem ao longo da vida; o esforço em fazer com que os programas internacionais de concessão de bolsas estejam em sintonia com planos nacionais de desenvolvimento, tendo como foco a formação de recursos humanos nos locais em que estes

sejam mais demandados; o estabelecimento de estratégias voltadas para a melhoria das condições de trabalho e de salário de modo a tornar a profissão docente mais atrativa para atrair os melhores profissionais para a docência; a análise e a melhoria da qualidade da formação docente inicial e continuada; a oferta de treinamento para que os professores saibam lidar com as tecnologias, redes sociais e com alunos com necessidades educacionais especiais.

Como é possível perceber, as estratégias indicativas para a concretização de cada meta aparecem associadas ao estabelecimento de aspectos jurídicos- normativos que tragam o suporte formal e legal para a promoção de políticas e reformas no tecido educacional, a cargo dos governos, podendo contar também com parcerias público- privadas e a participação da sociedade civil. O que não significa que necessariamente encontrarão base concreta para a sua realização, como bem demonstra a protelação do conteúdo essencial de algumas metas estabelecidas nos compromissos anteriores, voltadas para públicos específicos. Nos referimos aqui as metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 4.6 da Agenda Global 2030.

Por fim, conclui- se que a educação, sob o lema de uma “aprendizagem ao longo da vida” muito semelhante ao lema da “aprendizagem para todos” da Estratégia para o Desenvolvimento 2020 do Grupo Banco Mundial, aparece entrelaçada a uma dita visão humanista e holística de desenvolvimento econômico, sob a concepção de desenvolvimento sustentável. Esta comporta, de acordo com o documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland, a dimensão econômica, social e ambiental, tendo como núcleo a erradicação da pobreza, principalmente nos países mantidos em condição de subdesenvolvimento forçado. Esse projeto de (in)sustentabilidade do capital, reitera em muitos aspectos o Movimento de EPT, só que agora promovendo a separação de projetos educativos (para países desenvolvidos e nações subjugadas no rol das relações internacionais de poder) dentro de uma agenda celebrada como sendo universal, justamente por estar intimamente subordinada a um projeto de desenvolvimento que contempla o mundo todo. Os países pobres de modo geral, denominados de forma eufemística de países em desenvolvimento, não conseguiram alcançar as metas estabelecidas e postergadas, cujo prazo totaliza 25 anos. Assim sendo, a tendência é que na maioria das nações o foco permaneça no acesso e na permanência no ensino elementar, na luta contra o analfabetismo, na diminuição da disparidade de gênero, nas dificuldades em torno da inclusão social e em particular da inclusão de pessoas com deficiência, e na ênfase em uma qualidade mensurável. O que significa que um número seletivo de países poderia de fato envidar esforços no tocante aos níveis mais avançados de educação, promovendo habilidades e competências no ensino

terciário (educação técnica e profissional avançada e ensino superior), conforme a concepção de currículo pautada na pedagogia das competências, reiterada nesse compromisso. O projeto imperialista de educação com o prazo para 2030 se constitui como um desdobramento do projeto de pretensa sustentabilidade no âmbito econômico, parte integrante do conjunto de estratégias, tendo sua função social e todas as dimensões que dão corpo as políticas públicas de educação subjugadas a promoção da sustentabilidade no mundo regido pela lógica destrutiva do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da tese mézáríana, que diferencia capital e capitalismo, analisamos a essência expansionista, incontrolável, totalizante e insustentável do capital, desse modo de controle sociometabólico, indo desde as suas formas primitivas e transitórias até a sua constituição enquanto sistema orgânico. A raiz do ser precisamente assim do capital ao romper com os limites da produção voltada para o atendimento das necessidades humanas, traz como tendência a destruição, evidenciada principalmente nos momentos de crise conjunturais, marca dos limites relativos do sistema. Mézáros (2012) afirma que sobre a relação capital, que pressupõe um processo histórico e violento de completa expropriação do trabalhador mediante o surgimento da propriedade privada moderna, a história do imperialismo apresenta três fases específicas que divergem entre si. A primeira fase se refere aos impérios coloniais modernos entrelaçado à hegemonia do capital comercial. A segunda fase emerge em meio à consolidação do capital industrial e da gradativa ascensão do capital monopolista, designada por Lênin como a “etapa superior do capitalismo”. Já a terceira fase, esboça a contradição fundamental e a limitação estrutural do sistema com a hegemonia estadunidense, carregando consigo a necessidade de impor a constituição de uma estrutura de comando político expressa em um governo global.

Em sua relação com a constituição histórica do sistema do capital na sua forma social capitalista, o colonialismo atuou como um dos violentos métodos de acumulação primitiva do capital. Essa fase marca a ascendência histórica do sistema e de sua expansão em meio a totalidade extensiva, com a ocupação territorial de todo o globo. Até a conformação do capital em um sistema orgânico e coerente, com partes fortemente articuladas, as crises que atingiam o setor produtivo eram crises de subprodução. Com a instauração do sistema do capital, as crises assumiram a sua forma moderna enquanto consequência da lei tendencial a queda da taxa de lucros. Nesse cenário, as crises já não são mais sinônimas de uma produção insuficiente e sim de uma superprodução. A segunda fase imperialista, tida, em larga medida, como produto da relação mediada entre imperialismo e crise, foi marcada pela era dos monopólios e pela hegemonia do capital financeiro, resultante da fusão do monopólio do capital bancário e industrial. Teve início a rivalidade interimperialista entre um punhado de nações recém industrializadas diante do declínio da hegemonia inglesa. Mesmo tendo alcançado a “totalidade extensiva” de expansão territorial pelo globo com a colonização, o capital não havia atingido os limites da sua expansão e acumulação produtiva, restando a

máxima exploração dos territórios já conquistados. O capitalismo monopolista forneceu outras bases de expansão do valor que reestruturaram o sistema e incrementaram a acumulação do capital, em um contexto em que ainda era possível o deslocamento das contradições internas do sistema, ocultando, pelo menos por um tempo, os efeitos da expansão já realizada.

Fundamentalmente diferente da primeira e da segunda fase imperialista, a terceira fase tem como momento predominante uma crise historicamente singular, de caráter sistêmico. Esta atinge as três dimensões internas do capital e marca a tendência ao encontro com os seus limites absolutos à medida que esse mecanismo de reprodução e de deslocamento das contradições exhibe perturbações cada vez mais intensas. Diante dessa crise de superacumulação e da impossibilidade de retomar a reprodução ampliada, recorrendo à produção de mercadorias situadas nos departamentos I e II (bens de consumo e bens de capital, respectivamente), o capital tem recorrido a uma modalidade extrema de destruição dos recursos materiais e humanos. Nesse e em outros aspectos, o capital adota a linha de menor resistência com o objetivo de se livrar das restrições advindas da demanda flutuante e das limitações postas pelo consumo real. Aliada à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, a produção destrutiva é concretizada no que se convencionou chamar de “Complexo militar-industrial”. A imposição do poderio militar continua sendo uma característica fundamental do imperialismo. Todavia, segundo Mészáros (2011) a ênfase no militarismo desenfreado, longe de estar voltado para fins estritamente militares, tem como finalidade principal a continuidade da reprodução do capital em meio à crise estrutural sob taxas de lucros elevadíssimas. Ele também enfatiza a profunda relação entre a fase mais perigosa do imperialismo hegemônico global e a crise sistêmica e crônica que se desnuda no horizonte desde o início da década de 1970. A ruína da tentativa de modernização capitalista dos países periféricos e o fracasso em abarcar o mundo inteiro como capitalismo global, estabelecendo universalmente a regulação essencialmente econômica da extração de sobretrabalho como mais-valia, seria uma das raízes da crise estrutural, de acordo com Mészáros (2004). Assim, a destrutiva tendência globalizante do capital reflete o esgotamento de sua ascendência histórica. Embora tenha fracassado na consolidação de um capitalismo global, o capital abarca o mundo por meio de formas híbridas de extração econômica e política do trabalho excedente. Apesar disso, o capital transnacionalizado (capital global) carece de sua forma estatal global, e o Estado moderno (na forma de estados nacionais) se mostra incapaz de completar a lógica irrestringível desse metabolismo social, estando cada

Estado particular voltado para atender os interesses do seu capital nacional. No ultimato dado pela crise estrutural, essa contradição e limitação histórica do sistema apresenta um potencial explosivo, inclusive por expor a rivalidades interimperialistas mais severas a serem levadas as últimas consequências através de uma outra guerra mundial.

Ocorre, como buscamos demonstrar, que a crise sociometabólica do capital é inédita no curso da história do desenvolvimento do sistema, que, devido sua natureza estrutural afeta, de modo global, todos os complexos sociais. Essa crise impõe limitações a quaisquer possibilidades civilizatórias no sistema capitalista, inibindo, portanto, o deslocamento de suas contradições. Dito de outro modo, a crise estrutural imperialista, que ora vivenciamos no século XXI, representa uma crise de insustentabilidade, dada a impossibilidade do capital resolver as suas próprias contradições internas, uma vez que o sistema alcançou os seus limites absolutos, expressando assim o seu caráter destrutivo no desenvolvimento das forças produtivas. Comungando com Mészáros, atestamos que, historicamente, a dimensão destrutiva também é expressão do processo de oligopolização e financeirização em que as unidades econômicas ou produtivas mais fracas serão destruídas pelo grande capital, no movimento incessante de ampliação, concentração e centralização do capital.

A defesa de um novo paradigma de desenvolvimento econômico e o projeto imperialista de (in)sustentabilidade do capital nascem das entranhas da força destrutiva emanada por esse modo de controle do metabolismo social mediante o fracasso do capital globalizante. Convém destacar que são acopladas à destruição ambiental, a pauperização, o desemprego estrutural, enquanto consequências da crise, que atingiram todas as nações, com implicações mais nefastas nos países mantidos em condição de subdesenvolvimento forçado. O fundamento central do alcance do desenvolvimento sustentável seria a erradicação da pobreza, inclusive da pobreza extrema, principalmente nas nações pobres, conforme ressaltam as várias declarações das Conferências da ONU sobre o desenvolvimento sustentável, em especial a última, *O Futuro que Queremos*, resultante da Rio +20. A insustentabilidade do capital diante da crise estrutural, no rol da três dimensões do desenvolvimento sustentável respaldadas pela ONU (econômica, social e ambiental) aparece, respectivamente, na forma de uma produção e reprodução predominantemente destrutiva, diante da tendência a cada vez maior concentração e centralização do capital e da hegemonia do capital parasitário; no aumento incomensurável da concentração de renda e da pobreza, inclusive com a degradação das condições de vida nos países avançados; e na destruição maciça e violenta da natureza em

uma escala sem precedentes cujas sérias implicações já podem ser evidenciadas nos dias atuais.

Essa realidade histórico- concreta evidencia que não é possível uma forma de produção verdadeiramente sustentável nos marcos do capital. Isso porque a sua incontrollabilidade ontológica, que resulta em uma lógica expansionista movida pela acumulação incessante, não possui qualquer limite que considere o atendimento das necessidades humanas e a finitude dos recursos naturais. No projeto global que se diz voltado para a sustentabilidade, cujo eixo repousa na erradicação da pobreza, associada à degradação das condições sociais, ambientais e políticas, a educação é tida como estratégia central, perpassando quase todos os ODS. Além disso, está presente como objetivo do ODS 4 dando corpo a uma nova agenda internacional de educação que mantém traços de continuidade e descontinuidade com o Programa de EPT, vigente desde os anos 1990.

Dentre os aspectos que remetem a continuidade podemos citar: os relatórios de monitoramento, a Assistência Oficial para o Desenvolvimento, ênfase nas parcerias público-privadas, o destaque dado a uma qualidade mensurável, a defesa da privatização do ensino superior, a retomada da Teoria do Capital Humano e esvaziamento da formação docente (qualificação ou treinamento docente de acordo com os termos utilizados nos documentos analisados).

O estabelecimento desse novo compromisso, entretanto, traz mudanças fundamentais em relação ao movimento de EPT, não só restrito a retirada do termo. Primeiro, a Agenda Global de Educação 2030 aparece articulada aos ODS, como forma de superar as lacunas dos ODM e da sua fraca vinculação com a educação e com o movimento de EPT, no seu sentido genérico. A articulação dessa nova agenda internacional de educação com os ODS se dá de tal forma que a educação além de ser um objetivo autônomo, perpassa a quase totalidade dos demais objetivos com várias metas educacionais, e por isso é tida como fundamental para o alcance de todos os ODS. A ela é atribuído um caráter subjetivista de solução dos problemas sociais.

Como traço de descontinuidade essa agenda é mais ampla no tocante à abrangência dos níveis educativos (educação primária, secundária e terciária) e também de caráter universal (países mantidos em condição de subdesenvolvimento forçado e países desenvolvidos, ou de acordo com os termos da Declaração de Incheon e do seu Marco de Ação, nações de renda baixa, média e desenvolvidas), justamente por estar intimamente articulada a uma agenda global para o desenvolvimento. Como as nações desenvolvidas já

universalizaram a educação elementar, subtende-se que os níveis mais adiantados de educação ficarão restritos a este punhado de países. Os demais, continuaram no esforço de universalizar o acesso e garantir a permanência no nível mais elementar de educação.

Esse compromisso traz o foco em cinco aspectos principais, alguns dos quais já estavam presentes, inclusive em metas, nas principais declarações de EPT, a saber: acesso, inclusão e equidade, igualdade de gênero, qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Todavia, essas categorias são regidas pela relação direta entre educação e a promoção do desenvolvimento sustentável, concepção de desenvolvimento antes diluída nos documentos de EPT, atuando agora sob a regência de uma “aprendizagem ao longo da vida”, muito próxima a concepção do Banco Mundial de “aprendizagem para todos”, na escola para aqueles que tiverem acesso a ela. Na prática, isso configura um apartheid social, ou divisão internacional de projetos educativos, uma vez que as nações mantidas em condição de subdesenvolvimento forçado continuarão, em larga medida, tentando correr atrás das metas estabelecidas anteriormente que sequer foram totalmente cumpridas.

Conforme conferimos, a agenda educativa vinculada aos Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS), de âmbito mundial, está condicionada ao projeto imperialista do capital, sob a feição da globalização, executando no contexto de crise estrutural, o importante papel na homogeneização das políticas de educação e no suporte ideológico dado ao sistema, aprisionando e monitorando, por esta via, todos a educação, em todos os níveis, nos países pobres, sob pena destes serem excluídos do chamado mundo sustentável.

Por fim, concluímos que o capital em crise estrutural, na sua inerente condição de insustentabilidade, impõe ao complexo da educação a condição de promover a sustentabilidade do sistema. Dito de outro modo, a Agenda Global de Educação 2030 tem como objetivo garantir a sustentabilidade ou evitar a insustentabilidade sociometabólica do capital, articulando economia em crise e educação de modo que esta apreenda as funções de promoção da gestão, governança, empreendedorismo e promoção do trabalho decente e digno.

Asseveramos, outrossim, a definição de uma nova agenda imperialista de educação, que estabelece elos de continuidade e descontinuidade em relação a EPT, aparece amplamente e intimamente subjugada a um projeto internacional de desenvolvimento que se denomina de sustentável mesmo diante de toda a destrutividade emanada pelo capital em crise sistêmica. Apesar de Mészáros (2011) reiterar que a globalização é uma premissa do

desenvolvimento humano, a única forma de globalização verdadeiramente sustentável seria a globalização socialista pautada na igualdade substantiva. Uma produção materialmente sustentável só poderá ser concretizada mediante uma outra forma de reprodução social alicerçada no controle consciente da produção exercido pelos produtores livremente associados. Não existe qualquer possibilidade de um intercâmbio material sustentável levando em consideração as esferas ontológicas de base natural e a esfera do ser social e sua interrelação, nos marcos do jugo destrutivo do capital em crise.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Apresentação In: _____. **Para Além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 15-20.
- BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**: Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.
- BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Volume I: síntese. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília, DF: INEP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015. Brasília, DF: MEC, 2014.
- CARNEIRO, Beatriz Scigliano. A construção do dispositivo meio ambiente. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 4, p. 2-15, set-dez, 2012.
- CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. **A crise estrutural do capital e o complexo industrial militar**: elementos da destrutividade do capital no complexo da educação. Fortaleza, 2014.111f. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos. RABELO, Josefa Jackline. A política de Educação para Todos (EPT) no contexto da destrutividade do capital. **Educação em Foco**, ano 19, n. 29, set/dez. p. 13-31, 2016.
- COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. As crises econômicas e a teoria marxista. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 7, n. 3, p. 96- 180, 2009.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da transparência. **Despesa pública**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas?ano=2016>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo. CLEMENTE, Márcia da Silva. Marx e as revoluções dos povos colonizados: breves notas teóricas e metodológicas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 2012. [S.l. **Anais...** [S.l.:s.n.], 2012.

DANTAS, Gilson. **Breve introdução à economia mundial contemporânea**: o processo de acumulação do capital e suas crises. Brasília, DF: EAutor, 2010, 164p.

DANTAS, Gilson. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição** (Belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo). Rio de Janeiro: Achiamé, 2007. 112p.

DANTAS, Gilson. O setor bélico: por que ele se instalou no coração da economia estadunidense? **Revista Outubro**, São Paulo, n. 14. p. 171- 191, 2006.

DANTAS, Gilson. O setor bélico norte-americano em sua condição de estímulo econômico: algumas notas para um debate contemporâneo. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, 4, 2005, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2005. 1- 13. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c4.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

DEL ROIO, Marcos. Breve nota sobre a teoria do imperialismo (1902-1916). **Revista Novos Rumos**, Ano 22, n. 47, 2007.

ESQUERDA ONLINE. **O mundo faliu**: os oito homens mais ricos do planeta têm renda equivalente a 3,6 bilhões de pessoas. Disponível em: <<http://esquerdaonline.com.br/2017/01/16/o-mundo-faliu-os-oito-homens-mais-ricos-do-planeta-tem-renda-equivalente-a-36-bilhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

FOSTER, John Bellmay. **Imperio e imperialismo**. 2003 Disponível em: <<https://www.rebellion.org/hemeroteca/izquierda/031209bellamy.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FOSTER, John Bellamy. **O imperialismo nu e cru. Resistir.info**. 2005. Disponível em: <https://resistir.info/mreview/imperialismo_nu.html>. Acesso em: 07 jan. 2017.

FRIZZO, Fábio. Na aurora do Imperialismo: o Império Egípcio do XVI Século Antes de Cristo. **História & Luta de Classes**, n. 6, p. 07-14, nov. 2008.

GENNARI, Adilson Marques. OLIVEIRA, Roberson de. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIELOW, Igor. Estados Unidos puxam crescimento global de gastos militares. Folha de São Paulo. 03 de março de 2019.

HOBSBAWM, Eric J. A crise geral da economia europeia no século XVII. In: SANTIAGO, Theo. **Do feudalismo ao capitalismo**: uma discussão histórica. Organização e introdução. – 11. ed. -São Paulo: Contexto, 2017. – (Coleção Textos e Documentos; 2).

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1914-1991. Tradução Marcos Santa Rita; Revisão Técnica Marcia Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBBSAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**; 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 325p.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 3. ed. Editora Elsevier, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**: (ensaio popular). [traduzido por José Eudes Baima Bezerra; posfácio de Markus Sokol. Brasília: Nova Palavra, 2007.

LEHER, Roberto. O Bird e as reformas neoliberais na educação. **Publicação acadêmica e informativa dos professores da PUC-SP**, São Paulo, n.6, 1999. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r05_r03.htm>. Acesso em 14 abr. 2011.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r05_r03.htm>. Acesso em: 14 abr. 2011.

LESSA, Sérgio. Curso A crise do capitalismo. 29 de abril a 27 de maio de 2009. Palestra: **O referencial teórico para compreender a crise**. Promovido pelo Departamento de Jornalismo da PUC-SP, Escola Nacional Florestan Fernandes e o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XKxO1Px4F5s>. Acesso em: 15 out. 2017.

LESSA, Sérgio. Beyond Capital: Estado e capital. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 56, p. 135-151, 1998.

LESSA, Sérgio. Para compreender a ontologia de Lukács. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2012. 240 p. (Coleção Filosofia; 19).

LESSA, Sérgio. Tudo ou nada: Para Além do Capital de I. Mészáros. **Raízes**, Ano 18, n. 19, maio 99.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: Uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p. 73- 94, ago. 2011.

LÚCAKS, George. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. 1978. Disponível em: <<http://moviments.net/espaimarx/docs/818f4654ed39a1c147d1e51a00ffb4cb.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

LÚCAKS, George. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÚCAKS, George. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LÛCAKS, George. In: HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang. **Conversando com Lukács**. Organização de Giseh Vianna Konder. Instituto Lukács, 2014.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica. Apresentação Paul Singer; Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter MaasSão Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAGDOFF, Harry. **Imperialismo**: da era colonial ao presente. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl. *Carta à redação da Otetschestwennyje Sapiski*. In. FERNANDES, Florestan (org.). **K. Marx e F. Engels: História**. Trad. Florestan Fernandes et alii. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 .

MARX, Karl. **Formações Econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. Introdução de Eric Hobsbawm. 4. ed. [S.l.]: Paz e Terra. 1985. v.3. (Coleção Pensamento Crítico).

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política: Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção do capital. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 571 p.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011 (Coleção Marx e Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Org. Osvaldo Coggiola. Ed. Boitempo Editorial. São Paulo. 2005.

MARX, Karl. **Sobre el colonialismo**. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1973.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil**: o Fundef no centro do debate. 2005. 243f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira Universidade Federal do Ceará, , Fortaleza, 2005.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores.. O Banco Mundial no Comando da Educação dos Países Periféricos. In: LIMA, Cláudia Gonçalves. CARMO, Francisca Maurilene do. RABELO, Jackline. FELISMINO, Sandra Cordeiro. (Org.). **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 217-233.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores et al. A intervenção avaliativa do Banco Mundial na política educacional dos países pobres: uma crítica á luz da ontologia marxiana. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC/PPGE, 2011. 1 CD- ROM.

MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx.** Palestra proferida em Londres, 2008. Disponível em: <https://resistir.info/meszáros/meszáros_nov08_p.html> Acesso em: 19 fev. 2013.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista:** uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução Paulo César Castanheira: revisão técnica: Maria Orlanda Pinassi. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Tradução Francisco Raul Cornej. 2. ed. rev. e ampliada. -São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Texto escrito para a edição em farsi de Para além do capital, publicada por exilados iranianos, 1998. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

MÉSZÁROS, István. *Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização.* In: _____. **Coletivo Socialismo e Liberdade.** [S.l.]: PSOL. 2006, p. 1-11. (Artigo).

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrin. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI:** socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista.** [S.l.]: Editora Ensaio, 1989.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia,** Florianópolis, v.4, p. 131-142. 1993.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, 3, 2010, Serpa. **Anais eletrônicos...** Serpa, 2010. P. 1- 41. Comunicação. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social v. 1).

O ESTADO DE MINAS. Dívida dos EUA bate recordes sob a presidência de Trump. <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/20/interna_internacional,1032192/divida-dos-eua-bate-recordes-sob-a-presidencia-de-trump.shtm>l. Acesso em: 13 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21 Global**. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) (CNUMAD),, 1992, Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Rio +20**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumoa-um-futuro-sustentavel/>>. Acesso em: 25 maio 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 6., 1972. Estocolmo, **Anais...** Estocolmo: [s.n.], 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (rio + 20): o futuro que queremos. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Rio +20). 2., 2012. Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ONU, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**. 2002. Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 21 maio 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 6 a 8 de setembro de 2000. Disponível em:<<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>> . Acesso em: 03 nov. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA -Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien, 1990. UNESCO, 1998. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais> Acesso em: 10 maio 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Desigualdades e urbanização rápida desafiam países na busca pelos objetivos globais, diz relatório**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/desigualdades-e-urbanizacao-rapida-desafiam-paises-na-busca-pelos-objetivos-globais-diz-relatorio/>>. Acesso em: 11 abr. 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Educação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de Aprendizagem**. UNESCO, 7 Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França e Representação da Unesco no Brasil.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Educação para Todos: O Compromisso de Dakar**. UNESCO, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>> . Acesso em: 05 jun. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. Coreia do Sul, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.

OXFAM. **Nota metodológica para o relatório da OXFAM de 2017 "uma economia para os 99%"** Disponível em: <www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-nota_metodologica.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

OXFAM BRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/quem-somos/oxfam-brasil>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Dimensões da história do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n. 2, 2018.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. 328f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. PRONKO, Marcela (Org). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PANIAGO, Cristina. **A incontrollabilidade ontológica do capital: um estudo sobre Beyond Capital**, de I. Mészáros. 2001. 136f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PANIAGO, Cristina. (Org) Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. REVISTA SEM TERRA. **Entrevista Mészáros “Capitalismo ameaça futuro da humanidade”**, n. 1, jul./ago./set 2008.

SIPRI. Yearbook 2018. **Resumen en Armaments, Disarmament and International Security**. Resumen en español. Fundipau, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. 5. ed. rev. e amp. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

SANTOS NETO, Artur Bispo. Teleologia e história. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 115-127; fev. 2011.

TONET, Ivo. Educação, Cidadania e emancipação humana. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. Educação e ontologia marxiana. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 2, p. 135-145, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639900/7463>. Acesso em: 25 ago .2018.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Sobre**. 2019. Disponível em: <<https://www.iucn.org/abou>>. Acesso em: 06 jun. 2019